



**EXPERIÊNCIAS INOVADORAS
EM EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR
REGIÃO ABRANGÊNCIA
DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

ORGANIZADORES

**Gustavo Pinto da Silva
Rafaela Vendruscolo**

experiências inovadoras em extensão rural na
agricultura familiar na região de abrangência do
instituto federal farroupilha – campus são vicente do sul

gustavo pinto da silva
rafaela vendruscolo
Organizadores

experiências inovadoras em extensão rural na
agricultura familiar na região de abrangência do
instituto federal farroupilha – campus são vicente do sul

1ª edição

São Vicente do Sul – RS
Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul
2012

instituto federal farroupilha

Carlos Alberto Pinto da Rosa

Reitor

Julio César Peres Simi

Pró-Reitor de Administração

Tanira Marinho Fabres

Pró-Reitora de Ensino

Alberto Pahim Galli

Pró-Reitor de Extensão

Adilson José Hansel

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

instituto federal farroupilha – campus são vicente do sul

Luiz Fernando Rosa da Costa

Diretor Geral

Luis Aquiles Martins Medeiros

Diretor de Ensino

João Flávio Cogo Carvalho

Diretor de Produção

Deivid Dutra de Oliveira

Diretor de Administração e Planejamento

Gustavo Pinto da Silva

Diretor de Extensão

livro relacionado às atividades do projeto experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar, na região de abrangência do instituto federal farroupilha – campus são vicente do sul – edital n.º 5 – proext 2010 / mec/ sesu

São de responsabilidade exclusiva dos autores a precisão e a validade dos dados e informações, assim como as opiniões expressadas nos artigos, não manifestando necessariamente o ponto de vista do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

© Gustavo Pinto da Silva, Rafaela Vendruscolo.

Capa e Diagramação: Marcelo Kunde

Revisão: Deise Redin Mack

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, em qualquer meio, sem a permissão prévia dos autores.

Direitos reservados ao:

instituto federal farroupilha – campus são vicente do sul

Rua 20 de setembro, s/n – CEP 97420-000 – São Vicente do Sul – RS – Brasil

Telefone: 55 3257 1114 | Fax: 55 3257 1263

Home page: <http://www.svs.iffarroupilha.edu.br>

E-mail: gabinete@svs.iffarroupilha.edu.br

E96 Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul / Gustavo Pinto da Silva, Rafaela Vendruscolo (organizadores). – São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

Publicação digitalizada; 17x24cm.

ISBN 978-85-63319-10-4

1. Desenvolvimento local. 2. Associativismo – Cooperativismo. 3. Turismo. 4. Educação – Inclusão. 5. Saúde. I. Silva, Gustavo Pinto da. II. Vendruscolo, Rafaela.

CDU 300

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região de Abrangência do Projeto Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.....	24
Figura 2: Curso de Sistematização de Experiências realizado nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – Campus de Jaguari, nos dias 27, 28, 29 e 30 de setembro de 2011.	27
Figura 3: Diagrama de Venn.....	39
Figura 4: Atividade de Visualização Móvel	41
Figura 5: Almoço de confraternização, realizado em 11 de dezembro de 2011, pelo Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rincão de Santo Antônio.....	54
Figura 6: Integrantes do Clube de Mães de Guassupí.	60
Figura 7: Integrantes do Clube de Mães, com a mesa preparada para o Café Colonial.....	61
Figura 8: Integrantes do Clube de Mães, no Curso de Tortas.	62
Figura 9: Confraternização entre as integrantes do Clube de Mães de Guassupí, no Dia das Mães.	64
Figura 10: Dona Maria e seu filho, no Dia da Marcação.....	68
Figura 11: Prática do Pealo no Dia da Marcação.	69
Figura 12: Roda de Prosa e Cantoria, no Dia da Marcação.	71
Figura 13: Participantes do Dia da Marcação.....	72
Figura 14: Equipe integrante da Comissão organizadora do “Carnaval da Vaca”, no transporte da carne para o churrasco.	75
Figura 15: Equipe organizadora do “Carnaval da Vaca”, entregando as orelhas do bovino abatido.	76
Figura 16: Vice-Prefeito, Rainha Adulta do Carnaval 2012 e Prefeito Municipal de Cacequi, durante realização do Carnaval da Vaca.	77
Figura 17: Salão do Clube União durante realização dos bailes do Carnaval da Vaca.	78
Figura 18: Prova de Salto em Altura nas Olimpíadas Rurais Sol a Sol de Nova Esperança do Sul.....	83
Figura 19: Prova de Cabo de Guerra nas Olimpíadas Rurais Sol a Sol de Nova Esperança do Sul.....	84
Figura 20: Público da Primeira Edição das Olimpíadas Rurais Sol a Sol, de Nova Esperança do Sul, realizada na Comunidade de Linha Três.	84
Figura 21: Julgamento da Raça Holandesa, durante I Expofeira de Toropi, no ano de 2004.....	94
Figura 22: Unidade demonstrativa de criação de terneira e de criação de suínos em Cama Sobreposta, durante III Expofeira de Toropi.....	95
Figura 23: Agricultores na área demonstrativa de forrageiras, durante IV Expofeira de Toropi.	96
Figura 24: Público em programação cultural, durante IV Expofeira Agropecuária de Toropi.....	97
Figura 25: Julgamento de animais da raça Jersey, durante a V Expofeira Agropecuária de Toropi.	97
Figura 26: Feira do Produtor de São Pedro do Sul, no ano de 1982.....	102

Figura 27: Feira do Produtor de São Pedro do Sul, no ano de 1991.	104
Figura 28: Feira do Produtor de São Pedro do Sul na atualidade.	105
Figura 29: Feira da Flor realizada no dia de Finados, em São Pedro do Sul.	106
Figura 30: Agricultores no desfile do dia 7 de setembro, com o tema “Promovendo a Feira”, São Pedro do Sul.	107
Figura 31: Feira Livre, na Praça dos Brinquedos, em Santiago.	112
Figura 32: Cerimônia de inauguração do Hortomercado, em Santiago.	114
Figura 33: Produtos Comercializados pelos Feirantes no Hortomercado de Santiago.	117
Figura 34: Estufa de produção de morango semi-hidropônico em sistema de cultivo em bancadas.....	125
Figura 35: Detalhe da produção semi-hidropônica e do potencial produtivo de morango em bancadas no Sítio São Francisco.	126
Figura 36: Veículo de propriedade do Sítio São Francisco com carga de tomate.....	127
Figura 37: Produção de tomates semi-hidropônico em ambiente controlado, no Sítio São Francisco.....	127
Figura 38: Integrantes da família Brauner em atividades de produção de morangos.....	130
Figura 39: Início das obras de construção da Agroindústria Cana Pura, em fevereiro de 2008.	138
Figura 40: Atividade de qualificação para elaboração de açúcar mascavo na Agroindústria Cana Pura.	139
Figura 41: Vista Frontal da Agroindústria Passo de Clara, com a presença de produtores em 2012.....	149
Figura 42: Exposição dos produtos da agroindústria Passo de Clara em feiras locais.	150
Figura 43: Participação da Agroindústria Passo de Clara em feiras especiais, recebendo a visita do Presidente Lula.	150
Figura 44: Rótulo dos produtos da Agroindústria Passo de Clara.	152
Figura 45: Variedade de produtos em processo de maturação na Agroindústria Passo de Clara.	153
Figura 46: Alimentador de fabricação caseira, utilizado para alimentação de peixes na Agroindústria Callegaro.	158
Figura 47: Variedade de produtos em processo de maturação na Agroindústria Callegaro.	159
Figura 48: Vista externa da Agroindústria Callegaro.....	160
Figura 49: Integrantes da família Callegaro.	161
Figura 50: Vista externa da estufa de produção de hortaliças na Propriedade Henrique Ereno.....	167
Figura 51: Lavoura de feijão e milho na propriedade de Henrique Ereno.....	168
Figura 52: Comercialização direta de produtos da Propriedade Henrique Ereno, na cidade de Jaguari.	169
Figura 53: Galpão de serviços do apiário.	172
Figura 54: Produtor em processo de extração de mel.....	173
Figura 55: Implantação do sistema para o cultivo de culturas anuais (milho sobre aveia), em áreas degradadas, na propriedade de Julio Batista Guasso.	178
Figura 56: Implantação de árvores florestais na propriedade de Antonio Vanderlei Pieszak.	179
Figura 57: Introdução de gado em pastagem de gramíneas nas entrelinhas do sistema silvipastoril.	179
Figura 58: Unidade de Observação de Ulisses Cogo, localidade de Planalto em Nova Esperança do Sul.	183
Figura 59: Logomarca do Programa Jeito Caseiro e da Cooperativa Mista de Produtores Familiares de São Francisco de Assis.	191

Figura 60: Vista Externa da Agroindústria Que Sabor, em São Francisco de Assis.....	194
Figura 61: Vista Externa da Agroindústria Monte Carlo, em São Francisco de Assis.....	194
Figura 62: Vista Externa da Agroindústria Piquiri, em Nova Esperança do Sul.....	195
Figura 63: Vista Externa da Vinícola Stivanin, em São Francisco de Assis.	196
Figura 64: Produtos da Agroindústria Soares, em São Francisco de Assis.	196
Figura 65: Vista Externa da Agroindústria Lamberti, São Francisco de Assis – RS	197
Figura 66: Vista Externa da Agroindústria Dois Pinheiros, em São Francisco de Assis.....	198
Figura 67: Produtos da Agroindústria São Pedro, em São Francisco de Assis.	199
Figura 68: Reunião do Prefeito Municipal de Santiago e Equipe do Projeto com os integrantes do Centro de Manejo de Bovinos.	213
Figura 69: Atividade de manejo no Centro de Manejo de Bovinos.....	215
Figura 70: Componentes Fundadores do Grupo Prorenda do Rincão Santo Izidro.....	224
Figura 71: Semeadora de plantio direto do Grupo Prorenda Santo Izidro.....	226
Figura 72: Galpão destinado para guardar as máquinas do Grupo Prorenda Santo Izidro.	229
Figura 73: Prédio do parque de produção da cantina da Cooperativa São José.	234
Figura 74: Vinho Jaguari Tinto de Mesa Seco da Cooperativa São José.....	235
Figura 75: Vinho Medalhão Branco de Mesa da Cooperativa São José.....	235
Figura 76: Marcas de vinho disponíveis na Cooperativa Agrária São José Ltda.....	236
Quadro 01: Evolução da produção de uva e vinho na cooperativa nos últimos quatro anos.	237
Figura 77: Parque de produção da cantina da Cooperativa Agrária São José.....	238
Figura 78: Mapa de localização do município de São Vicente do Sul.....	242
Quadro 01 – Dados do município de São Vicente do Sul.....	243
Figura 79: Reunião com os líderes das comunidades de São Vicente do Sul.....	245
Figura 80: Desenvolvimento de atividades de metodologias participativas com os líderes comunitários de São Vicente do Sul.	245
Figura 81: Mapa da Comunidade de Loreto, elaborado pelos líderes comunitários.	247
Figura 82: Mapa da Comunidade de Rincão dos Weiss, elaborado pelos líderes comunitários.	249
Figura 83: Mapa da Comunidade de Timbaúva dos Mellos, elaborado pelos líderes Comunitários..	250
Figura 84: Mapa da Comunidade de Rincão dos Flores, elaborado pelos líderes Comunitários.	251
Figura 85: Mapa da Comunidade de Ibirocay, elaborado pelos líderes comunitários.....	252
Figura 86: Mapa da Comunidade de São Rafael, elaborado pelos líderes comunitários.	253
Figura 87: Reunião dos Assentados no Assentamento Sepé Tiraju com o facilitador do projeto.	259
Figura 88: Avaliação de variedades de mandioca, sendo testadas no Assentamento Sepé Tiaraju..	260
Figura 89: Agricultor avaliando rendimento da cultura da Mandioca.....	261
Figura 90: Agricultor junto ao cultivo de hortifrutigranjeiros na Horta Comunitária de Unistalda. ...	268
Figura 91: Alguns dos cultivares dos agricultores, presentes na Horta Comunitária.....	268
Figura 92: Oficina de Pintura em Tecido do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.	278
Figura 93: Oficina de Culinária do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen. ...	279

Figura 94: Oficina de Fabricação de Balaio do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.	279
Figura 95: Atividades no pomar do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen. .	280
Figura 96: Atividades na horta do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.....	281
Figura 97: Vista frontal da estufa de produção de hortaliças do Projeto Semeando a sustentabilidade.	287
Figura 98: Fotografia da horta do Projeto Semeando a sustentabilidade.....	287
Figura 99: Construção do Diagrama de Venn pelos participantes do Projeto Semeando a Sustentabilidade.	289
Figura 100: Participantes contribuindo nas apresentações.	291
Figura 101: Agricultores e extensionistas fazendo a separação do lixo na coleta seletiva.	299
Figura 102: Momento da pesagem dos materiais separados e classificados após a coleta Seletiva.	300
Figura 103: Algumas famílias reunidas ao final do trabalho do Projeto de Coleta Seletiva.	301
Figura 104: Localização da Vossoroca de Macaco Branco (região de realização da Cavalgada Ecológica). .	304
Figura 105: Plantio de muda realizado pelo Secretário Municipal de Agricultura de Cacequi, durante a Cavalgada Ecológica, no Ano de 2009.	305
Figura 106: Croqui da Vossoroca de Macaco Branco/Taquara, com detalhe da proximidade da estrada.	306
Figura 107: Missa Crioula realizada durante a Cavalgada Ecológica do Ano 2007.	306
Figura 108: Jogo de bocha entre as comunidades de Macaco Branco/Taquara e São Lourenço.	307

LISTA DE ABREVIATURAS

acapam – Associação Cacequiense de Proteção Ambiental
anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
apac – Associação de Pequenos Produtores Rurais de Passo de Clara
aprovija – Associação dos Produtores de Vinho e Derivados de Uva do Vale do Jaguari
arfom – Associação de Reposição Florestal Obrigatória Municipal
ates – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
bid – Banco Interamericano de Desenvolvimento
ceasa/rs – Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul
cispoa – Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
cmdr – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
cnpj – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
cpm – Círculo de Pais e Mestres
conab – Companhia Nacional de Abastecimento
cooesperança – Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao “Projeto Esperança”
coomat – Cooperativa Mista dos Agricultores de Toropi Ltda.
cooperagro – Cooperativa Agropecuária de São Pedro do Sul
coopercipó – Cooperativa Regional Capão do Cipó
copetec – Cooperativa Prestadora de Serviços Técnicos Ltda
corede – Conselho Regional de Desenvolvimento
cpf – Cadastro de Pessoa Física
ctg – Centros de Tradições Gaúchas
dater – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
drp – Diagnóstico Rural Participativo
Emater/rs–Ascar – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural;
embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
expofeira – Exposição Feira Agropecuária de Toropi
feagro – Feira de Indústria Comércio e Artesanato de São Francisco de Assis
fecobat – Feira Estadual de Comércio da Batata Doce
femasp – Feira Municipal de São Pedro do Sul
fetag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
frde – Fundo Rotativo Municipal de São Pedro do Sul
gtz – “Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit”
h1n1 – Gripe Influenza

ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFarroupilha – Instituto Federal Farroupilha
igk – Instituto Genaro Krebs
iica – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
incra – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
mapa – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mda – Ministério do Desenvolvimento Agrário
nepals – Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade
paa – Programa de Aquisição de Alimentos
per – Projeto de Educação Rural
pib – Produto Interno Bruto
pnae – Programa Nacional da Merenda Escolar
proext – Programa de Extensão Universitária
prona – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prorenda – Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda
rs – Rio Grande do Sul
sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
senar/rs – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional Rio Grande do Sul
sesu – Secretaria de Educação Superior
siconv – Sistema de Convênios do Governo Federal
Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo
sif – Sistema de Inspeção Federal
sim – Serviço de Inspeção Municipal
somar – Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade
str – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
suasa – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
uo – Unidades de Observação
uep – Unidades de Experimentação Participativa
ufsm – Universidade Federal de Santa Maria
uri – Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	17
PREFÁCIO.....	19
APRESENTAÇÃO	21

CAPÍTULO 1

O PROJETO SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	23
--	----

CAPÍTULO 02

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES E UMA FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO	31
---	----

CAPÍTULO 03

ÁREA TEMÁTICA LAZER E ENTRETENIMENTO NO MEIO RURAL	47
3.1. Grupo De Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rincão de Santo Antonio – Jari	49
3.2 Café Colonial de Guassupi – São Pedro do Sul	58
3.3 Dia da Marcação – Dilermando de Aguiar.....	65
3.4 Carnaval da Vaca – Cacequi	74
3.5 Olimpíadas Rurais Sol a Sol de Nova Esperança do Sul.....	80

CAPÍTULO 04

ÁREA TEMÁTICA CONSTRUÇÃO DOS MERCADOS.....	89
4.1 Exposição Feira Agropecuária de Toropó.....	92
4.2 A Experiência de Comercialização Direta da Associação de Feirantes de São Pedro do Sul	100
4.3 Hortomercado de Santiago.....	110
4.4 Sítio São Francisco – Cacequi	122

CAPÍTULO 05

ÁREA TEMÁTICA AGROINDÚSTRIA E AGREGAÇÃO DE VALOR	133
5.1 A Experiência de Produção de Derivados de Cana-de-Açúcar pela Agroindústria Cana Pura – Toropi	135
5.2 Trajetória de Gestão da Agroindústria de Embutidos e Defumados de Suínos de Passo de Clara – São Pedro Do Sul	145
5.3 Agroindústria Callegaro – Jaguari	156

CAPÍTULO 06

ÁREA TEMÁTICA CONVERSÃO AGROECOLÓGICA	163
6.1 Propriedade Henrique Ereno – Jaguari	165
6.2 Produção de Mel Orgânico no Município de São Francisco de Assis	171
6.3 Sistema Agro-Silvipastoril de Nova Esperança do Sul	175

CAPÍTULO 07

ÁREA TEMÁTICA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	185
7.1 Programa de Desenvolvimento Agroindustrial de São Francisco de Assis – Pacto São Chico – Produtos Jeito Caseiro	187
7.2 Fundo Rotativo Municipal de São Pedro Do Sul	203
7.3 Centro de Manejo De Bovinos de Santiago	210

CAPÍTULO 08

ÁREA TEMÁTICA ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	219
8.1 Grupo Prorenda Santo Izidro – Jaguari	222
8.2 Cooperativa Agrária São José Ltda – Jaguari	232
8.3 Lideranças Rurais do Município de São Vicente do Sul	241
8.4. A Cadeia Produtiva da Mandioca nos Assentamentos de Reforma Agrária do Município de Capão do Cipó.	256
8.5. Horta Comunitária de Nazaré – Unistalda.	266

CAPÍTULO 09

ÁREA TEMÁTICA EDUCAÇÃO DO CAMPO	271
9.1 Projeto de Educação Rural da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen – Toropi	273
9.2 Horta Comunitária da Escola Estadual de Ensino Fundamental Luis Xavier, Vila Clara – Mata	285

CAPÍTULO 10

ÁREA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	295
10.1 Programa de Coleta Seletiva do Lixo no Meio Rural em São Francisco de Assis ...	297
10.2 Cavalgada Ecológica – Macaco Branco/Taquara – Cacequi	303
RESUMO DO CURRÍCULO DOS ORGANIZADORES	311

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento do projeto, bem como dessa coletânea de trabalhos não seria possível sem a colaboração de entidades e pessoas que estiveram envolvidos, desde a fase de elaboração até a fase de conclusão do projeto:

- Civi Tambara Filho;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Pedro do Sul;
- Coordenadoria Municipal Tradicionalista de Cacequi;
- Setor de Transportes do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul;
- Prefeitura Municipal de Cacequi;
- Prefeitura Municipal de Dilermando de Aguiar;
- Prefeitura Municipal de Jari;
- Prefeitura Municipal de Mata;
- Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sul;
- Prefeitura Municipal de Santiago;
- Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis;
- Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul;
- Prefeitura Municipal de Toropi;
- Prefeitura Municipal de Unistalda;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacequi;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago.

PREFÁCIO

Cesar Augusto Bittencourt Medeiros¹

Uma mistura de alegria, susto, temor e responsabilidade toma conta da minha mente ao receber o convite do Instituto Federal Farroupilha – campus São Vicente do Sul para prefaciar esta obra e, diga-se de antemão, uma preciosidade. Ao receber esta honraria, lembrei-me que a pessoa mais qualificada para elaborar este texto inicial e representar nossa instituição – Emater-RS/Ascar – deveria ser a Engenheira Agrônoma Córdula Eckert, profissional com um profundo conhecimento, uma das maiores expertises na metodologia usada para atingir os objetivos dessa construção coletiva. O sucesso e a excelência dos fatos narrados nesta obra iniciam com a escolha da metodologia a ser usada; a busca de um profissional com amplo domínio no método para nivelar conhecimentos entre os executores; a forma inteligente de oportunizar aos educandos vivenciarem experiências, bem como a conexão dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade que os espera após a conclusão da formação acadêmica, já dão conta do sucesso deste resultado final.

Experiências inovadoras percebem a riqueza desta "experiência inovadora" que está em nossas mãos. Sim, inovadora, pois uma instituição de ensino, no caso o IFFarroupilha de São Vicente do Sul, propõe ultrapassar os limites físicos das salas de aula, para propiciar aos envolvidos nessa construção uma visão de mundo real, onde evidencia aspectos que fazem parte do cotidiano das comunidades rurais, calcados em conhecimentos não oriundos obrigatoriamente dos bancos acadêmicos. Discutir e tirar do anonimato atividades que fortalecem a Extensão Rural com destaque para a Agricultura Familiar, engrandece nosso serviço e fortalece a importância de compartilhar o realizado em experiências exitosas. Aprender com o próprio trabalho talvez seja um dos grandes legados que esse trabalho comporta, e que permite referências para o processo de aprendizagem social.

Mesmo delimitando o trabalho em dez municípios e a sete eixos temáticos (Mercado, Agroindústrias, Lazer, Conversão Agroecológica, Políticas Públicas, Associativismo e Cooperativismo e Educação no Campo) foram encontradas 910 experiências. Um universo de ações construídas por meio de diversos saberes, mas certamente com um único fim: melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. Lamento que esta obra não possa transcrever a totalidade dessas relíquias, mas tenho certeza que a socialização desses

¹ Engenheiro Agrônomo – Gerente Regional da Emater/RS-Ascar Santa Maria/RS

achados só não ocorrerá devido a inviabilidade técnica, pois se dependesse da vontade dos organizadores elas estariam todas aqui certamente. Vinte e sete delas estão descritas representando o todo, levando o leitor a uma viagem com paradas espetaculares para reflexão dos saberes ali contidos, caracterizando e identificando de forma peculiar cada espaço onde a experiência acontece, indicando a caminhada o seu ponto de partida e, por fim, o produto final.

Algumas experiências realçam o protagonismo feminino, tão decisivo na ampliação de ações coletivas nas comunidades, fortalecendo questões de autoestima, inclusão social e produtiva, bem como na organização dos agricultores para acesso a novos mercados.

A prática do carnaval da vaca, dia da marcação e a dos jogos rurais descritas em um dos capítulos levam-nos a uma afirmação: que o espaço rural vai muito além do produtivo, “lá tem gente”, seres que necessitam de cultura, lazer e entretenimento, fundamentais para o bem viver no meio rural.

A viagem continua, e a outra parada trata de uma das maiores dificuldades encontradas pelos agricultores familiares - a comercialização, momento em que na maioria das vezes por não conseguirem vender seu produto direto ao consumidor, os produtores são obrigados a entregá-lo a atravessadores por preços que não cobrem nem mesmo o custo de produção. Produtores cansados de serem explorados buscam junto aos seus pares formas próprias para aproximar dos consumidores o que produzem, não só com a representação do alimento, mas com um conjunto implícito de significados sociais e culturais que expressam também um modo de vida.

Um pouco mais adiante encontramos experiências que provam o quanto é possível obter resultados através da venda direta ao consumidor. Resultados estes que se tornam ainda mais positivos no momento em que a matéria-prima produzida pela agricultura familiar, passa a ser beneficiada (agroindustrializadas) pelo próprio agricultor, seja ela de forma individual ou coletiva. A cana de açúcar, suíno e peixe são exemplos de sucesso, já que a industrialização agregou valor ao produto e melhorou significativamente a sua qualidade.

A cada experiência que acabo de ler, fico cada vez mais convicto da importância desta obra e a certeza da necessidade de socializar essas experiências. Vejam só, no momento em que trabalhos científicos apontam que cada gaúcho consome em torno de 6,2 kg de agrotóxico por ano, via alimentação, encontro neste livro experiências voltadas à produção ecologicamente correta, que nos mostram que é possível e que temos tecnologias adequadas capazes de caminhar em direção à produção de alimentos limpos e ambientalmente sustentáveis.

Não poderia desembarcar desta viagem sem antes dizer-lhes que não ler as experiências aqui sistematizadas sobre o sucesso das políticas públicas criadas, que incentivam o desenvolvimento das potencialidades e habilidades locais, seria muito semelhante a visitar um lugar deslumbrante e não trazer nenhuma lembrança para causar inveja aos vizinhos.

APRESENTAÇÃO

O projeto EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL foi aprovado junto ao Edital Proext 2010 – Edital n. 05 de maio de 2010. Trata-se de uma proposta de sistematização das experiências em desenvolvimento e extensão rural da região compreendida pelos municípios do Vale do Jaguari (Capão do Cipó, Unistalda, Santiago, Mata, Nova Esperança do Sul, Cacequi, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul), acrescidos dos municípios de Jari, Toropi, São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar. Essa região apresenta características que apontam para uma rede de valores historicamente fragilizada, seja por aspectos culturais ou mesmo pelas distâncias entre os municípios, que acabam se tornando barreiras ao fortalecimento de sua identidade territorial.

O objeto de estudo neste trabalho foram experiências relacionadas à extensão rural e à agricultura familiar a partir das quais, depois de um amplo esforço de identificação, tipificação e análise, selecionou-se um conjunto de 27 experiências a serem sistematizadas. Essas experiências estão relacionadas a nove temáticas: Lazer e Entretenimento no Meio Rural; Construção dos Mercados; Agroindústria e Agregação de Valores; Agricultor Individual; Conversão Agroecológica; Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural; Associativismo e Cooperativismo; Educação no Campo; e Meio Ambiente e Educação Ambiental.

A sistematização apresenta-se como fundamental para que os próprios grupos analisem criticamente suas práticas, visualizando os caminhos e descaminhos, mas também como elemento essencial para documentar e comunicar os aprendizados metodológicos adquiridos com essas práticas. Para as instituições envolvidas, trata-se de um momento de análise e reflexão, entendendo os processos vividos, capazes de desconstruir, construir e buscar subsídios para novas políticas públicas. Para as instituições de assistência técnica e extensão rural, bem como para a prática extensionista, é um bom instrumento para melhorar as formas de intervenção no meio rural. E, para os agricultores e para o público envolvido, certamente este trabalho proporciona grande contribuição, a partir do momento em que permite que cada sujeito aproprie-se da experiência vivida, compartilhando com os outros o aprendizado e situando historicamente aos fatos vivenciados.

Desse modo, por meio da realização de ações de capacitação da equipe, do trabalho em grupo com produtores para sistematização, da análise e reconstrução das

experiências, e das atividades de divulgação e socialização dos resultados chegou-se a esta publicação. Esperamos que, com a execução do projeto que originou esta compilação de experiências, tenha sido gerado conhecimento sistematizado para pôr em prática uma abordagem de desenvolvimento de escala territorial, capaz de estimular interações sinérgicas entre organizações, promover uma cultura de rede para formular projetos integrados e estruturante e formar sujeitos autônomos e críticos nos grupos sociais em que vivem.

CAPÍTULO 1

O PROJETO SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Gustavo Pinto da Silva¹

Rafaela Vendrusculo²

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A idealização do projeto de sistematização das experiências em desenvolvimento e extensão rural da região compreendida pelos municípios do Vale do Jaguari (Capão do Cipó, Unistalda, Santiago, Mata, Nova Esperança do Sul, Cacequi, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul), acrescidos pelos municípios de Jari, Toropi, São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar, acontece em função de vários fatores. O primeiro é pela própria característica da recuperação histórica dos processos vividos em desenvolvimento rural por meio da metodologia de sistematização de dados. Essa metodologia, segundo Eckert (2008), tem o objetivo de facilitar que os atores dos processos de desenvolvimento se envolvam em processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos a partir das experiências, informações e dados anteriormente dispersos, de forma que se desenvolva sua capacidade para tomar melhores decisões, com crescente autonomia a cada dia. Na medida em que essa metodologia permite autorreflexão, análise crítica, comparações entre experiências, além de subsídios para futuras intervenções, este compêndio não se torna simplesmente uma publicação, mas um vasto conhecimento coletivo que pode ser apropriado por diversas pessoas e com vários sentidos.

Entre esses objetivos, encontra-se também o da construção de relações sinérgicas e capazes de construir novas situações de desenvolvimento para os próprios municípios e,

¹ Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

por sua vez, para o território. Ainda que os municípios escolhidos estejam muito próximos, no mesmo espaço territorial, pertencentes ao mesmo fórum político, eles possuem dinâmicas de desenvolvimento que os distanciam. Diferentemente de outras regiões, essa microrregião (Figura 1) parece ter presente em seus sujeitos uma rede de valores bastante fragilizada, no sentido de que pouco expressam o pertencimento a esse território, quer seja com relação ao sentimento de comunidade, ou a um sistema cultural que referencie a homogeneidade comunitária. Essa tendência parece ser mais forte ainda no meio rural, onde a população por muito tempo ficou isolada dos meios de transporte e comunicação, tornando-se historicamente passiva há uma série de acontecimentos.



Figura 1: Região de Abrangência do Projeto Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens da Diretoria de Extensão do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

Neumann (2004) estudando o processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na Região Central do Rio Grande do Sul, define que essa região apresenta microrregiões bem homogêneas, sendo possível identificar pelo menos três zonas com paisagem agrícola bem características. Na Zona do Planalto, há predomínio principalmente de médias propriedades, as quais desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho, mesclada com a atividade de pecuária de corte. A Zona Plana, localizada na Depressão Central do Estado é a tradicional região de campos, onde coexiste uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura do arroz e de um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva. A Zona de Serra caracteriza-se pela agricultura familiar de pequeno porte, bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no fumo, no feijão, no milho e nas culturas de subsistência.

Somente essas características já demonstram que existem, entre os municípios, diferenças relacionadas à cultura do agro³ e que as situações de desenvolvimento não são homogêneas, mas carregadas de uma quantidade imensa de riquezas acumuladas, de elementos, valores e crenças, e que devem ser considerados quando tratamos de extensão e desenvolvimento rural. Cada município, através de seus agentes de desenvolvimento, acaba procurando suas próprias soluções. E é nesse processo evolutivo que coexistem experiências exitosas e fracassadas. Contar essas histórias é um meio tanto para mobilizar para a criação de uma identidade territorial da região como para obter subsídios para o próprio desenvolvimento territorial (ABA/AGROECOLOGIA, 2009). Para a própria entidade, o lado negativo desse isolamento está no fato de que os ensinamentos de suas experiências vêm sendo pouco conhecidos e socializados, limitando as possibilidades de aprendizado mútuo com base no intercâmbio de conhecimentos sobre a aplicação prática dos princípios teórico - metodológicos. A superação desse quadro exige um esforço sistemático de identificação e análise crítica das experiências em curso, de forma que sejam extraídos ensinamentos úteis ao aprendizado e à ação coletiva voltada ao pensar territorialmente.

Outro fator que é predisponente a essa iniciativa, refere-se às poucas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizadas por centros de estudos nesta região.

Na medida em que os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia trazem na concepção que o faz surgir, o compromisso com o desenvolvimento e atuação junto aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, nada mais digno do que buscar essa inserção, através de seus servidores e discentes. O desafio está, em a partir do conhecimento da realidade e da vocação produtiva local, por em ação uma prática de ensino, pesquisa e extensão de abordagem territorial, estimuladora de interações sinérgicas entre as organizações, promotora de uma cultura de rede, capaz de formular projetos integrados e estruturantes e ao mesmo tempo formadora de sujeitos autônomos e críticos.

Ao mesmo tempo, necessariamente precisa envolver outras instituições que também possuem ação local, tal como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através do NEPALs (Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade), que insistentemente busca nos saberes e iniciativas locais, renovar conceitos e métodos utilizados na formação acadêmica. Esse diálogo das instituições de ensino superior e profissionalizante, permite que essas instituições possam ensinar como aprender, dentro de uma perspectiva de formação de cidadãos com capacidade de ação contextualizada com as demandas de seu lócus, com informações que possam ser socializadas com as pessoas e de um saber acadêmico que seja passível de aplicação.

A participação da Emater/RS-Ascar, presente em todos esses municípios, e muitas vezes inseridas no trabalho diário e exaustivo da extensão rural, não se permite o tempo disponível de contar sua própria história, nem tampouco de analisar sua própria prática.

³ Sobre esse tema, consultar Balem e Silveira (2002).

Recontar a história é um momento de análise e reflexão, de entendimento dos processos vividos, de construção e desconstrução, para buscar subsídios para a continuidade da prática consciente de intervenção extensionista.

A participação dos municípios através de suas instituições (prefeituras, sindicatos, organizações da sociedade civil), também denota fortalecer políticas e ações que trazem sustentabilidade para a sociedade, no sentido de comprometer-se ainda mais para que essas experiências possam ser fortalecidas.

Por sua vez, para os agricultores e público envolvido, este trabalho se fortalece por ser o momento dos mesmos se apropriarem da experiência vivida, além de compartilhá-las com outros agentes. É um momento de aprendizado com a própria prática, pois ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que não sabem sobre ela e o que não sabiam que já sabiam.

A possibilidade de promover essa interação sinérgica e que compreende pessoas de diversos grupos sociais, diversas entidades, com diferentes objetivos, foi atingida pelo entendimento dessa demanda pelo Ministério da Educação e SESu (Secretaria de Educação Superior), através do Programa de Extensão Universitária (PROEXT). Além de explorar criticamente as práticas das experiências, também ficará documentado os caminhos e descaminhos, capaz de comunicar os aprendizados metodológicos adquiridos para aqueles que se dedicam a temática da agricultura familiar, do desenvolvimento rural e da extensão rural.

2. OBJETIVOS:

- Sistematizar e socializar as experiências de desenvolvimento da agricultura familiar e extensão rural na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul, como forma de socializar as experiências intergrupos e com a sociedade de modo que a região possa pensar o coletivo e o territorial;
- Propiciar ambiente para o contínuo aprimoramento das práticas de desenvolvimento e extensão rural, favorecendo o diálogo e o contínuo aprendizado entre educadores, educandos, pesquisadores, extensionistas, agricultores e entidades governamentais;
- Construir as bases para a elaboração coletiva de um programa de Desenvolvimento rural na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul;
- Construir um banco de dados sobre as experiências em desenvolvimento regional dessa região, e que fique disponível em meio impresso e digital; e
- Qualificar de forma permanente um grupo de pessoas que possam estimular outras iniciativas de natureza coletiva e participativa.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste projeto esteve baseado em alguns momentos fundamentais, conforme evidenciados a seguir:

Definição da equipe, qualificação e elaboração da metodologia de trabalho:

A equipe de execução do projeto é formada principalmente por servidores e alunos do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, Universidade Federal de Santa Maria e Emater/RS-Ascar. Possui um caráter multidisciplinar de suas trajetórias profissionais, trabalhando em conjunto técnicos agrícolas, administradores, zootecnistas, engenheiros agrônomos, sociólogos, biólogos, economistas e pedagogos. Os alunos bolsistas do projeto também apresentam essa característica, sendo formado por dois do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, três do curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem e um do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A qualificação da equipe foi promovida pela Emater/RS-Ascar, através da Eng. Agrônoma Me. Cordula Eckert, conforme pode ser conferido pela figura 2. Durante a qualificação foi possível vivenciar os pressupostos básicos de um trabalho com metodologias participativas, debater e aperfeiçoar a base conceitual e metodológica dos envolvidos com o trabalho de campo. Também foi discutida a metodologia de sistematização propriamente dita, bem como os passos seguintes, contemplando a definição das áreas temáticas, atores envolvidos, e as principais ferramentas utilizadas para o levantamento das informações e roteiros de execução.

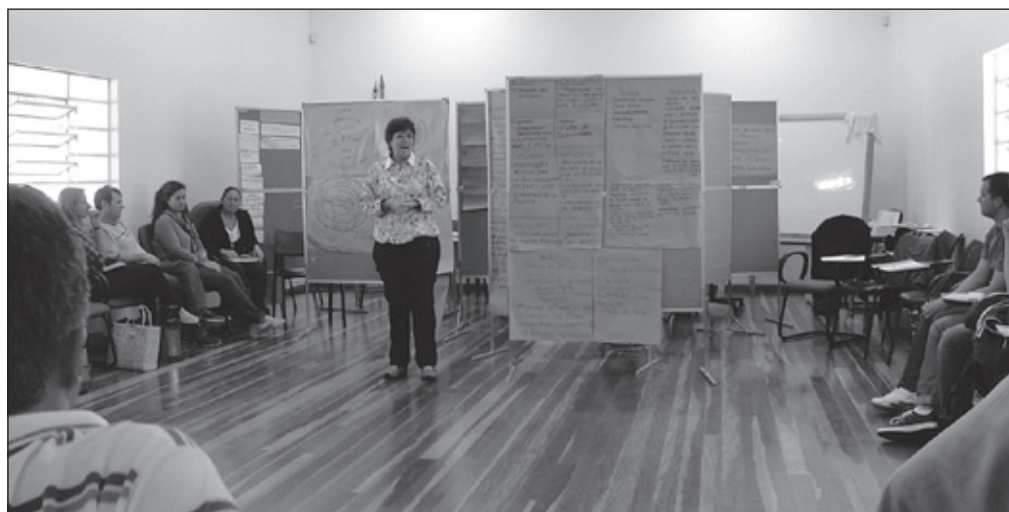


Figura 2: Curso de Sistematização de Experiências realizado nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – Campus de Jaguari, nos dias 27, 28, 29 e 30 de setembro de 2011.

Fonte: Arquivo de imagens do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

Levantamento inicial de dados para reconhecimento das experiências.

Esta fase do projeto envolveu a coleta de dados, buscando identificar as experiências de Desenvolvimento Rural da Região de abrangência do projeto. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas, aplicadas aos extensionistas da Emater/RS-Ascar, bem como aos Secretários de Agricultura, tendo sido gravadas para posterior transcrição e análise.

Foram encontradas 910 experiências, distribuídas em sete eixos temáticos, conforme discriminados a seguir. O Eixo dos Mercados envolve 10 municípios, 25 experiências e aproximadamente 106 famílias de agricultores. No eixo de Lazer foram identificadas 79 experiências, principalmente Olimpíadas rurais, grupos de mulheres, grupos de terceira idade e atividades de integração comunitárias. No eixo de Agroindústrias foram identificadas 566 experiências, sendo Sete caseiras, 470 artesanais e 89 de pequeno porte. No eixo de Conversão Agrecológica foram identificadas 24 experiências, baseadas em tecnologias isoladas de transição. Nas Políticas Públicas são 74 experiências, entre Infraestrutura, Fomento a Produção, Crédito, Qualificação e Comercialização. No eixo de Associativismo e Cooperativismo são 132 experiências, divididas em Associações Comunitárias, de Comercialização, Setoriais, Gênero e aquelas de Infraestrutura. O eixo de Educação no Campo foram identificadas 10 experiências, principalmente projetos isolados de docentes e escolas, não como uma estratégia permanente de educação no campo.

Com base nesse universo de experiências, foram definidas 27 experiências a serem sistematizadas, as quais foram agrupadas por Eixos temáticos, seguindo alguns pré-requisitos gerais conforme discriminado a seguir:

- Cada experiência deve envolver prioritariamente agricultores familiares, podendo ser admitido uma minoria de outras categorias;
- Cada município integrante da região de abrangência do projeto deverá ter pelo menos uma experiência a ser sistematizada;
- Não poderão ser sistematizadas experiências de uma mesma modalidade pertencentes a municípios diferentes;
- Priorizar experiências que possuam continuidade em suas edições de realização e que tenham aspectos coletivos em seu desenvolvimento;
- As experiências a serem sistematizadas deverão ser representativas da identidade local, evidenciar os aspectos inovadores nas metodologias utilizadas, bem como aqueles voltados a extensão e desenvolvimento rural.

As relações dessas experiências encontram-se sistematizadas a partir do Capítulo 03, conforme poderão ser conferidas.

TRABALHO DE CAMPO:

Considerada a parte mais importante do projeto, o trabalho de campo diz respeito ao acompanhamento e à vivência das experiências a serem sistematizadas pela equipe sistematizadora, com aplicação de metodologias participativas de sistematização. Nessa fase, a partir dos eixos sistematizadores, buscou-se evidenciar os aspectos inovadores e aqueles voltados à agricultura familiar e à extensão rural, e que são fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

Essa etapa também se refere ao trabalho de redação das Experiências sistematizadas, com a síntese do debate desenvolvido.

COMUNICAÇÃO DO PROJETO:

Refere-se à parte de disponibilização do conhecimento gerado, o qual será desenvolvido de três formas. O primeiro é de forma digital, disponível através do Portal de Experiências em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Metodologias de Extensão Rural. Outra forma de comunicação do resultado do projeto deverá ser física, envolvendo a elaboração de Folder relativo às experiências, vídeos ou apresentações com as imagens das experiências sistematizadas. Essa comunicação também corresponde à divulgação, feita por meio deste livro, de todo o histórico e os resultados do projeto.

Por último será desenvolvido um seminário de apresentação e discussão das experiências, o qual reunirá os participantes das experiências, a equipe participante, além de estudantes, pesquisadores e lideranças da região. Aliado a isso algumas publicações estão sendo geradas e disponíveis na própria Home Page do projeto, e também comunicadas em congressos e eventos científicos relacionados aos temas subjacentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural apresenta especificidades em cada contexto político, econômico, social e cultural de cada local, assim como se efetiva em um processo que conjuga ações, projetos construídos e desenvolvidos pela diversidade de atores sociais. Percebe-se que, independente de um local ser considerado desenvolvido pelas estatísticas brasileiras, o processo de desenvolvimento acontece nas microrelações e no contexto microsociedade. Além disso, o desenvolvimento ocorre a partir da transformação de um conjunto de fatores que busquem a qualidade de vida dos sujeitos.

Assim, inúmeras ações são desenvolvidas nas diversas regiões brasileiras que mobilizam e efetivam o desenvolvimento rural. Contudo, dificilmente são experiências sistematizadas e apresentadas como possibilidades de socializar os projetos que podem

ser replicados em outros contextos. Por isso, a sistematização permite que as ações e os atores envolvidos sejam valorizados, proporcionando visibilidade as estratégias adotadas nas comunidades rurais, além de potencializar a identidades locais. Dessa forma, o presente projeto constitui um instrumento de afirmação de uma identidade regional construída pela diversidade de vozes que possibilita o desenvolvimento rural na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

6. REFERÊNCIAS

ABA/AGROECOLOGIA. Construção do conhecimento Agroecológico - CCA: aprendendo com práticas inovadoras de Educação, Pesquisa e ATER. Brasília, 2009. 14 p.

BALEM, T. & SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma política Pública. Disponível em <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>. Acesso em 11/03/2012.

NEUMANN, P. S. O processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na região central do RS. In.: FROELICH, J.M & DIESEL, V. (Orgs). Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. 311 p.

ECKERT, C. Orientação para elaboração de sistematização de experiências. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008.46 p.

CAPÍTULO 02

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES E UMA FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO

Cordula Eckert¹

Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) apontam que, de um total de 441.467 estabelecimentos rurais existentes no Estado do RS, 85,75% são enquadrados como de agricultura familiar², detendo apenas 30,55% da área. Esse segmento da agricultura familiar, apoiado por políticas públicas e por ações da assistência técnica e extensão rural, tem mantido e reforçado seu espaço na agricultura gaúcha, mas com vários problemas que exigem atenção como, por exemplo, restrições vinculadas ao tamanho da unidade de produção familiar, às características do agroecossistema e a problemas de solo, manejo, baixa produtividade, acesso a mercados e baixos preços, os quais podem comprometer o processo de reprodução social dessas famílias.

Outro problema observado é o processo de migração dos jovens para as cidades, com reflexos na diminuição da população rural, que hoje representa apenas 18% do total do Estado (IBGE/PNAD, 2009), no envelhecimento dessa população e nas dificuldades vivenciadas para a garantia da sucessão familiar.

No meio rural do Rio Grande do Sul, também se verifica a pobreza extrema, concentrando 3,3% do total de pobres, maior do que o 1,8% constatado no meio urbano. Apesar de haver uma tendência de queda acentuada da pobreza extrema no meio rural (a redução passou de 10,4% em 2001 para 3,3% em 2009), em termos absolutos, ainda são 77 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, de um total de 451.746 no Estado (MDS, 2012).

¹ Engenheira Agrônoma, Mestre, lotada na Gerência de Planejamento do Escritório Central da Emater/RS-Ascar. Porto Alegre/RS. E-mail: cordula@emater.tche.br.

² Conforme definições da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Tendo como referência padrões de qualidade de vida e de geração de renda, observa-se que alguns indicadores referentes ao meio rural do Estado do Rio Grande do Sul demonstram que ainda há muito para avançar.

Para reverter esses problemas, instituições unem-se na busca de programas e de projetos de desenvolvimento rural envolvendo comunidades, municípios, regiões e territórios. São articuladas instâncias como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede), os Conselhos de Desenvolvimento Territorial e outras que buscam unir esforços visando à construção de alternativas que viabilizem processos de desenvolvimento.

Nesse processo de elaboração de alternativas, verificam-se muitas frustrações e insucessos, devido a dificuldades de aglutinação dos esforços das entidades, falta e/ou desperdício de recursos financeiros para implantação das propostas, falta de continuidade na execução dos projetos, com mudanças ou interrupção das atividades em função de renovação dos quadros dirigentes. É de se perguntar quantos bilhões de reais são desperdiçados em políticas públicas equivocadas e que não resultaram nos objetivos esperados. Ou quantos bilhões deixam de ter resultados efetivos por interrupção nas políticas públicas, em função de mudanças dos seus gestores. Porém, existem experiências nas quais os resultados foram muito positivos, verificando-se uma conjunção de esforços e de recursos em busca de um objetivo comum, a capacidade de continuidade na execução de um projeto, ultrapassando mandatos e gestões.

Como mapear as experiências bem sucedidas e identificar por que foram bem sucedidas ao lado de outras que não vingaram? Considera-se que, provavelmente, todas as experiências tiveram seus problemas, seus conflitos e suas dificuldades, e que a razão pela qual uma obteve resultados positivos foi, talvez, pelo fato de esses conflitos terem sido enfrentados, as dificuldades terem sido contornadas e os problemas, superados.

Também podem ser identificadas experiências inovadoras, que estão em curso, mas que já apresentam características interessantes para a sua reprodução. Experiências com resultados negativos também podem ser sistematizadas, com vistas à identificação justamente dos aspectos que resultaram na frustração ou no fracasso dos processos vividos. Cabe destacar que a tendência é que sejam sistematizadas experiências consideradas exitosas e, nessas sistematizações, destacados os aspectos positivos dessas experiências, perdendo-se, dessa forma, uma rica oportunidade de discussão de aspectos negativos e problemas que também impactam esses processos.

Uma das dificuldades para se aprender com outras experiências executadas é a falta de registro e de divulgação desses processos, limitando-se o seu conhecimento a um público restrito que, em geral, são aqueles que estão diretamente envolvidos. Essa perda de memória não abrange apenas projetos e processos executados por uma comunidade, um município ou uma região, ela atinge também experiências vividas pelos agricultores nas suas unidades de produção familiar, na sua vida cotidiana, na qual saberes são construídos, soluções são desenvolvidas e tecnologias são adaptadas às suas condições

e necessidades. Esses conhecimentos são transmitidos através das gerações, constituindo-se como um saber popular, em geral, restrito ao ambiente familiar e comunitário.

Coloca-se, então, a seguinte questão: Como resgatar essas experiências vividas, os processos implantados, as opções tomadas para resolver problemas e adaptar soluções? Uma ferramenta importante para o processo de resgate de experiências é a Sistematização de Experiências, que iniciou como uma prática de educação popular na década de 1980, no México, quando profissionais sentiram a necessidade de recuperar e comunicar experiências sobre as quais vinham trabalhando há alguns anos, gerando lições que não estavam sendo devidamente divulgadas e tampouco replicadas (PESA, 2004). Jara (2012a) indica que as primeiras abordagens sobre Sistematização na América Latina provêm do campo do Trabalho Social, na sua constituição como disciplina científica e profissional.

Com a intenção de obter informações de experiências bem sucedidas, periodicamente são lançados editais, seja em âmbito regional ou internacional. Esses editais financiam ou fornecem prêmios para a sistematização visando a identificar e a documentar experiências para posterior divulgação e formulação de políticas públicas. Nessa perspectiva, o Grupo Chorlavi lança, periodicamente, edital em nível de América Latina, financiando a sistematização de experiências bem sucedidas com temáticas pré-definidas. Essa estratégia também é utilizada pelo Fondo Regional de Tecnología Agropecuaria (Fontagro), conjuntamente com seus patrocinadores, o Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, para 2012, anuncia o Concurso de Casos Exitosos de Inovações para a Agricultura Familiar.

A sistematização também tem sido muito utilizada pelas entidades que defendem uma agricultura de base ecológica, por propiciar que saberes populares e tradicionais sejam resgatados e compartilhados, contribuindo para o aprendizado coletivo de instituições, redes e movimentos sociais promotores da agroecologia (CHAVEZ, 2007).

Como incentivo à sistematização pode-se citar o concurso de sistematização de experiências lançado pelo Dater/MDA, em 2004, que selecionou e premiou 50 experiências no Brasil. No Rio Grande do Sul, destaca-se a Emater/RS-Ascar, entidade que representa o serviço de extensão rural e assistência técnica oficial no Estado do Rio Grande do Sul, que, a partir de 1999, começou a incentivar a elaboração de sistematizações de experiências relevantes, conduzidas por extensionistas rurais no campo da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável (ECKERT, 2007). Também se pode citar a Agroecologia em Rede, que é um sistema de informações sobre iniciativas em Agroecologia e composto por três bancos de dados interligados entre si: o Banco de Experiências, o Banco de Pesquisas e o Banco de Contatos (pessoais e institucionais), organizados pela Associação Nacional de Agroecologia (ANA) e pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

1. O QUE É A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS?

Segundo Martinic (1984, p. 2), a sistematização de experiências é [...] um processo de reflexão que pretende ordenar e organizar o que tem sido a trajetória, os processos, os resultados de um projeto, buscando nessa dinâmica as dimensões que podem explicar o curso que assumiu o trabalho realizado. Assim, a sistematização é entendida como um processo que permite a percepção de como se desenrolou essa experiência, a trajetória percorrida e os resultados alcançados. Essas reflexões ordenadas oportunizarão que as lições geradas nessa sistematização sejam divulgadas, colaborando para a concepção de processos de planejamento envolvendo outros atores e entidades que não os diretamente envolvidos.

No conceito adotado pelo Grupo Chorlavi (2006), há uma ênfase às lições aprendidas com o processo de sistematização e que contribuem para melhorar a própria ação. Segundo o Grupo Chorlavi (2006, p. 2), a sistematização é

um processo de ordenamento e reflexão crítica a partir de uma ou mais experiências, em relação a uma pergunta ou preocupação pré-definida, com a participação dos atores locais e orientada à geração de lições aprendidas que permitam melhorar a própria ação, assim como contribuir para um corpo mais amplo de conhecimentos.

Já segundo Jara (2006, p. 24), sistematização é

aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Com a sistematização, procura-se entender como de fato aconteceram as experiências e por que elas aconteceram da forma que aconteceram. E essas análises podem ser realizadas comparativamente, envolvendo temáticas similares (mesmo que envolvendo públicos e áreas geográficas distintas, observando o que elas têm em comum e o que as distingue). Com esse conceito, busca-se entender a lógica interna dos processos vividos, produzindo-se um novo conhecimento, a partir das interpretações que os sujeitos têm sobre eles (JARA, 2006, p. 25).

Ao sistematizar, diz Jara (2006, p. 25) “as pessoas recuperam de maneira ordenada o que *já sabem* sobre sua experiência, descobrem o que *ainda não sabem sobre ela*, mas também revela-se o que *ainda não sabiam que já sabiam*, contribuindo para o empoderamento dessas pessoas em relação à sua própria história.

É através do encontro dos olhares dos diferentes atores envolvidos que se (re) constrói o que foi a experiência, seus objetivos, o que e como aconteceu, as dinâmicas adotadas no decorrer de seu processo, os resultados obtidos, os erros, os avanços e a definição de novas estratégias para sua continuidade. Nesse processo de recuperação

do vivido deve ser propiciado que, através do uso de metodologias participativas, seja permitida a manifestação crítica dos diferentes participantes da experiência, o que não significa, necessariamente, a obrigatoriedade de opiniões consensuais.

No Guia da Fidamerica, sobre sistematização, é sugerido um momento para a construção de alguns consensos, a partir da diversidade inicial de pontos de vista (BERDEGUÉ et al., 2002). Todavia, considera-se mais apropriada a busca de convergências do que propriamente de consensos, entendendo-se, inclusive, que, na sistematização, possam aparecer os pontos divergentes e os motivos dessas divergências.

Quanto à exigência do envolvimento direto dos atores no processo a ser sistematizado, isso não significa, segundo Jara (2006), que todos devam ter participado do mesmo modo da experiência. Diferentes atores podem ter desempenhado diferentes papéis, mas o importante é justamente buscar e reunir esses diferentes olhares. Assim, a participação de quem viveu a experiência estabelece-se como um pré-requisito diferenciado, visto que a sistematização não pode ser realizada por quem não a viveu diretamente. São os próprios atores envolvidos que contribuem para a recuperação do que aconteceu na experiência.

Isso não impede a participação de algum apoio externo, seja na condução metodológica da sistematização, seja na elaboração do produto da sistematização (livreto, vídeo, etc.). Pode haver a participação de pessoas externas à experiência, de técnicos que ajudem na coleta de informações e na organização de todo o processo da sistematização, e também na fase final da escrita, mas não podem eles sozinhos assumir esse processo de sistematização.

Outro pré-requisito é uma reflexão sobre o que aconteceu. Assim, diferentemente de um simples relato, o processo de sistematização propõe que os atores reflitam por que os acontecimentos deram-se dessa forma, quais os fatores envolvidos e as motivações para as tomadas de decisão, resultando na construção social de novas aprendizagens e de novos conhecimentos.

Um terceiro pré-requisito, defendido por diversos autores, é a intencionalidade transformadora intrínseca do processo de sistematização (COOPERATIVA CEPEP, 2010, p.). Segundo Jara (2012b, p. 69), o fator transformador não é a sistematização em si mesma, mas sim o fato de que as pessoas, sistematizando, fortalecem sua capacidade de impulsionar a práxis transformadora. Ademais a sistematização pode contribuir para a transformação das práticas que são sistematizadas, na medida em que possibilita um distanciamento crítico sobre elas.

Assim, ao se propor a sistematização de uma experiência, deve-se buscar que esse processo permita recuperar o que aconteceu, ordenar as informações e refletir sobre o processo vivido, visando a extrair lições e definir novas estratégias com vistas ao (re)planejamento dessa ação. Nessa perspectiva, a sistematização passa a ser uma ferramenta para melhorar o próprio planejamento da experiência, permitindo uma redefinição de rumos, de objetivos e de estratégias. Desse modo,

a sistematização também contribui para a (re)definição de políticas públicas, de programas e de projetos.

Uma sistematização ainda apresenta uma quarta característica, ou talvez seja melhor denominar de etapa, que é a socialização e a apropriação social dos resultados por parte de outros públicos que não os diretamente envolvidos na experiência. A partir da sistematização de diversas experiências, são obtidos documentos elaborados, que colaboram para a construção de conhecimentos que anteriormente estavam restritos apenas às pessoas diretamente envolvidas nessas experiências. Esses documentos podem ter as mais diversas formas, seja através de textos impressos em livros, revistas, filmes, materiais gráficos etc.

2. A SISTEMATIZAÇÃO COMO UM DIÁLOGO DE SABERES

Para o processo de sistematização, Jara (2006) apresenta uma proposta em cinco tempos e que inclui: o ponto de partida; as perguntas iniciais; a recuperação do processo vivido; a reflexão de fundo; e os pontos de chegada.

O ponto de partida contempla a identificação dos atores envolvidos na experiência e a juntada dos registros da experiência, dos dados, informações e relatórios já disponíveis. Nessa fase, acontece um momento decisivo da sistematização. Refere-se à definição do seu *foco*. Depois de definida a experiência a ser sistematizada, o importante é saber sob qual enfoque se quer sistematizá-la, relacionado com o objetivo com que vai ser feita a sistematização³.

O segundo momento refere-se à identificação e à definição do *foco* da sistematização, relacionado, também, com o objetivo com que vai ser feita a sistematização. Trata-se de definir por que se quer sistematizar essa experiência, que objetivos e resultados se quer atingir, o tempo de abrangência, ou seja, definições que vão orientar o que se quer sistematizar.

O terceiro momento, sobre o enfoque já anteriormente definido, é o da reconstrução de forma ordenada do que aconteceu, como aconteceu e o papel dos diferentes atores no processo. Ocorre, assim, a identificação das principais etapas (que pode ser por ordem cronológica) e das mudanças vividas pela experiência.

O quarto momento é o de reflexão, junto aos atores envolvidos. Busca-se compreender por que os acontecimentos vividos pela experiência aconteceram dessa forma, por que foram adotadas algumas estratégias, quais foram os seus efeitos, e como se deu a articulação para as tomadas de decisão.

³ Considerando que uma mesma experiência pode ser sistematizada sob diversos e diferentes ângulos, a definição do foco sob a qual se pretende sistematizar a experiência é uma construção teórica do(s) autor(es) com a participação dos atores envolvidos, a partir de um problema definido também teoricamente. (ECKERT, 2008)

Por fim, o quinto momento é o dos pontos de chegada para a formulação de conclusões e da elaboração de um produto para divulgação da experiência sistematizada e dos dados obtidos, dos resultados atingidos e das lições extraídas. Essa divulgação é direcionada tanto para o público da própria experiência como para o público externo.

Nesse processo de sistematização, é fundamental o papel dos atores, diretamente envolvidos na experiência, a quem cabe recuperar os processos vividos e dar entendibilidade às estratégias adotadas nas diversas etapas dessa experiência. Dar oportunidade para que todos se manifestem é uma das tarefas do grupo de apoio, constituído por profissionais que possam assessorar e fortalecer o processo.

Es este equipo el que, mediante procesos de negociación, establece lo que quiere saber de la práctica, define los ejes de sistematización y en muchas ocasiones es el encargado de diseñar el proyecto. (URIBE; ATEHORTUA, 2011, p. 31)

Nessa relação entre a equipe de apoio e os participantes diretos da experiência deve haver o devido cuidado de respeitar a opinião dos últimos, não sobrepondo o olhar dos técnicos ao olhar dos agricultores. Os cuidados a que se refere quando se pensa na sistematização vão desde a formulação das perguntas até as oportunidades construídas para as manifestações, a seleção das falas e dos registros e a análise de todos esses dados.

Quanto às formulações de perguntas que devem ser elaboradas para o levantamento das informações, Freire (1985) destaca que

um dos pontos de partida para a formação de um educador ou de uma educadora, numa perspectiva libertadora, democrática, seria essa coisa aparentemente tão simples: O que é perguntar? [...] insistamos, porém, que o centro da questão não está em fazer com a pergunta o que é perguntar? um jogo intelectual, mas viver a pergunta, viver a indagação, viver a curiosidade.... (FREIRE, 1985, p.47-48)

Ademais, para Freire,

uma educação de perguntas é a única educação criativa e apta à capacidade humana de assombrar-se, de responder ao seu assombro e resolver seus verdadeiros problemas essenciais, existências. É o próprio conhecimento. (FREIRE, 1985, p. 52)

Assim, Freire (1985) contrapõe uma pedagogia da pergunta a uma pedagogia da resposta, já que esta última burocratiza a pergunta, prevendo de antemão respostas à pergunta que se fará. Desse modo, entende-se que é necessário dar oportunidade a que os participantes diretos do processo possam ir apresentando e (re)compondo suas próprias interpretações acerca de como se deu a experiência e por que se deu daquele jeito e não de outro.

Segundo afirma Freire (2011, p. 79),

a subjetividade tem que ser mobilizada [...] [visto] que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção. [...] Desta forma, nas suas visões de fundo, vão destacando percebidos e voltando sua reflexão sobre eles. [...] O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer percebido, se destaca e assume o caráter de problemas, portanto, de desafios.

Sendo assim,

a partir deste momento, o percebido destacado já é objeto da admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento. (FREIRE, 1987, p.71)

Então, nesse processo, podem surgir diferenças, divergências e inclusive conflitos entre os diversos atores envolvidos, cabendo ao grupo de apoio permitir que essas diferentes manifestações expressem-se, respeitando a própria linguagem popular. Outro aspecto importante é a compreensão da resposta dada, existindo uma tendência dos intelectuais de não ouvir ou de ouvir aquilo que querem ouvir, fazendo prevalecer assim o próprio ponto de vista às respostas dadas. Ou seja, há o risco de que o técnico interprete as manifestações dos diversos atores, acomodando essas interpretações ao seu próprio ponto de vista.

Rubens Alves, em um vídeo intitulado *Escutatória*, fala da dificuldade de se ouvir. Que todos querem aprender a falar, mas não a ouvir. E acrescenta que, enquanto a pessoa está falando, mentalmente já se está contra-argumentando e pensando que tudo aquilo que está sendo dito já se sabia e se sabia muito melhor.

Nesse sentido, Freire (1987) nos fala do diálogo como um encontro entre os homens, como um caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens, que não pode se tornar simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes, que também não é uma discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que buscam impor a sua verdade. Diálogo deve ser um ato de criação, exigindo um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação (FREIRE, 1987).

O diálogo exige humildade, pois, conforme questiona Freire (1987), como posso dialogar se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar se me admito como um homem virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço *outros eu*? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação...? A autossuficiência é incompatível com o diálogo, neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 1987, p. 112).

A fé nos homens é um dado *a priori* no diálogo. Sem essa fé nos homens, o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente

paternalista. O diálogo também exige a confiança entre os sujeitos, e não existe sem a esperança, mas é sim o encontro dos homens para *ser mais*”(FREIRE, 1987, p. 114). Finalmente, diz Freire (1987, p. 82), não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico.

Com base nessas reflexões de Paulo Freire, entende-se a sistematização como um encontro de olhares de distintos atores, que podem apresentar diferenças entre si, e que se deve exercer o diálogo como um exercício para um encontro desses olhares, com o objetivo de que possam se expressar. Considerando a mediação da equipe de técnicos na elaboração da sistematização, ressalta-se o cuidado que essa equipe deve ter para não fazer prevalecer o seu olhar sobre o dos protagonistas da experiência.

3. FERRAMENTAS PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Para facilitar o diálogo e a participação de diferentes tipos de atores, diversas ferramentas metodológicas estão disponíveis, muitas das quais são identificadas com o diagnóstico rural participativo (DRP). Mas isso não significa que tenha de ser aplicado todo o DRP, e sim o uso de algumas técnicas ou ferramentas vinculadas com esse tipo de diagnóstico. Essas ferramentas são úteis tanto para as etapas de reconstrução dos processos vividos como para a fase de (re)planejamento das atividades a serem executadas no âmbito da experiência.

Algumas sugestões de ferramentas a serem utilizadas são:

- **DIAGRAMA DE VENN:** Para a definição dos atores envolvidos, uma ferramenta interessante é o Diagrama de Venn, que identifica os grupos organizados da comunidade e as relações que estes têm entre si e com outras instituições locais e regionais fora da comunidade. Através desse Diagrama (Figura 3), podem-se visualizar todos os atores envolvidos na experiência, para, após, selecionar aqueles que devem participar do processo de sistematização.



Figura 3: Diagrama de Venn

Fonte: Adaptado de VERDEJO, 2006, p. 37

Objetivo (VERDEJO, 2006, p. 19):

Colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros da comunidade e as instituições para reconhecer a importância desses fatores nos processos de decisão e desenvolvimento comunitário.

- **REUNIÕES E TRABALHOS EM GRUPO:** Nas reuniões para levantamento de informações, em uma experiência que envolve diferentes atores com diferenças de gênero, idade e posição social, é recomendável a realização de trabalhos com uma divisão de grupos que evitem esses constrangimentos. Separando, por exemplo, homens, mulheres, jovens, ou pessoas com diferentes posições sociais, permitindo que possam se pronunciar separadamente, evitando situações de constrangimento. Reuniões com grupos separados facilitam abordagem de conflitos e de diferenças de interesses entre os atores envolvidos, inclusive, muitas vezes afetando relações de poder. Em uma experiência, por exemplo, podem participar os agricultores, a prefeitura municipal, os líderes sindicais e de associações ou de cooperativas, envolvendo relações de mando e de poder que podem intimidar manifestações de críticas a essas instâncias.
- **ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:** A entrevista semiestruturada é uma ferramenta interessante quando se quer levantar opiniões individuais ou de pequenos grupos. Quando a experiência envolve, por exemplo, um estabelecimento, pode-se utilizar a entrevista para levantar os dados junto à família. A entrevista pode ser com toda a família, ao mesmo tempo, ou com os grupos da família, separadamente. A entrevista é identificada como semiestruturada pelo fato de constar de um roteiro de perguntas previamente definidas, às quais se agregam perguntas que surgem no decorrer da entrevista.
- **VISUALIZAÇÃO MÓVEL:** Para diminuir o impacto da individualização da informação, uma ferramenta importante é o uso da visualização móvel. São elaboradas perguntas orientadas, e que vão sendo respondidas com o uso de tarjetas que vão sendo preenchidas com as opiniões das pessoas e que, dispostas em um painel, representam o conjunto das informações levantadas (Figura 4). Essas informações são posteriormente organizadas por temas/aspectos em nuvens, e que vão compondo a totalidade das opiniões dadas. O uso da visualização móvel facilita que todos se pronunciem, mesmo os mais tímidos, sem se sentirem tão expostos nas suas manifestações.



Figura 4: Atividade de Visualização Móvel

Fonte: Arquivo de Imagens do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul

- **CALENÁRIO HISTÓRICO:** Para a recuperação do processo vivido, uma ferramenta importante é a elaboração do Calendário Histórico, que facilita visualizar as diversas fases pelas quais a experiência passou, considerando aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e os grandes momentos de ruptura e de crise.

Objetivo (VERDEJO, 2006, p. 17):

Visualizar fatos, experiências e mudanças que influíram de forma decisiva sobre o desenvolvimento comunitário e o uso de recursos naturais.

DATA PERÍODO	FATORES AMBIENTAIS	FATORES SOCIAL/CULTURAL	ECONÔMICOS	CRISES
1910		Bodega São Pedro Pescavam melhor		
1945	Dragagem canal existia + peixe	Telefone	Influência vapor	
1955	Parou dragagem		Parou vapor Pescava bagre/tainha	Parada vapor
1955/62		Sobraram 2 famílias	Ponte	

1962		Retorno das famílias Associação a colônia	Dívida de impostos	Danificação da rede alta tensão
1965	Diminuição peixe tainha/bagre	Troca local comunidade Doação área Mazon	Dívida de impostos cedência da área Danificação da rede alta tensão	Danificação da rede alta tensão
1982			Luz elétrica Mariana	
1985/86	Assentamento Barra Pesca de jundiá e traíra		Saída pesca Mos- tardas	
1990	Surgiu viola		Diminuiu tainha	
1994	Seca / salga da lagoa Morte peixe		Fim pesca tainha/ bagre	Salinização da lagoa

- **TABELAS:** Podem ser utilizadas tabelas para se visualizar o que aconteceu, os motivos, o que foi feito, quem fez, quando e quais os resultados obtidos, facilitando a organização dos dados a serem levantados.

O QUE ACONTECEU?	POR QUE ACONTECEU?	O QUE FOI FEITO?	QUEM FEZ?	QUANDO?	RESULTADOS

Outra sugestão para a recuperação do acontecido por etapas pode ser: data, fato/ como ocorreu (o quê?), atores (quem?), resultados positivos ou negativos (aprendiza- gens), perguntas/dúvidas.

Nome da etapa:

ETAPA	FATO/COMO OCORREU (O QUÊ?)	ATORES (QUEM?)	RESULTADOS POSITIVOS OU NEGATIVOS (APRENDIZAGENS)	PERGUNTAS/DÚVIDAS

Ver: AMA, MMA, 2004, p. 29

- FOFA: Uma ferramenta simplificada de promoção da participação é a FOFA, que faz um diagnóstico dos ambientes interno e externo, com as quais se defronta um grupo, uma comunidade, uma instituição, uma entidade ou uma determinada situação. Os condicionantes analisados no ambiente interno são chamados de FORTALEZAS/ FRAQUEZAS, enquanto os externos são OPORTUNIDADES/AMEAÇAS.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
FORTALEZAS • •	OPORTUNIDADES • •
FRAQUEZAS • •	AMEAÇAS • •

A FOFA facilita a expressão e a visualização de problemas e dificuldades, e também é um interessante instrumento auxiliar para o processo de (re)planejamento da experiência. Tendo como apoio as fortalezas, o planejamento deve prever, contornar ou debelar as fraquezas, e, apoiado nas oportunidades, eliminar ou evitar as ameaças.

Várias outras ferramentas podem ser utilizadas, conforme a temática e as especificidades de cada experiência, podendo ser consultado, por exemplo, o Guia Prático do Verdejo, sobre Diagnóstico rural participativo (2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização de experiências é uma ferramenta importante para a preservação de saberes, recuperados a partir de experiências concretas vividas, sendo especialmente valorizada para a construção de conhecimentos de base ecológica e de processos de educação popular. Essas experiências podem ser as mais diversas e envolvendo qualquer tipo de público.

A sistematização é um processo que exige a participação dos atores envolvidos e, mais do que isso, que seus olhares sejam respeitados pela equipe técnica de apoio da sistematização. Para facilitar a expressão dos atores envolvidos, estão disponíveis vários tipos de ferramentas que podem ser utilizadas.

Os cuidados a se ter nesse processo vão desde a formulação das perguntas sobre a seleção de ferramentas adequadas às características da experiência, permitindo e facilitando a expressão da diversidade dos atores envolvidos, até a interpretação e a síntese das informações levantadas. Como na fase de interpretação e síntese também pode ocorrer ingerência ou o predomínio do olhar da equipe técnica, é importante um momento

de validação dos resultados obtidos e construídos pelos atores envolvidos no processo de sistematização. Esse momento de validação pode ser feito através de reunião com a discussão e a revisão dos resultados obtidos e elaborados pela equipe técnica de apoio.

Por fim, a sistematização tem de ser um processo contínuo e que se compõe de levantamento de dados, conforme o foco definido, a reflexão, a construção de achados, a divulgação e a socialização dos achados e o (re)planejamento das atividades a serem desenvolvidas para melhorar a experiência. Isso porque, como diz Jara (2004, p. 3), a sistematização es una comprensión crítica de cómo se pusieron en juego los diferentes componentes y factores presentes en la experiencia, para poder enfrentarla ahora con una visión de transformación.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Escutatória**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=AegC1RAi4Zg>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BERDEGUÉ, Júlio A.; OCAMPO, Ada; ESCOBAR, Germán. **Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural: guía metodológica**. 2. ed. Santiago, Chile: FIDAMERICA; PREVEL, 2007. Disponível em:<http://preval.org/files/guia_metodologica.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2007.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: ASPTA, 2007.

ECKERT, Cordula. **Orientações para elaboração de sistematização de experiências**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008. 35 p.

ECKERT, Cordula (Coord.). **Sistematização de experiência, uma nova prática na Emater/RS-Ascar: apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências**. Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2007. 164 p. (Série Realidade Rural, n. 49). ISSN 1088-0219. Disponível em:<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Vol.%2049%20-%20Sis-tematizacao%20de%20Experiencias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

H. JARA, Oscar. **Aprender de nuestras experiencias: um desafio político-pedagógico**. Centro de Estudios y Publicaciones Alforja. San José, Costa Rica, 2004.

_____. **La sistematización de experiencias: práctica y teoría para otros mundos posibles**. CEAAL; CEP Alforja; Intermon Oxfam, 2012.

_____. **La sistematización de experiencias: aspectos teóricos y metodológicos**. Entrevista a Oscar Jara. **Revista Decisio**, Bogotá, n. 70, p. 67-74, jan./abr. 2011.

_____. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2009. 777 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011-2009. 1 CD-ROM.

MARTINIC, Sérgio. **Algunas categorías de análisis para la sistematización**. Santiago, Chile: CIDE-FLACSO, 1984.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Departamento do Cadastro Único. **Quantitativo de famílias cadastradas e beneficiárias do PBF, em área rural do Rio Grande do Sul, por faixa de renda per capita em folha de pagamento do PBF de março de 2012**. [consulta por telefone].

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto de Apoio ao monitoramento e análise (AMA). **Oficina de Intercâmbio e Capacitação em Sistematização de Experiências**. Brasília, 5 de novembro de 2004.

PROGRAMA ESPECIAL PARA LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN CENTROAMÉRICA (PESA). **Guia metodológico de sistematização**. Honduras: FAO, 2004.

URIBE, D.M.L. E AYEHORTUA, G. J. Los pasos en el camino de la sistematización. **Revista Decisio**, Bogotá, n. 70, p. 30-36, jan./abr. 2011.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Revisão de Décio Souza Cotrim e Ladjane de Fatima Ramos. Brasília, DF: MDA, 2010. 65 p.

CAPÍTULO 03

ÁREA TEMÁTICA LAZER E ENTRETENIMENTO NO MEIO RURAL

As experiências selecionadas para o eixo de lazer e entretenimento no meio rural foram aquelas que de alguma forma dialogam com algum setor produtivo, ou possuem uma abordagem social ou cultural específica. Inevitavelmente, as experiências escolhidas deveriam ter, em seus aspectos, a integração das pessoas com outras famílias, com a realidade social e, por que não dizer, consigo. Também, buscaram-se experiências que apresentassem envolvimento de um grande número de pessoas, comunidades rurais, ao mesmo tempo em que tivessem a característica da unicidade. E deviam ter algo de peculiar, seja uma ideia, um método ou mesmo uma estratégia específica de desenvolvimento.

A experiência do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rincão de Santo Antonio – Jari, caracteriza-se por buscar, na ação coletiva, meios para fortalecer seus vínculos de amizade dentro de uma perspectiva de valorização das mulheres rurais. Se no início os resultados esperados estavam relacionados unicamente ao reconhecimento da condição de agricultora, através do lazer proporcionado pelos encontros, atualmente a organização avançou em outros estágios que nem mesmo eram esperados. Essa condição é obtida pela melhoria da autoestima das envolvidas, a qualificação política, o reconhecimento, a inclusão produtiva e, até mesmo, a participação nos mercados.

Outra experiência de lazer que também possui traços da questão de gênero, aliados a aspectos culturais e gastronômicos, é a do Café Colonial de Guassupi de São Pedro do Sul. Trata-se de um evento idealizado e coordenado pelo Clube de Mães de Guassupi em parceria com a Associação de Agricultores da comunidade, com o objetivo de resgatar e valorizar a culinária, além da valorização do artesanato produzido pelas agricultoras. O evento ganhou tanta notoriedade, que já é reconhecido pelo Calendário de Eventos do município, sendo caracterizado pela capacidade de encontro e valorização dos aspectos da segurança alimentar e do conhecimento acumulado pelas famílias.

Relativo aos aspectos produtivos, ganha relevância a Experiência do Dia da Marcação de Dilermando de Aguiar. A Pecuária de Corte por muito tempo foi a atividade mais expressiva do ponto de vista econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Ela carregava

consigo uma série de atividades que faziam e fazem parte do cotidiano do gaúcho, mas que aos poucos vem sendo abandonadas em função de tecnologias modernas. Essas atividades, tal como a Marcação a Pealo, realizada na propriedade de Maria Heroína Vieira do Severo, além de prática de manejo, também proporcionam a diversão dos peões e a recreação entre as famílias, considerada uma grande festa com churrasco, causos e música. Ainda é tempo de cultivar essas tradições e reviver significa valorizar práticas que marcam a história dos povos sulinos.

Em relação às experiências com caráter de lazer comunitário destacam-se especialmente duas. De um lado o Carnaval da Vaca em Cacequi, considerado como uma estratégia de apenas uma comunidade rural, como forma de buscar a integração através de sua própria maneira de participar da maior festa de Caráter Nacional do País. A festa representa a comunidade valorizando suas próprias formas de organização, de criatividade e de estratégias para melhorar a própria infraestrutura de lazer. Pelo sucesso que vem tendo, o Carnaval da Vaca transcende a esfera local, recebendo foliões de diversas cidades da região.

A outra experiência, e que é reconhecida na maioria dos municípios, tem sido os Jogos Rurais. Esses eventos foram criados como forma de envolver a família rural, valorizar o trabalho e a cultura do campo, além de ser um espaço de lazer e entretenimento para as famílias. Durante um dia, são praticadas diversas atividades esportivas, além de atividades típicas realizadas no meio rural, num sistema de competições entre comunidades. Os locais-sede são escolhidos pela participação em edições anteriores, através de um sistema de rodízio entre as comunidades. Para a comunidade organizadora, reverterem-se vantagens como os recursos financeiros arrecadados e melhorias na infraestrutura (igrejas, salões, estradas, além de outros).

O importante é que cada uma dessas experiências tem algo de peculiar e que denota a forma de viver no campo com qualidade de vida, seja para homens, mulheres ou crianças. As próprias comunidades buscam fortalecer, através do lazer e do entretenimento, não somente aspectos relacionados à sua reprodução social e econômica, mas também a própria identidade cultural, tal como costumes, alimentação, vestimenta e hábitos das famílias rurais.

Para a realização desta sistematização, foram utilizadas, dentre as perguntas guias deste eixo temático, as seguintes:

1. O que diferencia esta experiência e tem proporcionado sua manutenção ao longo do tempo?
2. Quais são os impactos positivos e os limites das experiências para as comunidades?

3.1. GRUPO DE MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO RINCÃO DE SANTO ANTONIO – JARI

Gustavo Pinto da Silva¹

Alex Becker Monteiro²

Márcia Reolon Moroso³

Sabrina Schünke⁴

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres rurais. Organização. Desenvolvimento rural.

1. CONTEXTO

O município de Jari encontra-se localizado na região Central do Rio Grande do Sul, com uma área total de 856,460 Km², distante 400 km de Porto Alegre. Apresenta uma população de 3.575 habitantes, sendo 1.884 homens e 1.691 mulheres, 613 no meio urbano, e 2.962 no meio rural, distribuídos em 19 localidades diferentes.

A grande maioria da população é rural e enquadra-se na categoria de agricultor familiar. Estão distribuídos principalmente na região mais serrana do município, em área limítrofe aos municípios de Santiago, Jaguari, Mata, Toropi e Quevedos. Essa região é caracterizada por um conjunto de montanhas, confundindo-se também com regiões de Planalto na medida em que se afasta do Rebordo da Serra Geral. O solo, apesar de rico em nutrientes, acumulados ao longo de sua formação, apresenta como característica a alta presença de formações rochosas, o que dificulta o seu manejo. A renda é proveniente principalmente da cultura do fumo, e das atividades típicas de subsistência, milho e feijão, através da comercialização de seus excedentes, ou da própria transformação em outros produtos na própria propriedade rural. Outro importante aporte financeiro vem da pecuária familiar, desenvolvida em pequenas áreas de campos, que se mesclam aos espaços desenvolvidos com a produção agrícola.

¹ Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Acadêmico do curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

³ Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Mata.

⁴ Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Jari.

A formação da sociedade que vive nessa região está relacionada, principalmente, a dois processos importantes de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro é o da própria expansão da pecuária nos Campos Sulinos. O município de Tupanciretã, de onde Jari se emancipou, foi conhecido por muitos anos pela importância no setor de produção de Carne. Por muitos anos, Jari foi considerado como um dos caminhos para o deslocamento das tropas, principalmente originadas da Região Oeste. Ao mesmo tempo, o município também apresentava uma série de estâncias de produção pecuária, com áreas que abrangiam diversas quadras de sesmarias. Ao redor dessas sesmarias, formou-se um conjunto de pequenas propriedades, que faziam a produção de subsistência, para ser comercializada em grandes propriedades ou deslocada, em carros de boi, para as cidades que se formavam. Também era dessa região, de onde provinha grande parte da mão de obra utilizada para trabalhar nas unidades pecuárias.

O segundo processo relacionado à ocupação do município é o da colonização das áreas devolutas no Rio Grande do Sul. Essa região localiza-se mais a oeste do município, e fora colonizada por imigrantes poloneses, tchecos e russos, que acompanhavam o povoamento do município de Jaguarí. Trata-se de uma das últimas regiões que foram colonizadas, onde atualmente estão as localidades de Veado Branco e Chácara dos Pintos.

O resultado é uma população que carrega consigo, em suas raízes sociais e culturais, um pouco dessas características herdadas através desses dois processos históricos. De um lado a presença da pecuária de corte, com toda uma série de campos simbólicos, ainda presentes, mesmo que de uma forma não tão expressiva. E, de outro, a presença da agricultura familiar em sua essência, com a diversificação das propriedades, o trabalho familiar, e os bens transmitidos dentro da própria família.

Uma particularidade marcante dessa população são as características e o papel das mulheres na família rural¹. Suas relações terminam dentro da esfera doméstica, na procriação e na educação dos filhos. Ao homem cabe o papel do conhecimento produtivo, as relações externas, o mundo dos negócios, a representação da propriedade, da família e a definição das normas e regras gerais. Aos poucos, essa condição vem mudando, e as mulheres passam a não aceitar mais essa desigualdade de distribuição do poder no relacionamento, na administração da propriedade e nas outras atividades que as rodeiam. Há a necessidade de autoafirmação, de participação e da própria cidadania dos sujeitos, eliminando essa condição de socialmente ocultas. A própria extensão rural tem direcionado esforços para fortalecer o papel desempenhado no mundo sócio-produtivo.

Na busca por esse resgate, um grupo de mulheres encontrou na organização coletiva, o meio de contraposição a essas tendências. A organização dos mesmos interesses, iniciativas e vontades passa a ser o instrumento, de inserção da mulher numa série de

¹ A respeito dessas diferenças de gênero a literatura é farta e inúmeros estudos já foram realizados a respeito do tema.

atividades que fortalecem o processo de autoestima e afirmação, e que contribui na qualidade de vida da própria família rural.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A formação do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais de Rincão do Santo Antonio tem início no ano de 2004, na comunidade de mesmo nome no interior do município de Jari. A formação da Associação de Produtores Rurais data da década de 90, e tinha o objetivo de facilitar ações coletivas relacionadas ao comércio de produtos agropecuários, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Aos poucos, essa Associação, essencialmente masculina, vai incrementando as suas atividades, no sentido de proporcionar lazer aos seus associados, com momentos de encontros nos finais de semana, por meio do jogo de bocha, do carreado, dentre outras diversões.

Nos finais de semana, os homens se reuniam na Associação, mas sem a participação das mulheres, que ficavam em casa, em suas atividades rotineiras. A ausência da mulher na Associação foi o fator fomentador dessa organização. Os cursos de capacitação aconteciam para os homens, e as mulheres não se envolviam neles. Na mesma época, já começavam a se organizar outros grupos de mulheres no próprio município e fora dele. Desse modo, o presidente da Associação daquela época, Gilmar Oliveira de Oliveira, fomentou a iniciativa, sugerindo que sua irmã, Lucimar de Oliveira Cardoso, ficasse encarregada de mobilizar as demais para formar um grupo. Assim, em 29 de janeiro de 2005, aconteceu a primeira reunião do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais de Rincão do Santo Antonio.

O grupo foi formado, inicialmente, por dezoito integrantes², e tinha como objetivo organizar atividades como cursos, jantares e viagens, de modo que se fortalecessem os vínculos entre as participantes, bem como inserir as mulheres na Associação. Assim, poderiam ter tanto momentos de recreação, lazer, como de qualificação e de promoção de suas atividades econômicas. Com o decorrer do tempo, algumas das integrantes pediram para sair do grupo³, ao mesmo tempo em que outras vieram a se integrar⁴, consolidando, até hoje, 17 integrantes que trabalham unidas buscando uma continuidade e um sentido a esse trabalho.

2 Elizete Hoembergher Cardoso, Evani Oliveira Aneze, Etelvina Valau Moreira, Iolanda Almeida, Gláucia Knoll, Elizete Moreira Oliveira, Izaura Moreira, Sara Regina Pinto Oliveira, Marina da Silva Cardoso, Lurdes Terezinha Oliveira de Oliveira, Celeste Almeida Shubert, Sirlene Hoembergher Moreira, Ivanir Pinto da Silva, Maria Oliveira, Elizandra da Silva Cardoso, Rosa Adriane Lubachewski, Marizane Schubert e Regina Oliveira de Oliveira.

3 Marina da Silva Cardoso, Elizandra da Silva Cardoso, Regina Oliveira de Oliveira, Lurdes Terezinha Oliveira de Oliveira, Maria Oliveira e Bruna Guimarães Menezes.

4 Neli de Fátima Jardim de Souza, Jussara Rodrigues de Oliveira, Bruna Guimarães Menezes e Carla Mariéze Ramos de Oliveira.

Desde a sua formação, o grupo já se encontra na quarta diretoria. A primeira teve como presidente Lucimar Oliveira Cardoso, que se manteve frente ao grupo até o dia 12 de dezembro de 2007. Posteriormente, assumiu a diretoria Elizete Hoembergher, que se manteve até o dia 19 de maio de 2009, quando assumiu Rosa Adriane Lubachewski, até o dia 22 de outubro de 2011. Atualmente, a presidente é Izaura Moreira.

Os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades provêm de almoços e outras atividades que são realizadas com esse fim. Também há uma contribuição mensal de cada participante, que fica em poupança, para quando for necessário. Esses recursos garantem os materiais utilizados na realização de cursos, ou mesmo para viagens ou passeios.

2.1 As atividades de qualificação

As mulheres não costumavam se ausentar da propriedade, principalmente para cursos, pois geralmente eram realizados em locais distantes. A organização de um grupo facilitou esses eventos na própria comunidade, não abandonando as atividades diárias, nem suas famílias. No prédio da Associação de Produtores havia as condições para que essas atividades acontecessem. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio Grande do Sul (SENAR/RS) foi procurado, através da Secretaria de Agricultura do município, que elencou uma série de possibilidades que poderiam ser aproveitadas pelo grupo. Assim, foi definido um calendário anual, que contava com atividades justamente nos períodos em que não haveria picos de trabalho nas propriedades rurais.

Os cursos permitiriam melhor ocupação do tempo disponível tanto para a qualificação da própria alimentação da família como para a abertura de um leque de oportunidades econômicas. Oportunidades essas que vão desde o aproveitamento de produtos que muitas vezes eram desperdiçados, até os outros usos de alimentos que feitos até então por falta de conhecimento. Sendo assim, foram realizados os seguintes cursos de qualificação:

- Junho de 2004: Curso de Produção Básica de Hortaliças;
- Junho de 2005: Curso de Processamento de Hortaliças;
- Agosto de 2005: Curso de Artesanato em Palha de Milho;
- Janeiro de 2006: Curso sobre Produção de Embutidos e Defumados;
- Março de 2007: Curso de Fabricação Caseira de Produtos de Higiene e Limpeza;
- Agosto de 2008: Curso de Implantação de Pomar e Tratos Culturais;
- Junho de 2009: Curso sobre Processamento de Frutas;
- Agosto de 2009: Curso de Fabricação de Melado e Açúcar Mascavo;
- Dezembro de 2009: Curso de Produção de Derivados de Leite;
- Janeiro de 2010: Curso de Panificação;
- Setembro de 2011: Curso sobre Comercialização.

Entre os cursos realizados, o curso básico de produção de hortaliças, o de processamento tanto de frutas como de hortaliças, o de panificação, fabricação de derivados do leite e o de produção de defumados e embutidos se sobressaíram. A facilidade de comunicação do instrutor, os resultados atingidos durante a realização do curso, a facilidade de uso e aproveitamento desses produtos na própria propriedade são fatores que podem ser ressaltados e que os diferenciaram dos demais.

Dentre os cursos que não atingiram o resultado esperado, destaca-se o curso de artesanato em palha de milho, no qual o aproveitamento foi mínimo, e as participantes, ao terminarem o curso, consideraram que não se sentiam hábeis para o desenvolvimento dessa atividade. Contudo, ainda há um desejo, entre as mulheres dessa comunidade, de realizar cursos voltados para a produção de artesanato, como macramê, pintura em tecido e confecção em lã.

2.2 Atividades de recreação

O eixo do lazer e da recreação sempre recebeu atenção por parte das participantes. A necessidade de atividades que permitissem o divertimento, o entretenimento ou mesmo a participação voluntária sempre foi uma preocupação, pois preencheria uma lacuna do aprender a ser, do viver com os outros, do conhecer e do pensar. Entre as principais atividades de lazer e recreação, encontra-se a realização do Amigo Secreto, que sempre ocorre no mês de dezembro de cada ano, desde 2004. Paralelo à realização dessa atividade, acontece um almoço festivo e de confraternização, que conta com a participação não só das participantes do grupo mas de toda a família. O almoço é feito a partir de pratos elaborados pelo próprio grupo, conjuntamente, nas dependências da própria Associação, conforme pode ser observado pela Figura 5.



Figura 5: Almoço de confraternização, realizado em 11 de dezembro de 2011, pelo Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rincão de Santo Antonio.

Fonte: Arquivo pessoal de Gustavo Pinto da Silva.

Eventualmente, esse almoço também é realizado para obter recursos para o desenvolvimento de atividades, quando os convites são comercializados para a comunidade em geral.

Como atividade periódica, são realizados Encontros Mensais, no último sábado de cada mês, desde janeiro de 2005. Nesses encontros, além de o grupo de mulheres debater sobre o que tem sido feito e o que pode vir a ser desenvolvido, também são comemorados os aniversários das daquele mês. Nessas reuniões também surgem atividades esporádicas e que exigem ações coletivas para a sua realização, bem como oportunidades de viagens, passeios, dentre outras.

A mobilização para a participação nas Olimpíadas Rurais realizada entre todas as comunidades do município é uma dessas necessidades de organização. As Olimpíadas são eventos de lazer e integração, que, a partir da prática de esportes e outras atividades recreativas, buscam o resgate da autoestima, da cidadania e da inclusão social no meio rural. O grupo de mulheres se mobiliza bastante para participar desse evento tanto com atividades preparativas como no próprio evento, em que participam das tarefas femininas de forma expressiva.

Outro acontecimento periódico é a participação nos Encontros Regionais das Trabalhadoras Rurais, alusivo ao Dia Internacional da Mulher, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG) através da Regional Santa

Maria. Esse envolvimento começou no ano de 2005 e tem se mantido, anualmente, com a participação de algumas representantes do grupo.

Outra atividade importante foi a possibilidade de, através de uma ação organizada pela Prefeitura Municipal de Jari, conhecer o Programa Fonte Nova, no município de Crissiumal – RS. Lá as mulheres conheceram diversas agroindústrias, o que fortaleceu o modo de fazer de suas atividades.

Ademais, acontecem reuniões entre esse grupo de mulheres e os técnicos extensionistas da Emater/RS-Ascar, Escritório Municipal de Jari, os quais informam sobre a execução de políticas públicas ou mesmo de qualificações que podem ser realizadas. Destaca-se a participação da técnica em bem estar social. Desde que iniciou o trabalho dessa técnica em Jari, os resultados foram promissores. Recentemente, houve a realização de um curso de Pintura em Tecidos, desenvolvido em diversos módulos, o qual promoveu o envolvimento e o desprendimento das agricultoras nessa atividade. Esse curso foi oferecido e ministrado pela técnica da Emater/RS-Ascar.

Por fim, vale lembrar que, no e para o grupo, acontecem palestras motivacionais, como a ocorrida no dia 09 de outubro de 2011, com o Professor Jomar Donadel, quando abordou o tema Família. Assim como essa palestra, outras são organizadas ao longo do ano, sempre que surgem oportunidades. A trajetória do grupo, portanto, é construída desta forma, com grandes avanços, considerando-se o estágio em que se encontrava o grupo de mulheres quando deram início às atividades.

3. RESULTADOS

A partir da organização das agricultoras e da ação coletiva, é possível observar alguns resultados propiciadores de desenvolvimento rural:

- **Melhoria do clima organizacional da comunidade e da possibilidade do surgimento de um maior número de ações coletivas:** A partir do conhecimento e da convivência entre as participantes do grupo, AMnsolidam-se os componentes de afetividade, que fazem ascender a consciência do papel vital que cumprem as múltiplas relações que se estabelecem entre seus membros. Dessa consciência, involuntariamente, acontece um aumento das relações de confiança, fator predisponente de cooperação, que também se efetiva na capacidade de desenvolver ações concretas de desenvolvimento. Esse efeito é ainda majorado pelo aumento da sinergia da relação com a própria Associação de Produtores Rurais de Rincão de Santo Antonio, que antes tinha fins voltados para a satisfação de objetivos definidos essencialmente pelos agricultores.
- **Criação de uma infraestrutura para as atividades do grupo:** Foi feita a aquisição de máquinas e equipamentos que permitem desenvolver as atividades de qualificação do grupo, bem como dar apoio aos eventos que o grupo organiza.

- **Resgate e aumento da autoestima e valorização:** Foram confeccionadas camisas para o grupo se apresentar na comunidade. A participação em atividades que antes eram somente praticadas pelos homens, como os esportes, denotam um novo sentimento de integração e valorização das mulheres na comunidade rural. Ao mesmo tempo, a participação em eventos como o Dia da Cidadania, as Olimpíadas Rurais e a I Feira Agropecuária de Jari, propiciam tirar do anonimato agricultoras que antes ficavam com seus talentos imersos nas suas atividades cotidianas.
- **Aprimoramento da qualificação:** Os conhecimentos compartilhados e apreendidos durante a realização dos cursos de qualificação passam a aprimorar os saberes das agricultoras e de suas famílias. Isso promove melhoria da alimentação, aproveitamento de produtos que antes eram desperdiçados, novas atividades econômicas, e formação de novas atitudes e habilidades relativas ao papel da própria mulher no meio rural.
- **Inclusão produtiva:** A partir da inclusão da mulher na associação, três agricultoras organizaram-se para a participação na Feira do Produtor Rural do município de Jari. Essa oportunidade surgiu a partir de um convite do Secretário Municipal de Agricultura, no ano de 2008, quando a Prefeitura se disponibilizou a fornecer o transporte para levar os produtos até a cidade. Desde então, são comercializados, em dois dias por mês, artesanatos, frutas, hortaliças, conservas e outros produtos. As agricultoras fazem alternância nessa participação, sendo que em cada edição uma agricultora representa as demais na feira, levando os produtos das demais para a comercialização. Antes da existência do grupo, as mulheres dependiam exclusivamente da renda de seus esposos, mas agora já podem ter a sua própria renda.
- **Inserção nos mercados Institucionais:** O mesmo grupo que participa da Feira Livre do Produtor, também comercializa junto ao Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE). Essa organização aconteceu a partir do apoio do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, que apoia a produção, a organização e a comercialização da produção.
- **Aprimoramento e qualificação política:** A partir da organização, as mulheres se sentem estimuladas para o envolvimento nas políticas públicas, para a canalização de recursos e para a qualificação. Sentem-se também valorizadas pelas instituições públicas, que propiciam medidas e ações que fortalecem a organização das mesmas, promovendo uma reeducação política.

4. POTENCIALIDADES

A tematização de situações, interesses e exigências emergentes, que acontecem ao nível das relações cotidianas e que passam da condição do mundo da vida e das opiniões para o plano público, é um dos maiores benefícios da organização. Os demais subprocessos – participação, organização, solidariedade e articulação – não ocorrem em um período de tempo determinado, mas desenvolvem-se com experiências que o grupo vai adquirindo ao longo do tempo. Aos poucos, o grupo se conscientiza da importância do poder de reivindicação obtido na união de interesses semelhantes, e essa condição torna as mulheres sujeitos de seu próprio desenvolvimento, capazes de promover intervenções sucessivas. Segundo a fala das próprias agricultoras, *"os benefícios estão vindo porque estamos organizadas. Os frutos são resultado do trabalho e da união do grupo"*.

A potencialidade maior do grupo é justamente o engajamento popular como recurso produtivo central, deslocando o aprimoramento da capacidade individual para a coletiva, consoante com a capacitação política e organizacional dessas agricultoras. Os resultados da mobilização do grupo de mulheres depende mais da capacidade de desenvolver um pensamento reflexivo, criativo e fortalecedor de uma autoavaliação de si e do seu grupo de pertencimento do que propriamente de instituições externas.

5. LIMITES

Entre as situações que dificultam o desenvolvimento das atividades do grupo, é ressaltada a falta de disponibilidade das integrantes para a participação das atividades. Algumas não estão dispostas a ajudar nas atividades, pouco se envolvem com elas ou não participam delas. O resultado é que o trabalho acaba sobrecarregando umas em detrimento de outras.

Outro limitante que aparece com frequência é a desinformação. Muitas vontades e esforços poderiam ser mais bem aproveitados, desde que as informações chegassem até as agricultoras. Cabe à Extensão Rural e aos órgãos de representação desse segmento buscar formas de promover discussões e esclarecimentos sobre informações básicas, que possam permitir a inclusão produtiva, os direitos sociais e a cidadania.

3.2 CAFÉ COLONIAL DE GUASSUPI – SÃO PEDRO DO SUL

Alex Monteiro¹

Rogério Reolon Anese²

Loren Pichler³

Regina Santarém Hernandes⁴

Ademar Antônio Franchi⁵

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Confraternização. Agricultura Familiar.

1. CONTEXTO

O município de São Pedro do Sul, emancipado em 22 de março de 1926, localiza-se na região Central do Rio Grande do Sul. Com uma altitude média de 173 metros e área territorial de 920,1 quilômetros quadrados, situa-se a uma distância de 358 quilômetros da capital (Porto Alegre). Possuía em 2010, conforme Censo do IBGE, uma população de 16.371 habitantes, sendo 1/3 de moradores do meio rural e 2/3 de moradores do meio urbano. A etnia predominante é formada por descendentes de alemães, italianos, portugueses e negros em ordem de predominância.

A economia do município é baseada nos setores da agropecuária e de serviços. Na agropecuária, destacam-se as culturas de arroz, soja, milho, feijão, fumo, hortigranjeiros, frutíferas, cana de açúcar, mandioca, bovinos de leite e de corte, ovinos e suínos. Há uma predominância da agricultura familiar, em virtude da forma de colonização e ocupação do solo, características naturais e tamanho médio das propriedades, que em 2006, pelo Censo Agropecuário do IBGE, era inferior a 40 hectares.

Nesse contexto, localiza-se o distrito de Guassupi, distante 18 km da sede do município, onde há 15 anos ocorre o chamado Café Colonial de Guassupi. Esse evento envolve, atualmente, em torno de 50 pessoas, participantes do Clube de Mães e Associação de Agricultores da localidade, formada por famílias de pequenos agricultores.

1 Acadêmico do curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

2 Economista, Doutor em Economia, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha Campus – São Vicente do Sul.

3 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Dilermando de Aguiar.

4 Médica Veterinária, Extensionista do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

5 Técnico Agrícola, Extensionista do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

O lazer e o entretenimento no meio rural são cada vez menos frequentes, em virtude da diminuição da população residente, com a migração para as cidades. Por isso, há a necessidade de atividades que proporcionem, às famílias, integração e ações conjuntas.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Café Colonial de Guassupi instituiu-se por iniciativa de Velcir Beltrame (falecida em junho de 2004), professora da Escola Ibo Schmidt e integrante do Grupo de Mães, grupo esse que se encontrava com as atividades paradas havia algum tempo. Assim, no dia 15 de maio de 1997, foi realizada uma reunião, convocada pela professora Velcir. Nessa reunião, foi proposta a volta das atividades do grupo e a ideia de realização de um café colonial, que, além de integrar o grupo, serviria para gerar recursos financeiros para a realização de cursos de qualificação na confecção de artesanatos e culinária rural e viagens para exposição dos mesmos em feiras da cidade.

Foi realizada, então, a eleição da diretoria, ficando como presidenta do grupo a senhora Neusa Schmidt e tendo como vice a senhora Regina Ludtke. Como primeira secretária, assumiu a senhora Nhara Schmidt e, como segunda secretaria, a senhora Franciane Schmidt. Dessa forma, o grupo voltou a desenvolver várias atividades para integração, qualificação e lazer das integrantes do mesmo.

Atualmente, as senhoras integrantes do Clube de Mães são as seguintes: Neli Bayer Weber, Regina de Fátima Ludtke, Romilda Linke Streppel, Adriana Cardoso Timmler, Jaci Strassburguer, Marta Damitz, Julieta Dalla Lana Ludtke, Roselaine Clerici Ludtke, Ilga Bayer Dreifke, Lúcia Ilharend, Jicelda Deprá Soares, Senhorinha Aguiar Teixeira, Carla Adriana Senger da Silva, Izaete Simon, Velcir Maria Beltrame (*in memoriam*), Sandra Beltrame, Neiva Steindorff, Cláudia Dias Sauter, Leda Kuhn, Roselaine Lidiqui, Andréia da Veiga, Maiara da Rosa, Ilga Baier Dreifke, Lucia Ilhaarend, Jicelda de Pra Soares, Senhora Aguiar Teixeira, Eva Cardoso Peixoto, Carla Adriana Seiger da Silva, Izaete Cleci Simon, Delcir Maria Beltrame, Carine Eliza Martins Weber. Algumas dessas mulheres estão presentes na foto a seguir (Figura 6), juntamente com componentes da equipe sistematizadora deste estudo.



Figura 6: Integrantes do Clube de Mães de Guassupi.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Becker Monteiro.

O 1º Café Colonial de Guassupi aconteceu no dia 22 de agosto de 1998, no pavilhão católico da comunidade. A realização dessa primeira edição foi um grande desafio para o grupo, pois havia muita inexperiência e insegurança, principalmente, quanto aos tipos e quantidades de pratos culinários que deveriam apresentar ao seu público visitante, e também quanto à falta de utensílios, como formas, louças, talheres entre outros, os quais precisaram ser emprestados pelas próprias integrantes do Grupo.

Na época, o preço do Café para os visitantes era assim estipulado: crianças menores de 10 anos pagavam um valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) e adultos, o valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos). Com esse Café, o grupo teve um lucro de R\$ 203,58 (duzentos e três reais e cinquenta e oito centavos). Esse valor foi usado para a realização de cursos de aperfeiçoamento na confecção de artesanatos: cursos de pinturas, arranjos, crochê, tricô e corte e costura. Também, foi realizado um curso de panificação para o incremento na produção de pães doces e salgados, ministrado por Loren Pichler, extensionista da Emater/RS-Ascar do município.

No mesmo ano, o grupo participou da Mostra Municipal de Artesanatos, dando visibilidade aos produtos e proporcionando boas vendas e, também, ajudou a tornar o evento do Café Colonial de Guassupi conhecido. Com a consolidação do Café Colonial, o Clube de Mães de Guassupi definiu uma data fixa para a realização do evento, o qual passou a ocorrer sempre no terceiro sábado do mês de agosto de cada ano, fazendo

parte, dessa forma, do Calendário de Eventos do município. Desde então, o Grupo se fortaleceu, garantindo a realização do Café ano a ano e realizando cursos de aperfeiçoamento para suas integrantes.

No cardápio do Café Colonial de Guassupí é oferecida uma diversidade de pratos doces e salgados e bebidas, tais como: morcilha, torresmo, linguiça, salame, lombinho de porco, rissole, cuca, pão de milho, pão comum, pizza, rocambole, nega maluca, bolo de coco, bolo de cenoura, casadinho, rosca de polvilho, enrolados, pudim, cueca virada, sanduíche, broa, ovo cozido, queijo, pão de queijo, chimia⁶, melado, nata, café com leite, café preto, chá, suco, entre outros. Esses são pratos típicos da agricultura familiar e de descendentes alemães e italianos, etnias predominantes no município, conforme pode ser conferido na Figura 7.



Figura 7: Integrantes do Clube de Mães, com a mesa preparada para o Café Colonial.

Fonte: Arquivo de imagens do Clube de Mães de Guassupí.

Para relatar as atividades do Clube de Mães e a experiência exitosa do "Café Colonial de Guassupí", seguem as principais atividades de 1999 a 2011.

a. Cafés realizados

Os cafés foram realizados anualmente, no mês de agosto, conforme definido no Calendário de Eventos do Município, com exceção do ano de 2009, que ocorreu em Outubro, devido à proibição de eventos públicos em função de um surto do vírus H1N1. Portanto, até 2011, já aconteceram 14 edições do Café Colonial de Guassupí.

⁶ Essa é uma variação regional da palavra chimier (substantivo masculino. Rubrica: culinária. Regionalismo: Rio Grande do Sul. Geléia para passar no pão da merenda; chimiê. Ex.: <c. de goiaba> <c. de pêssego>)

b. Cursos e Qualificações promovidos

- Março de 2004: Curso de tortas, massa folhada e sanduíches, para incrementar o Café (Figura 8);



Figura 8: Integrantes do Clube de Mães, no Curso de Tortas.

Fonte: Arquivo de imagens do Clube de Mães de Guassupi.

- Maio de 2006: O Grupo recebeu a visita do presidente e de membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro do Sul, para uma explanação sobre a frustração de safra ocorrida no ano de 2003/2004. Esclareceu-se nesse momento, também, o funcionamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar);
- Maio de 2006: Curso de elaboração de pizza, ministrado pela Emater/RS-Ascar São Pedro do Sul;
- Outubro de 2006: Curso de Macramê, organizado pela Emater/RS-Ascar do município, juntamente com o SENAR/RS;
- Abril de 2007: Curso de piscicultura;
- Junho de 2007: Curso de Ervas Medicinais, ministrado pela Pastoral da Saúde de São Pedro do Sul;
- Junho de 2009: Almoço com palestra de médicos de São Pedro do Sul na comunidade de Guassupi;
- Junho de 2010: Curso de Tortas, em parceria com a Emater/RS-Ascar do município e com o SENAR/RS;

- Junho de 2011: Almoço com palestras, sendo a primeira ministrada pelo Secretário da Agricultura do município, senhor Altamir Ávila Dias, e a segunda, pela fisioterapeuta do município, senhora Denise Acosta;

c. Festas e viagens realizadas

- 1999: Almoço de confraternização envolvendo toda a comunidade de Guassupi;
- 22 de outubro de 2005: Excursão para a Feira das Etnias, na cidade de Ijuí/RS;
- 18 de outubro de 2006: Excursão para a Feira das Etnias na cidade de Ijuí/RS;
- 29 de Junho de 2007: Participação em um Café Colonial, na cidade de Quevedos/RS;
- 19 de abril de 2008: Excursão para a Quarta Colônia, com a finalidade de lazer e turismo;
- 28 de junho de 2008: Participação, pela segunda vez, em Café Colonial, na cidade de Quevedos/RS;
- 30 de maio de 2009: Participação em jantar dançante, na comunidade de Pedra Grande, a convite do Grupo de Mulheres desta comunidade;
- 2009: Viagem a Pelotas/RS, na Feira do Doce (Fenadoce), com o objetivo de conhecer e prestigiar o evento;
- 17 de outubro de 2009: Visita à October Fest, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS;
- 30 de abril de 2010: Participação, novamente, no jantar dançante da comunidade de Pedra Grande, a convite do Grupo de Mulheres desta comunidade;
- 7 de maio de 2010: Realização de uma homenagem às mães, com palestras e exposição de artesanatos para toda a comunidade de Guassupi;
- Outubro de 2010: Visita, mais uma vez, à October Fest, em Santa Cruz do Sul/RS;
- Dezembro de 2010: Excursão para a Serra Gaúcha, visitando as cidades de Nova Petrópolis, Gramado e Canela;
- 8 de março de 2011: Participação no “II Encontro de Mulheres”, na comunidade de Carpintaria, no município de São Pedro do Sul – RS;
- 15 de outubro de 2011: Realização de uma excursão para Iraí e Ametista do Sul, ambas cidades do Rio Grande do Sul, para lazer e descontração.

3. RESULTADOS

- Mobilização do grupo de mulheres que promovem o Café Colonial, já que a organização, as tratativas e os preparativos que antecedem o evento iniciam-se de 2 a 3 meses antes da realização do mesmo.
- Integração de familiares e amigas do grupo no evento, os quais apoiam e trabalham voluntariamente, auxiliando, principalmente, durante a realização do Café Colonial (Figura 9).
- Resgate de receitas e sabores da culinária rural.

- Bons resultados econômicos/financeiros para o grupo.
- Divulgação da comunidade e resgate da autoestima;
- Renovação do grupo, com entrada de novas participantes;
- Longevidade do grupo e do evento "Café Colonial".



Figura 9: Confraternização entre as integrantes do Clube de Mães de Guassupi, no Dia das Mães.

Fonte: Arquivo de Imagens do Clube de Mães de Guassupi.

4. LIMITES

- O espaço físico, em proporção à clientela, tornou-se pequeno, tanto o antigo Clube da Comunidade, hoje sede da Associação de Agricultores, como o Pavilhão da Igreja Católica, ambos utilizados como locais de realização dos Cafés Coloniais.
- Houve divergências e problemas, principalmente nas viagens e excursões, em função da falta de compromisso de algumas das participantes.

3.3 DIA DA MARCAÇÃO – DILERMANDO DE AGUIAR

Julio Cesar Bueno Jacques¹

Fabiano Damasceno²

Francisco Antonio Palermo³

Iolanda Ernei da Silva Oliveira⁴

PALAVRAS-CHAVE: Tradicionalismo. Integração. Lazer.

1. CONTEXTO

Com a mistura de diversos povos, o Estado do Rio Grande do Sul foi sendo formado por um emaranhado de costumes. Mas o "gaúcho", em especial, teve origem étnica na mestiçagem entre portugueses, espanhóis, índios e negros. Embora todos os habitantes do Estado sejam chamados de gaúchos, essa etnia tem uma marca própria no churrasco, legado dos indígenas, sua principal culinária, e na roupa típica, representada pela pilcha⁵, formada por uma vestimenta completa típica. No inverno, em dias de chuva, os gaúchos do campo cobrem-se com o poncho, e com o pala nos dias de frio seco. Calçam botas de cano longo e usam esporas barulhentas, que marcam seus passos. No pescoço, colocam um lenço colorido e, na cintura, a guaiaca, onde é pendurada a faca ou adaga. Na cabeça, um chapéu de abas largas, preso ao queixo pelo barbicacho.

Todos esses "adereços", para alguns, têm relação com o trabalho no campo, com o gado, uma lida feita a cavalo, com o auxílio do laço e dos "aperos⁶", durante todo o ano, nos diversos climas que o Estado apresenta. Esse trabalho de manejar o gado, assim como os trajes típicos, a culinária, as danças e os costumes são antigos e vêm

1 Acadêmico do Curso Superior em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Técnico em Agropecuária, Biólogo, Mestre em Ciência do Solo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Engenheiro Agrônomo, Extensionista do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

4 Pedagoga, Mestre em Extensão Rural, Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Dilermando de Aguiar.

5 Substantivo feminino. Regionalismo: Rio Grande do Sul. Peça de vestuário, esp. o poncho, a bombacha, as botas e o chiripá.

6 Os aperos representam o conjunto de utensílios utilizados para encilhar o cavalo, para que seja feita a montaria.

sendo passados e mantidos por gerações tanto nas fazendas quanto nos “Rodeios”, promovidos pelos CTGs.

Conta a história que, por volta do ano de 1610, os padres jesuítas espanhóis começaram a se estabelecer na área onde hoje localiza-se o Rio Grande do Sul, organizando os índios civilizados, criando as chamadas missões ou reduções. Foram os jesuítas que introduziram no território as primeiras cabeças de gado, e o índio das missões foi o primeiro vaqueiro do Estado mais ao sul do Brasil. Com os ataques realizados pelos bandeirantes paulistas apesadores de indígenas, as missões foram destruídas e o gado ficou solto pelos pampas. Esse rebanho reproduziu-se rapidamente, passando a viver em estado quase selvagem.

Nas estâncias, denominação dada às grandes extensões de terra, o rebanho vivia solto e sem grandes cuidados. Os peões pastoreavam o gado sob as ordens do capataz. Esses peões eram trabalhadores livres, brancos, índios ou mestiços, sempre prontos a se defender de ataques dos espanhóis, dos índios não submetidos, dos contrabandistas e dos ladrões.

A partir desse período, por necessidade, passaram a marcar o gado. Tendo em vista que os roubos eram frequentes, a forma encontrada para não perderem animais foi fazer um registro no couro do gado, a ferro quente. Para essa atividade eram recrutados peões extras entre a população nômade que circulava na campanha. A marcação do gado iniciou-se, assim, com a finalidade de cada proprietário identificar com facilidade os seus animais. Os símbolos utilizados eram e ainda são, na maioria das vezes, as iniciais do nome do dono do rebanho. Grandes números de superstições cercam a marcação, que é considerada uma festa, para a qual são convidados peões, amigos e parentes da dona da estância. A história do ferrete é ligada à tradição de marcar gado e escravos com uma marca duradoura do dono. Ambas as tradições são conhecidas desde os antigos romanos.

No município de Dilermando de Aguiar, a prática de marcar o gado resiste ao tempo, sendo praticada por gaúchos e gaúchas considerados registros vivos, que cultivam suas tradições com o orgulho e o amor pelos hábitos de um povo. Dessa forma, as futuras gerações vão presenciando e difundindo o orgulho de ser gaúcho, através do cultivo de suas raízes.

O objetivo deste trabalho é registrar a experiência atual e histórica da prática gaúcha de marcar e castrar o gado, momento em que gaúchos típicos fazem da tradição uma comemoração entre famílias e uma forma de perpetuação da cultura gauchesca.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

2.1 Município

O município de Dilermando de Aguiar tem, atualmente, uma população de 3.064 habitantes e conta com uma área de 600,5 Km². Faz divisa com Cacequi, Santa Maria, São Gabriel e São Pedro do Sul. No período em que as ferrovias apresentavam importância

econômica à região, o município encontrava, no trem, um polo econômico. Mas esse tempo passou, e a atividade agropecuária é que sustenta a economia de Dilermando hoje. É um município predominantemente rural, pois somente 32% da população residem na área urbana, o que demonstra a importância do setor primário para a ocupação do espaço e para a economia do município. Em Dilermando de Aguiar, assim como em várias outras localidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, a prática da marcação de gado é revivida ano após ano.

O Dia da Marcação, como é conhecida essa experiência no município, é destaque pela tradição que carrega, visto que se mantém com as mesmas características há mais de 41 anos. Ele acontece na localidade da Coxilha Bonita, que antigamente era conhecida como Coxilha das Tropas, situada entre as localidades do Campo da Pedra e Rincão do Peludo, na propriedade da Senhora Maria Heroína Vieira Severo, localizada próximo à divisa de Dilermando de Aguiar com o município de São Gabriel.

2.2 Propriedade

A propriedade da Senhora Maria Heroína Vieira do Severo se localiza há 30 km da cidade de Dilermando de Aguiar, com uma área de 385 hectares. A atividade predominante no local é a criação de gado bovino de cria e cria, sendo produzidos terneiros para a comercialização ao desmame, com parte dos animais mantida na propriedade para engorda até a idade de abate. Também são criados ovinos, sendo alguns abatidos para o próprio consumo e outros comercializados nas cidades de Dilermando e São Pedro do Sul. Parte da área é arrendada a terceiros para o cultivo da soja. A proprietária é viúva e reside no local juntamente com seus dois filhos, uma nora e uma neta, sendo que todo o sustento da família vem da pecuária e do arrendamento.

2.3 A Família

A família do senhor Noé Pedrolo Severo (*in memoriam*) vive nessa propriedade desde 1971. Atualmente, persistem no local a esposa do patriarca, senhora Maria Heroína Vieira Severo, juntamente com dois dos filhos⁷, sendo que um destes é casado e tem uma filha. Todo o trabalho na fazenda é feito pela própria família, e, nos dias de castração e marcação do gado, são convidadas diversas pessoas para a lida com o gado e também para festejar.

Os filhos desse casal cresceram aprendendo e vivenciando todos os ensinamentos e hábitos gauchescos e de campo, lidando sempre com o gado. Nessa localidade, a realidade da vida dos trabalhadores rurais envolve trabalho com qualquer clima durante

⁷ Fabiano Vieira Severo, Luciano Vieira Severo, Gabriel Vieira Severo, Ana Paula Vieira Severo.

o ano todo, cuidando do gado, das cercas, das pastagens e benfeitorias necessárias para a atividade pecuária. No ano de 2000, quando o Senhor Noé Pedrolo Severo veio a falecer, a propriedade ficou sob a responsabilidade de sua esposa e dos filhos, que continuaram a trabalhar a terra herdada. Um dos filhos foi residir e trabalhar na cidade, em busca de um ofício diferente, menos sofrido, e com mais garantias de renda. A Figura 10 mostra a Senhora Maria Heroína viera Severo e um de seus filhos.



Figura 10: Dona Maria e seu filho, no Dia da Marcação.

Fonte: Arquivo pessoal de Julio Cesar Bueno Jacques.

2.4 Marcação

O dia em que há marcação na propriedade dos Severo começa muito cedo para os que moram no local. Os irmãos Fabiano, Luciano e Gabriel, que já deixaram os cavalos presos desde o dia anterior, preparam o local do fogo para aquecer a marca, encilham os cavalos e vão ao campo para reunir o gado. A senhora e sua nora começam a preparar o almoço, pois são esperadas diversas pessoas. Os novilhos são de 1,5 anos, e a maioria já foi castrada no mês de maio, antes do inverno e depois de serem colocados na pastagem. Quanto mais novo o animal, melhor, pois isso reduz o estresse do animal e facilita o manuseio. Antes mesmo de chegar o gado, o fogo já está feito em um tonel de latão, onde as marcas de ferro serão aquecidas.

Nesse dia, vêm pessoas de diversos municípios, familiares (netos, genros, filhas, filhos), vizinhos da fazenda, amigos da cidade e outras pessoas conhecidas que gos-

tam da atividade. Várias dessas pessoas são da cidade e esse dia é um momento em que deixam a correria do local onde vivem para interagir com o campo, tendo um lazer diferente dos que são proporcionados nos centros urbanos.

Quando todo gado que será marcado está preso e pronto para começar o trabalho, o pessoal que ali se reúne e que veio assistir ao evento se desloca para próximo da mangueira. Sempre há, por parte dos proprietários, uma grande preocupação com a segurança dos visitantes, que não podem ficar na parte interna da mangueira, devido aos riscos da atividade. Isso só é permitido aos donos do gado e aos peões das redondezas, pois já estão acostumados com o laço e com o contato com o gado.

Os animais, que neste ano eram mais de 50 novilhos⁸, vão sendo soltos um a um e laçados com as mãos, com o chamado pealo⁹. Assim que caem ao chão, os gaúchos imobilizam o animal para que o marcador faça o seu trabalho: queimar o couro com o ferro quente. Os laçadores formam um círculo no centro da mangueira fazendo com que os terneiros corram ao redor, tendo o cuidado para revezar o primeiro laçador, pois ele é o que tem a primeira chance de pealar. Como os animais da marcação deste dia pertenciam a três donos, alguns foram marcados na perna e outros na picanha, conforme se pode observar na Figura 11.



Figura 11: Prática do Pealo no Dia da Marcação.

Fonte: Arquivo pessoal de Julio Cesar Bueno Jacques.

⁸ Relativo a marcação realizada em 2012.

⁹ Substantivo masculino. Regionalismo: Rio Grande do Sul. Laço usado para prender um animal, ger. cavalgada, pelas mãos e derrubá-lo, enquanto está correndo.

Enquanto corre o laço e nos intervalos, circula entre os peões participantes da marcação uma caipira típica, com muito gelo, limão e cachaça. Todos demonstram orgulho por conservar essa tradição, herdada de seus pais e que vem sendo passada de geração a geração.

2.5 O Almoço

Enquanto o pessoal da lida com o gado trabalhava na mangueira, já próximo às 11h os mais cansados atiçavam o fogo para assar o churrasco, culinária típica e plenamente identificada com o momento. Terminada a marcação, o pessoal vai para a sombra dos cinamomos, e um dos anfitriões assume a churrasqueira para garantir um bom assado que inclui carne bovina e de ovelha.

O churrasco logo fica pronto e a senhora Maria, juntamente com familiares e visitantes, arrumam a mesa para o almoço. Uma mesa destacada com uma diversidade de pratos como mandioca, batata-doce, cuca, arroz e saladas diversas, para acompanhar a carne gorda e bem assada.

2.6 A roda de prosa e a cantoria

Antes mesmo do almoço, forma-se uma roda de prosa¹⁰, onde os peões contam histórias dos seus antepassados, histórias do folclore gaúcho, proezas que os mesmos realizaram, fazendo com que a imaginação dos ouvintes viaje através do tempo. A música gaúcha de raiz também toma conta do local. No dia desta marcação ela foi tocada e cantada ao vivo, por um gaiteiro e um violeiro, conhecidos da família, sendo que um deles é nativo da localidade, mas que vive há muitos anos longe dali. Esse momento pode ser recuperado através da Figura 12.

¹⁰ Circulo onde as pessoas presentes no local se reúnem para conversar.



Figura 12: Roda de Prosa e Cantoria, no Dia da Marcação.

Fonte: Arquivo pessoal de Julio Cesar Bueno Jacques.

Após o almoço, a música continua, por horas, para distração e integração de todos os presentes, sejam estes conhecidos ou estranhos, que comungam naqueles momentos do mesmo espírito de cultivo à tradição gaúcha, no seio da lida do campo.

2.7 A despedida

O dia termina e o pessoal segue para suas residências, uns com a certeza do dever cumprido, pois além do lazer houve muito trabalho. Outros, tendo vivido momentos de diversão, vão embora com vontade de voltar no ano seguinte. Para a família Severo, fica o orgulho de organizar aquele momento ímpar com familiares, amigos e peões, e, é claro, o cansaço. Os integrantes da família fazem questão de convidar a todos para que se façam presentes na próxima marcação. Eles esperam marcar bastante mais gado, pois o otimismo caminha junto com a esperança de que as vacas produzam muitos terneiros para serem castrados e marcados. Resta-lhes, assim, reorganizar as coisas e preparar-se para a noite que antecede a segunda-feira de trabalho no campo. A Figura 13 mostra os gaúchos que participaram da lida na mangueira, pealando e marcando o gado.



Figura 13: Participantes do Dia da Marcação.

Fonte: Arquivo pessoal de Julio Cesar Bueno Jacques.

3. RESULTADOS

Com a sistematização desta experiência, foi possível observar e vivenciar um pouco da realidade de um evento típico do nosso Estado, que, apesar da modernidade experimentada pela maioria da sociedade atual, resiste ao tempo e continua sendo praticado como nos tempos de outrora.

As pessoas que participam desses eventos recebem inúmeros benefícios, pois atividades que envolvem o lazer vão muito além do prazer do momento presente, visto que preservar as tradições eleva a autoestima de todos aqueles que tem sua história de vida ligada à vida rural. Ao falarmos em lazer devemos pensar em esporte, recreação, entretenimento, folclore, arte e cultura. Muito já se conhece sobre os inúmeros efeitos positivos do lazer sobre nossa saúde, o lazer é uma das maiores oportunidades para fugirmos da rotina, da repetição que as cidades grandes nos proporcionam.

4. LIMITES

Apesar do prazer e da diversão que o ato de pealar e imobilizar o animal desperta nos gaúchos que vivem o trabalho do campo, são grandes os riscos para os animais e para as pessoas. Porém, a tradição e gosto pela disputa de força entre homem e animal superam isso e a prática se repete na maioria das propriedades com foco na pecuária tradicional. Ademais, como a marcação a ferro quente é o método mais barato de identificar os animais,

ele também pode ser realizado no próprio brete¹¹, sem a necessidade de pealar o gado.

Também o esvaziamento do meio rural e a escassez de mão-de-obra para a lida de campo, cujos reflexos já são sentidos por muitos proprietários de fazendas, são limites dessa prática, pois a habilidade nessa lida, assim como em outras é constituída com uma vivência longa na atividade.

Outro limitante constitui-se no fato de que a região hoje é grande produtora de carneiros, sendo que a maioria deles são adquiridos por criadores de outras regiões que buscam animais para terminação em pastagens e/ou confinamentos, estimulando, dessa forma, que os rebanhos da região sejam formados mais por vacas. Na verdade, isso é uma questão mais de atender uma demanda crescente e garantida do que um limite, nesse caso pode estar contribuindo para a redução das castrações e marcações.

¹¹ Substantivo masculino. 1 armadilha para pássaros que se faz com dois paus finos e retos de cerca de três palmos; 2 Derivação: por metáfora. Cilada, ardil, laço; 3 Regionalismo: Rio Grande do Sul. Nas estâncias, estações ferroviárias, charqueadas e matadouros, corredor curto e estreito, entre fileiras de estacas ou aramados, por onde se leva o gado para marcá-lo, castrá-lo, curá-lo, vaciná-lo, descorná-lo, pesá-lo, conduzi-lo ao banho carrapaticida ou ao vagão de transporte, ou abatê-lo; 4 Regionalismo: Rio Grande do Sul. Pequeno curral para onde se leva o gado lanígero que vai ser tosado.

3.4 CARNAVAL DA VACA – CACEQUI

Gabriel Adolfo Garcia¹

Celso Silva Gonçalves²

Luís dos Santos Frigo³

PALAVRAS-CHAVE: Integração. Desenvolvimento. Entretenimento.

1. CONTEXTO

O “*Carnaval da Vaca*” é um evento cultural, organizado e realizado pela comunidade local desde meados da década de 50 na Vila Saicã, 3º Distrito do município de Cacequi. A Vila dista aproximadamente 40 km da sede do município, e está situada no Bioma Pampa. O município de Cacequi tem atualmente 13.676 habitantes, em uma área de 2.369,96 km² (IBGE, 2011) e integra a Microrregião Geográfica de Santa Maria (Prefeitura Municipal de Cacequi^(a), 2012).

O evento, que está próximo de completar 60 anos, surgiu por vontade e iniciativa da comunidade local em festejar o Carnaval sem precisar ir até a sede do município. Pela longa distância entre a Vila Saicã e a sede do município, os fundadores deste Carnaval vislumbraram um evento no Clube local, com características diferentes dos tradicionais Carnavais de Rua de Cacequi, que também ocorrem há várias décadas.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O “*Carnaval da Vaca*” é realizado anualmente e mantém até hoje seu objetivo de comemoração da maior festa popular brasileira, mas visa fundamentalmente a integrar a comunidade local e regional. O evento transcende as fronteiras de Cacequi, pois foliões de diversas cidades da região, como Rosário do Sul, São Gabriel, Santana do Livra-

¹ Eng. Agrônomo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Eng. Agrônomo, Doutor em Ciência do Solo, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

mento, Alegrete, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Cacequi, dentre outras, participam do evento.

Apesar de antigo, o “*Carnaval da Vaca*” se fortalece a cada ano, e integra a programação oficial do carnaval do município de Cacequi. O evento, desde a sua criação, é realizado no Clube União, que teve sua construção iniciada em 1942, logo após a doação de um terreno, localizado na avenida principal da Vila Saicã, por um produtor rural da região. Constan nas atas históricas do Clube União que a construção foi, na época, subsidiada por um empresário e morador da localidade, que vendeu o material necessário para a obra a preço de custo e com longo prazo para o pagamento.

O evento ganhou o nome de “*Carnaval da Vaca*” devido aos churrascos que são realizados durante os almoços de carnaval. Para cada um dos três almoços que acontecem a cada edição, um morador é sorteado ou escolhido para colaborar com a festa. A Comissão Organizadora faz questão de reforçar que o sorteado é um colaborador do festejo, pois ele está doando um animal que será abatido, mesmo sem o seu conhecimento. Na noite anterior ao almoço, durante a realização do baile de carnaval no Clube, uma equipe vai até a propriedade do produtor escolhido para realizar o abate (Figura 14). Como grande parte dos moradores da localidade participa do “*Carnaval da Vaca*”, o “assalto” fica facilitado. Já o mistério de qual produtor foi “sorteado” persiste até o almoço do dia seguinte, quando, momentos antes de ser servido o churrasco, é anunciado o morador da localidade que está “patrocinando” a festa daquele dia.



Figura 14: Equipe integrante da Comissão organizadora do “*Carnaval da Vaca*”, no transporte da carne para o churrasco.

Fonte: Arquivo de imagens do Clube União – Capela do Saicã.

Esse anúncio é feito através de uma arte tipicamente gaúcha, que é a trova. A propósito, salienta-se que o município de Cacequi é nacionalmente conhecido como Terra dos Trovadores. Ainda durante o anúncio do produtor que teve a rês “roubada”, a Comissão Organizadora entrega ao proprietário, partes do animal, comprovando que fazia parte do seu plantel (Figura 15). Geralmente é apresentado um pedaço do couro marcado e uma das orelhas, onde também se costumam assinalar os animais.



Figura 15: Equipe organizadora do “Carnaval da Vaca”, entregando as orelhas do bovino abatido.

Fonte: Arquivo de imagens do Clube União – Capela do Saicã.

Para participar do almoço, é necessário que o folião do “*Carnaval da Vaca*” apresente o ingresso do baile da noite anterior. Toda a renda com a venda de ingressos é revertida em decoração e infraestrutura necessária ao andamento da festividade, bem como em melhorias nas instalações do Clube União.

No decorrer dos anos, os organizadores do evento implementaram um sistema de rodízio de doadores. Foi criado, também, o “Cheque Vaca”, viabilizando, aos produtores rurais que trabalham exclusivamente com agricultura, a possibilidade de participar dos festejos através da doação de valores em dinheiro, correspondente ao preço gasto para a compra de uma rês.

Para a animação do “Carnaval da Vaca”, todos os anos, são contratadas bandas responsáveis pela condução dos bailes. Os participantes do evento afirmam que o “Carnaval da Vaca” é um dos melhores carnavais do interior do Estado, com um público

bem diversificado em um ambiente aconchegante e familiar. Essa é uma oportunidade de rever amigos de infância e familiares para aqueles que deixaram de residir na Vila Saicã, seja em busca de formação acadêmica, seja objetivando colocação profissional.

Tradicionalmente, o evento conta com a presença de autoridades municipais (Figura 16), que lá comparecem para prestigiar a festa e confirmar que se trata de um dos maiores eventos realizados no interior do município de Cacequi. A Diretoria do Clube, bem como todos os moradores da Vila Saicã, concordam que a presença de forças políticas se faz necessária pela possibilidade de valorizar o evento e reivindicar melhorias que possibilitem a ampliação do “Carnaval da Vaca”.



Figura 16: Vice-Prefeito, Rainha Adulta do Carnaval 2012 e Prefeito Municipal de Cacequi, durante realização do Carnaval da Vaca.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacequi^(b), 2012.

Relatos de moradores da Vila Saicã apontam que aproximadamente 500 pessoas participam de cada noite do “Carnaval da Vaca” e que esse número só não é maior devido às limitações de espaço físico do Clube União (Figura 17). Afirmam, ainda, que os bailes de carnaval são frequentados por pessoas de diferentes idades, integrando vários blocos com participação tradicional no evento.



Figura 17: Salão do Clube União durante realização dos bailes do Carnaval da Vaca.

Fonte: Arquivo de imagens do Clube União Capela do Saicã.

3. RESULTADOS

- Integração da comunidade rural da Vila Saicã com comunidades da sede do Município de Cacequi e municípios da região;
- Fortalecimento da Sociedade/Clube União;
- Participação de uma comunidade rural na maior festa popular do Brasil, sem sair de seu local de vivência e incorporando características locais.

4. LIMITES

- Falta de estrutura física para ampliação do evento, limitando o número de participantes nos bailes;
- Dificuldade de captação de recursos, os quais são arrecadados somente através da venda de ingressos para os bailes;
- Localização do 3º Distrito longe da sede do município;
- Estrada de acesso ao 3º Distrito sem pavimentação.

5. SUGESTÕES

- Ampliação da área do Clube onde o evento é realizado, possibilitando acesso a um maior número de participantes;
- Organização de eventos para captação de recursos durante todo o ano, visando à ampliação do salão do Clube;
- Busca por maior apoio junto aos órgãos governamentais, principalmente à Prefeitura Municipal, para que seja custeada parte dos gastos com o evento.

6. REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cacequi – RS. Síntese de Informações. Acesso em 27/12/2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430290>

Prefeitura Municipal de Cacequi (a). Localização do Município. Acesso em 09/04/2012. Disponível em: <http://www.cacequi.rs.gov.br/municipio/localizacao.html>

Prefeitura Municipal de Cacequi (b). Prefeito Flavio Machado presente no carnaval da Capela. Acesso em 09/04/2012. Disponível em: <http://www.cacequi.rs.gov.br/prefeito-flavio-machado-presente-no-carnaval-da-capela.html>

3.5 OLIMPIADAS RURAIS SOL A SOL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

Julio Cesar Bueno Jacques¹

Rogério Luiz Reolon Anése²

Gilmar Deponti³

Lisandra Bolzan Snowareski⁴

PALAVRAS-CHAVE: Integração. Lazer. Esporte. Saúde.

1. CONTEXTO

A prática de exercícios físicos traz inúmeros benefícios para a vida do ser humano, como a melhoria da autoestima e da capacidade mental. Estudos afirmam que ele reduz o colesterol, evita a depressão e as doenças crônicas e retarda o envelhecimento. Além disso, fortalece os ossos, melhora a qualidade do sono, diminui o stress e a ansiedade.

Entretanto, a correria da vida cotidiana vem interferindo na prática de exercícios físicos, trazendo consequências negativas na qualidade de vida da população. A falta de atividades físicas leva a um estilo de vida sedentário, provocando distúrbios, como má alimentação, obesidade, tabagismo, estresse, doenças coronarianas, etc.⁵

Nas áreas rurais, a prática de exercícios físicos se torna mais difícil, em parte, em virtude da falta de tempo e da particularidade do trabalho do homem rural, muitas vezes braçal e que envolve toda a família. Devido ao estilo de vida do homem do campo, as horas de lazer e esporte com a família estão sendo deixadas de lado para que ele possa atender às necessidades do trabalho rural, e o tempo que o resta é destinado

1 Acadêmico do Curso Superior em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Economista, Doutor em Economia, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Engenheiro Florestal, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

4 Graduada em Letras Português/Espanhol, Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

5 SOUZA, Aline Lemos de (2010). A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS PELOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL – SC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem – Ênfase em Saúde Pública.

ao descanso. Em consequência dessa falta de tempo, de lazer e de esporte, a saúde do homem do campo está sendo prejudicada.

Com o aumento do acesso às informações sobre a necessidade de mudança no estilo de vida, os trabalhadores rurais estão tentando fazer, dos fins de semana, momentos de lazer e de esporte para si e para a sua família. Esses trabalhadores estão se conscientizando, portanto, da importância de uma vida mais saudável.

Os integrantes das famílias estão se adaptando às opções de lazer e esporte oferecidos nas comunidades. As mulheres veem, nos grupos de mulheres, uma maneira de lazer, já que, neles, as mesmas desenvolvem diversos tipos de atividade como o artesanato e as práticas esportivas. Os homens, os jovens e as jovens encontram nos rodeios, nos clubes, nas rodas de carteados, nos torneios de bochas, nas festas de igreja, nas partidas de futebol e nos tiros de laço da vaca parada uma maneira de praticar esporte e também de lazer.

Assim, as comunidades estão cada vez mais interagindo entre si, e se aproximando para as mais diversas atividades, como as festas religiosas, os rodeios e, principalmente, os jogos rurais, que viraram alternativa para a integração entre as comunidades. Os jogos rurais ocorrem em uma localidade específica, e têm como principal objetivo proporcionar momentos de lazer e esporte e facilitar a integração entre as comunidades rurais. O evento não distingue a faixa etária e proporciona diversos esportes e práticas do dia a dia do trabalhador rural. O poder público tem papel importante na organização dos jogos rurais, pois disponibilizam transporte, bens públicos e apoio nas reuniões, bem como as premiações.

Em Nova Esperança do Sul-RS, os Jogos Rurais acontecem desde 1996, sendo o município pioneiro deste evento na microrregião. A cidade está situada na região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, limitando-se com os municípios de Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis. Nova Esperança foi emancipada em 13 de abril de 1988⁶ e conta como uma população de 4.671 habitantes, em 2010⁷. Devido à topografia do município, bastante declivosa, e ao pequeno tamanho da maioria das propriedades, predomina a agricultura familiar, com destaque para as culturas de fumo, milho, arroz e soja.

É nesse contexto que surge a experiência Olimpíada Rural Sol a Sol de Nova Esperança do Sul – RS, sistematizada neste trabalho. Destacam-se, nesse evento, os meios e as alternativas que as comunidades do município acharam para a confraternização entre elas, unindo esporte, lazer e qualidade de vida.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No ano de 1996, foi dado início, no município de Nova Esperança do Sul-RS, a um torneio padronizado, chamado de "Olimpíadas Rurais Sol a So", nome esse dado para

⁶ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁷ Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

homenagear a família rural e considerado o maior evento esportivo realizado no meio rural. Além de testar os limites físicos dos agricultores, as disputas têm como objetivo a valorização do trabalho e da cultura do campo, além de propiciar brincadeiras em rodas de conversas.

Nos dias dos jogos, a comunidade de Nova Esperança do Sul se mobiliza na organização do evento, não só a população rural, mas também a urbana, uma vez que o município é um misto de rural e urbano. Os jogos trazem pessoas dos municípios vizinhos, tais como São Francisco de Assis, Jaguari e de algumas comunidades do interior de Santiago. O comércio da cidade lucra com o evento, pois a maioria dos mantimentos para a realização desse evento é comprado no comércio local.

Os jogos rurais acontecem anualmente e em comunidades diferentes. A comunidade é escolhida através da participação, isto é, para sediar o evento, a comunidade tem de ter participado no ano anterior, num sistema de rodízio entre elas. Para a comunidade organizadora, revertem-se vantagens como os recursos financeiros arrecadados e melhorias na infraestrutura (igrejas, salões, estradas, etc.).

As comunidades rurais que sediam as olimpíadas realizam reuniões preparatórias, estabelecendo comissões e discutindo as melhorias necessárias na comunidade e o embelezamento dela. Essas comunidades trabalham incansavelmente de dois a três meses antes do evento e, durante a sua realização, toda a comunidade trabalha unida. Alguns são responsáveis pela organização, outros fazem parte das equipes que irão competir. Acontece um verdadeiro mutirão comunitário em época de jogos rurais, com a cooperação de muitas entidades, como prefeitura, sindicato dos trabalhadores rurais, cooperativas, bancos e entidades governamentais. Todos contribuem para reformas ou melhorias de escolas, quadras esportivas, salões, igrejas, sedes comunitárias, estradas, e compras de equipamentos e utensílios diversos. Também são produzidos doces, salgados e o tradicional churrasco e são adquiridas bebidas, para serem vendidos durante a atividade.

Para a realização das Olimpíadas Rurais, foi elaborado um regulamento, no qual estão fixados seus objetivos, as modalidades de participação, as regras dos jogos, as inscrições, os prêmios, as fases de disputas e a definição dos atletas que poderão participar. Após a criação desse regulamento, foram iniciados os trabalhos de sensibilização dos trabalhadores rurais, colocando-os a par das normas estabelecidas.

A Emater/RS-Ascar é a principal responsável pela realização dos jogos rurais, pois seu envolvimento com os trabalhos se dá do começo ao fim, todos os anos desde o primeiro evento realizado. Anualmente, os técnicos e extensionistas da Emater/RS-Ascar realizam reuniões com a finalidade de avaliação, ao término de uma edição, e organização do regulamento para a edição seguinte. O regulamento é rediscutido e adaptado pelas comissões municipais. Podem participar das comissões os agricultores representantes das comunidades participantes do evento.

Os jogos rurais tornam-se grandes festas, com modalidades coletivas⁸, esportes típicos⁹, atletismo¹⁰ e concurso de beleza¹¹, sendo que cada comunidade inscreve seus competidores nas modalidades apreciadas pelos agricultores, conforme pode ser verificado nas Figuras 18 e 19.



Figura 18: Prova de Salto em Altura nas Olimpíadas Rurais Sol a Sol de Nova Esperança do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da EMATER/RS – ASCAR.

8 Futebol de Salão, Voleibol 4x4, Três Sete, Cabo de guerra, Corrida 4x100 m, Pênalti Casal, Chute ao alvo.

9 Arremesso de Milho, Carro de Lomba, Circuito Rural, Circuito Feminino, Corrida do ovo, Corrida do saco, Corrida dos Pés amarrados, Encilha de Cavalo, Pegar Galinhas, Tertúlia Livre, Tiro de Laço Vaca Parada, Tiro de Bodoque.

10 Corrida 100m, Salto em Distância.

11 Garota Sol a Sol, Rainha da Terceira Idade.



Figura 19: Prova de Cabo de Guerra nas Olimpíadas Rurais Sol a Sol de Nova Esperança do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da EMATER/RS — ASCAR.

O público médio desses jogos, atualmente, é de 1.000 pessoas durante todo o dia, incluindo os competidores (Figura 20). Apesar da competição pelos prêmios, as disputas esportivas acontecem em clima de confraternização, pois envolvem lazer, recreação, troca de experiências e valorização da vida comunitária rural. As competições ocorrem de forma leal sem atritos que possam comprometer o evento.



Figura 20: Público da Primeira Edição das Olimpíadas Rurais Sol a Sol, de Nova Esperança do Sul, realizada na Comunidade de Linha Três.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da EMATER/RS — ASCAR.

Ao meio dia é servido almoço a preço de custo, que inclui churrasco, galetos, diversos tipos de saladas e bebidas. Durante a tarde, são vendidos ao público do evento os tradicionais bolos, salgados e saladas de frutas. A renda adquirida com a venda destes fica na comunidade, e serão usados para a melhoria das dependências da comunidade, como salões de festas, canchas de bochas, campos de futebol, igreja, entre outras.

Os Jogos Rurais ficam marcados nos agricultores e também no público visitante, como um dia de alegria e diversão, esquecendo-se do trabalho rural e dos problemas enfrentados pelos agricultores. O evento, realizado no município há 16 anos, é o mais antigo da região, e ocorre geralmente no mês de março. Eventualmente, por razões climáticas, o mesmo é transferido, sem que seja comprometida a sua realização.

Vale destacar que os vencedores da etapa local, são classificados para os jogos regionais e, daí, para os Jogos Rurais Estaduais, o qual acontece nos mesmos moldes dos eventos locais.

3. RESULTADOS

Ao término da sistematização das Olimpíadas Rurais Sol a Sol, de Nova Esperança do Sul, foi possível observar como é fundamental a realização desse evento, pois, através dele, fortalecem-se a união, a amizade e o associativismo entre os agricultores. Além disso, a atividade também proporciona o lazer e a prática de esporte ao meio rural. E, ainda, com esse evento, o agricultor se integra com toda a região, revê amigos e conquista outros.

4. LIMITES

- **Rivalidades dentre integrantes das equipes:** Como esses jogos têm um espírito de competição, e como muitos dos competidores, baseados na rivalidade, acabam se empolgando com o calor das provas, acontecem muitas discussões durante as provas. Entretanto, logo são resolvidas, pois esses jogos possuem regulamentos que devem ser cumpridos. Às vezes a rivalidade perdura entre algumas comunidades, o que é um problema a ser resolvido aos poucos, de evento em evento, pois os jogos rurais estão alicerçados com maior ênfase nos objetivos de recreação e integração. Fica difícil para a comunidade organizadora visualizar esse tipo de problema com antecedência, já que a rivalidade acontece, em certas ocasiões, porque algumas pessoas de comunidades diferentes se aproveitam do evento para resolver problemas pessoais, gerando, assim, conflitos na hora da competição.
- **Deficiência de infraestrutura de algumas comunidades:** A deficiência de infraestrutura enfrentada por certas comunidades é considerada um grave problema,

tendo que vista que pode ser um empecilho à realização do evento.

- **A dependência da Emater/RS-Ascar para a organização do evento:** A Emater/RS-Ascar é a idealizadora desse evento e, desde a sua primeira edição, é essa entidade quem o organiza, do início até o final, motivando a criação conjunta do regulamento, reunindo as comunidades, participando na escolha da comunidade sede, na solução dos problemas. Dessa forma, sem a presença da Emater/RS-Ascar, é muito difícil a realização dos jogos rurais. Como já dissemos, todo o ano, após a realização do evento, representantes de cada comunidade, juntamente com a Emater/RS-Ascar, reúnem-se e reveem o regulamento, com o objetivo de aprimorá-lo, na tentativa de resolver os problemas enfrentados na última edição e de conseguir que não ocorram novamente em eventos futuros.
- **As idades dos competidores:** Cada localidade inscreve para disputar os jogos quase todas as pessoas do local, mas, na maioria das localidades, a quantidade de atletas disponíveis para competir é insuficiente e com idades variadas, fazendo com que muitos atletas sejam inscritos em modalidades em que a idade não está de acordo com o regulamento, ocasionando a desclassificação da equipe.
- **Atletas pertencentes a mais de uma localidade:** No município de Nova Esperança do Sul, é comum existir pessoas que pertencem a mais de uma localidade, pois parte de sua propriedade está situada em uma localidade e parte em outra, isto é, moram na área de divisa entre as localidades. Isso acaba levando muitos atletas a realizar a inscrição por duas localidades. Assim, quando ocorre competição entre essas duas localidades ao mesmo tempo, uma delas sofrerá com a falta de atletas. Além disso, quando ambas disputam a mesma modalidade, acontece uma disputa pelo um atleta entre as comunidades, criando desavenças entre os participantes das equipes.
- **A inscrição de atletas não pertencentes ao meio rural:** Como as competições são disputadas muitas vezes com seriedade, muitas localidades sentem a falta de atletas de melhor nível, contratando atletas da cidade, em descumprimento ao regulamento. De acordo com as normas, somente podem participar desses jogos atletas que residem nas áreas rurais do município.

5. POTENCIALIDADES

Na realização dos Jogos Rurais, destaca-se a capacidade das pessoas em unir-se em prol da organização da comunidade para sediar o evento. Toda a comunidade se sensibiliza e trabalha unida para o embelezamento e a reforma das dependências e também para que tudo ocorra com êxito no dia do evento.

Com a realização dessa atividade no município, a cidade e o campo são opções de turismo, já que pessoas das cidades vizinhas e até mesmo de cidades mais distantes prestigiam o evento. Muitos desses turistas são familiares dos próprios moradores do local.

A realização dos Jogos Rurais é de grande importância e valor para as comunidades rurais, pois, ao competir, essas comunidades se dedicam e expõem aos outros participantes e também aos visitantes o que têm de melhor, fazendo com que o público visitante presencie um pouco da identidade das comunidades rurais. A comunidade vencedora da competição fica destacada, dentre as outras e também nos outros municípios vizinhos, fazendo com que os competidores sintam orgulho de participar daquela comunidade.

CAPÍTULO 04

ÁREA TEMÁTICA CONSTRUÇÃO DOS MERCADOS

A questão do acesso aos mercados, por parte da agricultura familiar, tem sido um tema muito discutido nos últimos anos, dada a sua importância quando estamos tratando de desenvolvimento rural. A discussão em torno das melhores estratégias para uma efetiva inserção dos produtos oriundos desse sistema no mercado depende de uma série de fatores, que, na maioria das vezes, não dependem de uma decisão do agricultor.

Na execução do projeto de Sistematização de Experiências, optamos por explorar estratégias de comercialização que valorizassem a tríade território, populações e produtos, por estarem relacionadas a recursos e ao saber fazer de um território específico. Também foi observado o tempo de existência da experiência, o número de famílias envolvidas nela, o grau de autonomia em relação a agentes externos, o nível de articulação dos agricultores entre si e com o local, além do reconhecimento regional.

Nesse aspecto, duas experiências relacionam-se diretamente a estratégias de comercialização, apresentando diminuição de intermediários entre o agricultor e o consumidor, e caracterizando-se como coletivas, sintonizadas com a emergência de novos valores sociais, contrárias ao consumo massificado. Nessas experiências, partiu-se do pressuposto de que o interesse do consumidor por um produto não é advindo somente da condição do preço, mas também de fatores subjetivos. Assim, num produto da agricultura familiar podem ser atribuídos valor e significado, relacionados à dinâmica própria de determinados contextos políticos, sociais e culturais. Cada grupo social tem encontrado suas próprias formas de apelo para chamar a atenção do consumidor, em que pese algumas questões de época, tal como a tendência de consumo consciente, alimentos naturais, compreendidos como contrários aos industriais, a proveniência direta dos agricultores, sem atravessadores, produzidos com o mínimo de insumos externos, dentre outros.

Para essas razões, as feiras promovidas por agricultores se mostram como um dos melhores espaços de aprendizagem, por parte dos produtores, e para a construção de referenciais para um novo tipo de consumidor que se apresenta. A Feira do Produtor de São Pedro do Sul e o Hortomercado de Santiago/RS são experiências representativas,

não somente da região deste estudo, mas também para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Feira do Produtor de São Pedro do Sul surgiu no ano de 1982, passando, mais tarde, a ser organizada pela Associação de Feirantes de São Pedro do Sul. Caracteriza-se por uma forte relação com o Serviço de Extensão Rural e apoio público municipal, capaz de se consolidar como um espaço reconhecido de comercialização direta. Paralelo a isso, tem contribuído para o fortalecimento de uma série de unidades de produção familiar, além de estar sendo um importante espaço de aprendizado entre agricultor e consumidor. Destaca-se, ainda, a garantia de um preço justo, além do respeito, da confiança e da cumplicidade, por parte do consumidor.

Em relação ao Hortomercado, o espaço compreende a experiência de feirantes que, desde 1979, estão envolvidos com a comercialização direta de produtos agrícolas. Tal experiência pode ainda ser destacada como um modelo de associativismo, de agregação de valor e de relação com o setor Público, na construção dos canais de circuito curto de comercialização.

Todavia, como existe uma discussão em torno da relação entre circuito curto e circuito longo, também se buscou uma experiência que representasse uma transição entre esses dois canais de comercialização, mas a partir de produtos típicos da Agricultura Familiar. O agricultor Daltro Brauner, com propriedade rural no município de Cacequi/RS (Sítio São Francisco), representa um caso típico de propriedade que partiu de estratégias de comercialização em espaços de feira-livre, a partir da diversificação de produtos olerícolas, mas que, com as possibilidades de comercialização e a dificuldade de mão de obra, foi levada à especialização. Atualmente, a propriedade encontra-se especializada em apenas dois produtos, mas ocupando um espaço importante de comercialização em nível de região. Antes disso, os produtos cultivados pela família, morango e tomate, eram comprados para abastecer alguns mercados da região, diretamente da CEASA/RS, na cidade de Porto Alegre.

Num outro extremo de construção social dos mercados, foi buscada uma experiência que representasse uma maneira de criar valor no território e que permitisse reforçar a especificidade de produtos específicos. Essas formas de promoção, através da ligação estreita que estabelecem entre o território, o cliente e os produtos, reforçam o caráter não transferível da produção local. Para tanto, foi escolhida uma feira municipal, com caráter bianual, voltada a promover não somente os produtos locais, a região e a agricultura, mas também aspectos culturais e relacionados ao dinamismo local.

A Exposição Feira Agropecuária de Toropi, tem representado uma busca de mediação das instituições locais, em que pese principalmente a da Prefeitura Municipal e o do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, como forma de fortalecer e empoderar os circuitos locais de produção e de consumo. O empenho da comunidade para construir valor em torno daquilo que lhe é próprio tem representado um constante esforço para se contrapor a tendências que tem os aliado das questões de desenvolvimento. A Feira Agropecuária, portanto, significa uma mostra do potencial comunitário, no qual são

importantes não somente os aspectos agropecuários, mas também a economia como um todo, além de aspectos culturais e sociais.

Em relação aos principais questionamentos que guiaram esse processo de sistematização, podem ser salientados os seguintes:

1. Como se estabelecem as redes de confiança entre o produtor e consumidor?
2. Quais as principais mediações realizadas por instituições locais para o fortalecimento da construção social dos mercados?
3. Quais são os impactos positivos e os limites da experiência?

4.1 EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA DE TOROPI

Gustavo Pinto da Silva¹

Maysa Eichner da Silva²

Alexandre Silva da Costa³

Eva Berani Lopes Marafiga⁴

Helton Adriano Haas⁵

PALAVRAS-CHAVE: Promoção. Desenvolvimento municipal. Agricultura familiar.

1. CONTEXTO

O município de Toropi encontra-se localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, distante 65 km da cidade de Santa Maria. Possui uma área total de 203,5 km², limitando-se ao Norte com o município de Jari, ao Sul, com São Pedro do Sul, a Leste, com Quevedos e, a Oeste, com Mata. Está situado na Zona de Transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro, caracterizado por ondulações topográficas bastante acidentadas. É considerado tipicamente rural, com aproximadamente 80% da população, de um total de 2.952 habitantes, vivendo no campo.

Entre as atividades econômicas que se realizam encontram-se principalmente a produção de leite, fumo, milho, feijão, soja e bovino de corte. O comércio da cidade conta com lojas de vestuário e material de construção, mercados e lanchonetes, entre outras atividades. Ainda, em relação à prestação de serviços, há apenas duas agências bancárias, um posto de combustível, uma farmácia e uma agência postal.

Destaca-se a presença da Cooperativa Mista dos Agricultores de Toropi Ltda.

1 Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmica do curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

3 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

4 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

5 Técnico em Agropecuária, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Toropi.

(COOMAT), com aproximadamente 2.800 associados, possuindo uma unidade de recebimento e resfriamento de leite, uma fábrica de ração, loja de insumos agrícolas e veterinários, supermercado e uma loja de ferragens.

Trata-se de um município com uma dinâmica essencialmente rural, em que o espaço urbano se confunde com o rural, ou depende diretamente dele. Nesse caso, parece que o desenvolvimento está bastante relacionado à capacidade de identificar o meio rural não como um simples espaço geográfico da agricultura, mas como base para um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais. Parece ser a lição de casa dar essa notoriedade para a dinâmica de desenvolvimento, na organização de iniciativas que possam materializar tais intenções e converter as aptidões locais como base para a formação de novos laços de confiança e cooperação entre os setores econômicos.

Entre as formas de promoção, divulgação e de fortalecimento dos aspectos econômicos e sociais de um município com esses aspectos rurais, encontram-se as Feiras Agropecuárias. Algumas delas se tratam do maior e mais importante evento da comunidade, envolvendo, além de agentes da agropecuária, outros setores econômicos, bem como escolas, centros culturais, associações, cooperativas, instituições de crédito, etc. Também podem reunir, em sua realização, espaços para informação especializada, inovação e difusão de informações, além de suporte para os negócios da comunidade. Tratam-se, então, de eventos voltados para a promoção daquilo que é próprio e também para o estabelecimento de um vínculo com outros bens, serviços e informações que não estão à disposição na comunidade. Entre esses casos, salienta-se o próprio consumo produtivo do campo, em que máquinas, equipamentos, bens e serviços, assim como os próprios empréstimos em bancos públicos ou instituições privadas, que facilitam esses investimentos, estão disponíveis nas feiras.

Foi com esse objetivo que o município de Toropi, criado no ano de 1997, buscou, na organização da Exposição Feira Agropecuária, promover para a região seus potenciais, sejam econômicos, sociais e/ou culturais. A realização da Feira ganhou notoriedade e passou de simples promoção da cadeia produtiva leiteira, em seu início, a maior evento do município, na atualidade. Atualmente, envolve não somente a comunidade local, mas regional, além de diversas instituições e entidades de outros municípios.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A Feira Agropecuária de Toropi surgiu a partir da realização das Mostras da Terneira, evento voltado para a promoção e divulgação da Bacia Leiteira, que abrangia os municípios de Toropi e São Pedro do Sul. Alguns produtores, investidores em tecnologia e genética, tinham o interesse de difundir práticas de qualidade para o rebanho leiteiro, uma vez que o desenvolvimento da cadeia produtiva somente seria efetivo se envolvesse toda a região. A primeira edição ocorreu em São Pedro do Sul, no ano de 1996,

uma vez que Toropi ainda não era município e não reunia as condições necessárias para a promoção do referido evento. No ano seguinte, a Feira já aconteceu em Toropi, mantendo a periodicidade anual e a alternância de sua realização entre os dois municípios. Os promotores desses eventos eram os Escritórios Municipais da Emater/RS-Ascar, a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, a Prefeitura Municipal de Toropi e a COOMAT.

A feira foi se fortalecendo aos poucos, culminando, inclusive, com a criação da Associação de Criadores de Gado Jersey e da Associação de Criadores de Gado Holandês, paralelo a esse período e agregando produtores dos dois municípios. O último ano de realização da Mostra foi em 2000, quando o evento foi realizado em Toropi, já que no ano seguinte o município de São Pedro do Sul optou pela não realização.

No ano de 2002 o evento, então, tornou a ser proposto como I Exposição Feira Agropecuária de Toropi (EXPOFEIRA), com organização exclusiva desse município e eliminando o caráter rotativo que se manteve até 2000. Desde então, a feira manteria as características de Mostra Leiteira, agregando, todavia, outros setores econômicos e englobando, também, aspectos de lazer, cultura e entretenimento. A Exposição deveria ter uma periodicidade bianual, mostrando as potencialidades do município, além de representar uma grande festa comunitária.

A primeira edição da Feira foi realizada na sede do Centro de Tradições Gaúchas do município, quando, então, foram abertos *stands* para quaisquer segmentos que tivessem interesse em participar. A Prefeitura do município incrementou a sua realização com um suporte financeiro maior, o que proporcionava as condições de um grande evento. Entre os avanços dessa edição está o Controle Oficial do Gado Leiteiro⁶ da Raça Jersey, visto que a Associação já possuía uma quantidade de animais que permitia o reconhecimento pela Associação de Criadores de Gado Jersey do Rio Grande do Sul. Nessa edição também já houve leilões de animais da Raça Jersey e Holandês (Figura 21).



Figura 21: Julgamento da Raça Holandesa, durante I Expofeira de Toropi, no ano de 2004.

Fonte: Arquivo de imagens da Prefeitura Municipal de Toropi.

A II Expofeira de Toropi aconteceu no ano de 2004, no mesmo local da anterior.

⁶ O Leite resultado dos concursos das Raças são doados para a Cooperativa Mista de Produtores de Toropi Ltda e COSUEL.

Nessa edição, a Prefeitura Municipal, além de conseguir inserir o evento no Calendário de Feiras da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, investiu R\$ 13.269,81 para a sua realização. Também foram definidos espaços para os expositores do município, proporcionando condições especiais para essa participação. A edição atingiu seu auge com a participação do Banco do Brasil e do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), os quais passaram a disponibilizar linhas oficiais de crédito, que facilitam a compra e a venda de animais, assim como de máquinas e equipamentos que algumas empresas. Empresas essas que, com a realização do evento, começaram a expor. Na mesma edição, também foi assinado o Termo de Cooperação para Execução do Programa RS Rural, que privilegiava os agricultores do município.

A edição de 2006, terceira a ser realizada, ainda aconteceu na sede do Centro de Tradições Gaúchas, no período entre 18 a 21 de maio, quando o município investiu R\$ 18.091,76 para a sua realização. As atrações e eventos culturais no decorrer da feira também ganharam espaço, o que proporcionou um aumento do público participante. Houve uma preocupação também com os aspectos relacionados à tecnologia para os agricultores, ganhando notoriedade o trabalho desenvolvido pelo Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, que promoveu a implantação de áreas demonstrativas de forrageiras perenes, tecnologias de baixo impacto ambiental, conforme mostra a Figura 22, além de palestras técnicas.



Figura 22: Unidade demonstrativa de criação de terneira e de criação de suínos em Cama Sobreposta, durante III Expofeira de Toropi.

Fonte: Arquivo de imagens da Prefeitura Municipal de Toropi.

A IV Expofeira aconteceu no ano de 2009, já em área própria. As dependências do Centro de Tradições Gaúchas já não comportavam mais o tamanho do evento e o Ginásio de Esportes do município poderia ser mais bem aproveitado, já que ficava

ocioso em determinadas épocas do ano. Ao mesmo tempo, via-se a necessidade de, aos poucos, ser planejado um Parque de Eventos, em que pudessem ser realizados investimentos e que ficasse sob domínio público.

Para a realização da quarta edição, foi necessário contar com o auxílio de proprietários, que cederam suas áreas para abrigar os bovinos de leite, e para serem usadas como áreas demonstrativas de forrageiras (Figura 23). Essa edição contou com 48 expositores, sendo 14 do município de Toropi, fomentados pela disponibilidade de área fechada.



Figura 23: Agricultores na área demonstrativa de forrageiras, durante IV Expofeira de Toropi.

Fonte: Arquivo de imagens da Prefeitura Municipal de Toropi.

A edição contou com um investimento da Prefeitura Municipal de R\$ 87.094,51, já que exigia estruturar melhor a diversidade que o evento proporcionaria. Nessa edição, foi incorporada uma parte cultural (Figura 24), bem como foi elaborado um Regulamento para a Realização de Feiras no município e houve a abertura de espaço para ovinos e caprinos. Foi um ano que coincidia com uma crise no setor leiteiro, além da perda de algumas lideranças do setor que foram para outras regiões, o que acarretou a desmobilização da participação dos produtores rurais. Para contrapor a essa tendência, o município também proporcionou auxílio financeiro para que os produtores apresentassem seus animais, bem como realizassem exames sanitários⁷ nos animais, o que permitiu um Julgamento de Raças. Estima-se que 7.500 pessoas participaram da feira de 2009.

⁷ Os exames de Tuberculose e Brucelose são obrigatórios nos Eventos Oficiais de Animais Leiteiros, sendo realizados de forma gratuita para os produtores de Toropi.



Figura 24: Público em programação cultural, durante IV Expofeira Agropecuária de Toropi.

Fonte: Arquivo de imagens da Prefeitura Municipal de Toropi.

A última edição da feira aconteceu em 2011, com um investimento total de R\$ 130.204,00. Para essa edição, foi necessária a adaptação da energia elétrica do local, já que a que existia não suportava mais a realização do evento no tamanho que chegara. Também houve necessidade de melhoria dos espaços de acomodação de animais, pois além de bovinos de leite, ovinos e caprinos, também houve a inserção de suínos e cavalos crioulos. A exposição leiteira (Figura 25), fomentada pelo bom momento em que vivia o setor, também foi incrementada com a participação de produtores de outros municípios. Estima-se que essa última exposição teve um público de aproximadamente 12.000 pessoas.



Figura 25: Julgamento de animais da raça Jersey, durante a V Expofeira Agropecuária de Toropi.

Fonte: Arquivo de imagens da Prefeitura Municipal de Toropi.

3. RESULTADOS

Algumas consequências podem ser verificadas como impactos da realização da Feira Agropecuária de Toropi, conforme está indicado a seguir:

- A Exposição Feira Agropecuária de Toropi tornou-se uma referência regional, com a participação expressiva da comunidade e como marca do município, reconhecida como divulgação da comunidade junto a outras regiões;
- A participação da população local é expressiva tanto por parte dos expositores como dos visitantes. Isso se deve, em grande parte, pela inexistência de qualquer tipo de preço público, o que beneficia a todos os tipos de públicos;
- Os organizadores da Feira, bem como os funcionários do município já estão preparados para a realização do evento, sentem-se sensibilizados e motivados para a exposição. A cada edição da Feira, é indicada uma comissão organizadora, por indicação dos segmentos envolvidos, o que garante a criação de uma cultura organizacional na sua realização;
- O segmento envolvido com a cadeia de produção leiteira, através de suas associações, está motivado para o evento, principalmente pela premiação dos vencedores nos concursos leiteiros, pela possibilidade de crédito para renovação de matrizes, além da possibilidade de mostrar o resultado do trabalho desenvolvido nas propriedades;
- Melhoria da autoestima da comunidade, que vê os seus potenciais podendo ser mostrados para a própria comunidade, bem como para outras que desejam conhecer;
- Fortalecimento das relações de reciprocidade, confiança e cooperação, traduzidas no aumento das possibilidades de desenvolvimento de ações em conjunto.

4. POTENCIALIDADES

A existência de potencialidades na realização indica que a Feira de Toropi possui capacidade de ampliar seus resultados. Abaixo encontram-se duas potencialidades observadas:

- Fortalecimento de um calendário regional de eventos e de atividades desenvolvidas em municípios sem tradição nesse tipo de atividades;
- A Cooperativa Mista de Produtores de Toropi Ltda possui potencial para se envolver mais no desenvolvimento do evento.

5. LIMITES

A experiência apresenta alguns fatores que, se não forem resolvidos, podem promover retrocessos na sua realização, conforme descrição a seguir:

- A participação dos agricultores de outro tipo de atividades, que não somente aqueles envolvidos com a produção leiteira, precisa ser ampliada. O município se destaca pela produção de fumo, que não é uma atividade que promove a participação;
- Mesmo na produção leiteira, em que a mobilização está bem adiantada, ainda falta um melhor entendimento dos agricultores para com a importância do evento e da importância de sua participação;
- As dependências de lideranças no setor leiteiro;
- O evento tem uma dependência muito forte da Prefeitura Municipal de Toropi e também da Emater/RS-Ascar Escritório Municipal de Toropi. A falta de lideranças na promoção do evento deixa a sua realização por conta do setor público;
- A falta de infraestrutura no parque exige aquisição de serviços que depois do evento não ficam na comunidade, à disposição para outros eventos;
- A comunidade ainda carece de infraestrutura de acolhimento, tais como pousadas ou hotéis;
- Há pouca participação das escolas do município, que poderiam estar mostrando os projetos e atividades que nelas são desenvolvidas;
- Falta qualificação da feira, principalmente pela ausência de uma pessoa que possa cuidar exclusivamente do *marketing*.

6 PRINCIPAIS ENVOLVIDOS COM A FEIRA AGROPECUÁRIA DE TOROPI

- Adair Braz
- Alexandre Silva da Costa
- Daniel Bayer Weber
- Enio Scholz
- Helton Adriano Haas
- João Maurer
- Lauro Scherer
- Paulo Sérgio Costa
- Regina Hernandes

4.2 A EXPERIÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DA ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DE SÃO PEDRO DO SUL

Gustavo Pinto da Silva¹

Maysa Eichner da Silva²

Loren Pichler³

Regina Hernandez⁴

Ademar Antônio Franchi⁵

PALAVRAS-CHAVE: Feira livre. Extensão rural. Comercialização.

1. CONTEXTO

O município de São Pedro do Sul está localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, na zona de transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro, com uma área territorial de 873,597 km². Fazem parte do município os distritos de São Pedro, Cerro Claro, Guassupi e Xiniquá, onde estão residentes aproximadamente 4.439 pessoas, de um total de 16.368 habitantes do município.

Apesar da colonização do município ter acontecido a partir do Sistema de Estâncias, com a criação de gado, o verdadeiro movimento migratório acontece com os imigrantes alemães e italianos, que chegaram a partir de 1865. Os imigrantes, como em outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul, vieram ocupar as áreas devolutas, razão pela qual instalaram-se nas áreas mais acidentadas do município.

Entre as características do município está a de uma economia diversificada, com a predominância de estabelecimentos do tipo familiar, identificada pela presença da imigração italiana e alemã, e o predomínio de sistemas de produção com base em

1 Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmica do curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

3 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

4 Médica Veterinária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

5 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

fumo, milho e outros cultivos em pequena escala. Entre os desafios, encontra-se o da reprodução social dos estabelecimentos familiares e, principalmente, de sua inserção nos mercados locais.

O fomento à organização da Feira do Produtor de São Pedro do Sul foi uma iniciativa de instituições do município para tentar reter a renda gerada no próprio município, além de garantir a ocupação das famílias rurais, bem como a comercialização dos seus produtos. Em relação ao mercado varejista, a feira livre é reconhecida pelos consumidores como um local de presença de alimentos mais frescos, diversificados, presumivelmente cultivados sem o uso, ou com uso menos intensivo, de defensivos agrícolas, e com preços mais acessíveis. Outro fator importante que concorre para a popularização da Feira é a crescente conscientização dos efeitos benéficos de dietas saudáveis e naturais decorrentes de mudanças de hábito de consumo alimentar da população. A Feira apresenta ainda uma dinâmica peculiar de negociação do preço e o atendimento personalizado, possibilitando manter uma relação bastante próxima com o produtor feirante.

Entre os pontos que têm sido diferenciais na organização de uma estratégia desse tipo, encontram-se o da cooperação e também o da presença constante da assistência técnica e da extensão rural. No caso particular da organização dos agricultores, a criação da Associação dos Feirantes de São Pedro do Sul tem permitido veicular as reivindicações dos agricultores familiares junto aos organismos competentes, defender os interesses sociais e econômicos dos associados e promover, com exclusividade, a representação e a defesa de seus sócios. Do mesmo modo, a extensão rural tem contribuído para fortalecer as ações dos agricultores e, muito provavelmente, para predispor-los a assumirem a atual forma de organização e comercialização.

Essa experiência que aqui será descrita reflete um pouco dos caminhos e descaminhos na organização de agricultores familiares para o acesso aos mercados que, nesse caso, são os mercados de circuito curto de comercialização.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Essa experiência teve início no ano de 1982, a partir do pioneirismo de quatro feirantes⁶ e de suas famílias, que buscavam outra forma de comercialização que não a tradicional para os atravessadores. A iniciativa foi conjunta entre a Emater/RS-Ascar e outros órgãos ligados ao setor agropecuário. A Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul disponibilizou um terreno em área central da cidade, onde poderia ser construído o espaço referido, em local que antes se tratava do Parque de Máquinas da Secretaria de Obras do município. Para a realização das primeiras edições, foram construídas bancas

6 Olavo Militz, Romeu Militz, Oscar Dalcul, Nelson Parcianello, Valdomiro Ebling e Nei Fumagalli.

de madeiras, cobertas por telhado, conforme mostra a Figura 26. Nesse local, os produtores realizavam as feiras uma vez por semana, sempre nas sextas-feiras.



Figura 26: Feira do Produtor de São Pedro do Sul, no ano de 1982.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

O grupo de agricultores que deu início às atividades trabalhava de modo informal, sem horários definidos, chegavam a qualquer hora, e, ao venderem todos os produtos, voltavam para suas propriedades. A única figura reguladora e instituidora de normas era um “Fiscal de Feira”, que se tratava de um servidor municipal, cedido pela prefeitura, ao qual cabia auxiliar na organização e no funcionamento da feira. Cabia a ele também a realização de uma pesquisa de preços nos supermercados do município, sempre realizada um dia antes da data da feira, com o objetivo de reduzir em 20% o preço em relação àqueles cobrados na cidade. Nesse primeiro momento, conforme relata um dos feirantes, *“a ideia era vendermos o que queríamos e como queríamos, vinham até produtos da Argentina e os atravessadores aproveitavam o local para vender”*.

A preocupação com a qualidade dos produtos começa a surgir a partir do ano de 1986, quando o assunto passa a ser levantado nas reuniões do grupo, movido pela insatisfação de consumidores. Também nesse mesmo período começam a surgir as primeiras preocupações em relação ao local onde a feira era realizada, por se tratar de um terreno em área nobre da cidade, além de ser amplo. A sede primeira da feira passou a ser especulada para a construção de outros prédios públicos. Assim, em contraponto a essa tendência, foi tomada a iniciativa de um cadastramento junto à Prefeitura Municipal e à Exatoria Estadual, buscando maior proteção da condição de comerciantes.

O ano de 1989 é um marco para os Feirantes de São Pedro do Sul, quando o Engenheiro Agrônomo da Emater/RS-Ascar, Reges Tadeu Beltrame, tomou a frente da feira e sugeriu

uma série de procedimentos e ações que visavam a estabelecer a autogestão no grupo e, principalmente, a qualidade em tudo o que faziam. O objetivo dessas ações era melhorar a qualidade para ganhar a confiança e a cumplicidade do consumidor, manter a quantidade para que o cliente chegasse à feira e encontrasse o produto que procurava; e garantir parâmetros adequados de preço, inferiores aos cobrados por aqueles que tinham custos superiores de comercialização. Para atingir esses objetivos e também fortalecer o espírito de união do grupo, as reuniões passaram a ser mensais e tratavam dos mais diversos assuntos⁷.

Tendo em vista que, durante a realização dessas reuniões, foi identificado um conjunto de motivos suficientes para estabelecer um mecanismo que potencializasse a ação coletiva, em 12 de julho de 1989, foi fundada a Associação de Feirantes de São Pedro do Sul. Essa iniciativa representou um passo importante tanto na organização dos envolvidos, para poderem reivindicar seu espaço, como também para a organização da própria produção. Assim, primeira diretoria também foi eleita⁸, para a qual se fazia necessária a elaboração de um regimento para o bom andamento das atividades. O Regimento Interno, então criado, passou a estabelecer que a Associação deveria assegurar o andamento das atividades e dos aspectos inerentes à feira, diminuir a entrada de produtos de outros municípios ou Estados, além de prezar pela satisfação do consumidor. Previu, também, que os feirantes deveriam buscar uma diversidade de produtos para a feira; manter a higiene e a ordem em seus boxes; independente da situação da venda, deveriam se manter na feira até o horário de fechamento da mesma; e obedecer os preços fixados pela tabela, os quais deviam ser 20% mais baratos que os dos mercados locais. E ainda preveniu os agricultores de que o não cumprimento das normas, a não aceitação das determinações da Emater/RS-Ascar e o não comparecimento na feira, poderiam ser punidos com medidas que iriam desde a suspensão de um dia até o desligamento por completo da feira⁹.

As instalações físicas também eram motivo de preocupação dos feirantes, os quais reclamavam que, por se tratar um espaço aberto, os produtos ficavam expostos a chuva, neblina, sol e vento, o que interferia diretamente na qualidade dos mesmos. Ao mesmo tempo, o bem estar dos feirantes ficava comprometido, e os consumidores reclamavam de que o acesso e a escolha dos produtos ficaram dificultados. O ano de 1990 marca a melhoria do espaço da Feira do Produtor, quando a Prefeitura Municipal, disponibilizou os serviços de mão de obra para a construção de um novo espaço, a partir da doação de materiais pelos próprios feirantes. Esse prédio (Figura 27) foi inaugurado no ano de 1991.

⁷ Entre os principais assuntos das reuniões encontrava-se a qualidade e higiene dos produtos; aparência dos produtos na feira, modo de cultivo; aplicação mínima de agrotóxicos; apresentação dos produtores; normas de convivência do grupo; local da feira, dentre outros.

⁸ Presidente Alberi Dalcul, que escolheu como seus assessores a Secretária Corina Militz e Tesoureira Julieta Bolsan Militz

⁹ Na prática, muitos agricultores recebiam cartas de advertência, assinadas pelo técnico extensionista e pelo chefe do escritório da EMATER, geralmente pela ausência do produtor em dias de realização de feiras.



Figura 27: Feira do Produtor de São Pedro do Sul, no ano de 1991.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

Nesse novo espaço, foram construídos cinco boxes. Cada feirante recebeu um deles, que serviriam para exposição e comercialização dos seus produtos. As despesas com luz e água são pagas pela Associação de Feirantes, que, para essas despesas, arrecada uma mensalidade de cada usuário do local. Aqueles feirantes que comercializam apenas uma vez por semana, pagam R\$ 5,00/mês. Já os feirantes que comercializam duas vezes por semana pagam R\$ 10,00/mês.

A Prefeitura Municipal sempre disponibilizou um servidor municipal para ser o Supervisor da Feira, o qual, além de buscar padronizar os preços praticados, conforme consta no Regimento Interno, deveria supervisionar a qualidade dos produtos, observar a higiene da feira em todos os seus aspectos, fazer com que os feirantes atendessem os consumidores com presteza, delicadeza e cortesia, cuidar para que não houvesse engano na pesagem, bem como comunicar à Emater/RS-Ascar todo e qualquer problema detectado.

Entre as preocupações dos feirantes sempre esteve a de oferecer um melhor atendimento aos consumidores, assim como o embelezamento da feira. Por essas razões pelas algumas manutenções precisavam ser feitas, muitas delas promovidas pelos próprios agricultores ou com recursos da Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul. Em 2005, com os recursos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível aumentar a largura dos boxes e fazer o reboco e a pintura da feira. As modificações feitas nessa época encontram-se até a atualidade (Figura 28). Para essas atividades, os feirantes sempre foram apoiados pela Emater/RS-Ascar, a qual dava suporte na elaboração de projetos e na mobilização dos agricultores. Com esses recursos também foram adquiridos bens para a feira como balança, embaladora a vácuo, sacolas plásticas, caixas de plástico, dentre outros.



Figura 28: Feira do Produtor de São Pedro do Sul na atualidade.

Fonte: Arquivo de imagens de Maysa Eichner da Silva.

A Feira funcionou em dois dias por semana até o ano de 1999, quando, então, passou a acontecer três vezes por semana¹⁰, incluindo os sábados. O aumento dos dias ocorreu em função do sucesso obtido ao longo do tempo, principalmente pela forte relação estabelecida com os consumidores, baseada na confiança mútua e no atendimento das expectativas de ambos. Para essa condição, a extensão rural foi um diferencial não só pelo acompanhamento do dia a dia da feira, realizado pela Emater/RS-Ascar, como também pelo número de qualificações realizadas no decorrer do tempo, sempre buscando a melhoria da qualidade dos produtos, como o aperfeiçoamento dos agricultores enquanto vendedores. Essas qualificações foram as mais diversas (dias de campo, palestras, visitas técnicas, cursos), sempre relacionadas à atividade de produção e comercialização. Dentre as qualificações, destacam-se aquelas que visavam às boas práticas de fabricação, produção, apresentação dos produtos, uso adequado de embalagens, aproveitamento do excedente de produção (para fabricação de compotas, chimias, conservas, dentre outras) e os cursos de apresentação dos produtos e dos produtores.

Atualmente, os cinco boxes estão ocupados e beneficiam 11 famílias, conforme identificadas no Anexo I. Além de buscarem a sua inserção no mercado, o grupo de agricultores almeja manter seu compromisso social com a comunidade, ressaltado na doação dos produtos que não são comercializados na Feira do Produtor até o horário das 11h. A instituição que recebe essas doações é o Lar das Vovozinhas de São Pedro do Sul.

¹⁰ Atualmente, a feira funciona três vezes por semana, as terças-feiras, as sextas-feiras e aos sábados, das 7h às 12h.

Nos dias e horários em que não há comercialização, o espaço destinado à Feira do Produtor em São Pedro do Sul é emprestado para outros movimentos de comercialização direta, tal como a Casa da Amizade, o Comitê de Mutirão de Combate à Fome, a Secretaria de trabalho e Ação Social, dentre outros. É cobrada uma taxa de R\$ 10,00 por dia das entidades que utilizam o espaço, mas aquelas comprometidas com o trabalho social estão isentas do seu pagamento. Nas quartas-feiras, o espaço é ocupado pela Associação dos Produtores da Casa Colonial¹¹, que pagam R\$ 15,00/mês. Desse modo, a utilização do espaço físico ganhou relevância, além de ter aumentado o seu compromisso social e ético com outros grupos de pessoas.

Para dar conta da comercialização dos produtos agrícolas, principalmente em épocas de excesso de produção, os feirantes também promovem feiras especiais, conforme a época do ano. Podem ser citadas a Feira da Laranja, a Feira da Uva, a Feira do Mel, a Feira da Mandioca, a Feira do Peixe, a Feira do Milho, a Feira do Tomate, dentre outras. Para o Dia de Finados é organizada a Feira da Flor, como podemos observar na Figura 29, para a qual os agricultores se preparam com certa antecedência, a fim de oferecer diversidade de espécies.



Figura 29: Feira da Flor realizada no dia de Finados, em São Pedro do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

Os feirantes também organizam confraternizações, como almoços e jantares de Natal, de Final de Ano e de Aniversário da Feira, o qual se comemora no mês de agosto. Também buscam o envolvimento nas atividades comemorativas do município, tal como nos desfiles de Sete de Setembro, conforme mostra a Figura 30. Essas atividades fortalecem o espírito de grupo, a reciprocidade, o convívio, além de melhorar a autoestima dos agricultores e de suas famílias, aliado à própria divulgação e promoção do espaço de comercialização.

¹¹ Trata-se de uma Associação de Agricultores Familiares, que comercializam diversos tipos de produtos.



Figura 30: Agricultores no desfile do dia 7 de setembro, com o tema “Promovendo a Feira”, São Pedro do Sul.
Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

Nesses 29 anos de feira, foi possível perceber três momentos importantes de sua evolução. O primeiro período está relacionado aos processos iniciais de organização, evidenciado na informalidade, e sem nenhum mecanismo que promovesse a qualificação e a cooperação entre os feirantes. O segundo momento possui ligação com os processos de intervenção extensionista, realçada nos processos de articulação e formação da Associação de Feirantes de São Pedro do Sul, quando, então, passa a ser um promotor e facilitador de ações voltadas ao empoderamento dos agricultores nos aspectos de organização, de produção, de mercado e de gestão. E o terceiro período corresponde à saída do extensionista do processo de intervenção, no momento em que a Emater/RS-Ascar promoveu a redução dos servidores efetivos. Todavia, esse momento é evidenciado pela identidade própria do grupo, fortalecido e capaz de solucionar e gerenciar os assuntos referentes à autogestão da Feira.

O reconhecimento e o nível de satisfação dos consumidores em relação aos agricultores e seus produtos são evidentes. Existe uma grande cumplicidade entre eles, isso porque o consumidor aprova a qualidade dos produtos, sabe que são de boa procedência e, principalmente, porque os agricultores exercem muito bem o papel de vendedores. A satisfação dos agricultores também é visível, não só pelo fato da renda imediata, mas, sobretudo, pelo vínculo que criaram com seus consumidores. Como os próprios agricultores nos relataram, eles não veem a hora de chegar o dia da Feira para reverem seus consumidores, que já se tornaram seus amigos.

3. RESULTADOS

Entre os resultados da Feira do Produtor de São Pedro do Sul, através da Associação dos Feirantes, destacam-se:

- Consolidação da unidade de produção familiar;
- Garantia de renda;
- Aumento do patrimônio na propriedade rural;
- Aprendizado como produtor e vendedor;
- Relação direta com o consumidor;
- Elevação da satisfação e da autoestima, por parte dos agricultores;
- Garantia de comercialização por preço justo;
- Respeito, confiança e cumplicidade por parte do consumidor.

4. POTENCIALIDADES

Destacam-se como potencialidades da feira:

- Mercados institucionais;
- Surgimento de uma instituição maior que possa promover a comercialização direta.

5. LIMITES

Alguns fatores, se não forem resolvidos, poderão afetar o bom funcionamento e desenvolvimento da feira, como:

- A inexistência, na atualidade, de assistência técnica nas propriedades rurais;
- A incerteza quanto à sucessão na feira, pois os feirantes não sabem se seus filhos darão continuidade a essa atividade;
- O interesse, manifestado muitas vezes, sobre a área física para construção de outros prédios, já que o terreno pertence ao poder público.

Anexo I – Nome dos sócios da Associação de Feirantes de São Pedro do Sul:

- Alberi Dalcul e Beatriz Weber Dalcul
- Ari Diesel de Moraes e Eni Webwr de Moraes
- Elton Luiz Senger e Elisandra Angélica Timm Senger
- Juliane Senger Essy e Ronaldo Essy
- Napoleão Gracioli e Cleci do Carmo Graacioli
- Rodinei Del Cul e Silvana Beatriz Senger
- Luiz Gonzaga Parode Araújo e Carmem Leila Araújo
- Agroindústria de Embutidos e Defumados Passo de Clara
- Sigmar Senger e Marlei Dalcul Senger
- Leonar Leopoldo Kunz e Loveli Zuse Kunz
- Julieta Millitz

4.3 HORTOMERCADO DE SANTIAGO

Julio Cesar Bueno Jacques¹

Gustavo Pinto da Silva²

José Renato Lovato Cadó³

Liberato César Ramos Bochi⁴

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Mercados. Políticas Públicas.

1. CONTEXTO

Cada vez mais a população vem se preocupando com aspectos relacionados à saúde, especialmente com o caráter saudável dos alimentos a serem consumidos. As feiras livres são vistas como local de origem de alimentos sadios e produtos frescos, especialmente frutas e verduras, além de uma possibilidade de diversificação, ressaltada pelos diversos gêneros desses produtos. O medo causado pelo uso em demasia de agroquímicos nas plantas também colabora para que os consumidores busquem, na relação de confiança com o agricultor, um novo canal de garantia do alimento que chega até a sua mesa. Outros aspectos, como o caráter de ludicidade, lembrando alimentos elaborados pelas famílias, o local de encontro de pessoas, onde agricultores, feirantes e consumidores se conectam na diversidade de situações, também são evidenciados.

Do ponto de vista comercial, a feira livre é garantia, ao consumidor, de preços mais acessíveis e, ao agricultor, de venda, liquidez imediata de seus produtos e maior apropriação da renda agropecuária. O que antes era considerado diversificação para a subsistência da família rural, tornou-se necessidade para atender à expectativa dos consumidores. Ao mesmo tempo, a troca de conversa com o consumidor estabelece um sistema de qualificação e de preocupação com a melhoria contínua do que deverá ser apresentado na próxima feira, pois, quanto melhor o produto, mais fácil será a sua comercialização.

1 Aluno do Curso Superior em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar.

4 Secretário de Agricultura e Pecuária do Município de Santiago.

Em Santiago, esse tipo de comercialização já vem acontecendo há 31 anos. O município está localizado na região Central do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como limites, ao norte, os municípios de Bossoroca e Itacurubi, ao sul, São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul e Jaguari, a leste, Jari e Capão do Cipó e, a oeste, Unistalda. Possui uma população de 49.071 habitantes, sendo que, desses, 4.336 vivem no meio rural. Trata-se de um município com sinais claros da relação forte com o campo e de uma população que carrega os traços dessa vivência.

A agricultura familiar ocupa principalmente a região situada mais ao sul da sede do município. Trata-se de um local com aspectos de topografia e vegetação mais serrana, muito relacionada à colonização italiana. As propriedades rurais de área reduzida, com a família na gestão da terra e o alto grau de diversificação de produtos definem esse espaço como típico da Agricultura Familiar.

A Feira Livre surgiu no município de Santiago, no ano de 1979, no centro da cidade, em local denominado Pracinha dos Brinquedos. Nesse espaço, participavam aproximadamente 20 feirantes, que comercializavam seus produtos ao ar livre, em pequenas barracas, independente de serem agricultores ou não. A partir de 1991, há uma mudança de local, quando passou a se estabelecer em um local denominado Hortomercado de Santiago, construído especialmente para esse fim. Trata-se de um grande pavilhão onde as bancas foram construídas em formato de U, com espaços para exposição dos dois lados do corredor. Também conta com banheiros, câmaras frias, além de um amplo estacionamento.

Entre as características importantes da Feira Livre de Santiago, encontra-se a relação existente entre os agricultores, a sociedade e as políticas públicas. Dessa relação é que vêm surgindo melhorias contínuas na feira. Desde a primeira feira livre, realizada ainda na Praça dos Brinquedos, até o dia a dia do Hortomercado, destaca-se a atenção dada por parte da Prefeitura Municipal de Santiago e da Emater/RS-Ascar para essa experiência. Recursos financeiros, organização da produção, contratação de pessoal, promoção e divulgação da atividade são alguns dos avanços obtidos através dessa relação.

A quantidade de produtores beneficiados, o espaço físico, a relação entre produtores e consumidores, o número de feirantes (41) e as políticas públicas ressaltam a presença do Hortomercado entre os demais espaços de comercialização direta da região. Este texto tem como objetivo sistematizar essa experiência, procurando um melhor entendimento de como a prática de comércio direto de produtor para consumidor vem se sobressaindo e proporcionando resultados positivos ao longo dos tempos.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Independentemente da denominação de Hortomercado de Santiago, essa experiência de comercialização começou no ano de 1979. Naquela época, um grupo de aproximadamente 20 agricultores, através de iniciativa e suporte da Prefeitura Municipal

de Santiago⁵, começou uma Feira Livre de Horti-Fruti, na denominada Pracinha dos Brinquedos⁶, no centro da cidade de Santiago, conforme mostra a Figura 31. A feira era realizada semanalmente, nas quartas e sábados, no horário das 5h até as 10h, ao ar livre. Não havia a exigência de que os produtos fossem oriundos de Santiago, mas, sim, comercializados por pessoas que fossem da comunidade. Já naquela época, para que houvesse a melhoria das condições desse espaço, a Prefeitura Municipal proporcionou, aos feirantes, armações de ferro, sobre as quais poderiam dispor as lonas de suas barracas, ou cobrir a carroceria de seus veículos. Também a partir de 1982, disponibilizou um servidor municipal, ao qual caberia a função de auxiliar na organização e no funcionamento da Feira, realizar pesquisas de preços nos supermercados⁷, além de ser um canal de comunicação entre a Prefeitura Municipal de Santiago e os feirantes.



Figura 31: Feira Livre, na Praça dos Brinquedos, em Santiago.

Fonte: Arquivo de imagens da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município de Santiago.

As principais dificuldades vivenciadas nesse período são relacionadas àquelas próprias da disposição ao ar livre. Em dias de calor, frio ou chuva, as barracas e os produtos ficavam expostos, o que levava à perda de qualidade. Também era motivo de

5 O prefeito municipal de Santiago nesse período era José Carlos Medeiros, que governou o município no período de 1977 a 1982.

6 A Praça dos Brinquedos está localizada no entroncamento da Rua Benjamim Constant com a Avenida Julio de Castilhos.

7 Entre os aspectos considerados importantes pelos feirantes, estava a questão dos preços praticados em Feira Livre, os quais nunca deveriam ser maiores do que aqueles praticados nos supermercados do município. Eram pesquisados os preços em pelo menos três supermercados da cidade para a composição de um preço médio, sendo que o preço da feira devia ser pelo menos 10% inferior ao resultado desse cálculo.

insatisfação a dificuldade de circulação dos consumidores, que precisavam ficar desviando de barracas e cordas. A feira ficava num ambiente de grande circulação de veículos e pessoas, bem no centro da cidade, prejudicando o trânsito no local. Além disso, muitos feirantes não eram agricultores, e apenas compravam produtos no interior do município, ou compravam de outros locais do Estado, tal como a CEASA/RS e revendiam aos consumidores finais. Entretanto, nessa época, um fator positivo é o de que eram comercializados, em abundância, produtos como mel, feijão, banha, carne de galinha, carne de ovelha, peixes, cucas, doces, geleias, leite, linguiça, massa, melado, morcilha, ovos, queijo, pé de moleque, salame, torresmo, vinho, vinagre e pão.

A criação da Associação Santiaguense dos Feirantes⁸, em 29 de abril de 1989, com o apoio de diversas instituições do município foi um passo importante tanto na organização dos envolvidos quanto da própria produção. A Associação, conforme seu Estatuto Social⁹, deveria cumprir o papel de defender os seus associados, impedindo a presença de atravessadores, além de buscar melhorias para a comercialização direta no município de Santiago. A Feira Livre, por outro lado, seria administrada por um Conselho de Administração¹⁰, baseado no cumprimento do Regulamento da Feira do Produtor de Santiago, o qual definia normas, direitos e deveres dos feirantes. Entre as principais normas, encontravam-se: a comercialização exclusiva da produção própria e caseira; o estabelecimento dos preços dos produtos, que deviam ser comercializados 10% mais baixo que os praticados nos demais locais de venda do comércio da cidade; a uniformização dos feirantes, bem como a garantia de plenas condições de higiene e saúde dos mesmos; a explicitação, para o consumido, dos preços por unidades de produtos; e a desvinculação do feirante que não comparecesse na feira por um período de 30 dias consecutivos sem as devidas justificativas.

A própria assembleia de fundação da Associação dos Feirantes registrou, na época, a necessidade de construção de um abrigo comunitário para que a Feira pudesse ter um caráter permanente. Ficou sob responsabilidade da Associação e do Escritório da EMATER/RS-Ascar a proposição do local, da forma de construção, da disposição e do tamanho dos boxes para cada feirante. O espaço sugerido foi aos fundos do Hospital de Caridade de Santiago, sendo que o modelo de prédio foi definido a partir de uma viagem realizado à cidade de Cachoeira do Sul, onde havia um prédio de acordo com o projetado.

8 O primeiro presidente foi Miguel João Nadalon.

9 A Assembleia de aprovação do Estatuto Social ocorreu no Clube 07 de Setembro, com a presença dos feirantes, além do Prefeito Municipal de Santiago, Cássio Fernando Peixoto, da Presidenta do Núcleo de Voluntariado da LBA, Julieta Maria de Paula Vieira, do Presidente do Clube 07 de Setembro, Gíbelino Minussi, do Secretário Municipal da Agricultura e Pecuária, Liberato Bochi, e do representante da EMATER/RS ASCAR, Escritório Municipal de Santiago, João Gaspar Torres.

10 A Comissão de Administração é formada por dois representantes do Poder Executivo Municipal, um representante do Escritório local da EMATER/RS ASCAR, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago e um representante da Associação dos Feirantes de Santiago. A essa comissão também é atribuída a tomada de decisões em situação de conflito, a coordenação e a realização das eleições para escolha dos membros da associação dos feirantes e a avaliação do ingresso de novos feirantes.

Caberia ao então prefeito municipal, Cássio Peixoto, a tarefa de encontrar as alternativas para a aquisição do terreno, a construção e a colocação do prédio em funcionamento.

No ano de 1991, começou a construção do espaço do Hortomercado de Santiago, acompanhada pelos agricultores que, sucessivamente, faziam visitas, indicando melhorias que pudessem qualificar a obra. A inauguração aconteceu em 1992, com a presença de diversas autoridades da região, conforme registrado na Figura 32.



Figura 32: Cerimônia de inauguração do Hortomercado, em Santiago.

Fonte: Arquivo de imagens da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município de Santiago.

Cada feirante recebeu um boxe para exposição e comercialização de seus produtos, com estacionamento no próprio boxe. Ademais a Prefeitura Municipal de Santiago se responsabilizou por manter as condições de limpeza, higiene e utilização do local. Todas as despesas do espaço físico, compreendendo luz, água e limpeza, foram assumidas pela Prefeitura Municipal de Santiago. A Prefeitura garantiu, ainda, a continuidade da disponibilização de um servidor municipal como Fiscal da Feira¹¹, com a responsabilidade de oferecer essas condições e fazer cumprir o Regulamento da Feira, além de outras normas estabelecidas pelos próprios feirantes. Destacam-se, também, entre as atividades do Fiscal: a observação do estado de higiene e saúde dos feirantes; a observação do estado sanitário e de higiene dos produtos comercializados; a verificação dos pesos, balanças e unidades de comercialização; a observação do cumprimento dos preços fixados; o acompanhamento do atendimento ao público por parte do feirante; a garantia da segurança dos consumidores e dos feirantes; o registro da presença dos feirantes em cada ocasião de feira; a garantia das condições

¹¹ Entre os fiscais da Feira, salienta-se o atual, Carlos Rosa, o qual tem acompanhado a realização da Feira desde o seu início, e que, além de desempenhar adequadamente o seu papel, adquiriu confiança e respeito por parte dos agricultores feirantes.

de utilização do prédio; o cumprimento dos horários estabelecidos; e o auxílio na promoção de feiras e na divulgação.

Ao agricultor cabe a despesa com o transporte de seus produtos desde as suas propriedades até o Hortomercado, o exercício do papel de vendedor, a colaboração com o desenvolvimento da Feira, a manutenção da limpeza e da higiene, bem como o cumprimento das normas estabelecidas.

Algumas melhorias precisavam ser feitas, tais como o fechamento das laterais¹² e adequações na instalação. Com o tempo a construção ficou dotada de amplo espaço, com excelente ventilação, banheiros públicos, piso antiderrapante, azulejos nas paredes, muro no lado sul do prédio e cozinha com churrasqueira. Também foi adquirida uma câmara fria para refrigeração e congelamento, balanças eletrônicas, caixas plásticas, embaladoras a vácuo e de pedal, além de uma seladora. Os recursos para essas melhorias foram obtidos de diversas maneiras, como auxílios destinados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Prefeitura Municipal de Santiago, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e angariados pelos próprios agricultores. A Emater/RS-Ascar foi a mediadora na elaboração de projetos e na estimulação dos agricultores, desde o início das atividades. O ex-prefeito, Francisco Gorski, foi um grande mobilizador de recursos para esses avanços nesse período.

A inauguração desse novo local não foi suficiente para que a Feira pudesse apresentar resultados. A primeira barreira encontrada para isso foi o receio de que os consumidores, acostumados com o local antigo, poderiam não mais participar da feira. O novo local parecia ser muito afastado do centro da cidade, e os clientes, que antes iam a pé, necessitariam de veículos para seu deslocamento. Mesmo com as contrariedades, um grupo de agricultores liderou a ocupação das dependências do prédio e a realização da primeira feira, a qual ocorreu junho de 1992. Parte dos problemas apontados realmente se confirmou ao ponto de alguns desejarem retornar para o primeiro local.

Para solucionar esse empecilho¹³, foram realizadas diversas reuniões¹⁴, nas quais eram sugeridas as mais diversas formas de solução, até que se conseguir tornar o Hortomercado uma referência. Entre as medidas a serem tomadas, foram feitos investimentos em divulgação nas rádios locais, sorteios de brindes, propagandas, trocas de local da feira, bem como mudanças nos dias e horários de realização da atividade. Também muitas qualificações foram necessárias para o aprimoramento da condição de vendedor, destacando-se palestras e cursos sobre *Marketing*, Vendas e Atendimento ao

12 O fechamento das laterais do prédio somente ocorreu no ano de 2001, através de recursos da Prefeitura Municipal de Santiago.

13 Outros problemas sempre apareciam nas reuniões: Falta de público consumidor; Falta de variedades de produtos; baixa divulgação; Muita oferta de alguns produtos; Falta de estratégia de vendas; falta de horário fixo de abertura e fechamento do Hortomercado; a não existência das laterais do prédio; falta de programação de produção; presença de animais domésticos; e, Limpeza deficiente.

14 Entre os locais de reuniões dos agricultores encontra-se: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago, Sindicato Rural de Santiago, Centro Empresarial de Santiago, Clube da Vila Betânia, entre outros.

Cliente. Em junho de 2008, foi realizado um curso de Alimentos Seguros e Boas Práticas de Fabricação, que se tornou um diferencial na relação com os consumidores. Também nesse processo, a participação de instituições locais, como o Centro Empresarial de Santiago, o SEBRAE, o SENAR/RS, o SENAI, a URI – Campus Santiago, a Prefeitura Municipal de Santiago e a Emater/RS-Ascar, foi fundamental para a motivação e a mobilização dos agricultores. Destaca-se a participação da Emater/RS-Ascar e da Prefeitura Municipal de Santiago, as quais sempre buscaram mostrar aos agricultores que poderia haver certo prejuízo, num primeiro momento, mas que, ao longo do tempo, isso seria compensado por uma melhor infraestrutura tanto para os feirantes como para os consumidores.

O resultado passa a ser mais promissor a partir de 16 de agosto de 2005, quando, acredita-se, foi encontrado o melhor dia da semana e o melhor horário para a realização da feira¹⁵. Desde então, a comercialização acontece sempre depois das 17h, nas terças e sextas-feiras. No verão, esse horário é acrescido em uma hora, com a finalidade de amenizar as condições de temperatura do período tanto para o consumidor como para o próprio agricultor. Os feirantes podem entrar no boxe a partir das, mas as vendas somente podem ter início no horário definido.

Atualmente, os 41 boxes estão ocupados, beneficiando diretamente 41 famílias, conforme Anexo I, que contempla a relação dos agricultores. Todos os boxes são identificados por um número e pelo nome do agricultor por ele responsável, como uma espécie de marca dos seus produtos. Os produtos são bastante diversificados, divididos entre produtos de origem animal, vegetal, bebidas e panificados. Entre os produtos de origem animal, encontram-se banha, ovos, aves caipiras abatidas, carne ovina, peixes, leite, queijos, embutidos, torresmo e mel. Entre os produtos da agroindústria e panificados encontram-se melado, pé de moleque, geleia, bolachas, massas, cucas e pães. Como bebidas destacam-se o vinho colonial e vinagre. A produção de frutas e verduras é bastante diversificada e quase a totalidade dos agricultores, conforme a época do ano e as possibilidades de produção, trazem-nas para a banca de comercialização. Destacam-se, ainda, verduras folhosas, condimentos, chás e tubérculos. Essa diversidade de produtos está retratada na Figura 33.

¹⁵ Essa sugestão de dias de semana e horário foi apresentada pela primeira vez em uma reunião no dia 21 de fevereiro de 2004, depois de muitas reuniões já terem sido realizadas.



Figura 33: Produtos Comercializados pelos Feirantes no Hortomercado de Santiago.

Fonte: Arquivo pessoal de Julio Cesar Bueno Jacques.

Em relação aos produtos expostos na feira, cada agricultor se utiliza de seus conhecimentos e possibilidades para incrementar a sua banca. Assim, não é estranho encontrar, na feira, artesanato e alimentos prontos para serem consumidos no próprio local. A organização do espaço, equipamentos de medição¹⁶ e pesagem, bem como a própria criatividade na comercialização são de responsabilidade dos agricultores.

A melhoria dos produtos tem sido garantida pela qualificação dos agricultores. Essa qualificação é desenvolvida tanto em processos de produção como também de comercialização. Destacam-se cursos de capacitação para elaboração de embutidos, elaboração de derivados de leite, de produção de verduras e hortaliças, de produção ecológica e de agroecologia. Além dos cursos, também são realizadas viagens de estudos para outros locais, com o objetivo de verificar novas experiências no setor de feiras, além da própria assistência técnica por parte da Emater/RS-Ascar, desenvolvida por técnicos locais. Em relação à assistência técnica, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária também dispõe de um técnico em Agropecuária, exclusivamente voltado para atender aos agricultores, bem como fomentar a qualificação contínua.

A feira tem periodicidade semanal, intercaladas eventualmente por feiras especiais, sempre que existe um produto em abundância, conforme a época do ano. Assim são realizadas, Feira do Cordeiro, Feira da Laranja e do Mel, Feira de Pães, Cucas e Doces, Feira do Salame e do Queijo, Feira da Uva, Feira da Melancia, Feira do Ovo, Feira do Peixe, dentre outras. Essas feiras recebem uma atenção especial, e

¹⁶ Os equipamentos de pesagem são averiguados de forma periódica pelo INMETRO, o qual autoriza a utilização.

ampla divulgação nos meios de comunicação, tendo em vista que regulam, de forma rápida, as produções em excesso.

Desde o surgimento da Feira, até os dias atuais, os agricultores também organizam diferentes formas de confraternização, tais como almoços e jantares de final de ano, participação em eventos, dentre outros, que possam aprimorar o convívio entre os participantes e suas famílias.

O nível de satisfação dos agricultores e dos consumidores é muito grande. É possível chegar a essa conclusão pela grande quantidade de consumidores presentes em cada edição da Feira. Isso pode ser evidenciado pelos estacionamento lotados, filas e grupos de espera, chegando uma quantidade estimada de 800 pessoas, especialmente nas sextas-feiras, quando participam mais pessoas. Com relação aos agricultores, existe uma lista de espera de aproximadamente 50 outros agricultores que aguardam desistência de algum desses que atualmente participam. Participar do Hortomercado é garantia de comercialização, dinheiro no bolso e capacidade de reprodução social da família rural.

3. RESULTADOS

Alguns resultados marcam essa experiência de comercialização de circuito curto:

- **Criação de um espaço melhorador das experiências de comercialização direta:** A capacidade de organização, a autogestão, a relação com o poder público e o número de consumidores e agricultores envolvidos fortalecem essa experiência.
- **Melhoria da qualidade de vida das famílias rurais:** A feira é garantia de reprodução social das famílias, possibilidade de os filhos continuarem na atividade, capitalização, incremento da renda e segurança econômica e social;
- **Melhoria da autoestima e reconhecimento:** Os agricultores sentem-se reconhecidos pelo que produzem e colocam à mesa dos consumidores, criando uma identidade própria, a partir de seu próprio trabalho. Da mesma forma, sentem-se valorizados pelos consumidores, empresas locais e instituições;
- **Oferta de alimentos diversificados e saudáveis à população:** Os produtos da feira são reconhecidos pela diversidade e por serem saudáveis, frescos e isentos de agrotóxicos, conservantes ou outros tipos de aditivos;
- **Fortalecimento dos circuitos locais de produção e consumo:** Há uma aproximação das relações sociais existentes entre os produtores e os consumidores de alimentos. A feira deu uma nova dinâmica na comercialização de produtos da agricultura familiar em Santiago, tornando-se referência cultural para os consumidores e certeza de comercialização de toda a produção para os agricultores;
- **Desencadeamento de outras ações coletivas:** O poder de reivindicação e barganha obtido a partir da organização tem permitido a realização de compras conjuntas e uma maior atenção por parte das instituições locais;

- **Fortalecimento das Relações sociais entre os agricultores:** Participar da feira significa amizade, apego e companheirismo entre os participantes. O resultado é a união dos feirantes e uma sinergia nas ações desenvolvidas
- **Presença do setor público de Santiago:** A disponibilização da infraestrutura adequada, do fiscal da feira, o acompanhamento permanente, a redução dos custos para os agricultores e o não envolvimento direto na gestão do Hortomercado tem fortalecido o papel da Prefeitura Municipal de Santiago em relação à iniciativa dos agricultores;
- **Qualificação dos agricultores:** Os agricultores acreditam ter conhecimento da atividade que escolheram para trabalhar, consideram-se qualificados, preocupados com os consumidores e especialistas em seus produtos. O papel exercido pela extensão rural, ora como mobilizador, ora como articulador, ou mesmo como orientação, tem sido um diferencial para essa experiência.

4. POTENCIALIDADES

A organização dos agricultores pode se tornar um instrumento para participação em outros mercados, em especial os institucionais. A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos tem se apresentado como uma oportunidade de geração de renda para os agricultores familiares, principalmente para aqueles que já possuem um histórico de organização da produção.

Pelo volume de vendas e pelo número de interessados, outra potencialidade dessa experiência é a construção de outro prédio, semelhante ao Hortomercado, para incluir outros agricultores familiares, mas em outro ponto da cidade, para atuar em dias diferentes dos que o Hortomercado atinge.

A elaboração de um trabalho de sensibilização dos consumidores, a partir das escolas de Santiago, pode ser uma alternativa interessante para a valorização dos produtos provenientes da Agricultura Familiar do município de Santiago.

5. LIMITES

Alguns limites e algumas preocupações precisam ser trabalhados para reduzir as tensões existentes. Todavia, não impedem que os objetivos esperados possam ser concretizados. São eles:

- **Inexistência de serviço de inspeção municipal para produtos de origem animal:** No município de Santiago, ainda não há um serviço de inspeção municipal (SIM). A existência do mesmo poderia diminuir a tensão referente aos serviços de cumprimento dessa legislação, especialmente com a Vigilância Sanitária;

- **Dependência da prefeitura municipal:** O funcionamento do Hortomercado é altamente dependente das ações públicas municipais. Um eventual entendimento de que a forma como vem funcionando não está adequada pode ser motivo de rompimento de um clima organizacional já consolidado;
- **Sucessão nas propriedades rurais:** Percebe-se que nem todas as famílias possuem filhos que possam dar continuidade nas ações de comercialização direta no Hortomercado;
- **Assistência técnica:** Os agricultores identificam que a falta de um técnico, que realize visitas periódicas nas propriedades, rurais tem sido um motivo de diminuição das produções;
- **Informações que não chegam aos agricultores:** Existe certo desconhecimento de algumas legislações relacionadas à comercialização, à inspeção e às políticas públicas. Esse desconhecimento deixa de proporcionar um melhor aproveitamento das políticas públicas existentes e disponíveis;
- **Infraestrutura deficiente nas propriedades:** A falta de recursos para investimentos, principalmente em irrigação, tem sido um limitante para a qualidade dos produtos e para a segurança de produção.

ANEXO 01: Relação de agricultores, famílias e associações participantes do Hortomercado de Santiago, em fevereiro de 2012.

- Adão Kaiser
- Adão Leonel Haito,
- Ademar José Aníbele
- Altair Antonio Romio
- Associação de piscicultores
- Belvino Bacin Puiati
- Celso Jordani Dallenogare
- Cleide Capa
- Clemar Haito Capa
- Cristiane Minuzzi Militão
- Dalton Claudir Pivotto
- Délcio Ricardo Pavanelo
- Éder Saciloto Galvani e
José Alberto Galvani
- Edson Antonio Cogo
- Getúlio Rodrigues de Vargas
- Glacir Ramos Debórtoli
- Hernandez S. Lima
- Hernandez Tadeu Machado
- Joceli Pivoto
- Jorge Claudio Dallenogare
- José Antonio Perufo
- José Euclides Lavarda
- José Horacio Ronzani
- José Roberto Aníbele
- Loreni Reolon Aníbele
- Luis Antonio Lavarda
- Marcos Aurélio Bordin
- Maria Tereza Zolin Bordin
- Mariza Isabel Zolin Bordin
- Mauro Batista Romio Derlei
- Neri Fiorenza
- Odacir Olivo Lavarda Colpo
- Oleanida Tereza Colpo Vesz
- Olinto Colpo
- Paulo Colpo
- Paulo Jair Zuchetto
- Pedro Antonio Fumaco
- Pedro Dionei Capa
- Polidoro Rosa Monteiro
- Renato Fumaco Colpo
- Santo Zelmir Pivotto
- Sérgio Antonio Moleta Capa
- Terezinha Pivoto Romio
- Volmar José Cristofari

4.4 SÍTIO SÃO FRANCISCO – CACEQUI

Gabriel Adolfo Garcia¹

Gustavo Pinto da Silva²

Celso Silva Gonçalves³

Luís dos Santos Frigo⁴

PALAVRAS-CHAVE: Agricultor familiar. Hortaliças. Sistema semi-hidropônico. Produção especializada.

1. CONTEXTO

O município de Cacequi, emancipado em Dezembro de 1944, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul. Geograficamente, está situado na latitude 29°53'01" Sul e com uma Longitude de 54°49'30" Oeste, estando a uma altitude média de 103 metros, distando 407 km da capital Porto Alegre e tendo como via de acesso a RS-640. Apresenta uma área territorial de aproximadamente 2369,96 km² e uma população estimada em 13.676 habitantes (IBGE 2011)⁵.

O município se constitui como polo regional, baseado na produção de arroz irrigado e bovinocultura de corte, caracterizado pela falta de diversificação na produção agropecuária. A sede do município possui aspectos de um núcleo urbano de pequeno porte, apesar de ser um dos municípios com maior índice de urbanização da região. Limita-se, ao norte, com os municípios de São Vicente do Sul e São Pedro do Sul, ao sul, com Rosário do Sul e São Gabriel, a leste, com Dilermando de Aguiar e, a oeste, com Alegrete.

Em relação à população rural, o município se caracteriza pela grande quantidade de propriedades patronais, que possuem base econômica na cultura do arroz. Isso não

¹ Eng. Agrônomo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Eng. Agrônomo, Doutor em Ciência do Solo, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

⁴ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cacequi/RS. Síntese de Informações. Acesso em 27/12/2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430290>

invalida a presença de uma série de pequenas propriedades familiares, que estão distribuídas em todo o município, mas principalmente nos arredores do perímetro urbano.

Entre as características do município, encontra-se a forte dependência de hortifruti-granjeiros de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul, abastecido principalmente por intermediários que trazem esses produtos diretamente da CEASA/RS, entregando em mercados e supermercados da região. Parece ser um contrassenso, quando são justamente os agricultores familiares que predominantemente cultivam esses produtos e são os que mais necessitam de composição de uma renda digna para a reprodução social da família.

Todavia, existe um conjunto de fatores que precisam ser discutidos e evidenciados para se avançar nesse atendimento de uma demanda reprimida e da incorporação de mais agricultores nos mercados locais. Algumas medidas institucionais vêm sendo tomadas, tal como o PNAE e o PAA. Contudo, outras dependem da própria iniciativa dos agricultores familiares, como poderá ser verificado nessa experiência, que ora será evidenciada. Essa realidade demonstra a capacidade de adaptação do agricultor familiar às evoluções do ambiente em que está inserido.

Mesmo que seja compreendido o sistema de cultivo, criação e transformação, isoladamente, a atividade agrícola é bastante complexa, por combinar os diferentes recursos e conhecimentos com um diversificado conjunto de práticas agrícolas e de relação com outros agentes. A compreensão desse todo é que permite avançar para a consolidação de um sistema de produção que permita a perspectiva de manutenção da família na agricultura.

Por essa razão a experiência do Sr. Daltro Brauner foi sistematizada e selecionada para integrar este compêndio, visto que esse agricultor, em pouco tempo e com poucos recursos financeiros, tornou-se referência, na sua região, na produção de hortigranjeiros, mais especificamente na produção de tomate e de morango. Esse sucesso advém, principalmente, da compreensão do mercado, alcançada por meio da relação direta com os consumidores, bem como das tecnologias de cultivo e das diferentes formas de aprendizado. Esses são apenas alguns dos fatores que permitem transformá-lo numa referência nesse segmento numa região carente de iniciativas locais.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O agricultor Daltro Brauner nasceu em 1968, no município de Mata. É casado com Marilene dos Santos Brauner, com quem tem uma filha, Jaíne dos Santos Brauner. A origem de Daltro está relacionada à agricultura familiar, de uma propriedade composta por 6 integrantes, sendo, além dos pais, três filhos homens e uma mulher⁶. A propriedade tinha uma área total de 10 hectares e situava-se na localidade de Sertão, no município de Mata, onde cultivavam milho, feijão e soja.

⁶ Atualmente apenas Hélio Brauner se manteve na atividade da agricultura, em Cacequi. A irmã é comerciária e o irmão trabalha em empresa de transportes ferroviários.

A vinda de Dalto para Cacequi aconteceu no ano de 1990, por ocasião de sucessivas frustrações com a cultura da soja, que plantava em parceria com seu pai. Além de uma sequência de estiagens que prejudicou a plantação, também colaborou com essa vinda, uma oportunidade de trabalho para seu pai (marceneiro), além de uma oportunidade para Dalto como operário na área de beneficiamento de arroz. Outro irmão estava servindo ao Exército e dois deles ainda moravam com os pais.

Desse modo, após ter trabalhado em engenho de secagem e descascamento de arroz, na safra 1990/1991 Dalto passou a plantar arroz irrigado em uma propriedade rural arrendada, onde permaneceu até a safra 1993/1994. Pela baixa remuneração obtida nessa atividade, em função de ser um plantio em parceria, Dalto tomou a decisão de abandonar essa atividade no ano de maio de 1994. A alternativa visualizada pelo agricultor foi a de partir para o cultivo de melancias, na safra de 1995, a qual também teve frustração em virtude da baixa escala de produção e também da grande oferta de produção no município.

O início das atividades na olericultura, pela qual se tornou conhecido na região, aconteceu no ano de 1996, apoiado pelo seu irmão Hélio Brauner, que já era produtor no município. Primeiramente foi preciso construir duas estufas com o objetivo de uma produção diversificada de espécies olerícolas, como alface, rúcula, cenoura, beterraba, salsa, cebolinha, entre outras. A mão de obra utilizada desde esse tempo era essencialmente do casal, e esporadicamente algum serviço de diarista em épocas de acúmulo de atividades na horta.

A propriedade arrendada era formada por uma área de aproximadamente 6.600 m². Mais tarde, essa área veio a ser adquirida por Dalto, onde atualmente reside e também cultiva parte da produção de morangos.

Toda a produção era comercializada diretamente na Feira dos Produtores de Cacequi, além de vários consumidores que buscavam produtos em sua própria área. A Feira, além de reduzir os custos de comercialização, permitia aos agricultores um período de aprendizagem, pelo contato direto com os consumidores, a eliminação dos atravessadores e a relação de fidelidade criada com os consumidores e também com os demais feirantes. Também, confirmam que nesse período identificaram a necessidade de desenvolvimento da capacidade de relação interpessoal e a busca pelo atendimento das demandas dos consumidores.

Como ponto negativo e decisivo para que o agricultor deixasse de participar da feira, o mesmo destaca a falta de mão de obra especializada para cultivo de diversas espécies e fundamentalmente o pouco volume de recursos financeiros gerados em cada dia de realização da feira, muito em decorrência da participação de vários produtores na Feira e pela baixa demanda de produtos por se tratar de um município de população pequena. Essa substituição aconteceu em favorecimento da cultura do tomate gaúcho, uma vez que esse mercado se apresentava muito promissor na região, advindo da quase inexistência desse cultivo.

A velocidade com que novas tecnologias foram sendo disponibilizadas e a necessidade de adaptação à dinâmica do mercado encaminharam o processo de intensificação da produção na propriedade. Essa condição gerou a redução drástica da diversificação produtiva, substituída pela especialização na produção de morango e tomate. Essa

evolução foi permitida também pelo constante apoio da Emater/RS-Ascar, através do técnico João Comiz e do Supervisor Paulo Renato, além da Prefeitura Municipal de Cacequi. Ademais, foi necessário o arrendamento de 4 hectares, onde foi implantada toda a infraestrutura para a produção de tomates e morangos.

A proposta que passou a ser desenvolvida tem premissas de utilização racional dos recursos produtivos, através da evolução dos sistemas de cultivo em solo adotados inicialmente, até porque, com o tempo, começou a haver o aparecimento de uma série de doenças de solo, ocasionadas pela utilização de sucessivos cultivos. A principal praga foi a do nematoide, criando nódulos nas raízes dos tomateiros e ocasionando o baixo desenvolvimento da parte aérea das plantas. A alternativa para o desenvolvimento da atividade foi o emprego das técnicas de fertirrigação e a produção semi-hidropônica.

Com relação à cultura do morango, inicialmente o cultivo era realizado no solo, com proteção de túnel baixo, o que demandava muito tempo na realização da abertura e fechamento dos túneis. Com o passar dos anos, houve a mudança para o sistema de cultivo, semi-hidropônico em bancadas implantadas no interior das estufas em que antes eram cultivados tomates (Figura 34). Atualmente, o produtor planta cerca de 9 mil pés nesse sistema de cultivo em três estufas destinadas à produção de morango com resultado de aproximadamente 8.000 kg/ano.



Figura 34: Estufa de produção de morango semi-hidropônico em sistema de cultivo em bancadas.

Fonte: Arquivo pessoal de Daltro Brauner.

As mudas de morango geralmente são importadas da Patagônia (Argentina), através da empresa Maxxi Mudas, do município de Feliz/RS, ou ainda produzidas pelo próprio agricultor. A preferência pela aquisição de mudas importadas se dá por conta de que as mesmas são beneficiadas pelos dias longos do local onde são produzidas, o que proporciona maior capacidade da muda em armazenar reservas nutricionais. De outra parte,

as noites são frias, o que facilita uma boa maturação dessa muda, bem como um grande desenvolvimento das raízes, permitindo a colheita de uma planta com “coroas grandes” de grande vigor e mais precoce. O agricultor constatou que alta produção, que pode ser conferida pela Figura 35, está intimamente ligada à qualidade da muda plantada.



Figura 35: Detalhe da produção semi-hidropônica e do potencial produtivo de morango em bancadas no Sítio São Francisco.

Fonte: Arquivo pessoal de Daltro Brauner.

Com a adoção do sistema semi-hidropônico, o agricultor passou a ter maior controle em relação a doenças e pragas. O sistema de fertirrigação também trouxe uma utilização mais eficiente dos fertilizantes disponibilizados diretamente às plantas na quantidade e no tempo necessário. Esse sistema de produção facilitou bastante a qualidade do trabalho dos agricultores, uma vez que estes não precisam ficar mais agachados o dia inteiro colhendo ou fazendo outros tratos culturais no morangueiro. Do mesmo modo, com o cultivo sendo realizado em estufas, aquele tempo utilizado para abertura e fechamento dos túneis passou a ser destinado a outras práticas de manejo, possibilitando o aumento da produtividade na propriedade. Outro ponto positivo foi a de que houve uma evolução do preço recebido por quilograma de morango, em virtude da melhoria na qualidade do produto oferecido aos consumidores.

Com relação à produção de morango, cerca de 30 a 40% é comercializada através de venda direta ao consumidor. O restante da produção é comercializado através de venda para a Fruteira Sacolão das Frutas, no município de Rosário do Sul/RS, conforme pode ser conferida pela Figura 36, quando o agricultor preparava o transporte de sua produção. Essa relação comercial se estabeleceu pelo contato estabelecido entre o empresário, que procurou Daltro diretamente em seu estabelecimento rural, no município de Cacequi, por ter conhecimento da qualidade e do volume de produção dessa propriedade, capaz de

atender parte das necessidades do seu empreendimento comercial.



Figura 36: Veículo de propriedade do Sítio São Francisco com carga de tomate.

Fonte: Arquivo pessoal de Daltro Brauner.

A principal cultura na qual o agricultor se especializou foi a do tomate gaúcho (Figura 37). Com a experiência adquirida através dos anos na atividade agrícola, o produtor relata que passou a procurar o atendimento daquilo que os consumidores buscavam em um tomate, quanto ao tamanho, forma, cor e padronização.



Figura 37: Produção de tomates semi-hidropônico em ambiente controlado, no Sítio São Francisco.

Fonte: Arquivo pessoal de Daltro Brauner.

A produção de tomates cresceu gradualmente e atualmente a propriedade conta com 10 estufas destinadas à cultura, onde são cultivadas, anualmente, 16 mil plantas, obtendo produção de aproximadamente 80 ton/ano. Grande parte dessa produção,

aproximadamente 75%, é comercializada na Fruteira Sacolão das Frutas, e o restante no próprio município de Cacequi, através da venda direta a consumidores, que muitas vezes vão até a propriedade para adquirir o produto. A relação de parceria estabelecida entre o agricultor e a Fruteira Sacolão das Frutas proporciona segurança na produção, visto que o acordo estabelecido prevê a compra de toda a produção de frutos e em contrapartida o agricultor deve fornecer exclusivamente para a empresa, que garante a compra, independente de tamanho e uniformidade de maturação, embora essas características sejam sempre buscadas pelo casal de agricultores.

O agricultor acredita que a questão do sucesso na atividade, principalmente na comercialização da produção se deve em acreditar que além da falta de produção na região, outros fatores também necessitavam uma atenção especial por parte dele nessa relação com os consumidores. Um conjunto de iniciativas foi fundamental, desde a adequação do sistema de produção, até a atenção com os produtos produzidos e a relação estabelecida com quem compra os seus hortigranjeiros.

O fortalecimento do trabalho da família passa pela qualificação, pela troca de experiências com produtores de diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e pela participação em eventos técnicos, como cursos, palestras e seminários. Entre os principais agentes envolvidos, são significativos o apoio recebido do SEBRAE, a troca de experiências com a área técnica do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, a assistência técnica prestada pelos extensionistas do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi, e, fundamentalmente, a assistência técnica recebida do Eng. Agrônomo Jorge Pinho Dias do município de Farroupilha/RS. Jorge Pinho Dias é um dos mais conceituados especialistas em manejo de hortaliças do Estado, sendo ele o responsável pelas orientações técnicas na especialização dos cultivos que vem sendo implementadas ao longo dos anos.

Por toda a experiência adquirida através de sua especialização ao longo dos anos, pela busca do conhecimento de diversas formas e pelo seu pioneirismo em implantar o sistema semi-hidropônico na região, Daltro Brauner e sua propriedade são referências na produção de morango e tomate na região. Desse modo, recebem frequentemente visitas de produtores e técnicos de vários municípios, em visitas técnicas e até mesmo em Dias de Campo, organizados principalmente pela Emater/RS-Ascar, para demonstração das práticas adotadas no cultivo de morango e tomate. Ao mesmo tempo, tornou-se uma referência para a orientação prática no preparo de soluções nutritivas para fertirrigação.

A necessidade de tomada de crédito no intuito de promover a evolução e a qualificação dos sistemas de produção, para o desenvolvimento da atividade agrícola, fez parte da realidade do agricultor. No ano de 1998 adquiriu um microtrator com enxada rotativa para preparo do solo com recursos disponibilizados através do PRONAF por instituição de crédito. Também foram adquiridos equipamentos de irrigação através do Programa Irriga RS, com o qual o governo do Estado do Rio Grande do Sul subsidiou 50% da aquisição dos equipamentos para apoiar a atividade familiar. Na fase inicial, foram necessários

recursos de crédito para custeio para compra de insumos, que somente houve redução dessa necessidade nos últimos anos, por ter conseguido custear a atividade com recursos próprios, oriundos da venda dos próprios produtos da propriedade.

Em relação aos diferenciais da trajetória enquanto agricultor familiar, são apontados como principais aqueles relacionados à compreensão de um todo da forma de fazer agricultura, desde a fase de estruturação da propriedade, passando pela produção propriamente dita até a atenção final no processo de comercialização. Trata-se de um *continuum* de atividades que consolidam a propriedade na relação com os consumidores e a garantia de renda para a família rural.

Entre os destaques estão, primeiramente, uma referência tecnológica, que corresponde à substituição do sistema de irrigação por aspersão, utilizado desde o princípio da sua atividade como produtor de hortaliças, pelo sistema de irrigação por gotejamento, devido à maior eficiência permitindo economia de água e qualidade no produto final. Outro marco se trata da transição da produção diversificada de hortaliças para a produção especializada de morango e tomate, o que proporcionou aumento significativo na renda da propriedade. Como terceiro ponto a destacar, o agricultor relata a troca do sistema de cultivo em solo, para o sistema semi-hidropônico, possibilitando contornar os problemas causados por pragas de solo que reduziam o potencial produtivo das plantas cultivadas. Atualmente, a propriedade está passando pela sua quarta grande mudança, que é a instalação de um sistema eletrônico de controle da irrigação do sistema semi-hidropônico de cultivo. Daltro e a esposa explicam que a dedicação às práticas culturais e de manejo do morangueiro e tomateiro será maior, visto que a irrigação manual demanda muito tempo, inviabilizando um acompanhamento mais detalhado da produção.

O gerenciamento da propriedade é feito pelo próprio casal de produtores, através da adoção de controle de custos em planilhas, onde contabilizam todos os gastos com compra de insumos e demais necessidades, bem como os valores e quantidades de produtos vendidos. O conhecimento necessário para um controle financeiro eficiente foi obtido através de cursos de administração rural dos quais o agricultor participou desde o princípio de sua atividade como produtor de hortaliças. Através do controle de custos e receitas, é possível saber exatamente a quantidade de recursos disponíveis para investimentos em melhorias que possam proporcionar aumento da produtividade.

Com relação à sucessão na atividade agrícola, Daltro (44 anos) e sua esposa, Marilene Brauner (43 anos), não têm preocupações no momento, pois pensam em se manter na atividade agrícola por muitos anos, enquanto tiverem saúde (Figura 38). O casal tem atualmente uma filha, com 12 anos de idade, que pretende pela proximidade de Cacequi, cursar o Curso Técnico em Agropecuária no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, mas relatam que o seu grande sonho é cursar a faculdade de Medicina na UFSM.



Figura 38: Integrantes da família Brauner em atividades de produção de morangos.

Fonte: Arquivo pessoal de Daltro Brauner.

3. RESULTADOS

- Participação no mercado de hortaliças da região, onde comerciava toda a produção de morango e tomate obtida na propriedade da família;
- Qualificação tecnológica através do domínio de práticas agrícolas que permitem obter uma produção com a qualidade que os consumidores desejam;
- Capitalização da propriedade rural e melhoria da qualidade de vida;
- Melhoria na qualidade dos produtos, através da adoção de práticas de manejo das culturas de morango e tomate;
- Possibilidade de construção de casa própria;
- Possibilidade de aquisição de veículos de transporte da produção;
- Possibilidade de aquisição de veículo de passeio;
- Consolidação da propriedade rural da família como referência regional na adoção do sistema semi-hidropônico de cultivo de hortaliças na produção de morango e tomate.

4. LIMITES

- Volume de produção relativamente pequeno, o que inviabiliza o fornecimento para clientes com exigência de entrega contínua e quantidade mínima;
- Baixo poder de negociação de preços na venda direta aos supermercados;
- Necessidade de pagamento de arrendamento, por plantar em área arrendada;
- Falta de mão de obra capacitada, que limita a expansão da atividade.

5. SUGESTÕES

- Realização de compra de insumos em parceria com outros produtores, através Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros do município de Cacequi, visando à obtenção de preços mais baixos na aquisição dos meios necessários à produção;
- Realização de vendas de produtos agrícolas de forma conjunta, passando a atuar como formadores de preços das hortaliças produzidas no município e ainda criando a possibilidade de inserção em mercados maiores;
- Avaliação da possibilidade de aquisição de área própria através de programas de incentivo à agricultura familiar, que possibilitaria investimentos mais consistentes de infraestrutura para a produção;
- Atualização técnica nas culturas do tomate e do morango, para acompanhamento das inovações tecnológicas disponíveis e divulgadas por instituições de ensino, pesquisa e extensão, como Universidades, Emater/RS-Ascar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), SEBRAE, entre outras;
- Construção de uma marca de produto identificado com saúde, produção integrada e compromisso com o consumidor.

CAPÍTULO 05

ÁREA TEMÁTICA AGROINDÚSTRIA E AGREGAÇÃO DE VALOR

A agregação de valor em torno de produtos típicos da agricultura familiar através da agroindustrialização tem sido considerada como uma importante estratégia para o desenvolvimento rural. A atenção a esse tema tem sido objeto de discussões tanto no plano do arcabouço institucional, no qual as mesmas estão inseridas, como diretamente nas famílias rurais, que têm buscado nessas agroindústrias estratégias para a reprodução social e econômica de suas unidades de produção. No plano institucional, a necessidade de condições adequadas, envolvendo legislação específica, políticas públicas, serviços de assistência técnica e extensão rural, apresenta-se como o maior ponto de impasse. No plano da unidade de produção propriamente dita, a quantidade e a qualidade de matéria prima, a disponibilidade de força de trabalho, a gestão apropriada e o conhecimento sobre os processos de produção, apresentam-se como pontos de equilíbrio para o sucesso ou o fracasso dessas unidades.

Na região de abrangência do projeto que deu origem a esta obra, foram identificadas, conforme a classificação proposta por Guimarães e Silveira (2009)¹, 566 agroindústrias Caseiras, 470 Artesanais e 89 de Pequeno Porte. Dessas, apenas seis são de natureza coletiva, e apenas quatro encontram-se legalizadas.

Para o presente estudo, foram escolhidas três agroindústrias, sendo uma de natureza coletiva e uma de natureza individual, registradas nos órgãos competentes e com serviço de inspeção, e uma de natureza individual, mas sem registro. Neste estudo, entende-se que a não legalização é um processo entendível, haja vista as dificuldades inerentes ao atendimento de tais necessidades.

A produção de cana-de-açúcar é uma atividade que, desde a chegada dos imigrantes italianos e alemães na região, por volta de 1880, tem se difundido, contando com uma expressiva área plantada. Entre as suas principais utilizações, está a de componente energético na alimentação animal e para o processamento principalmente de natureza artesanal,

¹ GUIMARÃES, G. M. & SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo Agroindústria Familiar Rural: indefinição conceitual e incoerências das Políticas Públicas. Disponível para download em http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf. Acesso em 07/06/2012.

de cachaça de alambique, açúcar mascavo, rapadura e melado. A Agroindústria Cana Pura está localizada na localidade de Sete de Setembro em Toropi, e se trata de uma unidade voltada principalmente à produção de melado, envolvendo exclusivamente a família do agricultor, desde a produção, gestão, processamento e até a comercialização. A estratégia de processamento da cana-de-açúcar já era praticada pelos antepassados do agricultor, e passou a integrar as atividades desenvolvidas na unidade de produção, em substituição à cultura do fumo. Os principais mercados estão localizados na própria região, voltando-se principalmente aos pequenos estabelecimentos varejistas e também aqueles mercados de natureza institucional, comercializando com foco na alimentação escolar.

Já a Agroindústria Passo de Clara, localizada no município de São Pedro do Sul, tratando-se de uma experiência coletiva de sete famílias de agricultores familiares, cuja especialidade está centrada na produção de embutidos e defumados de suínos. Características como a participação das famílias no processo de gestão articuladas por uma liderança ativa e o fortalecimento das parcerias constituídas vêm contribuindo para o avanço da atividade como alternativa de renda. Os principais espaços de comercialização são as feiras de produtores do município e região.

Por sua vez, a Agroindústria Callegaro, localizada em Ijucapirama, 3º distrito de Jaguari, constitui-se num empreendimento familiar, com objetivo de beneficiar carne de peixes e produzir embutidos de suínos. Estão envolvidas, nessa experiência, oito pessoas de duas famílias, que apresentam entre si laços de parentesco. Tanto a produção de peixes como a produção de suínos são próprias, dentro de estratégias de gestão focadas na expansão da atividade. Todavia, esta agroindústria se caracteriza pelo declínio de suas atividades, em função da escassez de mão de obra e a dificuldade de atender às exigências sanitárias e ambientais.

Para a realização da sistematização dessas experiências, foram definidas algumas perguntas norteadoras, dentre as quais se podem citar:

1. Como se organiza a gestão dos empreendimentos ao longo da sua trajetória?
2. Quais foram os fatores determinantes para o sucesso do empreendimento?
3. Quais os principais resultados e limites de uma estratégia de agregação de valor a partir da agroindústria familiar?

5.1 A EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE CANA-DE-AÇÚCAR PELA AGROINDÚSTRIA CANA PURA – TOROPI

Gustavo Pinto da Silva¹

Maysa Eichner da Silva²

Alexandre Costa³

Eva Berani Lopes Marafiga⁴

PALAVRAS-CHAVE: Derivados de Cana-de-Açúcar. Alternativas ao fumo. Gestão.

1. CONTEXTO

O município de Toropi encontra-se localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, distante 65 km da cidade de Santa Maria. Foi instalado no ano de 1997, com uma área total de 203,5 km², limitando-se, ao Norte, com o município de Jari, ao Sul, com São Pedro do Sul, a Leste, com Quevedos e, a Oeste, com Mata. Está situado na Zona de Transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro, caracterizado por ondulações topográficas bastante acidentadas. É considerado tipicamente rural, com aproximadamente 80% da população vivendo no campo, de um total de 2.952 habitantes.

A característica marcante do município é a presença da Agricultura Familiar. Segundo Silveira e Neumann (2012, p. 01), “em relação à tipologia dos estabelecimentos no município de Toropi, observa-se uma menor diversidade, com amplo predomínio da classe dos agricultores familiares”. Os autores ainda complementam outra particularidade marcante do município: o amplo predomínio dos estabelecimentos que tem como base para o desenvolvimento das atividades agrícolas a tração animal (89%).

Entre as atividades econômicas que se destacam encontram-se principalmente aquelas típicas da agricultura familiar, como produção de leite, fumo, milho e feijão.

¹ Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Acadêmica do curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

³ Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

⁴ Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, no ano de 2010, a produção de leite foi de 570.000 litros, a produção fumageira abrangeu 930 hectares, numa produção total de 1.116 toneladas, a produção de milho foi de 2000 hectares e a produção de feijão de 180 hectares. O comércio da cidade conta apenas com lojas de vestuário, materiais de construção, mercados e lanchonetes. Em relação à prestação de serviços, há apenas duas agências bancárias, um posto de combustível, uma farmácia, uma agência postal e uma pensão colonial. Destaca-se a presença da COOMAT, que possui aproximadamente 2.800 associados, possuindo na mesma unidade, posto de recebimento e resfriamento de leite, loja de Insumos Agrícolas e Veterinários fábrica de ração, ferragem e Supermercado.

Trata-se de um município com uma dinâmica essencialmente rural, em que o urbano se confunde com o rural, ou depende diretamente dele. Entre os desafios para o desenvolvimento está o de dar condições para a promoção principalmente dos pequenos estabelecimentos rurais, dependentes quase que exclusivamente da cultura do fumo.

A busca por alternativas para a Agricultura Familiar tem sido resultado de muito esforço da extensão rural e de políticas públicas que vêm sendo organizadas não só em Toropi mas em todo o País. Mesmo que medidas venham sendo implementadas para esse fim, os desafios são imensos. Os agricultores reclamam da relação com as fumageiras, com o rebaixamento do preço do produto, o preço alto dos insumos, os juros bancários elevados, mas veem que esses fatores são compensados pela garantia de mercado e um complexo agroindustrial consolidado. Isso torna os mesmos reticentes a qualquer outra iniciativa.

Entre as iniciativas fomentadas através das políticas públicas e também pela própria extensão rural, encontra-se a formação e/ou consolidação de unidades de agregação de valor e de processamento de alimentos, do tipo agroindústrias familiares. Essas unidades processadoras, apesar de não serem algo novo e existirem desde o surgimento da Agricultura, são vistas como um espaço de promoção da agricultura familiar, capaz de oferecer oportunidade de geração de trabalho, renda e qualidade de vida.

O desafio parece estar numa quantidade de conhecimentos novos que deverão fazer parte do imaginário do agricultor, que até então não eram necessários. É uma nova autonomia, sem muita clareza, pois o universo de significados engloba conhecimentos de gestão, produção, legislação, qualidade, mercado, dentre outros. Sulzbacher (2009, p. 17), apontando os desafios, afirma que, “da mesma forma em que as experiências promissoras se acumulam, há também aquelas em que o processo se inverte: onde deveria surgir uma alternativa de organização social ou uma estratégia de produção individual, surge uma experiência inócua que geralmente onera e compromete ainda mais a reprodução econômica e social da unidade de produção familiar”.

Entre as atividades típicas da região também se encontra a cultura da cana-de-açúcar, conhecida pela produção de melado, rapadura, cachaça e outros derivados, bem como

⁵ Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

fonte complementar na nutrição de animais. Atualmente, o município tem uma área aproximada de 70 hectares em 177 estabelecimentos rurais.

A iniciativa de fortalecer o processo de formação de uma agroindústria desse produto foi a forma encontrada para buscar uma alternativa de renda para uma família de agricultores que antes vivia exclusivamente da cultura do fumo, na localidade de Sete de Setembro, distante 20 km da sede do município. Além disso, teria as vantagens de fortalecimento dos mercados locais, ligação com a identidade cultural, segurança alimentar e desenvolvimento regional.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O agricultor Dalmir Daniel Moraes é um típico agricultor familiar dessa região. ele possui uma família de cinco componentes, sendo que apenas o filho mais jovem, com 15 anos de idade, encontra-se na propriedade. Suas filhas, ambas casadas, residem fora, uma na cidade de Santa Maria e a outra no próprio município de Toropi. O agricultor estudou até a 5ª Série do Ensino Fundamental, já sua esposa e os filhos cursaram o Ensino Médio, mas nem todos de forma completa.

A propriedade rural tem uma área total de 12,5 hectares, distribuídas com o cultivo da cana-de-açúcar, além das atividades agrícolas típicas de subsistência, feijão, milho, mandioca, batata doce e horta doméstica. Também há criações de animais, como os bois para tração animal, vacas de leite, galinhas e suínos. O agricultor é tomador de financiamento, especialmente do PRONAF Custeio, para as culturas de feijão e milho.

A mão de obra utilizada é exclusivamente familiar, sendo que somente em casos esporádicos, utilizam mão de obra de diarista. Esses períodos culminam com a elaboração de produtos na agroindústria, ou mesmo o próprio corte da cana que é todo realizado de forma manual e transportado por animais.

A cana-de-açúcar é a atividade principal com 3,5 hectares de área plantada, respondendo por aproximadamente 90% da renda da propriedade. Quando há produção em excedente, normalmente também é comercializada parte da produção de feijão, pois no verão a produção dos derivados da cana sofre redução no consumo e comercialização, sendo esse uma alternativa para o período.

A variedade de cana-de-açúcar utilizada na propriedade é denominada pelo agricultor de Chocolate, cultivada através de sistema convencional, com uma vida útil do canavial de até 3 safras. Trata-se de uma variedade resistente a pragas, doenças e também plantas daninhas, não havendo nenhum tipo de controle químico. A utilização de fertilizantes e mesmo de corretivos de acidez do solo são sempre indicadas pelo técnico da Emater/RS-Ascar local.

O conhecimento sobre a produção de derivados de cana-de-açúcar, em especial o melado, que é o produto principal da agroindústria, foi repassado das gerações anteriores, anteriormente elaborado para o consumo próprio. Mesmo assim, a partir do ano de 2004, todo o excedente era comercializado em latas, a granel, para mercados e mesmo para consumidores que tinham interesse pelo produto.

A ideia de estabelecer uma agroindústria surgiu do momento em que os mercados, no ano de 2006, principalmente da cidade de São Pedro do Sul, não aceitaram mais o melado que não possuísse uma identificação, com marca, peso definido e os parâmetros de um alimento. Assim, o próprio agricultor fez uma pesquisa de mercado, expondo a sua ideia de implantar uma agroindústria e buscando o interesse dos supermercadistas em vir a adquirir um produto diferenciado.

Fomentado pelo técnico da Emater/RS-Ascar do município, o qual já estimulava esse empreendimento, foi realizada uma viagem de estudos para o município de Dona Francisca/RS, em novembro de 2006, quando puderam conhecer outras agroindústrias já em funcionamento. Também discutiram sobre as possibilidades do empreendimento ser individual ou coletivo, optando pelo primeiro, em virtude do receio do agricultor com a possibilidade de não dar certo o segundo modelo.

Entusiasmado com a ideia e firme no propósito, imediatamente foi encaminhada a elaboração do projeto, realizado pela Emater/RS-Ascar e Prefeitura Municipal de Toropi, e encaminhado para financiamento junto ao PRONAF INVESTIMENTO. O recurso foi disponibilizado em fevereiro de 2007, já começando a construção e a aquisição dos equipamentos, conforme pode ser conferido na Figura 39, sendo que em junho já foi dado início à produção e à busca pela comercialização.



Figura 39: Início das obras de construção da Agroindústria Cana Pura, em fevereiro de 2008.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

Todos os supermercados que haviam sido visitados na pesquisa de mercado, tiveram interesse pelo melado Cana Pura, mesmo que o produto apresentasse ainda apenas uma etiqueta de identificação com o nome e o período de validade. O fracionamento do produto facilitou a comercialização.

Após a conclusão do prédio da agroindústria e já dado início no processo de comercialização, outro passo importante foi a qualificação da família na elaboração de melado cremoso e batido e na produção de açúcar mascavo. Essa atividade aconteceu com a coordenação do Assistente Técnico da Emater/RS-Ascar Regional de Santa Maria, através de um curso de 8 horas, conforme pode ser conferido na Figura 40.



Figura 40: Atividade de qualificação para elaboração de açúcar mascavo na Agroindústria Cana Pura.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da EMATER/RS – ASCAR de Toropi.

A produção de melado batido cremoso, reconhecido pela cor clara, diferenciou o melado pela qualidade adquirida. Para diminuir a acidez do melado, começou a ser feita a correção da acidez da garapa para elaboração do melado, prática essa que não era realizada pelo produtor. A primeira providência foi fazer a correção de solo com calcário dolomítico, conforme análise de solo, para equilibrar as deficiências do mesmo. Mesmo assim, existe uma variação de pH da garapa, que, acredita-se, é influenciado por fatores como tipo de solo, variedade da cana, idade da cana e outras variáveis como período de luminosidade, condições hídricas do solo, etc. Assim, quando necessário, passou-se a fazer a correção da acidez utilizando ácido cítrico e práticas de manejo da cana desde o corte até a elaboração para se chegar a um produto adequado, o melado com um sabor agradável ao sabor apreciado pela maioria dos consumidores.

Outra questão importante para a produção do melado Cana Pura foi sanada no ano de 2009, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da FETRAF, disponibilizou a matriz para impressão, contendo também o Selo SABOR GAÚCHO . A partir da matriz, foi possível fazer a impressão dos rótulos na quantidade desejada. Outro avanço no mesmo ano foi a obtenção do Alvará Sanitário junto à 4ª Coordenadoria Estadual de Saúde, que credenciou a agroindústria para a comercialização em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Com essa legalização também veio a adoção de novas práticas de higiene no beneficiamento dos produtos, que também qualificaram o produto.

A participação na FEMASP de São Pedro do Sul e na Feira Agropecuária de Toropi, em 2009, e, posteriormente, em 2011, também potencializam o negócio. A participação acarretou a possibilidade de mostrar as características do produto e sensibilizar novos consumidores, que não têm o melado como um produto do dia a dia. O produto tem de ser bonito, diferenciado pela beleza, mas é fundamental, também, que seja apreciado pelo sabor, voltando a consumir mais vezes.

A partir de 2010, a abertura dos mercados institucionais também permitiu avanços importantes na comercialização. Primeiro com a Prefeitura Municipal de Toropi, que passou a disponibilizar na merenda escolar do município, mesmo ainda não tendo o SIM. O maior avanço nesse sentido aconteceu em 2011, quando, através do PNAE, foi possível comercializar não somente para escolas municipais de Toropi e de São Pedro do Sul mas também para as escolas estaduais desses municípios. No ano de 2011, foram comercializados, através desse programa, 350 kg de melado e 50 kg de açúcar mascavo.

A gestão da agroindústria é feita através de um sistema simples de anotações, em que são registradas as receitas e as despesas realizadas, principalmente com relação a embalagem, rotulagem, lenha e transporte, que são os custos principais. A partir desses registros, pelo menos uma vez por ano é feita uma contabilidade, para identificar quanto está sobrando como resultado financeiro, sendo sempre a preocupação maior cumprir com as obrigações do financiamento. Outro ponto importante relacionado à gestão são as definições estratégicas do negócio, principalmente no que diz respeito a novos investimentos, produtos e qualidade, sempre tomadas em conjunto por toda a família.

Atualmente, a agroindústria Cana Pura produz 4.000 kg de melado batido e cremoso e 700 kg de açúcar mascavo por ano. Toda a produção é feita de acordo com os pedidos de compra, de acordo com os diferentes estoques. Isso também dá ao produto sempre uma característica novo. Os agricultores estão buscando desenvolver marca e rótulo também para o açúcar mascavo e o melado fino para dar início à comercialização.

3. RESULTADOS

Algumas consequências podem ser verificadas como diretas no desenvolvimento da implantação da agroindústria Cana Pura, no que se relaciona aos impactos, bem como aos resultados obtidos em sua trajetória:

- **Melhoria do retorno econômico, financeiro e social:** A partir da instalação da agroindústria, foi possível trocar de carro e também investir em outras coisas, principalmente dentro de casa.
- **Qualidade de vida:** A família passou a ter uma renda mensal e o tipo de trabalho é menos desgastante fisicamente, o que favorece a questão de saúde e bem estar da família.
- **Substituição da cultura do fumo:** A troca de atividade do fumo para a agroindustrialização da cana-de-açúcar permitiu a redução da carga de trabalho, concentrando em épocas mais apropriadas, provocou o rompimento com o poder das fumageiras, eliminação da utilização de agroquímicos e possibilidade de definição do preço do produto.
- **Equilíbrio financeiro:** Obtido em função de o investimento ter sido compatível com a capacidade de retorno do negócio. Todos os tipos e tamanhos de máquinas e equipamentos foram definidos em função da quantidade prevista de produção, a viabilidade econômica da unidade e o menor grau de complexidade das tecnologias disponíveis.
- **Reconhecimento da qualidade do produto elaborado por parte do consumidor:** A qualidade de um produto não se adquire de forma imediata, mas é obtido com o exercício da prática, do saber fazer no dia a dia, através de sucessivas tentativas. Até chegar ao produto ideal (melado claro), foi necessário aprofundar os conhecimentos em relação a tipo de solo, época de colheita, variedade de cana, dentre outros.
- **Melhoria da autoestima:** Não existem outros empreendimentos agroindustriais voltados ao processamento da cana de açúcar legalizados na região, especialmente na questão do melado. Assim, muitos são os interessados que visitam e buscam os produtos para dar um retorno positivo sobre o seu trabalho. O resultado tem sido a satisfação com a atividade, bem como a melhoria da união entre a própria família, que se vê reunida e valorizada pelo saber fazer e pela atividade em que se encontram envolvidos.
- **Aproveitamento das políticas públicas:** As políticas Públicas aparecem como oportunidades e estímulos ao produtor para sair da condição de vulnerabilidade. Dentre as oportunidades existentes estão as políticas de crédito rural, entre as quais o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se destaca, além do Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar (PNAE).

4. POTENCIALIDADES

A principal potencialidade do negócio é a motivação da família em relação à Agroindústria Cana Pura. O entusiasmo e a certeza de que se encontram no rumo certo garante que novas possibilidades se abram e se fortaleçam.

A inserção desta família nesse tipo de negócio trouxe novos horizontes, visto que a família, ao oferecer seus produtos, buscando pontos comerciais, acabou se fortalecendo de conhecimentos na questão da comercialização. Esse fator ainda merece uma atenção especial pela sua importância no sucesso de negócio e, se trabalhado, poderá ajudar em sua evolução. Entre as possibilidades latentes está a própria participação no PNAE em maior escala, para escolas do município e da região, para o que também é preciso conscientização por parte dos nutricionistas, que elaboram o cardápio, para que incluam o melado na alimentação dos alunos. Com o aumento da produção e a necessidade de matéria prima, outros produtores poderão ser fornecedores da mesma.

Outro fator é o pioneirismo na região, pois, considerando-se os municípios de Toropi, Mata, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Jari e Quevedos, a família Moraes é diferenciada na questão do processamento da cana-de-açúcar com destino na elaboração de melado e açúcar mascavo. Outros agricultores elaboram esses produtos, porém de uma maneira mais rudimentar, sem cuidados técnicos e até de higiene, o que ocasiona uma irregularidade na qualidade.

5. LIMITES

A experiência da Agroindústria Cana Pura apresenta alguns problemas que, se não forem resolvidos, podem promover retrocessos para o empreendimento a curto, médio ou longo prazo, conforme descritos a seguir:

- **Ausência de políticas públicas e possibilidades de crédito para a cana-de-açúcar:** Não existem linhas de crédito específicas para a cana-de-açúcar e o recurso utilizado tem de ser próprio ou aquele destinado para outras culturas. A possibilidade de crédito para a atividade certamente favoreceria a utilização de tecnologias mais apropriadas.
- **Ausência de pesquisa e validação de resultados para a cana-de-açúcar:** Não existem resultados de pesquisas que informem variedades de cana-de-açúcar, adaptadas para a região, bem como para a produção de melado ou outros derivados da cana;
- **Ausência de recursos próprios para investimento na infraestrutura produtiva da agroindústria:** O retorno permite o pagamento do financiamento do empreendimento, a reprodução social da família, mas não permite novos investimentos. Assim, há necessidade de reformas no prédio, bem como de um veículo mais

apropriado para transporte, uma vez que este é feito no bagageiro do próprio veículo de passeio da família;

- **Estacionalidade no consumo do melado:** O melado é visto pelo consumidor como um produto de inverno, ocorrendo a redução do consumo no verão. Isso acarreta redução da utilização da capacidade instalada da agroindústria nessa época, assim como a falta de capital de giro;
- **Concorrência desleal e clandestinidade:** A comercialização de outros empreendimentos que não são legalizados é considerada como um problema. Além disso, há supermercados que colocam o produto da Agroindústria Cana Pura de fachada e também comercializam produtos que não estão aptos para a venda;
- **Mercados institucionais – Programa Nacional de Alimentação Escolar:** Existem nutricionistas que não consideram o melado um produto apto para o consumo nas escolas. Além disso, outras escolas, principalmente as estaduais, consideram o procedimento muito burocrático e preferem buscar produtos alternativos, tais como os produtos industriais;
- **Tamanho e utilização da área da propriedade:** O insumo mais utilizado na propriedade e com dependência externa é a lenha para os fornos de produção do melado. Atualmente, toda a madeira utilizada é adquirida de outros produtores, o que aumenta o custo de produção. As matas nativas existentes não podem ser cortadas e o tamanho da propriedade não permite fazer reflorestamentos;
- **Falta de informações e dificuldade de obtê-las:** As informações sobre legalização da agroindústria, rotulagem e comercialização são difíceis de obter. Muitos direitos dos agricultores e políticas públicas não chegam até a possibilidade de uso, porque essas informações não chegavam ao agricultor. Do mesmo modo, oportunidades de negócios, principalmente nos mercados institucionais, deixam de ser aproveitadas por desconhecimento;
- **Boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos:** A qualificação em boas práticas é uma exigência da ANVISA, para estabelecimentos, produtores e industrializadores de alimentos. Até o momento, a família ainda não conseguiu essa qualificação, por falta de local que ofereça recursos para o custeio.
- **Sucessão na propriedade rural:** Entre os filhos dos agricultores, as duas filhas já se casaram e foram embora da propriedade. A família acredita que o filho é que dará continuidade na atividade, visto que é o que mais participa do processo, trabalha, e dá opiniões na atividade;
- **Apoio institucional no município:** Espera-se mais apoio do município em torno da agroindústria. A divulgação do produto, junto com a própria promoção do município, facilitando a ascensão dos produtos, era um dos caminhos que poderiam ser seguidos. As condições de acesso até as agroindústrias através da melhoria das estradas rurais, o fomento para a comercialização através de mercados institucionais também poderia ser potencializada.

6. REFERÊNCIAS

SULZBACHER, A. W. Entre a Arte e a Técnica: O dilema do Social nas Agroindústrias Familiares Rurais no Município de Constantina/RS. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Santa Maria, 2009, 135 p.

SILVEIRA, P. R. C. & NEUMANN, P. S. Tipologia das Unidades de Produção Agrícola na Região do Corede Centro (RS). Disponível em <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/12.pdf>. Acesso em 04/02/2012.

5.2 TRAJETÓRIA DE GESTÃO DA AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS DE SUÍNOS DE PASSO DE CLARA – SÃO PEDRO DO SUL

Paulo Roberto Cecconi Deon¹

Maysa Eichner da Silva²

Loren Pichler³

Regina Santarém Hernandes⁴

Ademar Antônio Franchi⁵

PALAVRAS-CHAVE: Agroindústria. Alternativa de renda. Agricultura familiar. Gestão.

1. CONTEXTO

Localizado na Região Central do Rio Grande do Sul, o município de São Pedro do Sul apresenta população total de 16.368 habitantes, área de 873,6 Km² e densidade demográfica de 18,7 hab./Km², sendo que a maior parte de sua população (71,4%) é residente na zona urbana. No tocante à economia do município, embora o setor agropecuário não seja o que mais contribua com o valor adicionado bruto (é o segundo, com R\$ 43.723.000,00), representa considerável importância se levarmos em conta que não há grandes indústrias no município e que o setor de serviços gira muito em função dos recursos que o setor agropecuário injeta na economia local. Essa é uma característica bastante comum em municípios dessa região, a estreita relação da economia municipal com os recursos gerados no meio rural. Por sua vez, no setor agropecuário do município, predominam sistemas produtivos com base no arroz, soja, pecuária de corte e ovinos (menor expressão), mas conta também com produtos de pequena escala como a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, o fumo, a bovinocultura de leite, hortigranjeiros,

1 Eng. Agrônomo, Mestre em Agronegócios, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

4 Médica Veterinária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul.

5 Técnico em Agropecuária, Extensionista do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

feijão, entre outros, que têm estreita relação com a agricultura familiar do município. A agroindústria é uma atividade que vem se desenvolvendo também, na qual produtos como cachaça de alambique, embutidos e defumados de suínos e os derivados de leite (queijos) passam a ser expressivos, principalmente entre os pequenos produtores. Além desses, outros produtos apresentam potencial para agroindustrialização, como o melado, a mandioca, com processamento mínimo, as conservas e as chimias.

Faz parte desse município a comunidade Passo de Clara, situada na localidade de Passo de Clara, distante 19 km do centro de São Pedro do Sul, seguindo pela estrada municipal que faz ligação com o município de Mata. Essa comunidade é formada em sua maioria por descendentes de imigrantes alemães e italianos, além de outras etnias que ali se instalaram por volta de 1870. A localidade apresenta características que possibilitam tipificá-la como fazendo parte de uma zona fisiográfica homogênea, denominada Rebordo da Serra⁶ que, entre outros aspectos, pode ser identificada pela presença da imigração italiana e alemã, agricultura familiar diversificada e predomínio de sistemas de produção com base em fumo, milho e outros cultivos de pequena escala. É nessa localidade que ganha existência a Agroindústria de Embutidos e Defumados de Suínos de Passo de Clara.

As primeiras tratativas para a fundação da agroindústria ocorreram em 02 de junho de 1997, durante assembleia extraordinária da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Passo de Clara (APAC). Essa associação foi criada em 18 de setembro de 1992, sendo fundada por 20 membros da comunidade Passo de Clara, com o objetivo de formalizar um grupo cujas ações em coletividade já existiam. A existência prévia dessa associação foi um marco referencial que viria a viabilizar, posteriormente, importantes ações para implantação da agroindústria, como o aporte de recursos financeiros. A agroindústria surge, naquela ocasião, como resultado de um conjunto de fatores ambientais de necessidade e de oportunidade. Necessidade por se tratar de agricultores familiares em que sua base de sustento, a produção animal e/ou vegetal para venda e/ou consumo, era limitada em função de características peculiares desse público como pequenas áreas, mão-de-obra restrita, pouco acesso a recursos financeiros e bens de capital. Uma leitura de paisagem dessa microrregião mostra limitações que a própria natureza também impõe ao sustento desses agricultores: solo de média fertilidade, relevo acidentado, existência de matas nativas protegidas por lei. Além disso, a dependência de fatores climáticos aumentava sobremaneira os riscos das atividades agropecuárias.

Por outro lado, surgiam oportunidades de acesso a recursos financeiros para a melhoria das condições de vida dos agricultores. É nesse momento que passa a ser discutida em reuniões da associação a possibilidade de criação de uma agroindústria de embutidos e defumados de suínos. A agroindústria passa a operar, inicialmente, com a participação de 07 (sete) famílias da associação que apostaram nessa atividade como uma alternativa para incrementar a renda familiar.

6 Neumann (2004).

Além dos agricultores da Associação, ao longo de sua trajetória a experiência contou com outros parceiros que contribuíram pontualmente para o fortalecimento da agroindústria, dentre os quais: a Emater/RS-Ascar, através do escritório municipal de São Pedro do Sul, a Cooesperança⁷, a prefeitura municipal de São Pedro do Sul, com ênfase na atuação da Secretaria Municipal de Agricultura, o Instituto Genaro Krebs (IGK)⁸ e ainda outras relações constituídas a partir de programas estaduais e federais, participação em feiras especiais e trabalhos realizados por estagiários e docentes de instituições de ensino e pesquisa como a UFSM e o Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2. Descrição da experiência

A Agroindústria de Embutidos e Defumados de Suínos de Passo de Clara tem início num contexto em que já existia uma associação atuante, o que viabilizaria as discussões da agroindústria enquanto uma alternativa de renda para as famílias envolvidas, sendo, pois, um elemento central no que diz respeito às origens desse empreendimento. Essa afirmação pode ser ilustrada por ocasião de alguns antecedentes à agroindústria, como o que se deu em março de 1994, quando ocorreu uma chuva de granizo que provocou perdas nas lavouras além de danos em galpões e moradias da comunidade de Passo de Clara. Esse fenômeno é citado pelos agricultores como um evento que colocou os produtores em situação de risco, sendo que alguns chegaram a perder sua capacidade de gerar renda e, em casos mais extremos, houve agricultores que ficaram sem produtos para consumo próprio. Nesse momento, a associação teve papel decisivo no sentido de procurar formas de resolver tal problema.

Na ocasião, com o auxílio da paróquia da comunidade, a associação entrou em contato com a Cooesperança, junto à qual fez sua filiação e conseguiu sementes para dar início a novos cultivos, além de disponibilizar às famílias o acesso a linhas de financiamento pelo Banco da Esperança, recursos que foram aplicados na aquisição de vacas leiteiras. A parceria com essa cooperativa viabilizou, posteriormente, a participação dos agricultores em suas feiras, onde comercializavam produtos como doce de leite além de hortigranjeiros, etc. Vale ressaltar que essa relação dura até os dias atuais, sendo as feiras da Cooesperança um dos principais locais de comercialização dos produtos da agroindústria. Outro fator a ser esclarecido é que continua sendo essa relação com a Cooesperança a forma que a agroindústria encontrou para estar

⁷ Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao "Projeto Esperança". Trata-se de uma central, fundada em 29 de setembro de 1989, que congrega e articula os grupos organizados da Região Central do Rio Grande do Sul e viabiliza a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários no campo e na cidade.

⁸ Empresa sem fins lucrativos que presta serviços técnicos e de gestão a organizações sociais.

formalizada segundo a legislação tributária e fiscal. Os produtos, até hoje, são comercializados com o CNPJ dessa Cooperativa⁹, o que viabiliza a comercialização do ponto de vista tributário/fiscal.

Percebe-se a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Passo de Clara como um elemento gestor decisivo para a implantação da Agroindústria. Em 1997, foi criado o Programa Estadual de Enfrentamento à Pobreza que disponibilizou um montante por família para investimento em atividades que melhorassem sua renda. Entretanto, havia a condição de que a família participasse de alguma organização. Nesse processo, tiveram papel decisivo o Secretário Municipal de Agricultura de São Pedro do Sul e os extensionistas da Emater/RS-Ascar desse mesmo município, que foram responsáveis por informar e mobilizar o grupo para o acesso a tal recurso. Foi assim que 07 membros da comunidade, que já faziam parte da associação, interessaram-se pela proposta, reuniram-se e decidiram aplicar o recurso em uma agroindústria de embutidos e defumados de suínos. Esses recursos eram estaduais (R\$ 7.700,00) e a prefeitura entraria com outra parte (R\$ 1.925,00), já os agricultores com aproximadamente 5% acertados na forma de mão de obra. Como os recursos eram sem devolução, havia como contrapartida a obrigação de que os agricultores participassem de cursos de tecnologia de produção dos embutidos e defumados. Assim, deu-se início ao processo de viabilização da sede da agroindústria, que é um prédio onde antigamente funcionava uma escola municipal na comunidade de Passo de Clara. Além de ceder essa estrutura para a agroindústria, ao longo dos dois anos que se seguiram, a prefeitura municipal aplicou mais R\$ 30.000,00 para conclusão das obras de adequação das instalações.

Ainda em 1997, os agricultores já estavam capacitados, mas, como o prédio da agroindústria estava em processo de adequação, os abates e o processamento eram realizados na casa de um dos produtores ou no pavilhão da comunidade. Essa situação foi solucionada quando as adequações foram concluídas, em 1998. Essa antiga escola cedida pelo município e adequada à agroindústria é o espaço que até hoje constitui a sede dessa experiência (Figura 41). Todo esse processo que contou com mobilização, elaboração de projetos e disponibilização de recursos teve participação crucial da prefeitura e da Emater/RS-Ascar. Cabe ressaltar que o serviço de adequação contou, na medida do possível, com a participação da mão de obra dos próprios produtores.

⁹ Os agricultores optaram por não criar outra pessoa jurídica para a agroindústria e não puderam também utilizar o CNPJ da Associação, já que o seu estatuto não permitia. O caminho encontrado foi utilizar o CNPJ da Coopesperança.



Figura 41: Vista Frontal da Agroindústria Passo de Clara, com a presença de produtores em 2012.

Fonte: Arquivo Pessoal de Maysa Eichner da Silva.

Ainda nesse mesmo ano o grupo de produtores teve acesso a recursos do Pronaf especial, que viabilizou outras melhorias na estrutura da fábrica, além da aquisição de equipamentos. Foram adquiridos, por exemplo, um secador de leito fixo e uma minifábrica de rações, já que no projeto da agroindústria estava previsto que os produtores também produziram parte dos suínos, mas para isso precisariam desses equipamentos para preparar a ração utilizando o milho que produziam em suas propriedades. É importante fazer uma ressalva de que todas essas ações estão nos registros da associação e caracterizam decisões tomadas pelo grupo, nunca de forma individual. Outro aspecto importante é que alguns membros do grupo, um em particular, tem participação mais ativa nas ações realizadas, sinalizando uma liderança que surge naturalmente ao longo das atividades da experiência.

Nessa época, os produtos da agroindústria já eram comercializados em feiras locais semanais que ocorriam em São Pedro do Sul e Santa Maria (Figura 42) e que, a partir de 2002, iniciaram as participações também em outras feiras esporádicas (os agricultores chamam essas de "especiais". São elas: Expointer, Expoleite, Expofeira de Santa Maria, Feira do Vinho, Feira do Mercado Público, etc. (Figura 43).



Figura 42: Exposição dos produtos da agroindústria Passo de Clara em feiras locais.

Fonte: Arquivo de imagens da Agroindústria Familiar de Defumados de Passo de Clara.



Figura 43: Participação da Agroindústria Passo de Clara em feiras especiais, recebendo a visita do Presidente Lula.

Fonte: Arquivo de imagens da Agroindústria Familiar de Defumados de Passo de Clara.

Um aspecto marcante do grupo de produtores é sua participação em órgãos de representação da sociedade civil (conselhos municipais, a exemplo do COMAP – Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária), além de sua ligação com outros movimentos sociais (FETAG, por exemplo). Desde a fundação da associação, os agricultores já se davam conta de que os governos estariam direcionando políticas e ações para aqueles que

estivessem organizados. Esse foi um dos motivos também para a criação da associação e da própria agroindústria. As participações nesses conselhos e movimentos trouxeram para o grupo uma maturidade quanto à sua importância na sociedade, fazendo com que criassem um espírito de luta por seus direitos.

Conforme as necessidades, em função de disponibilidade à época, o grupo conseguiu outros recursos como o PANPA¹⁰, em 2005, que possibilitou a aquisição de mais equipamentos, como por exemplo o misturador de massa. Na sequência, foram realizadas, também, adequações na rede elétrica da agroindústria com recursos próprios.

Como parte da trajetória da agroindústria foi realizada ainda em 1999, uma segunda etapa de capacitação ampliou as possibilidades de produtos a serem fabricados (presunto, apesuntado, salsicha, mortadela, linguiça calabresa, etc.). Essa segunda etapa estava dentro do projeto inicial da agroindústria.

Há pouco tempo, através da Cooesperança, a agroindústria teve acesso a recursos para custear serviço gerencial. O Instituto Genaro Krebs foi o responsável por esse serviço e, ao final, os produtores tiveram um panorama dos seus custos de produção, preço de venda por produto, lucro/prejuízo, etc. Os resultados desse trabalho apontaram a viabilidade econômica da agroindústria. Tinham aí um instrumento de decisão gerencial. Por essa época, tiveram papel importante, também, estagiários de instituições de ensino que contribuíram em aspectos técnicos e gerenciais.

Atualmente, a agroindústria conta com a participação de 6 (seis) famílias¹¹ que participam diretamente nas atividades de fabricação e comercialização dos produtos, além de alguns serem fornecedores de parte dos suínos abatidos. As ações são decididas em conjunto pelo grupo, sendo desenvolvidas conforme as necessidades e a disponibilidade de cada produtor, inclusive no que diz respeito à participação em feiras e outros eventos regionais. Para a maioria dos envolvidos, essa experiência continua sendo uma alternativa de renda, já que eles têm outras atividades agropecuárias em suas propriedades. Apenas um membro do grupo tem a agroindústria como sua principal fonte de renda.

As instalações da fábrica continuam no mesmo local desde que iniciaram as atividades, sendo realizadas adequações ao longo do tempo de forma a atender às exigências da legislação sanitária e ambiental. No tocante a essas exigências, o grupo é unânime em afirmar que há um descompasso de informações entre os órgãos públicos de fiscalização, principalmente no que diz respeito aos aspectos sanitários. Segundo eles, além da legislação ter sofrido alterações frequentes, os técnicos que vistoriavam a agroindústria sempre apontavam aspectos com divergências entre os laudos emitidos, fazendo com que sempre houvesse necessidades de adequações nas instalações da agroindústria. A agroindústria está habilitada, apenas pelo SIM, a comercializar no município, mas está projetando novas adequações por conta de exigências que a per-

¹⁰ Programa estadual para o desenvolvimento do meio rural.

¹¹ Silvia Bleiy, Idiane Gracioli Gonçalves, o casal Erlane Lehnart Rossi e João Carlos Rossi, Helvio da Silva Gonsalves, Gelson Antonio Lehnart, Silmar Lehnart.

mitam obterem o CISPOA e, quem sabe, o SUASA, que certificaria a comercialização seus produtos no Estado e no Brasil, respectivamente. Entretanto, por se tratar de produtos coloniais da agroindústria de agricultores familiares, algumas feiras especiais têm relativa flexibilidade das exigências fiscais, permitindo, assim, a venda desses produtos.

São abatidos em torno de 7 suínos por semana, cuja produção é comercializada em três feiras semanais que ocorrem no município de São Pedro do Sul e uma vez por semana na feira da Cooesperança, em Santa Maria. Continuam acontecendo as participações em feiras especiais que ocorrem esporadicamente, à exemplo da Expointer em Esteio.

Os produtos são comercializados com rótulo que contém a marca da Agroindústria e da Associação. Entretanto, o CNPJ continua sendo o da Cooesperança (Figura 44).



Figura 44: Rótulo dos produtos da Agroindústria Passo de Clara.

Fonte: Arquivo de imagens da Agroindústria Familiar de Defumados de Passo de Clara.

São produzidos embutidos (Figura 45) como salames de diferentes tipos (milano, milano especial, italiano, colonial, defumado, etc.), copa, salsichão (com diferentes teores de pimenta), linguiça fresca, além dos defumados de partes dos suínos (costela, pés, etc.), para utilização em pratos como a feijoada.



Figura 45: Variedade de produtos em processo de maturação na Agroindústria Passo de Clara.

Fonte: Arquivo pessoal de Maysa Eichner da Silva.

Ocorre também o preparo esporádico de cortes específicos dos animais para serem vendidos sob encomenda ou em entregas em processos de venda direta (Programa de Aquisição de Alimentos – CONAB). A venda dos embutidos e defumados é o carro-chefe da agroindústria (aproximadamente 90% das receitas), dentre esses o salame é o produto com maior saída.

Para chegar a esse leque de produtos, além dos cursos de aperfeiçoamento em técnicas e boas práticas de fabricação (realizados pela UFSM), os agricultores contam que aprenderam a ouvir os seus consumidores durante as feiras. Essa proximidade com o consumidor proporcionada pela venda direta em feiras é uma vantagem quando se está atento para tirar proveito, o que parece ter ocorrido nesse caso. Desde os tipos de produtos até os temperos utilizados, as combinações foram sendo ajustados de forma a agradar os consumidores. Ao falar sobre isso, os agricultores têm bem claro que seus produtos têm e devem permanecer possuindo características coloniais, por dois motivos: sabem que há consumidores para esses produtos e que não poderiam competir com grandes indústrias que oferecem produtos em grande escala e padronizados.

Um fato importante na trajetória da qualidade dos produtos da agroindústria foi o acompanhamento de suas atividades produtivas, por parte do Centro de Ciências Rurais da UFSM, durante 2,5 anos. Nesse período, foram realizados o controle e a avaliação qualitativa dos produtos, cujas análises comprovaram que, embora sem as condições

estruturais ideais para a produção, os produtos apresentavam excelentes resultados, segundo os testes feitos.

3. RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA

O principal resultado da experiência é um grupo de produtores fortalecido por se tratar de pessoas cujas trajetórias de vida se cruzaram e se confundem em função de um denominador comum: a agroindústria. Os problemas, as soluções encontradas, as feiras, as reuniões e as participações em movimentos sociais foram momentos vivenciados em função de encontrar os melhores caminhos para a trajetória da agroindústria, mas serviram também para criar laços de comprometimento, de parceria e de dedicação entre as pessoas.

Como resultado da união do grupo, de sua capacidade de buscar soluções para os problemas encontrados, no que diz respeito ao que se propôs com a criação da agroindústria, ela tem obtido êxito como uma fonte alternativa de renda, embora um dos agricultores tenha essa atividade como sua principal fonte de renda.

Outro resultado da trajetória dessa experiência foi a rede de parcerias constituídas. Alguns caminhos só puderam ser seguidos pela atuação marcante e pontual dos parceiros que apoiaram, de diferentes formas, a experiência. O caso mais marcante é o da Cooesperança, já que a agroindústria utiliza até hoje seu CNPJ.

Percebe-se que os produtos são reconhecidos pelos consumidores em função de sua qualidade e também pelo fato de serem produzidos por agricultores familiares. Essa é uma característica que resulta diretamente da trajetória de gestão da agroindústria.

Por fim, a agroindústria pode ser chamada de empreendimento coletivo também pela atuação marcante de um dos agricultores, cujo papel de liderança aflorou naturalmente ao longo do tempo e é legitimado, atualmente, justamente por essa história de luta e companheirismo à frente do grupo.

4. LIMITES

Um dos maiores limitantes para o avanço da atividade são os aspectos legais. Embora exista a formalização tributária/fiscal (CNPJ), quanto aos aspectos sanitários, a agroindústria apresenta apenas o SIM e encontra dificuldades em se adequar para acessar o CISPOA e/ou o SUASA. Os entraves passam por restrições de recursos para investimentos, mas também pela falta de integração entre os órgãos de fiscalização sanitária, que poderiam melhor orientar quanto às reais adequações necessárias. Além disso, a própria legislação ainda é um entrave para o desenvolvimento dessa atividade.

5. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Quanto à importância da experiência enquanto uma organização coletiva, tendo em vista os resultados atingidos, recomenda-se essa atividade como uma iniciativa exitosa. Tendo em conta a importância que essa iniciativa representa para o grupo de produtores, para a comunidade de Passo de Clara e para o próprio município, recomenda-se a continuidade no aprimoramento de sua gestão, que continue sendo conduzida com crescente transparência e inclusão de novas famílias (direta ou indiretamente beneficiadas). Tais aspectos são importantes, pois constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da legitimidade dessa experiência perante a sociedade, ainda mais por se tratar de ação coletiva, tendo recebido ao longo de sua trajetória considerável aporte de recursos públicos.

Aos membros da agroindústria, sugerimos que continuem a luta, mantenham a perseverança, o espírito empreendedor e que isso continue ocorrendo de forma coletiva, unida. Sugere-se isso, pois se percebe que a atividade de agroindústria está hoje no centro das discussões enquanto política pública, o que parece acenar para dias melhores.

8. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA SISTEMATIZAÇÃO

A presente sistematização foi conduzida procurando elucidar os seguintes temas: motivos para manter uma agroindústria coletiva; os elementos que mantêm uma estrutura desse tipo; relações de confiança estabelecidas; grau de comprometimento entre os produtores; o que está relacionado à legalização da agroindústria, ao atendimento das exigências sanitárias; a gestão da agroindústria; motivos para a agregação de valor de seu produto; e papel da liderança no processo. Procurando uma maior compreensão sobre esses aspectos, as informações foram organizadas em torno de um eixo prioritário que diz respeito à **organização da gestão do empreendimento ao longo da sua trajetória**.

As informações sistematizadas foram coletadas a partir de entrevistas com os envolvidos direta e indiretamente com a experiência, além do acesso a documentos que registram a iniciativa. No intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema, foram realizadas reuniões com o grupo de produtores que compõem a experiência, utilizando-se de ferramentas como linha do tempo, diagrama de Venn, FOFA (Fortalezas e Oportunidades/Debilidades, Fraquezas e Ameaças) e, inclusive, leitura de paisagem, já que os encontros ocorreram na localidade onde se encontra a agroindústria.

7. REFERÊNCIAS

NEUMANN, P. S. As Estratégias dos agricultores familiares e o desenvolvimento sustentável na Região Central do RS. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos**. Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/12/10O458.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2012.

5.3 AGROINDÚSTRIA CALLEGARO – JAGUARI

Fabiano Damasceno¹

Sidnei Catelan²

Alex Becker Monteiro³

PALAVRAS – CHAVE: Agroindústria. Agricultura familiar. Geração de renda.

1. CONTEXTO

A agricultura familiar é um setor da economia responsável pela manutenção de milhares de famílias no meio rural, com uma grande capacidade de geração de renda e de agregação de valor aos produtos primários. Geralmente as atividades são bastante diversificadas, tendo, no entanto, um ou dois eixos centrais de exploração para garantir renda e condições de vida. Dentre as principais atividades em regiões de colonização italiana, como é o caso do interior do município de Jaguari, pode-se destacar o fumo, o leite, a uva, a cana-de-açúcar e as pequenas agroindústrias familiares. Apesar de todo apelo e ênfase na agregação de valor ao que é produzido, as pequenas agroindústrias são os empreendimentos que enfrentam as maiores dificuldades de implantação e sobrevivência, embora sejam capazes de gerar significativo incremento de renda e qualidade a vida das famílias rurais. São capazes até mesmo de evitar a migração e o êxodo rural de adultos e jovens, fenômeno que esvazia o meio rural incessantemente.

A denominação agricultura familiar no Brasil é relativamente recente, sendo que estudos indicam que talvez tenha apenas dez anos. Antes disso, era denominada como pequena produção, pequeno agricultor ou até mesmo utilizava-se o termo camponês. Vale ressaltar que o estabelecimento familiar é uma unidade de produção e de consumo.

As políticas públicas em nível federal para esse segmento se resumem basicamente à Previdência Social (através das aposentadorias rurais) e ao PRONAF. A previdência é a política pública mais importante para os agricultores familiares visto que as pensões e

1 Técnico em Agropecuária, Biólogo, Mestre em Ciência do Solo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Técnico em Agropecuária, Biólogo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Acadêmico do Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

aposentadorias recebidas mensalmente por milhares de famílias fazem da previdência a política pública de maior alcance no Estado e no País. Já o PRONAF é uma política pública diferenciada que favorece os agricultores familiares, visto que é uma conquista dos movimentos sociais e dos sindicatos rurais. Esse programa tem socializado o financiamento, com juros baixos ou subsidiados para investimentos nas propriedades e custeio da produção, e, mesmo assim, falta crédito para custear mudanças no sistema de produção das pequenas famílias rurais.

Vários estudos apontam para a necessidade e a importância de a agricultura familiar investir em pequenas agroindústrias. Em contraponto, o processo de implementação de uma pequena agroindústria levanta uma série de questões que dificultam ou até mesmo a inviabilizam. Os principais problemas que os agricultores familiares integrantes desse ramo ou que pretendem entrar nele enfrentam são basicamente as questões previdenciárias, o processo de legalização de uma agroindústria e a legislação fiscal e sanitária. Deve-se ressaltar que atualmente a legislação é a mesma para as pequenas e para as médias agroindústrias.

O processo de implantação de uma agroindústria familiar apresenta dificuldades de toda ordem, que vão desde a construção de instalações adequadas, dentro de padrões sanitários rígidos, o que requer investimentos elevados, até a adoção dos métodos de produção padronizados, a tributação, a destinação de resíduos e a rotulagem. Outro ponto de estrangulamento desse tipo de atividade do meio rural é a escassez de mão de obra, seja familiar ou contratada, o que restringe maiores investimentos por parte dos produtores, contribuindo para que a informalidade continue sendo prática comum, trazendo prejuízos a toda sociedade. Essa escassez de pessoas no rural constitui um problema de grandes dimensões sociais, pois é reflexo da migração de populações jovens para as cidades, em busca de condições de trabalho menos desgastantes e com menos riscos de frustrações, embora com rendimentos mais baixos. Optam por salários e jornadas de trabalho fixas, o que geralmente não ocorre no meio rural. Além disso, não há garantia de renda no campo, pois mesmo a agroindústria depende do clima e da boa produção das matérias-primas, seja de origem vegetal ou animal.

Como as agroindústrias são gerenciadas pelos próprios agricultores, é fundamental o conhecimento, para que possam atingir um bom nível de informações, seja dos processos produtivos e gerenciais ou até mesmo da legislação vigente que sua atividade necessita. O produtor, tendo um maior domínio sobre a sua produção, poderá valorizar mais seus produtos, criar um elo mais estreito entre ele e o consumidor de forma a garantir comercialização perene, renda e qualidade de vida para sua família.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A Agroindústria Callegaro pertence ao Sr. Olinto Callegaro, à sua esposa Lélia Callegaro, e aos filhos Adalberto e Arno Callegaro, sendo este último casado com Ceilamar Callegaro,

com a qual tem três filhos. Com uma área de 136 hectares, a propriedade da família localiza-se em Ijucapirama, 3º distrito de Jaguari. Propriedade típica da região de colonização italiana, é dessa área que tiram seu sustento as oito pessoas, das duas famílias. Diversas atividades são aí desenvolvidas, entre culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca, hortigranjeiros), criação de bovinos de leite e corte, cultivo de soja, criação de peixes e a agroindústria, onde são beneficiados os peixes e produzidos os embutidos de carne suína.

As primeiras experiências de produção familiar relacionadas à atividade agroindustrial aconteceram por volta de 1990, por ocasião do início da produção de peixes. Nessa época, ocorreu a construção dos açudes e tanques para a engorda dos alevinos, desenvolvimento de equipamentos (Figura 46), bem como uma pequena edificação para o abate, limpeza e preparo dos peixes para comercialização. Com o aumento da produção e demanda por produtos mais elaborados, passou-se a fazer filetagem manual de parte da produção, o que demandava muito tempo, apesar do incremento no preço. Atualmente, tal atividade é realizada com o auxílio de uma filetadora industrial, adquirida com a finalidade de qualificar o produto e compensar a falta de mão de obra, visto que as filhas do Sr. Arno Callegaro reduziram sua colaboração devidos aos estudos na cidade.



Figura 46: Alimentador de fabricação caseira, utilizado para alimentação de peixes na Agroindústria Callegaro.
Fonte: Arquivo pessoal de Fabiano Damasceno.

A produção dos peixes impulsionou o início também da produção de suínos, visto que os primeiros locais para a criação dos suínos foram construídos sobre os açudes, com o objetivo de que os resíduos gerados servissem de complemento alimentar aos peixes. Os dejetos de suínos caíam diretamente na água dos tanques de piscicultura. A carne suína servia para o consumo das famílias. Como resultado da diversificação na propriedade, o principal alimento dos suínos, o milho, era todo produzido pela família,

com excelentes produtividades, pelo uso da irrigação, o que favoreceu que a criação aumentasse rapidamente. Assim, para aproveitar o excedente de carne produzida, em 1997, foi ampliada a produção de embutidos, visto que a prática de fazer salame, com parte da carne de suínos, também é atividade típica da região de colonização italiana.

Como a família tem criatividade e são empreendedores, vislumbraram uma nova fonte de renda e passaram a comercializar os embutidos (Figura 47) na propriedade e nas feiras de produtores, durante a Semana Santa, quando vendem toda a produção de peixes. Pela excelente qualidade e sabor dos produtos, a procura aumentou e o abate de suínos passou a ser regular, durante todo o ano, vindo a ser a atividade mais importante das duas famílias tendo em vista que, a demanda de peixes é mais concentrada na Semana Santa. O volume de carne de peixe inteiro comercializada tem sido de 5.000 kg e de 1.000 kg de filé, em média, anualmente.



Figura 47: Variedade de produtos em processo de maturação na Agroindústria Callegaro.

Fonte: Arquivo pessoal de Fabiano Damasceno.

Devido ao aumento da quantidade de suínos necessária para a produção dos embutidos, foram construídas novas e amplas instalações, incluindo baias para maternidade, crescimento e terminação. Todas essas atividades sempre envolveram somente a mão de obra familiar. Já em função do aumento da criação de suínos, foi necessária a construção de uma pequena fábrica de ração, utilizando-se diversos equipamentos da propriedade e de sucata, com baixo custo e ótima funcionalidade. Essa estrutura, que hoje está desativada, envolvia secador de grãos, pequenos silos de alvenaria para armazenagem, triturador e misturador. O milho utilizado era todo produzido internamente. Os dejetos dos suínos, gerados na nova estrutura de criação, eram utilizados

tanto para alimentação dos peixes, através de uma canalização para os açudes, quanto para aplicação tratorizada nas áreas de milho. O abate era realizado no mesmo prédio onde eram abatidos os peixes, com alguns incrementos.

Com o crescimento do empreendimento, foram obtidos recursos através de financiamento bancário, para a construção de um prédio destinado para a agroindústria, com área de 136 m² (Figura 48). Essa planta seguiu orientações e foi fiscalizada segundo normas sanitárias exigidas pela Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA). O CISPOA é um órgão da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul, sendo responsável pela inspeção de produtos de origem animal que são comercializados no Estado. Complementarmente à estrutura física, diversos equipamentos foram adquiridos, como mesas, máquina de moer, embaladora, balança, embutidora e uma câmara fria para conservar as carnes. O volume produzido e comercializado de salame chegou a 24.000 kg anualmente, o que garantiu e foi a principal fonte de renda para as famílias durante vários anos.

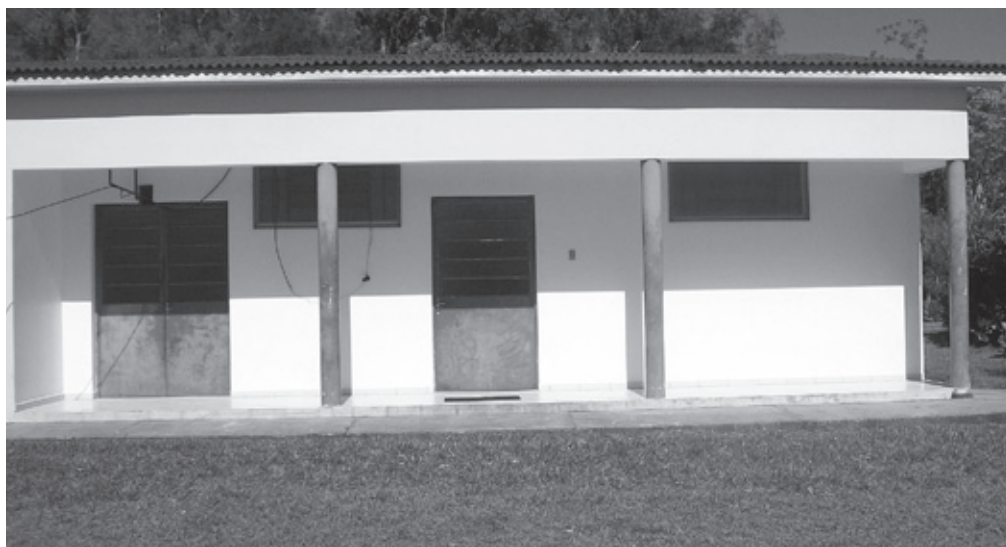


Figura 48: Vista externa da Agroindústria Callegaro.

Fonte: Arquivo pessoal de Fabiano Damasceno.

Devido à escassez de mão de obra para manejar os suínos e às exigências sanitárias e ambientais, principalmente em relação à destinação dos dejetos e dos ossos dos animais abatidos, a produção de suínos na propriedade não é mais realizada. Por isso, foi reduzida a produção de embutidos e a pouca quantidade que ainda está sendo produzida é feita com carnes sem osso compradas do município de São Luis Gonzaga/RS. Mesmo com os custos mais altos, dessa forma é possível atender à demanda de salame e garantir alguma renda durante todo o ano às famílias, visto que a agricultura, em especial as culturas de verão, são fonte de renda para um período do ano, e os embutidos podem ser produzidos sempre.

Em função de problemas com a legislação, visto que a família recebeu uma advertência da Inspeção Municipal, cobrando adequações ou suspensão das atividades, a solução encontrada foi suspender a produção. Diante disso, o foco passou a ser a produção de soja, em áreas arrendadas, nos municípios de Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis. No entanto, a lavoura é uma atividade com altos riscos, que é desenvolvida no sistema de integração com a pecuária bovina.

Atualmente, o empreendimento está sendo reestruturado, com a criação de uma empresa, capaz de viabilizar a compra de carne sem osso e a comercialização dos embutidos no município e nos municípios vizinhos, de forma a atender às exigências legais e garantir continuidade na produção, o atendimento à demanda, bem como a garantia de renda às famílias. Desse modo, mesmo nas dificuldades, a família ainda encontra-se envolvida com a atividade (Figura 49).



Figura 49: Integrantes da família Callegaro.

Fonte: Arquivo pessoal de Fabiano Damasceno.

4. RESULTADOS

- Implantação de açudes e tanques para criação de peixes;
- Construção e aquisição de equipamentos da Agroindústria para processamento de carnes suínas;
- Emprego e renda para as famílias envolvidas;
- Aumento da autoestima e organização das famílias;
- Diversificação de atividades;
- Produção de alimentos de qualidade.

5. LIMITES

- Legislação fiscal e sanitária;
- Falta de mão de obra.

6. COLABORADORES

- Olinto Callegaro – Proprietário e envolvido diretamente com a Agroindústria.
- Lélia Maria Ceolin Callegaro – Envolvida diretamente com a Agroindústria
- Adalberto Callegaro – Proprietário da Agroindústria.
- Arno Callegaro – Proprietário da Agroindústria.
- Ceilamar Perlin Callegaro – Envolvida diretamente com a Agroindústria.
- Marcelo Callegaro – Envolvido diretamente com a Agroindústria.
- Jéssica Callegaro – Envolvida diretamente com a Agroindústria.
- Letícia Callegaro – Envolvida diretamente com a Agroindústria.

CAPÍTULO 06

ÁREA TEMÁTICA CONVERSÃO AGROECOLÓGICA

A agroecologia, considerada uma ciência, pressupõe uma relação com a natureza distinta do modelo produtivista, assumindo novas características sociais, culturais, políticas e de produção agropecuária. Consiste, também, em um modelo produtivo e relacional adotado em muitas propriedades rurais, com base nas concepções filosóficas de respeito e compreensão das dinâmicas naturais. Contudo, a contraposição ao modelo técnico e produtivista perpassa um processo de mudança, etapas de conversão para um modelo agroecológico. Assim, as experiências relatadas nesta temática, abrangem processos de conversão de um modelo produtivista para um modelo agroecológico, técnicas de produção que contrapõem a adoção de insumos nocivos à natureza, bem como relações de comercialização baseadas em valores de confiança e proximidade entre consumidor e produtor.

A produção de alimentos orgânicos e a comercialização destes em circuitos curtos foram identificados na experiência da unidade de produção familiar do Senhor Henrique Ereno, no município de Jaguari. Constitui-se num empreendimento familiar que visa principalmente à produção de hortifrutigranjeiros. Desde 1991, ele vem atuando na área de hortifrutigranjeiros, o que hoje lhe permite ter uma clientela fidelizada, para compra de seus produtos na feira do município Jaguari, que acontece duas vezes por semana. Seus produtos são muito bem aceitos pelo público consumidor, tendo em vista que a sua produção é feita com preceitos voltados para a agroecologia, usando o mínimo possível de insumos químicos. A produção é diversificada, compreendendo melão, moranga, milho verde, alface, rúcula, repolho, tomate, feijão de vagem, pepino, repolho, beterraba, couve-flor e melancia, que é seu principal produto durante o verão. Os descartes de sua produção servem de engorda para seus bovinos e suínos, que são produzidos na propriedade, primeiramente, para o consumo familiar e posterior venda do excedente. A produção diversificada e orgânica resulta em satisfação pessoal para a família, que acredita na produção de alimentos mais saudáveis e na melhoria da qualidade de vida.

Ainda relativo aos aspectos produtivos de conversão agroecológico, a produção de mel orgânico tem destaque no município de São Francisco de Assis. Esta experiência abrange todos os processos de produção do mel com base nos princípios de produção

agroecológica, com ênfase no manejo que potencializa a produção e extração, bem como a qualidade do produto orgânico. A produção é certificada como mel orgânico e destinada, principalmente, à exportação, sendo, assim, a única experiência desse tipo de produção na região. Mesmo com dificuldades, o trabalho vem se fortalecendo a cada ano, aumentando a produção e melhorando as técnicas de manejo e extração do produto, com maior eficiência e qualidade, construindo conhecimentos na propriedade.

Com relevância, a diversidade de conhecimentos, técnicas e relações de produção, no que tange a agroecologia, destaca-se a experiência de implantação do sistema agrosilvopastoril em diversas propriedades no município de Nova Esperança do Sul. Desde 2005, foram implantadas dez Unidades de Observação e Unidades de Experimentação Participativa desse sistema, com o apoio da Emater/RS-Ascar. As unidades foram fundamentais para a construção do conhecimento desse sistema de produção de forma participativa entre agricultores e técnicos. O sistema agrosilvopastoril, enquanto importante estratégia de diversificação produtiva, trouxe diversos ganhos para as famílias rurais. Dentre estes, destaca-se o aumento da geração de renda com a mesma área, aliado à valorização dos elementos culturais da agricultura familiar e à preservação e potencialização dos recursos naturais.

As experiências sistematizadas sob esta área temática foram selecionadas de forma participativa, levando em considerações os processos de conversão agroecológica, tendo em vista, que os casos relatados assumem princípios da agroecologia ainda em processo de transição. Com isso, são experiências fundamentais para o incentivo e a valorização de estratégias de produção agropecuária e de relações socioculturais e políticas que abranjam uma contraposição ao modelo urbano-industrial-produtivista. Conformam tentativas de resgate de valores característicos da agricultura familiar, além de inovações de modelos de produção construídos de forma participativa, relacionando conhecimentos dos agricultores e técnicos das instituições de extensão rural. Dessa forma, essas experiências devem ser valorizadas e replicadas com o objetivo de melhorar as relações com a natureza em uma região bastante caracterizada por práticas agropecuárias intensivas com ampla adoção de produtos agroquímicos.

6.1 PROPRIEDADE HENRIQUE ERENO – JAGUARI

Fabiano Damasceno¹

Sidnei Catelan²

Alex Becker Monteiro³

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Agroecologia. Geração de renda. Agregação de valor.

1. CONTEXTO

O município de Jaguari, emancipado em agosto de 1920, localiza-se na região Centro do Rio Grande do Sul. Com altitude média de 153 metros e área territorial de 673,5 km², dista 420 km da capital Porto Alegre, tendo como via de acesso a BR-287. Apresenta população de aproximadamente 11.473 habitantes, sendo que 47% são moradores do meio rural, com predomínio de agricultores familiares, e 53% residem na zona urbana.

O município se constitui em um polo regional baseado na agricultura e na pecuária familiar. Limita-se, ao norte, com o município de Santiago, a leste, com Jari e Mata, a oeste, com São Francisco de Assis, e, ao sul, com o município de São Vicente do Sul. Também é importante acrescentar que o município dispõe de uma das mais belas paisagens da região, tendo assim um forte potencial turístico.

A agricultura familiar, em nível estadual, é um setor da economia responsável pela manutenção de milhares de famílias no meio rural, com uma boa capacidade de geração de renda e de agregação de valor aos produtos primários. A agricultura familiar enfrenta há alguns anos um grande problema, pela migração da população jovem para o meio urbano, em busca de trabalhos menos desgastantes e com salários fixos, o que em geral não ocorre no meio rural.

Embora não seja um conceito, em termos de enquadramento, o PRONAF considera como agricultor familiar aquele que atende aos seguintes requisitos: é proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ou concessionário da Reforma Agrária; residente na

¹ Técnico em Agropecuária, Biólogo, Mestre em Ciência do Solo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Técnico em Agropecuária, Biólogo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Acadêmico do Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

propriedade ou em local próximo; e detentor, sob qualquer forma, de no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor; extrai no mínimo 70% (setenta por cento) da renda bruta familiar da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; e tem o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento.

A agricultura familiar de pequenos e médios produtores representa a maioria dos produtores rurais no Brasil. Esses produtores vêm sofrendo ao longo dos anos um processo de redução na sua renda, chegando à exclusão de aproximadamente 100.000 propriedades agrícolas por ano, de 1985 a 1995 (IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96). Grande parte desse processo de empobrecimento pode ser explicado pela pouca oferta e pela baixa qualidade dos serviços públicos voltados para esse segmento, os quais poderiam viabilizar a inclusão socioeconômica desses agricultores no mercado.

A agroecologia, por sua vez, constitui-se em ciência para alguns e sistema de produção com técnicas próprias para outros. Dentre as principais características, há uma concordância de que a sustentabilidade tem uma base ecológica. Para isso, a agricultura sustentável deve ter efeitos mínimos no ambiente, apresentando características como: não liberar substâncias nocivas; preservar e recompor a fertilidade, mantendo a saúde do solo; usar a água, respeitando a recarga dos aquíferos e mantendo as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; depender de recursos internos ou próximos do agroecossistema a que pertence; valorizar e manter a diversidade biológica, entre outros. Assim, praticar agroecologia vai além do aspecto conceitual ou filosófico. Envolve tomada de consciência, conhecimento do ambiente e de técnicas e mudança de atitude, o que dificulta sua adoção pela complexidade, pelo tempo de transição entre o sistema convencional de cultivo/criação de animais. Embora seja um sistema ideal, está distante da realidade da maioria dos agricultores, pois, como qualquer homem moderno, ele não pode esperar os resultados a longo prazo, dadas as necessidades urgentes de renda para a família sobreviver.

No entanto, deve-se considerar que, por mais incipiente que sejam as ações tomadas nesse sentido, a valorização delas caracteriza um estímulo ao fortalecimento por aqueles que já adotam práticas de transição, despertando em outros agricultores algum nível de consciência em relação à sustentabilidade.

Diante disso, a experiência do Sr. Enrique Ereno foi selecionada, visto que sua intenção e ações vão no sentido de produzir alimentos mais limpos e de preservar o ambiente. Partindo de princípios agroecológicos, com adoção de algumas técnicas que estão ao seu alcance, sua agricultura familiar é praticada utilizando insumos menos agressivos, o que lhe permite ter um público consumidor fiel e que aprecia seus produtos.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A propriedade é pertencente ao senhor Henrique Ereno e sua esposa, Margarete Ereno, onde residem o casal com seus dois filhos, Cássio e Cassiano. Com uma área de 8,0 hectares (ha), sendo 2,0 ha na sede, Linha 10 - São Paulo, 1º distrito de Jaguari, a 2,0 km da cidade, e onde está localizada sua residência, e o restante em Cavajuretã, 2º distrito de São Vicente do Sul, a 15 km da sede. Além da produção de hortifrutigranjeiros, principal atividade da família, outras são desenvolvidas como subsistência e complemento de renda, como por exemplo a criação de bovinos, suínos e aves.

As primeiras experiências de produção na atividade de hortigranjeiros aconteceram por volta de 1991. Nessa época, foram construídas duas estufas (Figura 50) e implantados sistemas de irrigação por gotejamento e por aspersão. O sistema de aspersão é utilizado principalmente na lavoura de melancia, tocado através de motobomba acoplada ao trator, tendo como fonte de água um açude construído pelo Sr. Henrique. Na sua produção, o agricultor utiliza adubos orgânicos, sendo parte deles adquiridos fora do município e parte de origem animal, obtido na própria localidade, em propriedades vizinhas. O produtor faz a maior parte da adubação de sua produção, utilizando-se da matéria-prima que dispõem em sua propriedade, que são adubos curtidos com esterco de aves, suínos, bovinos e compostagem. O produtor dispõe, para o preparo de sua área, um trator, um arado, uma grade e um escarificador, com os quais faz um bom preparo do solo, deixando-o em condições para o plantio.



Figura 50: Vista externa da estufa de produção de hortaliças na Propriedade Henrique Ereno.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Monteiro.

Os produtos cultivados são: melão, moranga, milho verde, alface, rúcula, repolho, tomate, feijão de vagem (Figura 51), pepino, repolho, beterraba, couve-flor e melancia, que é seu principal produto. Tendo em vista que o produtor cultiva seus produtos com preceitos agroecológicos, ele tem uma clientela fiel quando realiza a venda dos hortifrutigranjeiros na feira da cidade, que acontece nas terças e sextas-feiras.



Figura 51: Lavoura de feijão e milho na propriedade de Henrique Ereno.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Monteiro.

O Sr. Henrique é consciente de que o sistema de produção agroecológica apresenta vantagens em relação à agricultura convencional, pois o solo e o ambiente não sofrem os impactos ambientais decorrentes do uso de produtos químicos, melhorando, dessa forma, a saúde dos produtores e dos consumidores e podendo reduzir os custos com a produção. No entanto, experimenta uma realidade que é de mais trabalho e menor rendimento de sua produção, quando não adota métodos químicos de controle de pragas e doenças. A agroecologia pode ser uma das alternativas aos produtores familiares, tendo como fundamento os princípios da sustentabilidade dos agroecossistemas e a solidariedade entre os produtores. Entretanto, necessita valorização social e pública dos alimentos produzidos por este sistema.

O cultivo da melancia, principal fonte de renda da família, inicia pela produção de mudas, usando como substrato o adubo curtido misturado com solo, colocado em sacos de papel, mantidos em estufa até o momento do transplante. O transporte das mudas para a lavoura é feito com caminhão próprio, geralmente no mês de agosto, o que lhe permite antecipar o plantio e, consequentemente, a colheita, fato que melhora a rentabilidade, pois os melhores preços da fruta são obtidos no início da safra.

Nestes 21 anos que o produtor está na atividade, ele já adquiriu bom conhecimento na área, cultivando, dessa forma, produtos de boa qualidade e sabor. Mesmo sem a especialização dos técnicos, o produtor recebe assistência técnica por parte da Emater/RS-Ascar, escritório regional de Jaguari, e da Cooperativa Agrícola Jaguari, através de seus técnicos.

Os recursos financeiros para custear a produção são próprios, sem financiamentos. Assim, o produtor obtém suas sementes e adubos necessários para a produção. Dependendo do ano, principalmente se o clima favorecer, o produtor obtém renda média anual de R\$ 40.000,00, o que lhe garante sustento da família e uma boa qualidade de vida, segundo relato do próprio Henrique Ereno. Dessa renda, ele espera tirar recursos para o aumento de sua propriedade e da produção.

Além de cultivar hortifrutigranjeiros, a criação de aves, suínos e bovinos visa a atender às necessidades de consumo familiar e, quando possível, a venda do excedente (Figura 52). A engorda dos suínos e dos bovinos é enriquecida com os descartes da produção, principalmente na época da produção de melancia.



Figura 52: Comercialização direta de produtos da Propriedade Henrique Ereno, na cidade de Jaguari.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Monteiro.

As perspectivas que o senhor Henrique Ereno tem para o futuro são a manutenção de sua clientela fiel e a expansão de sua propriedade, o que lhe permitirá ampliar também a produção e buscar outros mercados para comercializar seus produtos.

3. RESULTADOS

- Implantação de estufas e sistemas de irrigação para a produção de hortifrutigranjeiros;
- Produção de alimentos de qualidade;
- Venda direta e fidelidade dos consumidores;
- Emprego e renda para a família;
- Melhoria na autoestima da família.

4. LIMITES

- Pouca área para manter e aumentar a produção;
- Escassez de técnicas agroecológicas ao seu alcance;
- Falta de mão de obra;
- Falta de assistência técnica especializada.

5. COLABORADORES

- Antonio Henrique Ereno – Proprietário.
- Margarete Souto Ereno – Proprietária.
- Cassio Souto Ereno – Envolvido com a produção.
- Cassiano Souto Ereno – Envolvido com a produção.

6.2 PRODUÇÃO DE MEL ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Antônio Carlos Minussi Righes¹

Katchenko Maia Rosa²

Antonio Érico Viero Ben³

Dário Afonso Salbego Ben⁴

PALAVRAS-CHAVE: Mel orgânico. Agricultura familiar. Aumento na produção.

1. CONTEXTO

O município de São Francisco de Assis está situado na região das Missões, fronteira oeste, zona de transição entre o Planalto e a Campanha do Rio Grande do Sul. Faz parte da microrregião de Santa Maria, na Depressão Central do Estado. Com uma área de 2.501,3 km² e uma população de 19.258 habitantes, o município está situado na zona Missioneira, distante 485 km da capital gaúcha e 142 km a oeste de Santa Maria. A cidade foi colonizada basicamente por imigrantes italianos e é conhecida como querência do bugio e capital gaúcha do zebu.

Baseada no setor agropecuário, a economia do município depende fortemente dos recursos do meio rural. A venda do mel orgânico enfrenta dificuldade, pois muitos compram mel comum e vendem como orgânico. Embora não seja o mais importante, o setor agropecuário contribui com R\$ 82.779.000,00 do PIB do município. Não são valores de grande relevância, mas, para uma região pouco industrializada, pode-se concluir que são cifras significativas.

No mês de junho de 2011, o município participou do seminário de avaliação e perspectivas da agricultura familiar, através do PNAE, conseguindo um desempenho muito

1 Administrador, Mestre em Engenharia de Produção, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Técnico em Agropecuária da Secretaria Municipal de Agricultura de São Francisco de Assis.

4 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Francisco de Assis.

bom nas avaliações e resultados. Atualmente, 44% da merenda escolar do município provém da agricultura familiar, sendo que a própria legislação já garante que no mínimo 30% da merenda seja da produção rural.

O município começou à frente nessa questão, pois, antes mesmo de se tornar lei, já adquiria os 30% da agricultura familiar, iniciativa da Secretaria da Agricultura do município e parceiros que apoiam o trabalho das pequenas propriedades.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A propriedade do senhor Marcelo Lunardi Cogo está localizada na Vila Kraemer, 3º distrito de São Francisco de Assis. O Sr. Marcelo iniciou suas atividades de produção de mel no ano de 2002 e de produção de mel orgânico a partir de 2010, estando em fase de expansão. O empreendimento começou na propriedade de seu sogro, onde continua até hoje. Na propriedade, foi construído um galpão dentro dos padrões legais (sanitário, tributário e ambiental) de transformação dos produtos (Figura 53).



Figura 53: Galpão de serviços do apiário.

Fonte: Arquivo pessoal de Katchenko Maia Rosa.

No começo do empreendimento, o transporte dos produtos era feito por um automóvel, marca Ford Belina, e um reboque para transporte do mel. Atualmente, usam um caminhão e há proposta para a aquisição de um caminhão através de projeto encaminhado pela Emater/RS-Ascar.

Para a produção do mel, foram instaladas 30 (trinta) caixas de abelha, mas hoje existem 1.500 (mil e quinhentas) caixas. No processo de transformação, é usada uma

centrífuga (onde são coladas as placas de favo de mel), confeccionada pelo proprietário, a qual proporciona capacidade de aumento da produção. Essa centrífuga foi confeccionada conforme os padrões argentinos.

O espaço já precisa ser ampliado e reformado, pois está se tornando pequeno, tendo em vista que a produção vem aumentando a cada ano. Apesar de haver um potencial mercado exportador, a melhora da renda ainda não aconteceu, um dos motivos é o preço do produto, pois é considerado baixo para sustentar a exportação.

Trabalham na propriedade o Sr. Olívio Marcelo Lunardi Cogo (proprietário), a Sra. Roseli Correa Moreira (esposa), Marcos David Lunardi Cogo (irmão), João Maciel Lunardi Cogo (irmão) e Francelino Rudnei Correa.

No ano de 2011, até dezembro, foram extraídos 280 (duzentos e oitenta) tambores de mel, sendo que cada tambor comporta 300 (trezentos) quilos do produto, totalizando um montante de 114.000 (cento e quatorze mil) quilos de mel. Para o ano de 2012, existe a pretensão de aumentar a produção em 380%, ou seja, mais de noventa mil quilos ao ano.

No processo produtivo, os produtores trabalham na retirada do favo para que os caixilhos sejam colocados dentro da centrífuga e, então, seja realizada a extração do mel (Figura 54). A produção é oriunda da floração da mata nativa e também das florestas de eucalipto. É importante relatar que existe um período de intervalo de produção na agroindústria, que vai de junho a setembro, justamente a época em que eles fazem a migração das caixas de abelha de um local para o outro.



Figura 54: Produtor em processo de extração de mel.

Fonte: Arquivo pessoal de Katchenko Maia Rosa.

3. RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA

O proprietário trabalha como produtor rural informalmente. Está buscando o SIF, junto aos órgãos competentes. Possui interesse em agregar valor ao produto. O presente trabalho se trata de uma experiência exitosa, pois é uma das únicas práticas de agroecologia ligadas à produção de mel desenvolvida na região de abrangência.

As práticas e técnicas adotadas na extração do mel potencializam o aumento da produção e a melhoria da qualidade de produção. A persistência e a força de vontade dos produtores em continuar no ramo são características marcantes de um negócio com futuro promissor, tendo em vista um mercado que vem em crescente expansão, principalmente no mercado internacional, tido como meta principal de comercialização da propriedade.

4. LIMITES

Uns dos maiores entraves para o desenvolvimento da atividade são: os aspectos legais e a dificuldade de vender o produto como orgânico. O fato de não ter seu próprio CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) pode ser um fator limitante para futuras aspirações da agroindústria.

6.3 SISTEMA AGRO-SILVIPASTORIL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

Gilmar Deponti¹

Julio Cesar Bueno Jacques²

Fabiano Damasceno³

PALAVRAS-CHAVE: Sistema agro-silvipastoril. Consorciação, Produção florestal. Produção pecuária.

1. CONTEXTO

1.1 Contexto da metade sul

O município de Nova Esperança do Sul é componente da microrregião do Vale do Jaguari, que por sua vez está inserida na região da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Essa região caracteriza-se pela forma muito peculiar de como se deu o processo de ocupação do território pela população, tendo como origem o latifúndio das sesmarias, nos campos, e a ocupação de áreas serranas marginais, inicialmente por imigrantes açorianos e posteriormente por imigrantes Italianos e por diversas outras etnias, tais como polonesa e alemã.

Esse contexto histórico de cerca de 300 anos, em que a principal atividade tem sido a pecuária extensiva, é tão vasto quanto o do Pampa Gaúcho, determinando as razões pelas quais a Metade Sul ainda é a região do Estado com os maiores problemas de desenvolvimento, a partir de iniciativas locais (endógenas) e de iniciativas grupais. Esses problemas estão associados principalmente ao modelo de exploração das propriedades, especialmente às monoculturas e à pecuária extensiva.

Lentamente, a ocupações do espaço como alternativa à pecuária extensiva têm ocorrido na Metade Sul, tal como o cultivo da soja que foi expandido na década de 1970 e, após, retraiu-se na região, mas voltou nos últimos anos a ocupar grande espaço do que

¹ Engenheiro Florestal, Especialista em Agricultura Desenvolvimento e Sociedade, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

² Acadêmico do Curso Superior em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Técnico em Agropecuária, Biólogo, Mestre em Ciência do Solo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

era Bioma Pampa. Também começam a ter maior expressão na ocupação do espaço a vitivinicultura e a silvicultura, com ênfase no cultivo de eucalipto para suprir demandas de empresas de celulose ou de transformação e beneficiamento de madeira. No entanto, esses cultivos têm sido feitos na forma de monocultura, utilizando o mesmo modelo extensivo de ocupação do território que já se conhecia na pecuária tradicional da região.

Esse florestamento, que passou a ter importância na região da Metade Sul, acontece com objetivos empresariais, capitaneado por grandes empresas transnacionais e também nacionais. Porém, esse modelo tem sido questionado em relação a aspectos ambientais, relacionados à erosão genética e a grande demanda de água pela cultura do eucalipto.

Além disso, movimentos ambientalistas bem articulados e que divulgam informações preocupantes, mas deficitárias em termos de fundamentos científicos, questionam a sustentabilidade desses empreendimentos do ponto de vista ambiental, de geração de riquezas, de geração de empregos, prevendo um novo velho ciclo de concentração de terras nas mãos de poucos grandes grupos empresariais, promovendo ainda mais a exclusão social e o esvaziamento da região, que pode somar-se à exclusão já ocasionada pela falta de políticas conjunturais para o agronegócio.

Apesar das catastróficas previsões dos ambientalistas, quanto aos resultados da expansão do florestamento na Metade Sul, há que se ponderar que em um estado que possui área territorial de 28.000.000 de hectares, uma expansão de área de floresta plantada partindo de 370.000 hectares, para uma previsível área de 600.000 hectares em 05 anos, com possibilidade de atingir 1.000.000 de hectares em 10 anos, dificilmente poderá gerar tantos impactos negativos como os apregoados. Isso simplesmente por uma questão de escala geográfica, pois aquilo que poderá acontecer em 1.000.000 de hectares, por mais que extremamente impactante, jamais poderia atingir e comprometer ambientalmente todo o Pampa Gaúcho, bem como o modo de vida de sua população.

Tendo em vista que, dentre as atividades da matriz produtiva da região, é a pecuária extensiva, que está cedendo o maior espaço para a expansão do florestamento, o presente trabalho visa a buscar informações que possam destacar o sistema silvipastoril como uma das formas de ocupação do agroecossistema, de maneira adaptável nos municípios em questão (Vale do Jaguari) e na Região da Campanha Gaúcha. Esse sistema tem buscado a minimização dos impactos negativos em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, utilizando o conhecimento técnico científico e a aplicação prática em nível de estabelecimentos rurais familiares, para a maximização dos impactos positivos do florestamento associado à pecuária bovina.

1.2 Contexto microrregional

Entre os anos de 1995 e 2003, o município de Santiago e alguns municípios vizinhos, tais como Nova Esperança do Sul e Jaguari, tiveram a oportunidade de se envolver em

um projeto de fomento florestal, desencadeado inicialmente pela Emater/RS-Ascar, em parceria com a ARFOM, com Prefeituras Municipais e empresas consumidoras de madeira. Esse trabalho complexo, disperso no espaço, porém de grande valia para os produtores rurais beneficiados, obteve como resultados de oito anos de atividades a elaboração de 2.146 projetos de fomento florestal, que possibilitaram a destinação de 3.470.000 mudas florestais, de forma gratuita ou subsidiada, para proprietários rurais de 25 municípios abrangidos. Esses resultados tiveram como fonte de recursos as contribuições financeiras feitas por empresas consumidoras de madeira e pelas Prefeituras Municipais.

Esse resultado raro, em uma região de difícil desencadeamento de trabalhos associativos e participativos, trouxe para a rotina das famílias rurais beneficiadas, a possibilidade de contato com a atividade de produção de madeira a partir de pequenos matos de floresta homogênea, plantados com espécies exóticas de rápido crescimento.

Com a extinção das atividades da ARFOM, a partir do ano de 2003, muitas Prefeituras e escritórios da Emater/RS-Ascar, inclusive em Nova Esperança do Sul, prosseguiram estimulando o florestamento de forma direta e isolada (sem a intervenção da extinta ARFOM), oferecendo subsídios no preço e facilitando o acesso às mudas para os agricultores familiares, mediante encomenda grupal, transporte e assistência técnica ao plantio e manejo.

As florestas implantadas começaram a se destacar na empregabilidade da madeira em diversos usos dentro das propriedades rurais e tendo razoável aceitação e preço no mercado local de madeira roliça (varas), ou de madeira minimamente processada (varas com apenas uma face aplainada). Assim, logo os agricultores perceberam que também a atividade florestal poderia ser importante para o aporte de recursos à propriedade rural, ao lado dos tradicionais cultivos e criações da agropecuária.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Essa vivência crescente da atividade florestal com fins comerciais nas propriedades familiares foi condição básica para possibilitar a implantação das duas primeiras Unidades de Observação (UO) de sistema agro-silvipastoril no município de Nova Esperança do Sul, no ano de 2005, e tendo continuação no ano de 2006. Já a partir do ano 2007 até 2011, novas UO foram implantadas não só no município de Nova Esperança do Sul mas também nos demais municípios do Vale do Jaguari, com a denominação de Unidades de Experimentação Participativa (UEP).

Atualmente, existem 20 propriedades rurais com UO ou UEP implantadas com esse sistema produtivo, nesses municípios, e com assistência técnica da Emater/RS-Ascar. Nesses estabelecimentos, existem 22 diferentes áreas implantadas, com área média de aproximadamente 1,7 ha, envolvendo os seguintes produtores rurais de Nova Esperança do Sul, por ordem de adesão: Ulisses Cogo, Ivori Antonio Guasso, José Paulo Fávero, Moisés Ereno, Antonio Vanderlei Pieszack, Antonio Miguel Fávero, Altair Pires Franz, Ju-

lio Batista Guasso, Norberto Antonio Deponti e Nelson Antonio Lovato, nas localidades rurais de Planalto, Coxilha Alegre, São João, Linha Três e Rincão do Ouro. Os outros municípios com unidades implantadas são os seguintes, com o número de propriedades rurais adotantes: Jaguari (2), Santiago (1), São Francisco de Assis (2), São Vicente do Sul (1), Itacurubi (1), Unistalda (1), Capão do Cipó (1) e Maçambará (1), observando-se que este último não é da microrregião do Vale do Jaguari. Destaca-se que o produtor pioneiro foi Ulisses Cogo, seguido por Ivori Antonio Guasso, no ano de 2005.

Essas UO e UEP de sistema agro-silvipastoril consistem em implantação de áreas de espécies florestais, seguidas normalmente de implantação de culturais anuais, como soja, milho, amendoim, feijão, melancia ou abóbora, nas entrelinhas das mudas, no primeiro ano. Segundo os produtores, por ocasião da implantação do sistema, eles aproveitaram as operações de preparo do solo para também fazer cultivos anuais em áreas que não costumavam utilizar. Com isso, aumentaram a produção do estabelecimento rural nessas áreas antes não eram cultivadas, pois a topografia é muito irregular ou o solo é pedregoso, como mostram as figuras a seguir (Figuras 55 e 56).



Figura 55: Implantação do sistema para o cultivo de culturas anuais (milho sobre aveia), em áreas degradadas, na propriedade de Julio Batista Guasso.

Fonte: Arquivo de imagens do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.



Figura 56: Implantação de árvores florestais na propriedade de Antonio Vanderlei Pieszak.

Fonte: Arquivo de imagens do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

Após o primeiro cultivo de verão, segue-se a implantação de gramíneas anuais de inverno (aveia e azevém) e, na primavera seguinte, a implantação de gramíneas perenes de estação quente, atingindo a plenitude do sistema no segundo ano. Após, há a implantação florestal com a introdução de gado, normalmente, com, em média, 10 animais por hectare, fazendo pastoreio rotativo, conforme mostra a Figura 57.



Figura 57: Introdução de gado em pastagem de gramíneas nas entrelinhas do sistema silvipastoril.

Fonte: Arquivo de imagens do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Nova Esperança do Sul.

No estabelecimento do sistema, toma-se o cuidado de utilizar uma densidade de mudas florestais com 830 a 1000 plantas por hectare (no máximo), visando ao pleno desenvolvimento das outras atividades não florestais, que dividem o mesmo espaço, numa convivência que necessita ser constantemente manejada pelo administrador da área, com uma efetiva assistência técnica.

Além do Engenheiro Florestal da Emater/RS-Ascar, e dos produtores rurais citados, envolvidos com as atividades práticas de implantação e manejo do sistema, os demais envolvidos com o desenvolvimento dessa experiência são:

- A Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sul, que tem oferecido transporte de mudas florestais, para facilitar seu acesso;
- O Banco Cooperativo Sicredi, através da Campanha Sicredi de Florestamento, com o fornecimento de mudas florestais que, uma vez pagas pelos agricultores, o valor correspondente passa a ser computado na forma de cota capital do associado. O Sicredi também subsidiou as mudas para a implantação de UO em quase todos os municípios do Vale do Jaguari.
- O MDA, que custeou a implantação de 06 UEP no ano de 2008;
- O Banco do Brasil, que financiou uma das áreas, aplicando recursos do PRONAF⁴.

3. REFLEXÕES DE ALGUNS BENEFICIÁRIOS SOBRE A EXPERIÊNCIA

Os motivos que levaram os beneficiários a decidirem investir recursos próprios e públicos, envolvendo-se com esse tipo de atividade, variam de acordo com cada proprietário rural. Pode-se encarar a adoção desse sistema como uma inovação, já que não existiam experiências dessa natureza na região. Vejamos o caso específico dos três primeiros produtores rurais a se envolverem com esse sistema de produção em Nova Esperança do Sul:

3.1 Ulisses Cogo

O fato de já ter plantado e comercializado pequena floresta homogênea com área inferior a 01 ha de seu estabelecimento rural, com arranjo espacial na forma de maciço florestal, foi uma primeira experiência que o fez entender perfeitamente a importância que a madeira pode atingir em benefício do estabelecimento rural. Assim, decidiu implantar uma UO de Eucalipto, após ter assistido a uma palestra sobre o sistema, visto que pretendia ampliar a área florestal em seu estabelecimento rural familiar. Essa decisão foi consolidada pelo fato de que, com o sistema agro-silvipastoril, não há necessidade de abrir mão do peque-

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

no espaço disponível para a pecuária de leite que desenvolve, por longo tempo. Todos os espaços de sua terra necessitam ser bem utilizados também para as diversas outras atividades que desenvolve, tais como cultivo e fabricação de vassouras, cultivo de milho, cultivo de amendoim, cultivo de cana-de-açúcar e fabricação de açúcar mascavo, etc.

No ano de 2009, com o desbaste das árvores, realizado aos 04 anos de idade, o produtor já obteve renda de cerca de R\$4.000,00 por hectare implantado, ressaltando que ainda permanecem crescendo na área cerca de 50% das árvores.

Outros fatores que contribuíram para a decisão foram: apoiar e testar uma prática inovadora, obter valorização crescente para o imóvel rural, continuar usufruindo os recursos de floresta plantada e, por fim, legar para suas filhas, no final do ciclo do sistema agro-silvipastoril, não uma propriedade rural nua, tal como fica após cada ciclo de culturas anuais, mas sim um patrimônio acumulado na forma de madeira, em árvores de grande porte, vislumbrando possível grande valor comercial.

3.2 Ivori Antonio Guasso

Embora seja lojista e resida na cidade, administra também uma propriedade rural no local onde residiu a sua família de origem (Coxilha Alegre/RS). Reiniciou, há poucos anos, uma atividade de pecuária de corte na propriedade, com o objetivo de obter uma renda rural adicional à já consolidada renda urbana.

Realizou a implantação da uo de eucalipto, como forma de reposição florestal de área descapoeirada, com licenciamento ambiental. O principal motivo na adoção da novidade foi a possibilidade de cumprir a obrigação legal assumida, sem ter que abrir mão do uso da área para a pecuária de corte.

3.3 José Paulo Fávero

Também já comercializou floresta plantada e percebendo, a viabilidade da atividade florestal, pretendia ampliar o florestamento. Implantando floresta no sistema agro-silvipastoril, pretende atingir esse objetivo sem que necessite deixar de utilizar uma pequena área de sua propriedade, já que inicialmente continua a cultivá-la com agricultura consorciada. Posteriormente, pretende desenvolver pecuária de corte e de leite, em consórcio com floresta de pínus e de eucalipto.

Todos os proprietários rurais envolvidos com a experiência mostram-se satisfeitos com os resultados obtidos até o momento, manifestando interesse em continuar desenvolvendo as práticas recomendadas pela assistência técnica, bem como de implantar novas áreas nesse mesmo sistema, nos próximos anos.

3.4 Antonio Vanderlei Pieszak

Este produtor tem um estabelecimento rural com baixa capacidade de aproveitamento do espaço para o cultivo agrícola. Em alguns anos de dificuldades chegou até a trabalhar como empregado rural, distanciando-se de sua casa e família por alguns meses do ano. Após começar a utilizar áreas pouco produtivas de seu estabelecimento rural para implantar e manejar a silvicultura e a piscicultura, passou a obter renda mais substancial para a manutenção familiar e inclusive para a melhoria da habitação e aquisição de veículo utilitário. Atualmente, sua principal fonte de renda regular tem origem na venda de madeira.

3.5 Altair Pires Franz

Trata-se de um produtor que vem se aprimorando na atividade leiteira e enxerga o sistema agro-silvipastoril como importante para o abrigo das vacas, no inverno, e conforto proporcionado pela sombra, no verão, mas não descarta a possibilidade de obtenção de boa renda a partir da produção consorciada de madeira, mesmo sem perder espaço útil da propriedade rural para a produção de leite.

4. RESULTADOS

A partir da adesão desses primeiros proprietários rurais, nos vários municípios citados, já existem diversas áreas disponíveis para constante acompanhamento técnico, avaliação de desenvolvimento em ambientes diferentes e, principalmente, para ser cenário de observações para outros agricultores familiares do município e região, que podem obter motivação para implantação do sistema agro-silvipastoril em suas propriedades rurais, dentro de suas realidades.

O desenvolvimento das atividades nesse sistema tem sido satisfatório e, no caso das implantadas em 2005, já está acontecendo a segunda produção de madeira. Nas demais áreas, mais jovens, está acontecendo a implantação das gramíneas perenes.

Esse sistema serve como quebra vento, restringindo o vento frio e aumentando o conforto térmico dos animais, no inverno, e trazendo conforto térmico no verão, oportunizando áreas de sombra para pastejo e descanso dos animais. Também possibilita consórcio de espécies para produção de madeira com espécies capazes de reciclar nutrientes e fixar nitrogênio como as leguminosas (acácia, leucena, etc.). Contribui, também, com a redução da erosão, visto que a espécie arbórea tem sistema radicular profundo e resistente (Figura 58).



Figura 58: Unidade de Observação de Ulisses Cogo, localidade de Planalto em Nova Esperança do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da EMATER/RS – ASCAR de Nova Esperança do Sul.

5. POTENCIALIDADES

A evolução da aplicação prática e do estudo do sistema agro-silvipastoril pode significar, num futuro próximo, uma alternativa à tradicional ocupação do espaço rural. Atualmente, a tecnologia predominante de implantação é mediante estabelecimento de maciços florestais plantados de forma adensada, com grande população de árvores por unidade de área e com os consequentes impactos negativos, decorrentes da redução de biodiversidade do ambiente, o que se pode chamar de monocultura. O mesmo pode ser dito, também, para os cultivos anuais e para a atividade de pecuária extensiva.

Comparativamente ao tradicional, que é a implantação de maciços florestais, a tecnologia de implantação e manejo do sistema agro-silvipastoril é uma forma de ocupação do agro-ecossistema de forma bem menos impactante para o ambiente, para a matriz produtiva das propriedades rurais e para a cultura do povo gaúcho. Com grandes possibilidades de produção de madeira de melhor qualidade e valor, interfere na renda futura e é uma das possibilidades na agricultura familiar, tendo em vista uma reserva de capital, via acumulação de biomassa florestal.

A partir dessas UO e UEP que vem sendo acompanhadas por agricultores e técnicos, há a possibilidade de que diversos outros proprietários rurais do município e da região possam motivar-se a implantar esse sistema adaptando-o às condições individuais.

A popularização do sistema agro-silvipastoril, junto ao corpo técnico do serviço oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado, poderá possibilitar o acesso

à informação de um número crescente de produtores rurais assistidos, viabilizando a aplicação dessa forma de uso do espaço rural em inúmeros estabelecimentos da Metade Sul, diversificando a produção e melhorando as condições de renda. Isso é viável já que, a partir de um mesmo espaço, será possível produzir madeira, sem deixar de produzir carne e leite, inclusive possibilitando a adoção de técnicas já bastante conhecidas, mas pouco utilizadas na pecuária extensiva gaúcha, tal como o pastoreio rotativo, a introdução de forrageiras de inverno sobre campo nativo entre outras.

6. LIMITES

Devido à difusão nos meios de comunicação de uma série de informações pouco fundamentadas cientificamente, diversos técnicos da Emater/RS-Ascar, que desenvolvem atividades na área da Engenharia Florestal, Veterinária, Zootecnia e Agronomia, foram induzidos a acreditar que o crescimento da atividade florestal da Metade Sul poderá acarretar o desaparecimento da pecuária da região e o comprometimento do ambiente. Isso poderá atrapalhar o andamento de trabalhos multidisciplinares demandados pelo sistema agro-silvipastoril, já que a implantação de florestas tem se tornado cada vez mais importante na matriz produtiva da região, nesse momento de baixa rentabilidade dos principais produtos cultivados na Metade Sul, tais como arroz, milho e até soja, nos anos de estiagem, bem como a pecuária de corte nessas ocasiões.

O sistema agro-silvipastoril tem a peculiaridade de exigir manejo mais intensivo na área. Assim, sua tecnologia poderá ser de lenta difusão, tendo em vista que é mais fácil e prático desenvolver lavoura, pecuária e floresta de forma isolada, embora não sejam tão rentáveis economicamente e sejam menos impactantes para o ambiente se associadas.

Há necessidade de que o pecuarista da região volte a ter apego pela sua terra, como fator de identidade cultural, evitando desfazer-se dela, mediante esta nova possibilidade de manejo, que poderá gradativamente capitalizá-lo, sem que necessite abandonar uma atividade que já conhece de berço, que é a pecuária. Porém, são inúmeros os pecuaristas que já abandonaram anteriormente suas terras, ou residem no meio urbano, administrando de forma longínqua seus estabelecimentos, com forte motivação para a venda.

CAPÍTULO 07

ÁREA TEMÁTICA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

As políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento, sendo um fator preponderante para alavancar estratégias e projetos que fomentem a mudança nos municípios ou regiões. Destacam-se grupos sociais ou regiões que, na história do País, ficaram à margem das políticas de desenvolvimento e que necessitaram desenvolver estratégias locais. Assim, as experiências selecionadas para o eixo Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural demonstram preocupações com agricultores e pecuaristas familiares, priorizando a autonomia destes, o fomento ao empreendedorismo, a inovação, a diversificação e a geração de renda para os beneficiários. Também, buscaram-se experiências que potencializam a cultura local e a organização associativa dos agricultores de acordo com os pressupostos do desenvolvimento rural sustentável.

Em São Francisco de Assis, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial – Produtos Jeito Caseiro. Uma Política Pública municipal de incentivo ao associativismo e ao beneficiamento de produtos potencializados pela cultura local, como alternativa de geração de renda, principalmente para a agricultura familiar. O programa busca fomentar a criação de agroindústrias, localizadas em diversas comunidades rurais, além da sede do município, bem como, fortalecer os vínculos cooperativos para a comercialização dos produtos, potencializado a construção de uma rede e de uma identidade, produtos Jeito Caseiro. Salienta-se, ainda, a articulação desta experiência com outras estratégias de desenvolvimento como a construção de mercados por meio da participação em feiras locais e regionais, o cooperativismo e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Outra Política Pública destinada, preferencialmente à agricultura familiar, é o Fundo Rotativo Municipal de São Pedro do Sul (FRDE). Esta experiência destaca-se pela sustentabilidade atribuída aos 19 anos de existência e de mobilização da comunidade local. Criado em 10 de março de 1993, o Fundo Rotativo buscava atender à demanda de financiamentos em um período em que o acesso ao crédito era mais restrito. Assim, o Fundo Rotativo mantém-se hoje, adaptando-se às necessidades de cada período e bus-

cando financiar investimentos com vistas à diversificação da produção das pequenas e médias propriedades rurais, microempresas e prestadoras de serviços formalmente constituídas no município de São Pedro do Sul. O Fundo Rotativo de São Pedro do Sul destaca-se ainda pela ampla mobilização da comunidade local na administração, organizada de forma coletiva e participativa pelo CODEC (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico), representado por toda a sociedade civil. Este trabalho consiste na sistematização dessa experiência cujo foco são as estratégias de gestão do fundo, como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar.

Com relevância ao fomento da produção familiar e ao associativismo, o Centro de Manejo de Bovinos de Santiago, apresenta-se como uma Política Pública exitosa no desenvolvimento rural do município. A experiência vem beneficiando, desde 2009, pecuaristas familiares que, organizados em associação, implantaram 04 Centros de Manejo de Bovinos em diferentes comunidades rurais do município. A política de incentivo surgiu da necessidade identificada pelos pecuaristas quanto à infraestrutura da propriedade e à qualificação destes, no que tange ao aprimoramento do manejo e à melhoria das condições de produção. Contudo, a singularidade desta experiência está na concepção associativa desta política, inovando na organização dos pecuaristas e na qualificação para uma gestão coletiva, tendo como resultado a solidificação das relações entre os integrantes das comunidades beneficiadas.

A sistematização dessas três experiências de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural são evidenciadas como estratégias passíveis de serem replicadas nas demais regiões do Estado e do País. Mostraram-se exitosas na concretização do desenvolvimento rural sustentável, com vistas a fomentar o desenvolvimento das unidades de produção familiar. Destaca-se, ainda, a construção e gestão participativa dessas políticas públicas, fator preponderante para a efetivação e sustentabilidade dos resultados.

7.1 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – PACTO SÃO CHICO – PRODUTOS JEITO CASEIRO

Antônio Carlos Minussi Righes¹

Katchenko Maia Rosa²

Antonio Érico Viero Ben³

Gustavo Pinto da Silva⁴

PALAVRAS-CHAVE: Agroindústria. Política pública. Desenvolvimento local.

1. CONTEXTO

O município de São Francisco de Assis foi emancipado no ano de 1884 e está situado na região de transição entre o Planalto e a Campanha do Rio Grande do Sul. Faz parte da microrregião de Santa Maria, na Depressão Central, com área de 2.501,3 km² e população de 19.258 habitantes. O município é dividido em cinco distritos que, segundo Mósena (2006), coincide justamente com as características geológicas e geomorfológicas do município. Desse modo, segundo a autora, o 1º Distrito, que é a Sede do município, o 2º e o 3º distrito, a Oeste, são caracterizados por planícies e coxilhas; o 4º distrito também chamado de "serra", a leste e nordeste do município, coincide com o Rebordo (encosta) do Planalto, apresentando topografia irregular; e o 5º, Vila Kraemer, apresenta topografia de coxilhas.

Com sua economia baseada essencialmente no setor agropecuário, depende fortemente dos recursos produzidos no meio rural. Segundo Mósena (2006), aproximadamente 48,78% da população está vinculada à agropecuária, numa área total que abrange aproximadamente 25.000 hectares, distribuídos em 2.365 estabelecimentos rurais.

1 Administrador, Mestre em Engenharia de Produção, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Técnico em Agropecuária da Secretaria de Agricultura do município de São Francisco de Assis.

4 Zootecnista, Mestre em Extensão Rural, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

Há um predomínio de propriedades com área de até 20 hectares (45,37%), sendo que 28,33% possuem entre 20 e 100 hectares, e 26,30%, mais de 100 hectares.

A área do município é caracterizada por duas regiões com características e formações bem distintas. A primeira tem características do Bioma Pampa, com ecossistemas frágeis, áreas arenosas, onde são exploradas, principalmente, a pecuária extensiva e a produção de grãos, como milho, soja e arroz, nas áreas de várzea. Essas áreas estão fortemente vinculadas à agricultura empresarial, sendo que parte delas também são arrendadas para agricultores de outras regiões do Estado. A outra parte é compreendida por uma região de serra, com resquícios da Mata Atlântica, considerada como berço da colonização italiana no município. Segundo Mósena (2006), faz parte do Rebordo do Planalto e compreende uma área de aproximadamente 22% do município, mas comportando 73,70% das propriedades. Nessa região, predomina uma agricultura familiar diversificada, com forte presença da cultura fumageira, mas com potencial para a exploração de outras atividades. Essa característica advém do tipo de área explorada, do tipo de solo e da presença de mão de obra predominantemente de natureza familiar.

Nesse contexto, aliado a necessidade de promover o desenvolvimento local, surgiu o Programa de Agroindústrias, como ferramenta para a implantação de pequenas unidades de beneficiamento, e que, no decorrer do tempo, pudessem servir como referência para as demais propriedades. A iniciativa de desenvolver um programa voltado ao desenvolvimento de agroindústrias no município foi do poder público, com a finalidade principal de promover o desenvolvimento local e a geração de renda, bem como manter a família rural na propriedade rural, com condições dignas de vida.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Com o objetivo de promover o desenvolvimento local e proporcionar alternativas de geração de renda ao agricultor no município de São Francisco de Assis, no ano de 2006, teve início de uma série de atividades que partiam de um conjunto de pressupostos básicos. O primeiro deles era o de dar conta da autossuficiência na produção de alimentos, haja vista que grande parte da oferta provinha de outras regiões do Estado e do País, abastecendo não somente as unidades varejistas do município mas também o consumo local, através da merenda escolar. Isso poderia vir pela inserção dos próprios agentes locais, a partir da promoção de suas respectivas produções, a qualificação dos agricultores para oferta de alimentos com qualidade e a criação de dispositivos legais para que pudesse operar. Do mesmo modo, já existiam agricultores que tinham iniciativas em andamento e vendiam a produção de maneira informal, e caberia potencializar também esses empreendimentos que se encontravam isolados. Para tanto, a iniciativa deveria ter um elo coletivo, o qual reunisse pessoas que vissem na autogestão uma forma de atingir projetos individuais, e era preciso que esse mecanismo fosse estruturante de outras ações que pudessem ser desencadeadas.

O início não se daria sem um conjunto de ações que pudessem ser efetivas na promoção do desenvolvimento, pela busca das próprias famílias de almejem a condição de agentes de desenvolvimento. Caberia à Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis criar as condições para que um conjunto de ações fosse desencadeado.

Os primeiros passos para a concretização desse propósito foi a busca por experiências positivas, desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Sul, e que permitissem, na experiência de outras pessoas, identificar capacidades necessárias, bem como sucessos, dificuldades e fracassos. Essa atividade aconteceu no ano de 2005, sendo que o município de Criciúma/RS, despontava como referência no desenvolvimento de agroindústrias, em virtude do Programa Pacto Fonte Nova. Por essa razão, foram feitas duas visitas àquele município, levando produtores interessados em aderir ao programa. Pode-se dizer que, a partir do contato com experiências positivas, é que realmente a ideia passou a tomar forma, bem como a criar uma espécie de entusiasmo entre os agentes envolvidos.

Com o propósito de construir o programa com uma dimensão que envolvesse toda a sociedade, o município buscou parcerias de outros agentes locais. Desse modo, também se somaram ao Programa a Emater/RS-Ascar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis, o Sindicato Rural de São Francisco de Assis, Agências Bancárias, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, a Comissão Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Agroindústria, Comércio e Serviços, SINDIOIJAS, a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Francisco de Assis e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Como agente executor, foi definida a Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. A Prefeitura também concederia um Técnico Responsável pela execução do Programa, a fim de acompanhar e viabilizar as condições para o desenvolvimento das atividades.

Para que o setor público participasse possibilitando a viabilização dos projetos em nível de propriedade, concedendo recursos através de financiamento e oferecendo a condição permanente de execução, foi instituída a Lei nº 183/2006, que criou o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – PACTO SÃO CHICO – PRODUTOS JEITO CASEIRO. Seus objetivos principais eram: a inserção do produtor familiar no processo produtivo, com incentivo à produção e ao processamento de produtos *in natura*, de origem animal e vegetal, assim como em outras atividades industriais, a fim de agregar maior valor à produção, aumentando a renda familiar e a geração de empregos. Com a finalidade de coordenar o Programa, foi estabelecida a criação de um Grupo Gestor, a partir de todas as instituições e organizações parceiras, à qual caberia principalmente a análise, a avaliação e o deferimento ou não de projetos que viessem a se inscrever no programa.

Na mesma época, também foi criado o programa CONHECENDO SEU MUNICÍPIO, através da Lei nº 198/2006, que objetivava promover ou incentivar o acesso da população urbana a conhecer o meio rural do município, a partir de recursos do próprio programa,

que cobriam os custos de deslocamento. Foram criadas rotas turísticas, que incluíam visitas a locais de belezas naturais, principalmente cachoeiras e paisagens do município, além de visitas às agroindústrias recém-estabelecidas, e aquelas que estariam se estabelecendo. O objetivo da ação era proporcionar um contato direto entre produtores e consumidores, permitindo a valorização das características da agricultura familiar, de seus empreendimentos, bem como do próprio município. Para os produtores, além da comercialização dos produtos, as visitas fortaleceriam melhorias no próprio empreendimento, tal como limpeza, organização, além da própria divulgação, comercialização e renda que provinham desses momentos.

A implementação propriamente dita do programa deu-se a partir da identificação de produtores com potencial para o estabelecimento de agroindústrias e que demonstravam interesse pela atividade. Todos os produtores inscritos receberam a visita do técnico responsável, que, após análise criteriosa das condições específicas de cada empreendimento, efetuava um levantamento preliminar e apresentava ao Grupo Gestor a situação particular de cada propriedade, para que as decisões fossem tomadas.

Os recursos para investimento nas agroindústrias foram viabilizados em função da disponibilidade nas agências bancárias, principalmente pelo PRONAF Investimento e PRONAF MAIS ALIMENTOS. Da mesma forma, os empreendedores podem ser beneficiados com os recursos do Fundo Municipal de Agricultura, o qual é gerido pelo Conselho Municipal da Agricultura⁵, tanto para a ampliação de agroindústrias, construção de novas estruturas, bem como a aquisição de equipamentos. Os recursos são liberados, mediante a apresentação de projeto comprovando viabilidade econômico-financeira, bem como medidas que possam apoiar a gestão do empreendimento, sendo elaborado pela Emater/RS-Ascar, em conjunto com os produtores, e avaliado pelo Conselho de Agricultura. O prazo para pagamento são entre 4 a 6 anos, conforme a característica do empreendimento, considerando um ano de carência, sem a cobrança de juros sobre o capital. Já foram liberados 41 projetos, que beneficiaram 34 produtores, totalizando R\$ 143.866,20, investidos em atividades de agroindústrias e também para a produção de hortifrutigranjeiros.

As primeiras ações do programa, envolveram produtores que já praticavam algum tipo de transformação da produção em nível de propriedade e que faziam a comercialização direta ao consumidor, conhecidos no município como "quitandeiros". Essas ações envolveram a qualificação, através de cursos práticos nas diversas áreas de produção, bem como a organização do local de produção, de forma a atender as condições de higiene necessárias, estabelecidas no SIM⁶, visando, principalmente, à garantia de produtos com uma qualidade superior⁷. A qualificação dos produtores, foi possível

5 O Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária foi criado pela Lei nº 35/1999, e com alterações pelas leis seguintes, Lei nº 33/2001 e Lei nº 49/2003. Atualmente, a lei em vigor é a Lei nº 586/2010, sendo as demais revogadas.

6 O município de São Francisco de Assis já possuía o Serviço de Inspeção Municipal, desde o ano de 1999, implantado através da Lei nº 37/99.

7 O diferencial do programa é a adaptação de infraestrutura para produção das agroindústrias, vi-

através da celebração de convênios, com o SEBRAE, SENAR/RS, e, também, através dos Centros de Treinamento da Emater/RS-Ascar.

Com o passar do tempo e da necessidade de uma maior organização dos produtores envolvidos, foi formalizada a COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES FAMILIARES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – COOPER JEITO CASEIRO, fundada em 31 de Julho de 2006, a partir de consultoria do SEBRAE. Nesse processo inicial, foi realizado um curso de Formação Cooperativa, o qual previa a fundação da cooperativa ao término do curso. Essa cooperativa teria, principalmente, a finalidade de congregar as agroindústrias e outros agricultores que buscavam participar de processos de comercialização em conjunto⁸. Além disso, conforme Lei nº 421/2009, a cooperativa passaria a receber recursos financeiros da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis visando integrar esforços e recursos materiais e humanos para o desenvolvimento das agroindústrias do município.

O nome da cooperativa foi estabelecido com base nas atividades desenvolvidas com as escolas, as quais tinham por objetivo criar um nome que pudesse expressar a ideia principal do programa e também a criação de uma logomarca para caracterização da produção local. Esse trabalho foi realizado nas escolas do município, e o nome e a marca hoje existentes são resultado da participação expressiva da comunidade local. A marca JEITO CASEIRO, conforme pode ser verificada abaixo (Figura 59), encontra-se registrada junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, em nome do município de São Francisco de Assis.



Figura 59: Logomarca do Programa Jeito Caseiro e da Cooperativa Mista de Produtores Familiares de São Francisco de Assis.

sando a atender às condições mínimas de higiene e segurança na produção de alimentos e não de atender a complexidade prevista pela legislação federal e estadual.

⁸ Alguns agricultores são sócios fundadores da Cooper Jeito Caseiro. Ainda, não exerceram ou exercem atividades relacionadas. São eles: José Diogo Ramos Correa, Lucas Bernardi, José Cisanando Veiga Noronha, Leda Correa Pinheiro, Aladir Pinto Trombini e Luiz Lauri dos Santos.

A aproximação dos estabelecimentos com os mercados varejistas locais foi realizada através de uma série de reuniões, quando era apresentada a proposta, bem como feito o convite para que se somassem desde as primeiras fases de construção do Programa. Essa participação, desde o início das atividades, e também na promoção das ações do Programa, foi fundamental para que posteriormente fosse facilitada a participação desses varejistas na ampliação das possibilidades de mercado para as agroindústrias.

Outra forma de aumentar a demanda foi a venda de produtos para a alimentação escolar, através da Cooper Jeito Caseiro, participando das licitações para aquisição dos gêneros alimentícios, antes mesmo da existência da Lei n.º 11.947/2009⁹. Após a efetivação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a comercialização passou a ser através de chamadas públicas, o que permitiu o avanço na produção.

Para apoiar na comercialização da produção, alguns produtores também participam semanalmente de uma feira, em um espaço cedido pela prefeitura junto ao "camelódromo municipal". Boa parte dos produtores, no entanto, já consegue colocar seus produtos nos mercados locais, atingindo um maior número de consumidores. Em alguns casos, também ocorre o comércio para mercados de outros municípios. Esse tipo de comercialização já confere a algumas agroindústrias um sistema de produção em maior escala, proporcionando, inclusive, a geração de empregos, mesmo que ainda de caráter temporário.

Também está sendo analisada a construção de um Terminal de Comercialização, com estrutura adequada, de forma a melhor atender o público. Esse projeto tem a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Emater/RS-Ascar e da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis.

Para complementar as ações de divulgação do programa Jeito Caseiro, no ano de 2007 foi realizada a 1ª FEAGRO – Feira de Indústria Comércio e Artesanato de São Francisco de Assis, idealizada com o objetivo de promover os produtos locais. A participação dos produtores do Jeito Caseiro é totalmente gratuita, possuindo estrutura para o atendimento dos visitantes, praça de alimentação e espaço para *shows*, com livre acesso ao público visitante. Os produtores também contam com a participação direcionada na Feira de Indústria e Comércio de São Francisco de Assis (FEICASSIS), onde também há a destinação de espaço exclusivo para a divulgação e a comercialização de seus produtos. A FEICASSIS é a maior feira do município, realizada anualmente, com espaço voltado para a promoção de negócios, com Feira do Livro, com Festival de Danças Tradicionais, com eventos esportivos e *shows* culturais e musicais.

Pode ser dito que o Programa Jeito Caseiro ainda se encontra em formação, em

9 Foram comercializados os valores de R\$ 1.045,17, no ano de 2008, e R\$ 5.547,32, em 2009, antes do surgimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

razão, principalmente, de seu caráter inovador, no que se refere às políticas públicas até então praticadas e, talvez, principalmente por envolver mudanças na forma de produção e gestão da propriedade. O acompanhamento do ente público é fundamental para a continuidade das ações previstas no programa e deve ser feito de forma a abranger todos os aspectos envolvidos nas ações destinadas à concretização dos objetivos propostos. Com o aumento da demanda por produção, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento aumentou suas ações na assistência técnica e na gestão permanente aos produtores, através de seu quadro técnico, buscando o aperfeiçoamento do produtor e, também, um maior número de ações, tais como os cursos de qualificação, realizados nos centros de treinamento da EMATER/RS-ASCAR, ou mesmo através de organizações como o SEBRAE e o SENAR/RS.

Já são vários os empreendimentos que foram criados a partir do Programa Jeito Caseiro, sendo majoritariamente agroindústrias, conforme descrição a seguir. Também houver empreendimentos que não deram continuidade nas atividades¹⁰, por motivos que não puderam ser levantados neste trabalho. Ademais, alguns agricultores utilizam a Cooper Jeito Caseiro para comercialização da produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

AGROINDÚSTRIA QUE SABOR: Localizada na RS-377 (Figura 6o), na localidade de Rincão dos Luzes, 4º distrito do município, é voltada para a produção de doces variados, bolachas e compotas. É uma das agroindústrias mais antigas e pioneiras dentro do Programa Jeito Caseiro, sendo caracterizada pela grande capacidade de comercialização junto aos mercados varejistas do município, atuando também na merenda escolar. Sua proprietária é Elisandra de Melo Sacardi, que tem o apoio do marido e de seu filho para a produção e a comercialização dos produtos.

¹⁰ Participantes do Programa Jeito Caseiro, com experiências que foram interrompidas: Nizia Fragoso Kaminski – abatedouro de frangos; Jane Terezinha Cortese Bertazzo – abatedouro de suínos; Francisco Juner Gonçalves Porto – abatedouro de frangos; João Edison Lançanova – produção de ovos coloniais; Abrahão Gilmar dos Santos – produção de ovos coloniais; Leandra Fogliato Resta – produção de ovos coloniais.



Figura 60: Vista Externa da Agroindústria Que Sabor, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

AGROINDÚSTRIA MONTE CARLO: Trata-se de uma agroindústria coletiva, formada por três famílias de agricultores familiares, em que as mulheres rurais (Julia, Fátima e Ivanilda) é que coordenam as atividades. Está localizada no Rincão dos Costa Curta, 4º distrito do município (Figura 61). Produz doces variados, geleias, compotas, bolachas, polpa de frutas entre outros.



Figura 61: Vista Externa da Agroindústria Monte Carlo, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

AGROINDÚSTRIA PIQUIRI: Situada na localidade do Piquiri, em Nova Esperança do Sul, é a única agroindústria fora dos limites de São Francisco de Assis, mas nas suas imediações. Pertencente a Edson Poletto Pazini, desenvolve agroindustrialização de frutas, principalmente figos, os quais são transformados em geleias e figadas. A agroindústria (Figura 62) trabalha a partir de uma série de modelos de equipamentos desenvolvidos pelo próprio agricultor, visando ao processamento de produção própria.



Figura 62: Vista Externa da Agroindústria Piquiri, em Nova Esperança do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

ANTONIO VALDIR STIVANIN: Está localizada na Encruzilhada, 4º distrito, a vinícola do Sr. Antonio Valdir Stivanin (Figura 63), que, além de vinhos, também trabalha com elaboração de polpas de frutas, produzidas na propriedade. Além de contar com o Serviço de Inspeção Municipal, também conta com registro junto ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento.



Figura 63: Vista Externa da Vínicola Stivanin, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

AGROINDÚSTRIA SOARES: Esta agroindústria está localizada no Cinamomo, onde são elaboradas massas coloniais (Figura 64), pães, cucas, bolos, dentre outros panificados. As atividades são desenvolvidas por uma família de agricultores, envolvendo diretamente três integrantes, cada um pertencente a uma família com laços de parentesco (Loraci de Fátima Soares, Rogério Soares e Rosangela Soares Vidal). Sua forma de comercialização são as feiras livres, bem como os mercados institucionais.

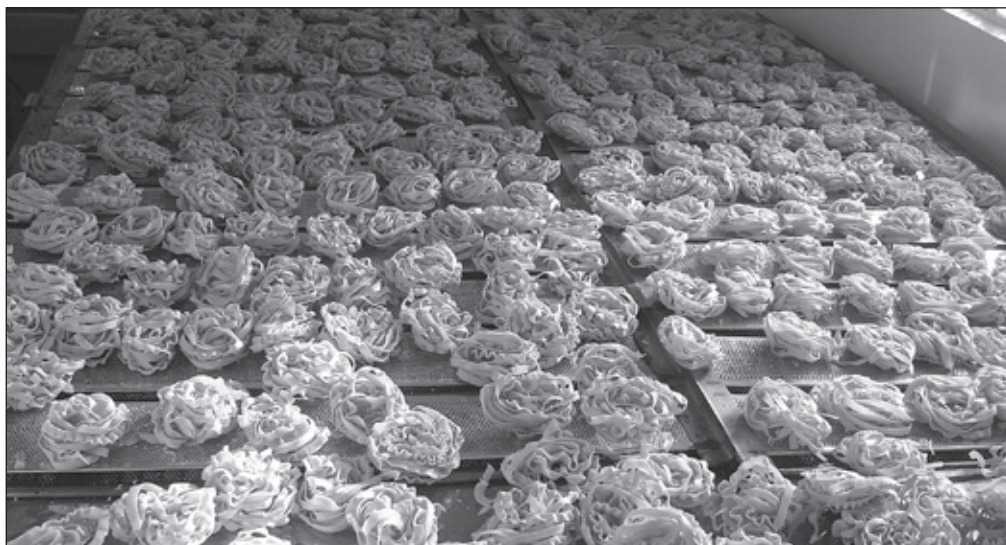


Figura 64: Produtos da Agroindústria Soares, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

AGROINDÚSTRIA LAMBERTI: Localizada no Engenho Velho, produz pão caseiro, cucas, doces e outros panificados (Figura 65). As atividades são desenvolvidas exclusivamente pelo casal de agricultores (Francisco e Lucia Lamberti), sendo que seus filhos já não residem mais na propriedade. Além da elaboração dos produtos e sua comercialização, os agricultores também recebem pessoas para almoço e visitas na propriedade rural, sob agendamento prévio.



Figura 65: Vista Externa da Agroindústria Lamberti, São Francisco de Assis – RS

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva.

AGROINDÚSTRIA DOIS PINHEIROS: Pertencente à agricultora Jocelaine dos Santos Pinheiro, está localizada no Buricaci, 2º distrito do município, distante 35 km da sede do município (Figura 66). A produção envolve especialmente panificados, mas também derivados de leite, comercializados junto a mercados varejistas e diretamente ao consumidor. As atividades são desenvolvidas pela agricultora, que eventualmente recebe ajuda do filho.



Figura 66: Vista Externa da Agroindústria Dois Pinheiros, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

QUEIJOS CHARRUA: Pertence à agricultora Valdereza Tolfo Ben, está localizada no Rincão dos Benvegno, 4º distrito. Trata-se de uma atividade complementar da propriedade rural, que, junto à produção de queijos coloniais, desenvolve outras atividades prioritárias. A agricultora trabalha sozinha no processamento do leite e de seus derivados.

QUEIJOS SÃO PEDRO: Localizada no Espinilho, 5º distrito do município, elabora queijos coloniais e doce de leite. O agricultor Nilto Salbego Gindri e sua família abandonaram a atividade de produção fumageira para dedicar-se ao processamento do leite. Os queijos (Figura 67) são comercializados no mercado local e também diretamente com os consumidores, que os buscam na propriedade.



Figura 67: Produtos da Agroindústria São Pedro, em São Francisco de Assis.

Fonte: Arquivo de imagens de Gustavo Pinto da Silva

AGROINDÚSTRIA MÜLLER: Pertencente a Edison Fabiano Garcia Muller, encontra-se localizada no Passo do Leão, estando em fase de implantação. O agricultor capacitou-se em Centro de Treinamento da Emater/RS-Ascar, buscando se especializar na produção de embutidos de suínos.

GIOLAC: Trata-se da agroindústria mais antiga do município de São Francisco de Assis, inaugurada em 1996, na localidade do Inhacundá, do município. É voltada para a produção de leite pasteurizado, queijo tipo colonial, iogurte, bebida láctea e sorvete, a partir do processamento de aproximadamente 10.000 litros de leite por mês. A mão de obra é totalmente familiar, sem empregados, envolvendo-se desde a produção até a entrega em supermercados e para mercados insituacionais. Por último a propriedade, também investiu na produção de ovos coloniais, comercializados em nível local.

AGROINDÚSTRIA BENVENU: Localizada na área urbana, encontra-se voltada à produção de pães, cucas, pão doce, bolacha, entre outros panificados.

MARIA CIDINEI CORCINI PAZ: Localizada no Rincão do Américo, 3º distrito, produz bolachas e doces. Trata-se da agroindústria mais distante da sede do município de São Francisco de Assis, a, aproximadamente, 65 km da sede.

DIVANI CASTIGLIONI LOPES: Localizada na própria sede do município, produz merengues e biscoitos.

RN PRODUTOS CASEIROS: Localizada na própria sede do município, produzucas e bolos.

JOSÉ ALDEMIR CORTESE: Na localidade de Fátima do Inhandiju, 2º distrito, possui uma cantina rural, voltada para a produção de vinhos e também polpa de frutas.

ASSISMEL: Associação de Apicultores de São Francisco de Assis, localizada no Berçário Industrial do município. Congrega apicultores de diversas localidades do município.

LEONIR JOÃO DAL SOTO: Possui agroindústria localizada na Encruzilhada, 4º distrito do município, envolvido com a produção de vinhos e polpa de fruta.

APIÁRIO SÃO FRANCISCO: Pertencente ao agricultor Francisco Paulo Pinheiro da Silva, está voltado para a produção de mel e derivados.

DANIELA BRUCK MINUSSI: Localizada na cidade, envolvida com a produção de merengues.

Agricultores com atividades de produção e comercialização *in natura* como associado da Cooper Jeito Caseiro, destinados exclusivamente ao Programa Nacional de Alimentação escolar:

- Antonio Auzilio Sacardi – produção e comercialização de cebola;
- Darci Ribeiro Pereira – produção e comercialização de alface;
- Carlos Sadi Dalosto Baú – produção e comercialização de feijão;
- Paulo Cesar Gindri Salbego – produção e comercialização de mel;
- Valdir Antonio Prigol – produção e comercialização de mandioca;
- Ailo Bento Ben – produção e comercialização de moranga cabotia.

3. RESULTADOS

A capacidade da comunidade, através de suas organizações e instituições, de fazer ajustes e negociações, além da definição de um conjunto de políticas e estratégias visando ao desenvolvimento local é o maior resultado que efetivou o Projeto Jeito Caseiro. Por outro lado, o agricultor, tomando como condição a situação de ser o principal agente social do processo, é retirado de uma condição de espera, para uma condição de dinamicidade. A combinação de componentes como qualificação, crédito, potencialidades locais e políticas públicas dão conta de poderem ser traduzidas em experiências exitosas de desenvolvimento.

Após a criação da Cooperativa, o grupo se fortaleceu de forma relevante, de maneira que as vendas aumentaram e os resultados melhoraram consideravelmente. Apesar das dificuldades encontradas ao longo do processo, os agricultores se dizem bastante satisfeitos com os resultados e buscam objetivos maiores com o passar do tempo.

A participação efetiva do grupo em feiras locais, seminários e encontros regionais fortalece cada vez mais o trabalho e a interação com novos mercados consumidores. Além disso, a experiência já se tornou uma referência regional, principalmente pela quantidade de visitas recebidas, bem como pela apresentação em diversos eventos voltados a discutir alternativas de geração de trabalho e renda para a agricultura familiar.

Os produtos são muito bem aceitos, pois possuem características do saber fazer próprio da agricultura familiar. A grande inserção e aceitação dos produtos no mercado local facilitam a comercialização e os resultados obtidos pela Cooperativa. O Programa Conhecendo o Seu Município fortaleceu o vínculo dos agricultores com os consumidores do próprio município.

Em relação à comercialização dos produtos Jeito Caseiro para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o município atende perfeitamente à exigência, que é de um percentual mínimo de 30% do total e que deve ser proveniente da agricultura familiar. Esse avanço acontece não somente em escolas da rede municipal de ensino mas também nas escolas estaduais presentes no município.

Também como resultado pode ser notada a melhoria da autoestima dos agricultores. Vender seus produtos, ser reconhecido como agricultor, receber visitas e reconhecimento denota uma perspectiva que abrange todas as dimensões do desenvolvimento humano.

4. LIMITES

Alguns limites necessitam ser superados para que haja o avanço do programa:

- A Legislação, no que se refere aos produtos de origem vegetal e animal, através do Serviço de Inspeção Municipal, não é suficiente para o desenvolvimento dos empreendimentos. As legislações estadual e nacional não dão conta das especificidades locais, por serem constituídas e voltadas para atenderem à demanda de grandes empreendimentos agroindustriais. Desse modo, há a necessidade de uma legislação mais abrangente, ou mais flexível para as agroindústrias de pequeno porte, como SUASA e SUSAF, ambos ainda sem aplicação;
- Muitos produtores não têm a visão de qualificar a sua produção e voltar-se para outros tipos de mercados. Essa falta de visão empreendedora por parte do produtor impede ou entrava o desenvolvimento do Programa;
- A dificuldade de compartilhar um futuro comum tem sido um dos problemas da efetivação da Cooperativa. A deficiência de processos relacionados à educação cooperativa e associativa é também um aspecto que, se melhorado, pode potencializar o Programa Jeito Caseiro;

- Em virtude das distâncias e da posição estratégica do município, como também da própria localização no município, há problema de transporte e de logística dos produtos;
- Existe dificuldade de mão de obra por parte de alguns empreendimentos, principalmente mão de obra eventual. Da mesma forma, há risco ou questões ainda não resolvidas no que se refere à sucessão de algumas agroindústrias;
- Os agricultores não conseguem ter uma visão sistêmica do Programa Jeito Caseiro e têm dificuldade de entendê-lo como um processo dinâmico e de desenvolvimento de fases definidas para chegar a um fim;
- O município e a própria extensão rural não dão conta da necessidade de assistência técnica e acompanhamento dos produtores.

5. REFERÊNCIAS

MÓSENA, M. Agricultura em áreas frágeis: as transformações decorrentes do processo de arenização em São Francisco de Assis/RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

7.2 FUNDO ROTATIVO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

*Simone Bochi Dorneles*¹

*Rafaela Venduscolo*²

*Maysa Eichner da Silva*³

*Regina Santarém Hernandez*⁴

*Ademar Antônio Franchi*⁵

*Loren Pichler*⁶

PALAVRAS-CHAVE: Fundo rotativo. Desenvolvimento rural. Política pública.

1. CONTEXTO

O município de São Pedro do Sul está localizado na região central do Rio Grande do Sul, possui área de 873,6 Km² e densidade demográfica de 18,7 hab./Km². Apresenta população total de 16.368 habitantes, sendo que 71,4% de sua população são residentes na zona urbana e 28,6%, na zona rural.

Na economia, o setor que mais contribui é o de serviços, com R\$ 102.936.000,00, e o segundo é o setor agropecuário, com R\$ 43.123.000,00, que, embora não seja o que mais contribua com o valor adicionado bruto, representa considerável importância se levarmos em conta que não há grandes indústrias no município e que o setor de serviços gira muito em função dos recursos que o setor agropecuário injeta na economia local. A estreita relação da economia municipal com os recursos gerados no meio rural é uma característica bastante comum em municípios dessa região. Por sua vez, no setor agropecuário do município, predominam sistemas produtivos com base no arroz, na soja e na pecuária de corte na região de topografia mais plana. Mas conta também

1 Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

4 Médica Veterinária, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, Escritório Municipal de São Pedro do Sul.

5 Técnico Agrícola, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, Escritório Municipal de São Pedro do Sul.

6 Extensionista de Bem Estar Social da Emater/RS-Ascar, Escritório Municipal de São Pedro do Sul.

com produtos de pequena escala na região de relevo mais acidentado, como o fumo, a bovinocultura de leite, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, os hortigranjeiros e a fruticultura dentre outros, que têm estreita relação com a agricultura familiar do município.

Destaca-se, assim, a caracterização do município de São Pedro do Sul, pela economia essencialmente agrária, baseada na agricultura familiar e na produção diversificada. Sujeitos sociais que, ao longo da história das políticas públicas brasileiras voltadas para o rural, não se constituíram enquanto público-alvo. Sem o acesso a políticas públicas estaduais e federais, o governo local criou uma política com o objetivo de atender ao público distante da concepção de desenvolvimento agrícola da década de 80 no Brasil. Dessa forma, o Fundo Rotativo de São Pedro do Sul foi criado a partir da necessidade identificada no município, principalmente em um período marcado pela falta de políticas públicas para a agricultura familiar brasileira.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Fundo Rotativo de São Pedro do Sul constitui uma Política Pública local que surgiu da necessidade de recursos financeiros para investimentos de pequeno porte no meio rural, tendo em vista a dificuldade dos agricultores familiares em acessar recursos dos bancos. Na década de 80 as instituições financeiras não dispunham de programas destinados a financiamento para agricultores familiares e, quando os possuíam, disponibilizavam apenas mediante garantias dos agricultores, o que dificultava muito o acesso dos produtores rurais a esses recursos.

Diante desse cenário, o poder público local criou o Fundo Rotativo Municipal, que disponibiliza recursos financeiros aos agricultores, para o investimento em suas unidades de produção, bem como a empreendimentos urbanos de pequeno porte. O Fundo foi criado pela Lei Municipal 505-93/96, de 10 de março de 1993, a qual identifica seus objetivos em seu artigo 1º:

Fica criado o Fundo Rotativo de Desenvolvimento de São Pedro do Sul – FRDE, destinado a financiar investimentos com vistas à diversificação da produção e produtividade das pequenas e médias propriedades rurais, microempresas e prestadoras de serviços formalmente constituídas no município de São Pedro do Sul. Alteração **LM1. 758-2005/2008, de 05.02.08.**⁷

No início, como relata a extensionista da Emater/RS-Ascar, “o grande problema do fun-

⁷ A Lei Municipal 890-93/96, de agosto de 1996, altera o Art. 1º da Lei Municipal 505-93/96, de 10 de março de 1993, o qual passa a ter a seguinte redação: "Art1º – Fica criado o Fundo Rotativo de Agricultura e Desenvolvimento do Município de São Pedro do Sul, destinado a financiar investimentos com vistas à diversificação da produção e produtividade das pequenas e médias propriedades rurais do Município, bem como uma Patrulha Agrícola".

do rotativo era o *fundo não ter fundos*, não ter recursos, porque o prefeito instituía a lei que criava o fundo, mas não destinava os recursos. Aí, a nossa batalha (do conselho) foi muito grande para modificar isso”. Outra dificuldade de início, era a troca dos prefeitos. A cada administração, o fundo enfrentava novas dificuldades, um dos conselheiros desabafou: “E era tudo de novo. Existe uma lei que tantos por cento deveriam ser destinados para o fundo, só que o novo prefeito se negava a depositar. Aí, ia indo e chegou a um ponto que o fundo não tinha dinheiro para emprestar”. Muitas vezes, os extensionistas da Emater/RS-Ascar eram informados de que não havia recursos para financiamentos de projetos. Desse modo, os projetos solicitados pelos agricultores não podiam ser elaborados.

O Fundo Rotativo é mantido com dotação da Prefeitura Municipal, sendo gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Pedro do Sul. O conselho é composto por doze membros, representantes de entidades civis e públicas, bancos, cooperativas, sindicatos e agricultores. Observa-se que as doze entidades são, de certa forma, ligadas ao setor primário, a agricultura, sendo poucas as relacionadas ao setor comercial e de serviços. Nesta última categoria, salienta-se a participação da ACI (Associação Comercial e Industrial), tendo em vista que, atualmente, o Fundo vem respondendo aos interesses dos pequenos empreendimentos urbanos, além das unidades de produção familiares rurais. Dentre as instituições representadas no conselho, estão, também, a COOMAT, a COOPERAGRO, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural, o Sicredi, o Banco do Brasil, a Emater/RS-Ascar, a Secretaria Municipal de Agricultura, a Inspeção Veterinária, além da representação das Associações Rurais.

A organização dos produtores rurais é resultado de um longo trabalho de sensibilização e mobilização desses sujeitos com o objetivo de participarem das decisões, em prol de uma gestão participativa dos diversos atores locais. Assim, ao longo dos últimos 30 anos, essa proposta mobilizou a formação de 35 associações nas comunidades rurais que passaram a participar de todas as decisões relativas às políticas públicas locais. A participação desses representantes no Conselho de Desenvolvimento Econômico constitui uma das formas de gestão participativa observadas no município. Um dos representantes da Prefeitura afirma: “Estamos fazendo um trabalho para realmente valorizar a associação e eu acredito que é uma forma de valorizar as pessoas e fazer com que elas se envolvam nas decisões e no direcionamento dos recursos públicos”.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do município reúne-se mensalmente para as deliberações a respeito dos projetos que serão financiados pelo Fundo Rotativo de Agricultura e Desenvolvimento de São Pedro do Sul, bem como para fazer avaliação de pareceres técnicos de projetos de crédito fundiário e outras atribuições. Essa forma de organização representa e garante a participação de todos os atores locais no desenvolvimento das políticas públicas municipais. O envolvimento das instituições e dos representantes de setores da sociedade instiga um processo de empoderamento dos atores locais na participação e na fiscalização da gestão pública.

Dessa forma, ao longo dos 19 anos de existência do Fundo Rotativo no município, mais de 300 projetos de desenvolvimento foram financiados (353 projetos, mais precisamente), num montante de R\$ 642.468,75, envolvendo, em sua maioria, projetos de investimento na agropecuária. Esses números representam a demanda de recursos neste setor e a participação efetiva de seus representantes na organização e gestão dessa política pública. Dentre os projetos financiados, os representantes destacaram itens de investimento como, equipamentos agrícolas e para o manejo nas propriedades leiteiras: resfriadores, ordenhadeiras, trituradores, equipamentos para irrigação, trabalhos de sistematização de solo, entre outros capazes de gerar melhorias nas unidades de produção familiares. Como decisão do conselho, alguns itens não são mais financiáveis como no caso de projetos que visam à compra de gado de corte ou gado de leite, tendo em vista o acontecimento de fraudes envolvendo aquisições de animais.

O Fundo Rotativo possui um regimento que cria e regula os critérios para os interessados acessarem aos recursos. Assim, os interessados precisam, inicialmente, procurar a Emater/RS-Ascar ou os sindicatos, para a elaboração de um projeto técnico. Além disso, no caso dos agricultores, estes precisam de uma carta de encaminhamento do presidente da associação. Os interessados devem estar em dia com as obrigações junto à Associação e instituições financeiras.

Na gestão 2009-2012, anualmente foram disponibilizados em torno de 50.000 reais para empreendedores individuais ligados ao agronegócio e ao comércio local, sendo o valor do financiamento individual de até 5.000 reais. O custo para o usuário do recurso é de 2% de juros ao ano, sendo que o prazo para pagamento é de 3 anos, com carência de um ano, o que possibilita ao tomador fazer o investimento e pagar já com os primeiros resultados. Os projetos são financiados em 90% do valor solicitado. Quando o total do valor disponibilizado pela Prefeitura não é utilizado, os recursos restantes são automaticamente repassados para o orçamento do ano posterior, como foi o caso de 2011, quando foi financiado o valor de 75.569,00. A procura de financiamento é maior por parte dos agricultores do que pelos empreendedores urbanos, pois estes foram incluídos posteriormente como beneficiários do Fundo, sendo que a taxa de juros para empreendedores urbanos é de 0,5% ao mês e também por ser um setor que tem mais facilidade de crédito nas instituições financeiras locais.

Em função das dificuldades iniciais de retorno dos recursos ao fundo, novas solicitações de documentos foram agregadas ao processo. Atualmente, quando alguém vai pedir o financiamento deve apresentar negativa de débito de todas as cooperativas, agências bancárias ligadas ao setor agropecuário (SICREDI, BANCO DO BRASIL), necessita de um avalista e esse também tem de estar em dia com suas obrigações junto a essas instituições. O proponente não pode estar inadimplente com a Prefeitura Municipal para acessar a todos os serviços prestados pela mesma (fundo rotativo, troca-troca de sementes de milho, programa de calcário, programa de cama de aviários, de recuperação de vertentes, serviços de máquinas, etc.). Como salienta um

conselheiro: “Se ele deve para o fundo, não pode contratar o serviço de máquinas da prefeitura ou vice versa, é um exemplo de estratégias que foram criadas ao longo do tempo para fechar o cerco”. Também foram criados incentivos para os adimplentes, os agricultores que recorrem aos recursos do fundo e realizam seus pagamentos em dia têm possibilidades do refinanciamento, que pode ser solicitado quando ele for quitar a última parcela da dívida.

A procura por informações sobre como receber os recursos do Fundo Rotativo Municipal, por parte dos agricultores, é bastante significativa. Uma média de 100 agricultores buscam esclarecimentos junto aos representantes do Conselho. Porém, como relata um conselheiro, “às vezes eles trazem o avalista, às vezes eles querem somente o recurso, não tem nenhum projeto e acabam desistindo, mas a procura é grande”.

Na medida dos recursos disponíveis, a maioria dos projetos encaminhados de forma correta são aprovados, pois existe dotação orçamentária para isso. O propósito da criação do Fundo era de que os recursos disponíveis fossem ampliados para que, a cada ano, aumentasse o número de pessoas beneficiadas. Devido à elevada inadimplência inicial, essa meta não foi atingida ainda. Porém, com as medidas corretivas adotadas, os conselheiros esperam modificar esse quadro.

Os recursos que mantêm o fundo, em sua maioria, são oriundos de um repasse do orçamento do município, que é complementado pelos valores dos projetos subsidiados, devolvidos pelos agricultores, com os juros e as correções ajustadas. O Fundo Rotativo Municipal tem conta específica e todo valor ressarcido é automaticamente injetado no programa. Essa foi mais uma das modificações que garantiram a sustentação do Fundo. No início da atividade não existia essa conta específica, os recursos iam para a conta da prefeitura e se misturavam com outros recursos, dificultando seu controle. Em Novembro de 2003, o Conselho tomou conhecimento de que muitos tomadores de financiamentos estavam em atraso com os pagamentos e foi feita uma listagem de pessoas que estavam inscritas em dívida ativa e/ou sob juízo. O valor de dívidas levantado, na época, era de R\$ 43.401,31 e isso aumentou bastante nos anos seguintes. Entretanto, para o ano de 2012, há uma projeção de entrada no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), oriundos de pagamentos dos financiamentos anteriores, desde 2009. Os conselheiros estimam, para 2012, um crédito em torno de 60.000,00 (sessenta mil reais) para financiamentos através do Fundo Rotativo Municipal. Há previsão de repasse de recursos na Lei Orçamentária Anual, que garante o repasse periódico desses valores ao Fundo, conforme o que está previsto no Art 3º do Regimento Interno do Fundo.

O controle operacional dos pagamentos é realizado pela Prefeitura Municipal, na Secretaria da Fazenda, e as informações sobre o grau de inadimplência são encaminhadas ao presidente do Conselho. O presidente leva a informação para a reunião do Conselho, em que são discutidas formas de negociação das dívidas com os agricultores. Algumas vezes, estes solicitam um prazo maior para o pagamento da parcela (renegociação da

dívida). Então, o pedido é criteriosamente analisado, bem como as justificativas apresentadas. Conforme a situação poderá ser ou não aprovada a extensão do prazo.

O acompanhamento da aplicação dos recursos também é realizado com o apoio da Emater/RS-Ascar, que possui representação no conselho, realizando algumas visitas aos agricultores cujos projetos foram aprovados, mas, atualmente, com a carência de profissionais na instituição, não é possível acompanhar a execução dos projetos individualmente. Dessa forma, é realizado o acompanhamento das situações que requerem maior atenção.

Outro agente importante no acompanhamento dos agricultores é a associação. O primeiro critério para o acesso aos financiamentos do Fundo Rotativo Municipal é uma declaração da Associação, assinada pelo presidente, de que o associado está em dia com suas obrigações junto à Associação. A Associação também favorece a proximidade e a reciprocidade, como relata um conselheiro: “Querendo ou não, aqui todo mundo se conhece e a gente sabe como é a conduta das pessoas”.

3. RESULTADOS

Após quase 20 anos de existência, o Fundo Rotativo Municipal de São Pedro do Sul destaca-se como uma experiência positiva de Política Pública na região, servido como exemplo para muitos municípios que já despertaram para a importância da aplicação de recursos no fortalecimento do meio rural, fazendo com que também a cidade possa desenvolver-se. No balanço das atividades, destacam-se os 353 projetos financiados, num montante que ultrapassa 600.000,00 circulados no município, gerando mais renda e criando novas possibilidades para os agricultores. Além disso, deve-se salientar o fortalecimento das relações comunitárias por meio das associações, o empoderamento dos agricultores que passaram a sentirem-se responsáveis pelo desenvolvimento das suas comunidades. São resultados bem mais difíceis de serem mensurados, mas que, mesmo assim, são possíveis de serem percebidos, pela mudança na atuação das pessoas, mais engajadas e mais partícipes na definição das políticas, na cobrança dos resultados e no correto uso dos recursos públicos.

4. LIMITES

Apesar do trabalho desenvolvido pelo conselho nos últimos anos, ainda há dificuldade na aplicação dos recursos. Fica evidente que ainda há a carência de uma capacitação em gestão para os tomadores do crédito, com vistas a uma aplicação mais eficiente dos recursos. Fazer com que os recursos investidos gerem mais resultados na propriedade é o desafio que se coloca. Nesse processo, a gestão dos recursos financiados pelos tomadores assume especial relevância para o sucesso dos empreendimentos. Uma

alternativa interessante talvez seja a de que pessoas que acessam os recursos devam qualificar-se num programa de curta duração, que os instrumentalize com técnicas de gestão, reduzindo as possibilidades de insucesso no empreendimento.

5. SUGESTÕES

O meio rural é repleto de desafios. Entre eles, destaca-se a permanência do jovem no campo. Nesse sentido, o Fundo Rotativo Municipal poderia prever recursos destinados ao desenvolvimento rural, priorizando projetos que contemplassem a permanência dos jovens nos espaços rurais. Outra sugestão é destinar recursos para áreas definidas estrategicamente, como na diversificação de atividades agropecuárias e redução de culturas, como o fumo ou a monocultura. Esses aspectos podem ser fomentados e trabalhados no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, resultado da participação da comunidade, que registra o acordo e o compromisso entre os agricultores e outros grupos da sociedade sobre as prioridades escolhidas, o que pode ser iniciativa do próprio Conselho Municipal de Desenvolvimento.

A integração do espaço urbano com o rural é outro aspecto que pode ser contemplado nos projetos, como a destinação de verbas exclusivas para projetos de agroindústrias, de turismo, ou de outros serviços que a população rural necessita e à qual, muitas vezes, não tem acesso. Um programa de empreendedorismo ligado ao fundo poderia ser uma alternativa interessante, estimulando projetos nas escolas para estimular a formação de empreendedores.

6. REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R. NOTARI, J.; VILUTIS, L. O significado da sistematização na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, R.. *Educação popular na perspectiva Freiriana*. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

ASSUNPÇÃO, R. (Org.) *Educação popular na perspectiva Freiriana*. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, P.. *Pedagogia do oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Brasília, 2006.

7.3 CENTRO DE MANEJO DE BOVINOS DE SANTIAGO

*Julio Cesar Bueno Jacques*¹

*Roblein Cristal Coelho Filho*²

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Infraestrutura rural. Associativismo. Organização rural.

1. INTRODUÇÃO

Definem-se como pecuarista familiar os produtores rurais que tenham como atividade predominante a cria e/ou a recria de bovinos, caprinos, ovinos e/ou bubalinos de corte, com mão de obra predominantemente familiar. Ademais, para essa classificação é necessário que esses não detenham, a título de posse, área maior que 300 ha, que residam nas propriedades ou aglomerados rurais próximos, e que tenham, no mínimo, 70% de sua renda oriunda da propriedade rural, excetuado os benefícios sociais e previdenciários.

Esse tipo de pecuarista adquiriu suas propriedades através de processos de sucessão por herança e/ou através de financiamentos que possibilitaram a compra das terras, além daqueles que são arrendatários.

Com a atividade pecuária, esses produtores têm como principal fonte de renda, a venda da carne e/ou lã. No entanto, devemos considerar, ainda, que esses mesmos produtos destinados para a venda são igualmente utilizados para a subsistência familiar. Assim, o pecuarista familiar tem como objetivo primordial garantir o sustento de sua família, em vez da maximização do lucro, e tem na bovinocultura de corte uma mercadoria de reserva e não necessariamente mercantil.

Os pecuaristas familiares possuem vários métodos e meios de trabalhar com seus rebanhos, e o exploram de acordo com as condições de sua propriedade, influenciando muito na qualidade da carne produzida por eles, já que são constituídos, na maioria das vezes, por animais sem raça definida, ou seja, mestiços com pelagem indefinida. Os pecuaristas familiares encontram na pecuária extensiva, com cria e recria, o principal sistema de produção, baseado no manejo da pastagem nativa.

¹ Acadêmico do curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre, Extensionista no Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Santa Maria.

Esse tipo de produtor, também tem outra forma de fonte de renda, como o cultivo agrícola de subsistência, que, além da manutenção de seu rebanho, ainda serve de alimentação para a família. Os cultivos que mais predominam nessas propriedades são os de mandioca, batata doce, abóbora, milho, feijão e uma pequena parcela de pastagens. A dimensão dos cultivos agrícolas, por sua vez, é limitada pela extensão da propriedade, pela técnica extensiva utilizada na atividade principal e também pela qualidade do solo.

Para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, onde predomina esses tipos de produtores, é imprescindível que tenhamos políticas públicas que atendam às suas necessidades, nos mais diferentes aspectos, sejam sociais, ambientais e/ou econômicos.

Como exemplo de política pública, em favor do pecuarista familiar no Município de Santiago, a prefeitura municipal, através da secretaria de agricultura e a Emater/RS-Ascar, entidade de assistência técnica e extensão rural como entidade parceira, tem buscado articular melhorias de infraestrutura rural do município, proporcionando meios para beneficiar os produtores, através da melhoria das condições de trabalho, diminuindo a penosidade no manejo dos rebanhos.

O município de Santiago encontra-se situado na região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 2.413,143Km². Seus limites são, ao norte, os municípios de Bossoroca e Itacurubi, ao sul, São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul e Jaguari, a leste, Jarí e Capão do Cipó e, a oeste, Unistalda. Possui uma população de 49.071 habitantes, sendo que destes 4.336 são habitantes do meio rural. Trata-se de um município com sinais claros da relação forte com o meio rural, com uma população que carrega os traços dessa vivência.

O objetivo deste trabalho é sistematizar a experiência do programa de construção dos Centros de Manejo de Bovinos do Município de Santiago, trabalho esse fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal, através da secretaria de agricultura, e a Emater/RS-Ascar, destacando-se como uma política pública do município que proporcionou evidentes benefícios aos pecuaristas familiares.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Cada vez mais há uma preocupação por parte dos órgãos públicos em relação ao setor pecuário, no qual as crises afetam principalmente o comércio de carne bovina. Ademais, os pecuaristas familiares, em razão da baixa renda, encontram dificuldade para manter certa qualidade e padrão do rebanho bovino, baixando a qualidade dos mesmos e diminuindo o valor para o mercado.

Pensando nisso, o município de Santiago vem procurando métodos para dar suporte para esses pecuaristas familiares, objetivando uma melhor qualidade do rebanho e, conseqüentemente, melhor valorização do produto. No município de Santiago, a pecuária familiar é uma das principais atividades do setor rural.

Os pecuaristas familiares de Santiago enfrentam muitas dificuldades que são comuns em muitos municípios da região, sendo a qualidade da carne bovina produzida por eles, uma dessas dificuldades. Em virtude da predominância desse tipo de público e de suas dificuldades no manejo do rebanho, surgiu, por parte da Secretaria de Agricultura do município, juntamente com a Emater/RS-Ascar, a preocupação com esse público, normalmente esquecido. Foi diagnosticada a necessidade da criação de uma política de infraestrutura rural voltada para a pecuária familiar.

Baseados nisso, reuniram-se, no município, integrantes da Prefeitura Municipal com representantes da Emater/RS-Ascar, para discutir e tentar solucionar parte dos problemas enfrentados por esses pecuaristas. Nessa reunião, foram expostas as necessidades dos pecuaristas familiares e o que poderia ser feito para solucionar esses problemas. Dentre muitos problemas encontrados, um dos que mais ocasionava impactos negativos na pecuária familiar era o manejo inadequado do rebanho bovino desses pecuaristas, pois esses banhavam seus animais, quando necessário, com máquinas costais, usadas normalmente para aplicar agrotóxicos em lavouras, ficando inviável uma perfeita aplicação. Além disso, com a falta de uma balança de pesagem, o gado era vendido a preços muito inferiores, o que era levado em consideração era a qualidade do rebanho inteiro, ocasionando assim uma baixa valoração desses rebanhos, ficando evidente a necessidade de um Centro de Manejo.

No ano de 2005, a Emater/RS-Ascar, pensando em solucionar esses problemas dos pecuaristas familiares do município, propôs para esse grupo um Centro de Manejo de Bovinos de uso coletivo. Esse centro seria composto de uma balança de pesagem, um banheiro de aspersão para o banho dos animais, para controle de ectoparasitas e uma guilhotina para facilitar o trabalho. A instalação teria como principal objetivo atender às necessidades desses produtores de facilitação no manejo do rebanho, proporcionando assim uma melhor qualidade do produto e, em consequência, sua maior valorização. Para isso, técnicos da Emater/RS-Ascar foram até os municípios de Maçambará e Itacurubi, onde, através de projeto realizado, conseguiram verba do Programa RS Rural, coordenado pelo governo do estado, para a construção e a implantação de centro de manejo desse tipo. Com a visita feita por esses técnicos a esses municípios, foi possível observar que os centros tiveram uma boa aceitação pelas comunidades rurais e que realmente atendiam às suas necessidades.

Baseado nessa experiência presenciada pelos técnicos da Emater/RS-Ascar, elaborou-se um projeto propondo a construção de 04 (quatro) Centros de Manejo no município de Santiago. Mas, diferentemente dos municípios visitados, o município de Santiago não poderia receber verba através da mesma fonte (Programa RS Rural), pois esse é um programa que beneficiava municípios mais carentes, situação na qual o Santiago não se enquadrava, ocasionando, assim, o arquivamento do projeto do centro de manejo.

Com o passar dos anos, mais se tinha clareza e evidência das dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas familiares. Diante disso, novamente, no ano de 2009, a Emater/RS-Ascar,

juntamente com a Secretaria de Agricultura do Município, firmou uma parceria para buscar recursos para a implantação dos Centros de Manejo. Foi assim que, nesse mesmo ano, a Emater/RS-Ascar e a Secretaria de Agricultura conseguiram captar recursos³ para a construção dos quatro Centros de Manejo, nas localidades rurais que mais necessitassem de ajuda.

Surgia, então, um grave problema, que seria a escolha das localidades que receberiam esses benefícios. Para isso, novamente reuniram-se as equipes da Secretaria de Agricultura do Município e da Emater/RS-Ascar, para decidir quais seriam as quatro localidades beneficiadas. Para essa escolha, foi levado em consideração o número de pecuaristas familiares existentes em cada localidade, pois esses centros seriam implantados em localidades com o maior número de pecuaristas familiares, e, assim, como consequência, também o maior número de pequenos rebanhos. Ademais, foram levadas em consideração as localidades onde não havia nada parecido com o centro. Após analisar esses critérios, e também estudar todas as localidades do município, foram assim escolhidas as 04 localidades que seriam beneficiadas, quais sejam: Passo do Rosário, Rincão dos Sampaio, Rincão dos Nazário e Taquarembó.

Após a escolha das localidades beneficiadas, integrantes da Emater/RS-Ascar e da Secretaria da Agricultura foram até as mesmas e, em reunião com os pecuaristas, foi informada a benfeitoria que seria implantada, como mostra a Figura 68.



Figura 68: Reunião do Prefeito Municipal de Santiago e Equipe do Projeto com os integrantes do Centro de Manejo de Bovinos.

Fonte: Arquivo de imagens do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Santiago.

³ Parte do recurso foi proporcionada através de emenda parlamentar e outra parte através de recursos próprio do município.

Após serem informados de que sua localidade seria beneficiada com o programa, houve inicialmente entre os produtores certa resistência, pois estes tinham receio de que isso poderia dar-lhes algum custo, e custo era o que eles menos precisavam. Mas, mesmo com todo esse receio, uma pequena parte dos pecuaristas aceitou a implantação do Centro. Surgia, assim, outro problema. Os pecuaristas dessas localidades não tinham grandes extensões de terras e seria necessário, para a instalação do Centro, que houvesse a doação da área. Esse lugar teria de ser o mais perto possível da estrada e de fácil instalação de água e também de luz, outro fator que teria de ser disponibilizado pelo doador do local. Contudo, os problemas que foram surgindo aos poucos não foram suficientes para impedir a execução desse projeto. Os empecilhos foram superados ali mesmo, pois o local que seria doado poderia ser pequeno, isso porque as benfeitorias seriam para atender pequenos rebanhos, não tendo a necessidade então de ser de grandes acomodações e, desse modo, foram realizadas a doações dos locais e, também, os doadores das áreas se prontificaram em disponibilizar água e luz necessárias para a instalação do Centro.

Ocorreu, então, por parte da Secretaria de Agricultura do município, juntamente com a Emater/RS-Ascar, a entrega dos três itens do Centro de Manejo⁴, ficando sob a responsabilidade dos produtores a instalação desses, sem mais a interferência dos órgãos públicos do município.

Após o recebimento dos mesmos, os produtores se reuniram novamente para decidir como aconteceria a construção desse centro, pois ficou sob a responsabilidade dos produtores a instalação do centro e isso incluía a construção das mangueiras, que seriam nas dimensões de 10m x 10m e de 15m x 15m, a construção dos bretes, a instalação de água e de luz, enfim, do que eles achassem necessário ter no Centro de Manejo.

Com o planejamento do que queriam ter inicialmente no centro, foi então formada uma associação informal de pecuaristas familiares, na qual foi decidido que cada sócio e usuário do centro não pagaria nenhum tipo de mensalidade, mas teriam de contribuir com a construção do Centro. Essas contribuições se adaptariam às condições do produtor e poderiam ser desde a doação de material de construção, ou somente a mão de obra. Assim, com a ajuda de todos, de várias formas, deu-se início à construção do centro de manejo.

Após o centro de manejo pronto, todos os sócios poderiam usufruir das dependências (Figura 69), mas sob uma condição imposta em reunião. Se durante as atividades de um sócio com seu rebanho no Centro algo estragasse, o usuário teria por obrigação o conserto. Isso se incluía a todos os sócios, inclusive a regra de que seriam pagas por esse produtor a água e a luz gastas com seu trabalho. Isso tudo teria de ser cumprido apesar de não haver nada escrito com regras e deveres dos sócios. Estes optaram em prevalecer a palavra sem muita formalidade, apenas era levado em consideração os seus costumes, o caráter, a confiança entre eles e a consciência dos mesmos. Esses são verdadeiros homens que "honram o fio do bigode".

⁴ Itens do Centro de Manejo de Bovinos: balança, banheiro de aspersão e guilhotina.



Figura 69: Atividade de manejo no Centro de Manejo de Bovinos.

Fonte: Arquivo de imagens do escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Santiago.

Com a construção desses centros de manejo, muitas coisas mudaram nessas localidades. Dentre elas, estão a renda familiar, a qualidade do rebanho, a qualidade de vida dos produtores e, o mais importante, através desses centros houve uma união entre a comunidade, pois esses adotam o sistema de troca-troca de mão de obra, no qual todos ajudam no trabalho quando for preciso, fazendo, assim, com que a comunidade se una em prol de um mesmo objetivo.

Com os centros em pleno funcionamento e progredindo, a partir da aquisição de novas benfeitorias, novos sócios procuraram se inscrever para participar e para poder usufruir das acomodações. Todos os produtores que residem na localidade, sejam eles novos moradores ou não, podem desfrutar das acomodações, onde é mantido o mesmo critério que foi usado no início, de que todos os usuários do centro não precisam pagar mensalidade, apenas ajudar na manutenção. Com isso, hoje são mais de 40 sócios em cada Centro.

Após 02 anos das instalações desses quatro Centros, as comunidades que foram beneficiadas podem desfrutar, hoje, de um patrimônio estimado em aproximadamente 50 mil reais. Com os resultados obtidos pelas comunidades que têm esses Centros, outras comunidades estão pedindo a implantação de mais Centros, para que também elas possam usufruir desses benefícios em suas localidades.

Através desses centros, as comunidades recebem várias benfeitorias da prefeitura municipal, como, por exemplo, a presença da patrulha agrícola.

Atualmente, foi elaborado, pela Emater/RS-Ascar, um novo projeto de mais 06 Centros de Manejo e encaminhado para o MAPA, para a viabilização de recursos.

3. RESULTADOS

Com a pesagem dos animais, os rebanhos dos pecuaristas familiares são valorizados de forma mais justa, ou seja, pelo seu peso, que é verificado na balança, tendo como consequência maior rentabilidade na hora da venda. Segundo depoimento de produtores das comunidades beneficiadas, a partir da valorização do seu rebanho, o produtor se estimula e começa a valorizar mais também o seu trabalho.

Com a presença da patrulha agrícola, proporcionado pela Secretaria de Agricultura do município, os moradores dessas localidades tiveram inúmeros benefícios decorrentes da instalação dos Centros, que são: melhoria das estradas, colocação de bueiros em frente às residências, alargamento de córregos e construções de açudes, vistorias nos poços e nas redes de encanamento de água potáveis e aperfeiçoamento da rede de luz. Além desses, também tiveram forte influência na renda familiar das comunidades, na qualidade dos rebanhos, na qualidade de vida dos produtores e, o mais importante, estabeleceu união entre a comunidade, já que adotaram o sistema de mutirão, no qual todos saem beneficiados.

4. LIMITES

- **Falta de um estatuto com direitos e deveres:** Não existe um estatuto claro que defina os direitos e os deveres dos associados e a criação de uma ata para o registro das reuniões. Com essa organização secretarial, os produtores poderão áster controle registrado sobre a entrada de novos sócios, bem como sobre a saída desses. A ausência do registro poderá implicar possíveis desavenças dos novos associados com o dono da terra doada e também com o restante dos associados. Essa possível desavença, por sua vez, poderia acarretar uma mudança de lugar do Centro de Manejo, tendo, assim, que serem refeitos os trabalhos de montagem do mesmo.
- **Carência de capacitação no uso e gerenciamento do Centro de Manejo:** Falta um treinamento para os integrantes dos centros de manejo, para qualificar as atividades com o rebanho, tais como as vacinas, desvermifugações, banhos carrapaticidas e outros, a fim de melhor utilizar e conservar as instalações bem como gerenciar os eventuais recursos gerados nas mesmas. A ausência desse treinamento pode diminuir a vida útil e a eficiência das práticas realizadas nas instalações.
- **Recursos financeiros escassos para a manutenção das instalações:** Falta uma contribuição para o uso das instalações. Mesmo que de baixo valor, já que alguns dos associados são de baixa renda, todos poderiam contribuir financeiramente para a manutenção das instalações. Isso porque seria muito difícil para os produtores repor algum material de grande valor do Centro, tendo assim os associados que se reunirem para arcar com eventuais custos em um só momento

ou então ficar na dependência do poder público. Isso também traz a necessidade de uma diretoria que ficaria responsável por essas reformas e benfeitorias, tal como o controle dos recursos adquiridos.

- **Distância do Centro de Manejo até algumas propriedades:** A distância que alguns pecuaristas estão do Centro poderá acarretar em obstáculo para eles. A propriedade mais distante fica em torno de 03 km do Centro, fazendo com que o rebanho faça esse trajeto com perda significativa de peso e estresse. Assim alguns produtores, muitas vezes, deixam de utilizar o Centro.

5. REFERÊNCIAS

RIBEIRO, C. M *Estudo do modo de vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2009, 303p. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural).

6. COLABORADORES

- Liberato César Ramos Bochi – Secretário de Agricultura de Santiago;
- José Renato Lovato Cadó – Extensionista da Emater/RS-Ascar Santiago;
- Vitor Luiz Gomes Rocha – Extensionista da Emater/RS-Ascar Santiago;
- José C. Sampaio – Pecuarista Familiar, Líder do Centro de Manejo da Localidade de Rincão dos Sampaio, em Santiago;

CAPÍTULO 08

ÁREA TEMÁTICA ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

O organização surge da incapacidade de resolver problemas que parecem ser superiores às habilidades ou aptidões individuais. Assim, a reunião de esforços daqueles que vivem situações semelhantes, orientado pelo princípio da cooperação, pode ser considerada como uma alternativa para o enfrentamento e a solução de questões que necessitam ser resolvidas.

Na agricultura familiar, não é diferente e poderia nominar uma série de questões que poderão ter seus efeitos minimizados a partir da organização. A redução dos preços agrícolas, a concorrência com produtos subsidiados, o emprego das modernas tecnologias de alto custo, a insuficiência de capital, a assistência técnica reduzida, uma educação precária, os poucos acessos aos programas de saúde são apenas algumas das situações que originalmente exigem união de esforços.

Dessa forma, a realidade tem revelado a existência de múltiplas e variadas modalidades de formas organizativas, que surgem como resposta à satisfação de necessidades concretas dos agricultores. Outras surgiram por ação dos órgãos públicos e outras por ações externas. Essas formas organizativas podem ser formais ou informais, algumas com todos os meios de produção integrados, outras somente de forma parcial. Algumas se apresentam diversificadas, quanto aos objetivos, que vão da cooperação na produção coletiva; comercialização dos produtos agrícolas; compra conjunta de insumos, máquinas, implementos e seu uso; gestão de campos de produção de sementes até as mais embrionárias formas de construção de espaços democráticos de ajuda mútua e de procura de alternativas. Do mesmo modo, parte delas consegue atingir certo grau de desenvolvimento, alcançando sua consolidação e oferecendo níveis aceitáveis de resposta à problemática que enfrentam seus membros. Outras, por circunstâncias diversas, não conseguem consolidar-se e sofrem diversos graus de desagregação. O importante é entender que todas as organizações apresentam ensinamentos práticos, tanto aquelas que atingem um determinado sucesso como aquelas que apresentam dificuldades.

Para este projeto de sistematização, buscou-se identificar diferentes formas associativas da região e que apresentam um histórico de autonomia dos agricultores, tempo de associativismo e grau de autogestão.

O Grupo PRORENDA de Santo Izidro, situado na localidade de mesmo nome, no 2º distrito de Jaguari, constitui-se num grupo de 13 famílias de agricultores familiares, organizados de maneira informal, que busca de forma coletiva a melhoria das condições de vida. O grupo teve sua formação a partir de um projeto coordenado pela “Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit” (GTZ), conhecida no Brasil como Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, em parceria com a Emater/RS-Ascar, além de outras instituições do município. O grupo apresenta mecanismos próprios de autogestão, sendo que se destaca pela constituição de um círculo de máquinas, espaços para a qualificação além da criação de espaços de lazer e entretenimento e de integração comunitária. Essa estratégia está diretamente relacionada a um compromisso comunitário pelo desenvolvimento, buscando superar não só a marginalização produtiva mas também espaços de participação representação política e bem estar social.

Outra estratégia de organização identificada foi a da Cooperativa Agrária São José Ltda, em Jaguari. A característica principal desta cooperativa foi a definição por um foco produtivo, a uva e o vinho, que vem sendo produzidos na região desde 1888. A formação da cooperativa nasce a partir das dificuldades de comercialização do vinho em 19 de março de 1932, quando ainda os seus associados faziam a elaboração em suas propriedades a cooperativa apenas comercializava. Desde 1939, a cooperativa vem fazendo a elaboração dos vinhos, sendo que em 1992 também passou a incorporar o ramo supermercadista em Jaguari. Atualmente, com 58 associados, a cooperativa pode ser destacada pelo modelo de autogestão, o aumento da produtividade advinda da qualificação coletiva, a garantia de mercado, além da consolidação da marca Vinhos Jaguari.

Entre as formas associativas, destacam-se, pela quantidade e capilaridade nos municípios da Região de abrangência do presente projeto, as Associações de Produtores Rurais. Elas representam uma alternativa na busca da solução de problemas comuns e melhoria das condições de vida, conseguindo atuar de forma mais localizada, além de possuir um arcabouço estrutural simples e enxuto, capaz de permitir uma maior facilidade para a gestão associativa. Dentre essas experiências, o município de São Vicente do Sul, através do escritório municipal da Emater/RS-Ascar, tem estimulado que cada localidade seja representada por uma Associação de Agricultores, com a respectiva definição de seus líderes comunitários. Dessa forma, através dos líderes comunitários, a Associação tem representado o contato permanente das comunidades com as instituições de desenvolvimento, podendo veicular de forma ágil e fácil as principais demandas comunitárias, além de estimular a própria comunidade a exercer o papel de responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. Para tanto, a experiência de Lideranças Rurais de São Vicente do Sul busca, através de uma abordagem direta, identificar os principais resultados dessa estratégia de desenvolvimento.

Outra perspectiva de análise nesse eixo temático foi o potencial de organização coletiva na produção em Assentamentos de reforma agrária. O município de Capão do Cipó caracteriza-se por possuir quatro Assentamentos, beneficiando aproximadamente 200 famílias. O acesso à terra se trata do primeiro desafio dos assentados, o qual abre caminho para outros que se fazem necessários para fazer do novo local um espaço de viver. Entre eles está a reprodução socioeconômica. Nesse sentido é que se busca trazer a sistematização de um grupo de assentados do Assentamento Sepé Tiaraju, o qual vem buscando implementar um projeto de produção e comercialização da mandioca como uma nova opção de trabalho e renda.

Por último, será apresentada a experiência em que a totalidade dos meios de produção são pertencentes a um grupo. Para tanto, busca-se na experiência da Horta Comunitária de Nazaré, na localidade de Rincão Serra do Dico, no município de Unistalda, a trajetória e os desafios de um grupo dessa natureza.

Para a realização da sistematização dessas experiências, foram definidas algumas perguntas norteadoras, dentre as quais se podem citar:

1. Como a organização buscou definir as suas estratégias para construir sua trajetória?
2. Quais os principais resultados e limites da organização dos agricultores?
3. Qual é a capacidade do grupo de resolver sozinhos seus problemas, de fazer seu planejamento?
4. Qual o papel das lideranças na gestão das organizações?
5. Quais as estratégias do grupo e de parcerias ao longo do tempo para reforçar o empoderamento e a autonomia dos agricultores e de sua organização?

8.1 GRUPO PRORENDA SANTO IZIDRO – JAGUARI

Fabiano Damasceno¹

Sidnei Cattelan²

Alex Becker Monteiro³

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Associativismo. Geração de renda.

1. CONTEXTO

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda (Prorenda) foi resultado de um acordo entre os governos brasileiro e alemão e com o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias dos agricultores familiares, a partir da mobilização de seu potencial de autoajuda e de um mínimo de intervenção estatal. O objetivo era apoiar uma proposta de investimentos, elaborada pelo próprio Grupo, em acordo com as propostas iniciais do Projeto Descentralizado de Jaguari.

A organização desses grupos era realizada através de um projeto coordenado pela "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit" (GTZ), conhecida no Brasil como Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, em parceria com a Emater/RS-Ascar.

No município de Jaguari, foi assistido um processo de mudança cultural muito grande, direcionado à organização das propriedades rurais, ao profissionalismo na atividade e à implantação da diversificação de culturas na atividade agropecuária.

Já há algum tempo, o homem do campo não é mais considerado simplesmente um "colono", como foi historicamente caracterizado. Devido à nova realidade rural, ele se transformou ou vem se transformando em um Empresário Rural. E quem não se adaptar a esse novo modelo de gestão empresarial, independente da dimensão da propriedade e das atividades que desenvolve, poderá ser excluído da atividade a que estiver vinculado.

Face ao dinamismo das diversas atividades produtivas e econômicas, o trabalho rural e a produção têm um vínculo muito estreito com a tecnologia, de forma que pro-

1 Técnico em Agropecuária, Biólogo e Mestre em Ciência do Solo, Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Técnico em Agropecuária, Biólogo, Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul

3 Acadêmico do curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

atividade e a qualidade são elementos indispensáveis para ingressar e manter-se em qualquer atividade produtiva.

Para a formação de um Grupo Prorenda, numa perspectiva do empreendedorismo coletivo, como forma de superar dificuldades e construir soluções, foram necessárias dez reuniões denominadas "Os 10 Passos", descritos a seguir:

1. Visita às famílias interessadas no Projeto Prorenda Agricultura Familiar;
2. Avaliação da visita da Equipe Prorenda pelas famílias;
3. Proposta de parceria e 4 perguntas:
 - Como foi no passado, como é hoje e quais as chances e perspectivas no futuro?
 - O que deve ser mudado, o que pode ser mudado e por quais atividades?
 - Quem poderia ajudar nas atividades para mudar?
 - O que poderia ser feito pelos próprios agricultores e agricultoras e grupo para mudar a situação?
4. Decisão das famílias e do grupo sobre sua participação no processo Prorenda e as respostas das 4 perguntas;
5. Avaliação da resposta e sinal de confiança;
 - Prazo de pagamento;
 - Equivalência;
 - Poupança do grupo.
6. Utilização do sinal de confiança do grupo;
7. Análise das prioridades do grupo;
8. Planejamento das atividades;
9. Elaboração do contrato;
10. Assinatura do contrato.

Após o cumprimento dos "10 Passos" está formado um Grupo Prorenda.

No município de Jaguari, quando da implantação do Prorenda, houve grande aceitação dos pequenos agricultores familiares e das entidades. Na época, no município, chegou-se a serem formados 22 grupos, todos apoiados e orientados por entidades do município como Emater/RS-Ascar, Prefeitura Municipal, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Cooperativa Agrícola, sob a coordenação da GTZ.

Algumas das principais expectativas levantadas pelos integrantes dos Grupos Prorenda foram: formação de um grupo organizado; tentativa de superação da individualidade; obtenção de maiores lucros e benefícios; melhor acesso à assistência técnica; e preservação da natureza.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No ano de 1996, em 15 de maio, reuniram-se diversos integrantes da comunidade Rincão Santo Izidro, bem como de comunidades vizinhas, no clube local, com o objetivo de conhecer e fundar um Grupo Prorenda. Essa formação do grupo foi impulsionada pelas entidades do município. Na primeira reunião, estiveram presentes aproximadamente 70 pessoas. Com o passar das reuniões e conforme as famílias foram obtendo o conhecimento de como seria desenvolvido o projeto e a forma de trabalho, vários desistiram da ideia, ficando apenas alguns agricultores (Figura 70). Essa acomodação e ordenamento traduzem um pouco da cultura individualista, visto que um dos eixos centrais do projeto é o associativismo.



Figura 70: Componentes Fundadores do Grupo Prorenda do Rincão Santo Izidro.

Fonte: Arquivo de imagens do Grupo Prorenda.

Após o período inicial de conhecimento e aprofundamento, o grupo Prorenda do Rincão Santo Izidro foi efetivamente composto por 15 famílias da comunidade tendo como representantes diretos das famílias os homens, sendo eles: Alvino Monteiro, Artur Becker, Bolivar dos Santos, Clovis Maia Ereno, Eliseu Medeiros, Elton Becker, Ernei Velho, Helio Velho, José David Lanes, José Clenir Quincozes, Nelson Clair Lanes, Nilton Becker, Orides Lanes, Paulo Iderlan Maia e Volnei Becker.

O processo de formação do Prorenda ocorreu através da metodologia dos "Dez passos", período em que o grupo de produtores conheceu a pedagogia e o modo de

trabalho. Na primeira etapa, o grupo passou a conhecer como funcionaria o projeto Prorenda, sendo assim debatidas e respondidas as seguintes perguntas: Por que queremos formar um grupo Prorenda? Como ele deverá funcionar? Quais as dúvidas que ainda temos sobre o Prorenda-RS-T1?

Na segunda etapa, foi eleita a primeira Coordenação do Grupo ficando composta pelas seguintes pessoas: Coordenador – Senhor Elton Becker, primeiro secretário – Senhor Elizeu Medeiros, segundo secretário – Senhor Clair Lanes e tesoureiro – Iderlan Maia. A diretoria permaneceria na coordenação por dois anos, quando seria realizada nova eleição. Após a eleição foram criadas regras de funcionamento do Grupo, ficando definidas principalmente as seguintes: a) o Grupo estava fechado, de modo que um integrante só poderia passar seu "Sinal de Confiança" para seu filho com aceitação dos demais componentes; b) as decisões seriam tomadas em conjunto; e c) cada integrante do Grupo deveria ter o máximo de comprometimento com o mesmo, participando de forma regular das reuniões e respeitando seus colegas de Grupo.

Na terceira etapa, o grupo ficou conhecendo o que seria o "Sinal de Confiança" e como ele funcionaria. A explanação foi conduzida pelo Senhor Elsor Carvalho, coordenador dos 10 passos de formação de um Grupo Prorenda. O sinal de confiança consiste numa determinada quantia de dinheiro, para cada família integrante do grupo, a ser liberada integralmente para o grupo, visando à criação de condições concretas para o diálogo, decisão e responsabilidade do mesmo. Esse recurso constitui o Fundo Rotativo do grupo, administrado e decidido pelo mesmo, visando ao financiamento de atividades prioritárias das famílias integrantes. O sinal de confiança posteriormente seria muito importante para o Grupo começar a adquirir suas máquinas e equipamentos para uso coletivo. Nessa terceira etapa, foram definidos os próximos passos: a) prioridades, como aquisição de equipamentos agrícolas necessários para qualificar semeadura e colheita, visto que, esses equipamentos seriam inacessíveis se comprados individualmente; b) definição da equivalência produto, moeda de pagamento do serviço das máquinas/equipamentos, a qual seria baseada no preço mínimo de mercado do saco de milho e serviria para a aquisição de novas máquinas que o Grupo determinasse necessária para si; e c) a poupança que seria criada e o prazo de reinvestimento. A poupança foi criada em função de que o Grupo tinha dinheiro em caixa e os integrantes decidiram criá-la para custear alguma manutenção dos implementos adquiridos ou empréstimos, caso algum componente necessitasse. Já o prazo de reinvestimento serviria para algum integrante que necessitasse do dinheiro em caixa, tendo em vista que este valor deveria ser devolvido no prazo de 6 meses. Após o terceiro passo, o grupo passou a trabalhar sozinho, sem orientadores como nas etapas anteriores.

Após a consolidação do grupo, eles obtiveram um sinal de confiança vindo da Alemanha, para que com aquele valor pudessem comprar os primeiros equipamentos necessários para desenvolver as atividades agropecuárias típicas do grupo, como plantio de culturas agrícolas de soja, arroz e milho. O sinal de confiança era baseado

no preço mínimo da saca de milho. O primeiro equipamento adquirido foi uma semeadora de plantio direto para milho (Figura 71), a qual foi definida como prioridade, no valor de R\$2.775,00. Desse valor recebido cada família deveria pagar uma parcela de R\$185,00, sendo que, dessa quantia, R\$92,50 era para a Prefeitura Municipal de Jaguari e R\$92,50 para a GTZ. Após a aquisição da máquina, o Grupo definiu as seguintes regras de uso:

- Cada componente teria direito de semear 4 hectares sem custos. Se demandasse mais do que esse limite, deveria pagar 1,0 saco de milho por hectare excedente, sendo que esse valor seria pago em dinheiro, baseando-se no preço mínimo do produto no mercado.
- O empréstimo da semeadora para terceiros seria autorizado caso nenhum integrante do grupo estivesse utilizando-a. O custo do empréstimo seria de 2,0 sacos de milho por hectare plantado, e esse valor seria pago em dinheiro baseando-se no preço mínimo do produto.
- Se a semeadora sofresse algum dano, quando em uso por um dos integrantes do Grupo, o custo do conserto seria dividido entre os componentes. No entanto, se isso ocorresse quando emprestada a terceiros, estes teriam responsabilidade pela manutenção da mesma.



Figura 71: Semeadora de plantio direto do Grupo Prorenda Santo Izidro.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Monteiro.

Após a semeadora o Grupo Prorenda realizou uma compra de insumos em conjunto, participando desse negócio sete componentes.

Posteriormente à consolidação inicial, foram realizados torneios de bochas e ações entre amigos, a fim de arrecadar recursos para a manutenção da semeadora, bem como para ajudar a compor a poupança, a qual serviria para posteriores custos imprevistos e aquisição de outros maquinários.

Com o passar do tempo e as novas demandas, a próxima aquisição foi um secador de milho leito fixo. Tal aquisição foi motivada, principalmente, pelas frequentes enchentes ocorridas na localidade, atingindo principalmente a lavoura de milho, sendo o secador fundamental para garantir colheita e armazenagem da produção. O secador adquirido foi instalado no galpão na propriedade dos senhores Volnei Becker e Hêlio Velho, ambos integrantes do Grupo. Para o serviço, foi estabelecida uma taxa de 2% do produto secado para manutenção e despesas com energia elétrica. Esse secador também serviu para terceiros sendo cobrada uma taxa de secagem.

No dia 04 de março de 1998, o Senhor Artur Becker pediu afastamento do Grupo, pois não estava concordando com as regras e com o modo de trabalho realizado até o momento. Com sua saída o Prorenda de Santo Izidro passou a ser composto por catorze componentes. No mês de agosto daquele ano, foi realizada uma prestação de contas, informando a todos os componentes as despesas com a semeadora de plantio direto e com o secador de milho, restando um saldo positivo de R\$391,25, sendo esta importância destinada para a poupança.

No mês de junho de 1998, o Grupo realizou assembleia para prestação de contas dos lucros da secagem de milho, resultando 83 sacos. Ficou decidido que esse produto seria vendido, apurando um montante de R\$173,00. Na mesma data, houve nova eleição da diretoria tendo sido eleito coordenador, Iderlan Maia, tesoureiro, Alvino Monteiro, e primeiro e segundo secretários, Nelson Clair Lanes e Ernei Velho respectivamente. Essa diretoria ficaria no cargo de 1999 a 2000.

No ano de 1999, o Grupo sentiu a necessidade de comprar um Distribuidor de Calário, ficando estipulado que cada integrante teria o direito de distribuir 30 toneladas e, caso excedesse essa quantia, seria cobrada uma taxa de R\$4,00 por tonelada. Para aluguel a terceiros, esse valor seria cobrado por tonelada.

No dia 14 de julho de 2001, após prestação de contas, realizou-se mais uma eleição para coordenador do Grupo Prorenda, sendo eleito o Sr. Alvino Monteiro como coordenador, o Sr. Volnei Becker como tesoureiro e o Sr. Orides Lanes como secretário, os quais permaneceram no cargo no período de duas gestões (4 anos).

No ano de 2002, já com 6 anos, o Grupo realizou sua primeira palestra, sendo esta ministrada pelo Engenheiro Agrônomo José Tronconi, representante do IRGA de Cachoeira do Sul/RS e, logo após, Jairo André Sehlinde, também Engenheiro Agrônomo. As palestras trataram sobre adubação e correção de solo.

Um grande apoiador e incentivador do Grupo foi o Engenheiro Agrônomo e, na época, professor da URI – Campus Santiago, Wellington Zanini. Este incentivou o Grupo e realizou diversos dias de campo junto com os integrantes, com a participação de alunos do curso de Agronomia da UFSM e da URI – Campus Santiago.

No dia 29 de maio de 2004, em função de compromissos particulares e por faltar a muitas reuniões o senhor Elizeu Medeiros feriu uma das regras de criação do Grupo, passando seu lugar, com o consentimento de todos os integrantes, para seu irmão Idenio Medeiros, visto que este já vinha representando-o em várias reuniões anteriores. Também nessa mesma época, o senhor David Lanes, em função de doença de sua esposa, deixou o Grupo, indo residir na cidade de Jaguari. Em função disso, o Grupo o ressarcia pelos anos de contribuição com o valor de R\$500,00. Após esse imprevisto, o Grupo passou a contar com 13 integrantes. Nessa mesma data, houve mais uma eleição de coordenação, passando a ser composta por: Clóvis Maia Ereno – coordenador, Orides Lanes – secretário e José Clenir Quincozes – tesoureiro.

Em 22 de outubro de 2005, após aposentadoria, o Sr. Nelson Clair Lanes passou seus direitos de uso de equipamentos e capital adquirido, juntamente com os demais componentes do Grupo, para seu filho Paulo Rogério Lanes.

Em 21 de Janeiro de 2006, durante reunião, o Grupo formalizou parceria com a UFSM, sendo que nessa data os acadêmicos Bruno Kregueir e Jaqueline Quincozes realizaram um trabalho de questionário com o Grupo pelos acadêmicos.

No dia 20 de janeiro de 2008, foi realizada mais uma eleição de coordenação, ficando composta da seguinte forma: coordenador – Paulo Iderlan Maia, tesoureiro – Volnei Becker e secretário – Orides Lanes.

Em janeiro de 2010, foi eleita a nova coordenação do Grupo, sendo composta da seguinte maneira: coordenador – Orides Lanes, tesoureiro – Bolivar dos Santos e secretário – Paulo Rogério Lanes. Esta é a atual coordenação do Grupo.

Cabe destacar que, dentre os 22 Grupos criados inicialmente no município de Jaguari, o Prorenda Santo Izidro é o único que continua em plena atividade. Com seus 15 anos de existência, foram adquiridos um quadro de máquinas expressivo para o Grupo de pequenos agricultores como: semeadora de plantio direto de milho, secador de milho, distribuidor de calcário com concha para carga e descarga, debulhador de milho e também galpão para guardar o maquinário (Figura 72). Nessa trajetória, o Grupo fez parcerias com a Emater/RS-Ascar escritório de Jaguari, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural, Prefeitura Municipal de Jaguari, URI – Campus Santiago e UFSM.



Figura 72: Galpão destinado para guardas as máquinas do Grupo Prorenda Santo Izidro.

Fonte: Arquivo pessoal de Alex Monteiro.

Na visita ao Grupo, foi relatado que sua criação e manutenção proporcionaram aos agricultores resultados muito positivos como união, atendimento coletivo de dúvidas técnicas, através de cursos/palestras realizadas, e parcerias consolidadas com as entidades públicas e privadas. Também foi mencionado que o Grupo quase foi extinto, em função de um projeto vindo da Prefeitura Municipal de Jaguari, cujo objetivo era unificar todos os Prorenda, criando um grande Grupo. Considerando o bom funcionamento em que se encontra o mesmo, foi em virtude do significativo esforço dos integrantes do Grupo que tal proposta não foi adiante, e hoje o Grupo de Santo Izidro continua unido, forte e fechado trabalhando lado a lado.

As perspectivas futuras do Grupo é manter-se em atividade, visto que se constitui em grande desafio trabalhar na agricultura familiar. Mas, mantendo-se em Grupo, é possível adquirir equipamentos e insumos essenciais à produção, sem onerar a atividade, dividindo, inclusive, os riscos e o alto custo de máquinas.

3. RESULTADOS

1. Aprenderam a trabalhar coletivamente;
2. Aquiriram equipamentos em conjunto;
3. Obtiveram lazer e entretenimento, como jantares, amistosos de bocha, reuniões, etc.;
4. Foram capacitados através de cursos;
5. Houve aumento de produtividade e produção.

4. LIMITES

1. Falta de interesse de alguns componentes do Grupo;
2. Dedicção a outras atividades, deixando o Grupo em segundo plano;
3. Diminuição das famílias pelo envelhecimento e migração para a cidade;
4. Dificuldade em diversificar a produção;
5. Falta de mão-de-obra.

5. COLABORADORES

- Alvino Monteiro – Integrante do Grupo Prorenda.
- Bolivar dos Santos – Integrante do Grupo Prorenda.
- Clovis Maia Ereno – Integrante do Grupo Prorenda.
- Elton Becker – Integrante do Grupo Prorenda.
- Ernei Velho – Integrante do Grupo Prorenda.
- Helio Velho – Integrante do Grupo Prorenda.
- Idenio Medeiros – Integrante do Grupo Prorenda.
- José Clenir Quincozes – Integrante do Grupo Prorenda.
- Nilton Becker – Integrante do Grupo Prorenda.
- **Orides Lanes – Atual coordenador do Grupo Prorenda.**
- Paulo Iderlan Maia – Integrante do Grupo Prorenda.
- Paulo Rogério Lanes – Integrante do Grupo Prorenda.
- Volnei Becker – Integrante do Grupo Prorenda.

8.2 COOPERATIVA AGRÁRIA SÃO JOSÉ LTDA – JAGUARI

Rafaela Vendruscolo¹

Rodrigo Belmonte²

Sidnei Catelan³

Alex Becker Monteiro⁴

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativa. Agricultura familiar. Geração de renda. Vitivinicultura.

1. CONTEXTO

O município de Jaguari, emancipado em agosto de 1920, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul. Com altitude média de 153 metros e área territorial de 673,5 quilômetros quadrados, está localizado a uma distância de 420 km da capital Porto Alegre, tendo como via de acesso a BR-287. Apresenta população de aproximadamente 11.473 habitantes, dos quais 47% são moradores da zona rural, com predomínio de agricultores familiares, e 53% são moradores da zona urbana. Limita-se, ao norte, com o município de Santiago, a leste, com os municípios de Jari e Mata, a oeste, com o município de São Francisco de Assis e, ao sul, com o município de São Vicente do Sul.

Jaguari caracteriza-se como um polo regional de agricultura familiar, com base na diversificação produtiva. Além disso, desfruta de um local propício para a produção de uva e de vinho, tendo em vista seu clima favorável, com baixas precipitações e com períodos de luminosidade maiores no verão, o que agrega maior qualidade, aroma e cor ao produto, que possui maior concentração de açúcar. Também é importante acrescentar que o município dispõe de uma das mais belas paisagens da região, dispondo de diversas potencialidades turísticas.

¹ Graduada em Ciências, Mestre em Extensão Rural, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Administrador, Mestre em Engenharia de Produção, Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Técnico em Agropecuária, Biólogo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

⁴ Acadêmico do Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

A formação da Colônia Jaguari tem início em 1871 pelo governo imperial, constituindo 249 núcleos agrícolas que permaneceram desocupados até setembro de 1888, quando 25 lotes foram ocupados por imigrantes italianos. Nesse período de relações políticas com o império, muitos imigrantes italianos aguardavam, na colônia de Silveira Martins/RS, a distribuição dos lotes prometidos na nova Colônia (Jaguari). Somente ao final de 1889, os núcleos colônias começaram a receber mais imigrantes tanto italianos quanto poloneses, alemães, etc.

Com a chegada dos imigrantes italianos, em 1888, aliada às potencialidades naturais do local, teve início a vitivinicultura no município. As terras, que hoje constituem as localidades do Chapadão e Marmeleiro, foram loteadas pelo governo imperial e abrigaram 25 famílias de imigrantes italianos, os quais se organizaram em unidades de produção familiar com base na diversificação produtiva e, principalmente, no autoconsumo e a comercialização do excedente. A produção vitivinícola, juntamente com outros produtos, constituía a fonte de renda e de consumo dessas famílias de imigrantes, as quais beneficiavam o vinho de forma artesanal em suas casas. No século XX, a crescente inserção desses colonos na economia capitalista intensificou a necessidade de produzir mais para a comercialização. Além disso, identificavam-se dificuldades para a produção e a comercialização dos produtos de forma individualizada. Foi encontrada na cooperação a solução para o enfrentamento desses impasses.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A produção vitivinícola em Jaguari teve início com a cultura produtiva dos imigrantes italianos, os quais plantaram seus parreirais assim que se estabeleceram nos lotes da Colônia. A produção de uva e de vinho constituía uma das fontes de renda dos colonos, que beneficiavam seu vinho em suas cantinas, de forma artesanal, assim como comercializavam-no em suas casas ou nos locais de comercialização disponíveis na cidade ou arredores. Assim, a cultura colonial, com base na produção familiar e diversificada, destacava Jaguari como um centro de produção de vinho em uma região um tanto distante da Quarta Colônia e da região de Caxias do Sul, outros centros de tradição produtora de vinho colonial.

O distanciamento das colônias e a cultura de consumo que se instalava na região fizeram crescer a procura pelo produto que era comercializado pelos colonos em suas residências. A individualidade da produção e a comercialização tornavam-se inviáveis ora pela falta do produto diante da procura, ora pela dificuldade em buscar mercados fora da colônia em tempos de pouca demanda local. Essas dificuldades fomentaram a união de 39 colonos, produtores de uva e vinho nas localidades do Chapadão e Marmeleiro, para a criação de uma cooperativa como ponto de comercialização de seus produtos.

A Cooperativa Agrária São José LTDA foi fundada em 19 de março de 1932, recebendo esse nome em homenagem ao dia de São José, na religião católica. Os idealizadores e

respectivos sócios fundadores da cooperativa foram os seguintes: MAXIMILIANO CORTIANA, DOMINGOS BATAGLIN, VITORIO LENA, EUGENIO LENA, MIGUEL JOSÉ SACILOTO, LUIS LENA, ANTONIO PASQUOTO, ANTONIO ZANIN, JOSÉ VENCATO, VERGILIO FARINA, JOSÉ LORENZONI, PEDRO MARCHIORI, PEDRO CADÓ, BORTOLO SONZA, ITALICO BOER, RISIERI ZANIN, JOSÉ DRI, UMBERTO ZAMPERETI, EUGENIO SCALVENZI, CELESTE LEORATO, ELISEU LEORATO, JOSÉ GUERRA, OLINTO SONZA, LUIZ CATARIM MOLETA, ANGELO MOLETA, FRANCISCO MINUZZI, ALEXANDRE CHECIM, AFONSO BOLSAN, CARLOS SACILOTO, PEDRO ZUCHETO, JOÃO MINUZZI SOBRINHO, JOSEFINA ZUCHETO, GIACOMO MINUZZI, JOÃO BIDINOTO, JOÃO ANTONIO MINUZZI, JOÃO GUERRA e JOÃO PUIATI.

Segundo Guasso (2011), os sócios produziam seus vinhos e levavam à cooperativa para a comercialização. Essa produção era recebida na cantina para haver uma padronização na embalagem (Figura 73) e para posterior venda da mesma, construindo uma identificação coletiva. O objetivo inicial da Cooperativa era apenas dar suporte para a comercialização da produção, servindo como um ponto de escoamento e de identificação dos produtos. Contudo, os vinhos recebidos eram muito diversificados em seus aromas, sabores e cores, resultado dos vários e diferentes processos de fabricação nas cantinas dos produtores. Esse fato acarretou mudanças no sistema em poucos anos. Em 1939, a Cooperativa passou a receber o produto (uva) *in natura*, passando assim a fazer todo o processo de elaboração do vinho de forma padronizada, visando à qualidade de seus vinhos e à sustentabilidade econômica. Assim, a identidade da marca "Vinhos Jaguari" consolida-se, no município e na região, ampliando o círculo de apreciadores e consumidores (GUASSO, 2011).



Figura 73: Prédio do parque de produção da cantina da Cooperativa São José.

Fonte: Arquivo de imagens da Cooperativa Agrária São José LTDA.

As variedades de uvas cultivadas na fundação da Cooperativa eram basicamente a Isabel e a Goethe, o que dava origem aos vinhos Jaguari Tinto Seco, Branco Seco, Tinto Suave e Branco Suave. É importante ressaltar que o vinho Medalhão, produzido através da uva Goethe, segundo o enólogo Guasso, foi lançado apenas no ano de 1975 e se tornou um dos vinhos mais renomados da Cooperativa Agrária São José LTDA.

No ano de 1975, em parceria com o professor Carlos Eugenio Daut, formado em agronomia na UFSM, o qual havia concluído sua especialização na Califórnia sobre a produção de vinho com culturas puras, a Cooperativa desenvolveu um projeto de modificação nas instalações da vinícola, com o intuito de produzir vinho com culturas puras

(DRI, 2011). Com isso, tornou-se necessária a contratação de um enólogo especializado na produção de vinho através de culturas puras, ou seja, culturas puras são leveduras selecionadas em laboratório. Na época, a Cooperativa foi pioneira nessa produção, sendo contratado o Senhor João Valeri Guasso como enólogo especializado, o qual atua na cooperativa há 36 anos. Essas mudanças foram fundamentais para a consolidação da vitivinicultura na região e a solidificação da Cooperativa Agrária São José, reconstruindo e ressignificando a identidade dos "Vinhos Jaguari" (Figura 74). A cooperativa adquiriu novo *status* com a produção de vinho através das culturas puras, incorporando a marca Medalhão ao seu teor peculiar (Figura 75).



Figura 74: Vinho Jaguari Tinto de Mesa Seco da Cooperativa São José.

Fonte: Arquivo de imagens da Cooperativa Agrária São José LTDA.



Figura 75: Vinho Medalhão Branco de Mesa da Cooperativa São José.

Fonte: Arquivo de imagens da Cooperativa Agrária São José LTDA.

No ano de 1992, a cooperativa passou a atuar no ramo de supermercados em virtude de que só com o vinho a cooperativa não sobreviveria, pois a época de pico de venda é no inverno e, nos outros meses, a venda cai. Em função disso, resolveu-se criar o mercado para obtenção de um capital de giro maior (Guasso, 2012). No supermercado, hoje, a cooperativa comercializa de 10 a 15% da sua produção de vinho, contando com produtos

oriundos dos produtores associados como hortifrutigranjeiros e também outros vindo de agroindústrias locais como queijos, embutidos e seus derivados. A Cooperativa São José constitui uma das empresas mais antigas do município que está em atividade, sendo motivo de orgulho de seus associados, empregados e de seus administradores.

Atualmente, ao completar 80 anos de existência, a cooperativa é composta por 58 associados, que atuam na produção de uva de forma individualizada em suas unidades de produção e no beneficiamento dos vinhos e sua comercialização de forma cooperativa. Contudo, a produção da uva é fundamental para a elaboração de um bom vinho e, assim, a produção recebe um acompanhamento, sendo a cooperativa um Agente de Assistência Técnica para seus associados buscando, constantemente, parcerias para a melhoria da qualidade dos produtos. A Cooperativa conta com 24 funcionários, sendo que 14 atuam no atendimento do supermercado. Na fábrica e na cantina atuam os outros 10 funcionários que fazem toda a produção do vinho, a qual é coordenada pelo enólogo responsável, o Sr. João Valeri Guasso.

Dentre os produtos ofertados pela cooperativa, os vinhos que se destacam são aqueles relacionados às duas marcas, Medalhão e Jaguari. Os vinhos comercializados com a marca Medalhão são o Vinho Branco Seco 100% uva Goethe e o Vinho Tinto Seco 100% uva Cabernet Sauvignon. Com a Marca Jaguari, são comercializados o Vinho Tinto Seco e o Vinho Tinto Suave, produzidos com a uva Bordô e outras, além do Vinho Branco Seco e do Vinho Branco Suave, com a uva Goethe. Esses produtos são comercializados também em *kits* especiais para presentes (Figura 76).



Figura 76: Marcas de vinho disponíveis na Cooperativa Agrária São José Ltda.

Fonte: Arquivo de imagens da Cooperativa Agrária São José LTDA.

A armazenagem do vinho para a comercialização, em sua maioria, é realizada em garrafas Pet's de 2 litros, tornando o produto mais viável para seu público-alvo no município. Também é armazenado em garrafas de 700 ml, em garrafões de cinco litros e em

bags de 5 e 3 litros, sendo que, nas *bags* de 5 litros, é comercializado o vinho Medalhão e, nas de 3 litros, é comercializado o vinho Cabernet Sauvignon (Guasso, 2011). A comercialização dos produtos é realizada no supermercado da cooperativa, na própria cantina e em pontos de comercialização parceiros em toda a região do Vale do Jaguari. Destes, destaca-se o município de Santiago como um dos principais consumidores, estendendo-se até o município de São Borja. Destaca-se, ainda, a comercialização em menor escala em alguns municípios da Serra Gaúcha e na capital. A entrega dos produtos é realizada pela própria cooperativa que possui caminhão especializado.

No quadro abaixo, é possível visualizar a evolução que a produção de uva e de vinho da Cooperativa nos últimos quatro anos e, conseqüentemente, o grande aumento na venda de vinho tinto (Guasso, 2011).

Quadro 01: Evolução da produção de uva e vinho na cooperativa nos últimos quatro anos.

Ano	Uva Tinta (Kg)	Uva Branca (Kg)	Total comercializado (Kg)	Vinho Tinto (Lts.)	Vinho Branco (Lts.)	Total comercializado (Lts.)
2007	197.258	629.272	826.530	369.120	100.600	469.720
2008	125.029	258.173	383.202	336.912	100.811	437.723
2009	202.345	417.905	620.250	343.785	103.724	447.509
2010	133.833	416.126	549.979	355.256	114.307	469.563

Essa crescente expansão dá-se por vários indicadores como a padronização do processamento e a instalação de equipamentos mais sofisticados. Hoje, a capacidade de estocagem das pipas de Inox é de 571.000 mil litros e das de madeira, 481.000 mil litros, com capacidade total de 1.052.000 mil litros de vinho. A expansão também resulta da diversidade de produtos que são comercializados na Cooperativa, como Vinho de Mesa e Fino, *Cooler* e suco. Ademais, o fomento ao turismo, promovido pelas administrações municipais, apontam para a crescente visitação de pessoas de fora do município e região, o que também eleva o sucesso da Cooperativa.

A estrutura física que a Cooperativa desfruta foi constituída toda através de recursos próprios. Vale destacar que, nos primeiros anos de existência da Cooperativa, alguns associados entregaram até duas safras sem retorno financeiro, apenas investindo na Cooperativa. Atualmente, desfruta-se de um total de 2.400 metros quadrados de área construída em seu parque de produção ou cantina, num terreno de 9.500m² (Figura 77). O supermercado desfruta de aproximadamente 847m² de área construída, entre espaço comercial, administrativo e depósito.



Figura 77: Parque de produção da cantina da Cooperativa Agrária São José.

Fonte: Arquivo de imagens da Cooperativa Agrária São José LTDA.

A organização cooperativa possui um regimento construído ao longo dos 80 anos pelos diversos sócios, adequando-se a cada tempo. Atualmente, o lucro, ao final de cada safra, é capitalizado ou distribuído em respectivas quotas de participação de seus associados (GUASSO, 2011). Tendo em vista que o associado desfruta desse lucro da maneira que desejar, pode retirá-lo em forma de mercadorias no supermercado ou em dinheiro, da maneira que achar necessário.

A Cooperativa possui grandes parcerias com a Embrapa e o IFFarroupilha. Em relação à Embrapa a parceria vem desde 1988, quando ela começou um trabalho juntamente com a Cooperativa. Desde então, vem se mantendo uma relação periódica com encontros e visitas. Já o IFFarroupilha sempre se manteve em contato, mas a aproximação ficou mais forte após a instalação de um Campus Avançado em Jaguari, quando a relação se consolidou.

Também a participação da Cooperativa junto à Aprovijs é feita de forma associativista sendo uma participação de igual para igual entre os dois órgãos.

Segundo Guasso (2011), a trajetória da Cooperativa Agrária São José LTDA nos mostra um eficiente exemplo de cooperativismo. Com seus 80 anos de criação, é o resultado de muita luta e persistência por parte de seus associados, empregados e administradores. É um exemplo de experiência em desenvolvimento regional, que busca a proximidade com a realidade local e regional. A marca "Vinhos Jaguari" é reconhecida em todo o Rio Grande do Sul, por consumidores que apreciam o sabor peculiar da produção cooperativa de vinhos de excelente qualidade.

A Cooperativa também tem um importante papel no turismo local, visto que é um grande atrativo, por sua história e por seu produto de excelente qualidade. É notório que o município de Jaguari tem um grande potencial turístico, pois desfruta de uma das mais belas paisagens da região central do Rio Grande do Sul, sendo conhecida por ser a "Cidade das Belezas Naturais", desenvolvendo, dessa forma, vários setores da economia no município.

3. RESULTADOS

Alguns resultados podem ser observados pelos associados ao longo da existência da Cooperativa Agrária São José Ltda. Podemos destacar o aumento da produtividade em virtude da maior qualificação e troca de experiência implícita no cooperativismo, possibilitando melhorias e maior conhecimento na produção vitivinícola. Além disso, a formação da cooperativa possibilitou a construção de espaços para a produção e comercialização de forma coletiva, aumentando-as consideravelmente.

Com isso, pode-se verificar um processo longo de consolidação da marca “Vinhos Jaguari”, que gradativamente estende-se a consumidores cada vez mais distantes do município. Observa-se, ainda, que a melhoria da qualidade dos vinhos e a constante presença das ações da Cooperativa nos meios de comunicação da região estimularam a presença de visitantes na vinícola, explorando as potencialidades turísticas da vinícola.

Essas melhorias proporcionaram, ao longo da história, o aumento do número de associados, possibilitando geração de renda e trabalho cooperativo a mais produtores rurais do município. Seus associados se mantêm basicamente da agricultura familiar, incentivando a permanência dos agricultores no meio rural, inclusive dos jovens, que encontram alternativas de renda nas propriedades familiares. Identifica-se, também, a melhoria da qualidade de vida das famílias associadas, a recuperação da autoestima e a valorização do rural e de suas tradições.

4. LIMITES

A experiência da Cooperativa São José apresenta alguns limites que já acompanham a história da organização. Alguns limites podem ser solucionados no que diz respeito à falta de participação total dos associados na construção coletiva da cooperativa. Assim como, as dificuldades de comercialização do produto e de sustentabilidade da cooperativa em períodos de verão, quando o consumo de vinhos não é a preferência do consumidor. Contudo, a alta tributação na produção dos vinhos brasileiros, comparados à baixa tributação dos vinhos importados, indica a falta de incentivo à produção nacional e inviabilizam a livre competição de mercado, constituindo-se como limites que independem da cooperativa.

5. BIBLIOGRAFIA

GAL, N. *A organização cooperativa e o desenvolvimento rural*. 2^o ed. Fortaleza, BNB/ETENE, 1982. 103p.

BRESSAN, H. *Boca da Picada: Raízes e História de Jaguari* 1^o Distrito. Jaguari, RS: O Autor, 2004.

6. COLABORADORES

- Daguiomar Reolon – Atual presidente da Cooperativa Agrária São José LTDA.
- João Valeri Guasso – Enólogo e administrador responsável pela Cooperativa Agrária São José LTDA.
- Jacira Sonza – Gerente do supermercado da Cooperativa Agrária São José LTDA.
- Cevy Tambara – Advogado, neto do sócio fundador Maximiliano Cortiana.
- Helso Dri – Filho do Sr. Henrique Dri, o qual atuou como gerente da Cooperativa Agrária São José LTDA.
- José Milton Dri – Filho do Sr. Henrique Dri, o qual atuou como gerente da Cooperativa Agrária São José LTDA.
- João Damásio Catelan – Jaguariense, atuante no município e grande conhecedor da história do município e região.

8.3 LIDERANÇAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL

Antônio Carlos Minussi Righes¹

Katchenko Maia Rosa²

Eronita Pereira da Rocha³

Crescêncio Olegário Ramagem de Medeiros⁴

João Raimundo Cruz da Cruz⁵

PALAVRAS-CHAVE: Liderança comunitária rural. Desenvolvimento rural. Comunidade.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

São Vicente do Sul já foi um aldeamento de índios Guaranis, entre os rios Toropi, Jaguari e Ibicuí. O município tem suas origens no ano de 1632, com a chegada dos jesuítas espanhóis. Na época, sob o comando do Padre Cristóvão Mendoza e Orelhana, ergueu-se a Redução de São José, que chegou a abrigar mais de 5.800 habitantes, sendo a maior parte índios convertidos ao cristianismo.

Tão logo chegou a São Paulo a notícia de que nas reduções jesuíticas abrigavam numerosos índios civilizados, os paulistas organizaram expedições como a de Antonio Tavares e entraram no Rio Grande do Sul, atacando e dizimando as reduções. Não se sentindo seguros no Rio Grande do Sul, os jesuítas mudaram-se com o que restava da aldeia para a outra margem do Rio Uruguai. Na aldeia de São José, permaneceu o gado, criando-se xucros nos verdes campos do atual município de São Vicente do Sul.

Em 1682, os padres missionários reergueram novas missões, dando início aos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, contando com numerosos rebanhos para o sustento da

1 Administrador, Mestre em Engenharia da Produção, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul.

3 Pedagoga, Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

4 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul

5 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

população. Assim, passaram a dividir o Estado do Rio Grande do Sul em grandes estâncias. Nesse período, foi fundada a Estância de São Vicente, pertencendo ao povo de São Miguel.

Os ataques às missões jesuíticas continuaram até por volta de 1801, com a total destruição das aldeias. Era o fim das Missões. Após a expulsão dos jesuítas, parte do vale de São Vicente passou a ser ocupada por estancieiros portugueses. Mais tarde, com a Revolução Farroupilha, migraram para São Vicente indígenas de outras reduções, vindo juntar-se aos que ali existiam. Instalaram-se em pequenos ranchos em Cavajuretã, Loreto, São Pedro do Ibicuí, na região hoje conhecida como Timbaúva dos Mellos e ao redor da atual cidade de São Vicente do Sul.

Primeiramente, São Vicente fazia parte do território de Rio Pardo. Depois, com a criação do município de São Gabriel, passou a ser o 3º distrito deste. Através da Lei nº 1032, de 29/04/1876, São Vicente, então 2º distrito especial de São Gabriel, foi elevado à categoria de vila, e, depois, de Município, incorporando terras de São Gabriel e Itaqui.

O povoado foi primeiramente denominado São Vicente, pelos jesuítas, devido à imagem de São Vicente Ferrer, padroeiro da estância jesuítica, trazida por eles, hoje na igreja matriz. Em 1944, por interesses políticos, passou a denominar-se General Vargas, em homenagem a Manoel do Nascimento Vargas, pai do Presidente da República Getúlio Vargas. Em 1969, voltou a chamar-se São Vicente e, para distingui-lo do seu nome onomástico de São Paulo, São Vicente do Sul.

O Município de São Vicente do Sul está localizado na Depressão Central do Rio Grande do Sul, conforme Figura 78. Limita-se, ao norte, com o Município de Jaguarí, ao sul, com Cacequi, a leste, com São Pedro do Sul e Mata, e, a oeste, com São Francisco de Assis e Alegrete. Possui clima subtropical. Sua população é de 8.440 habitantes, com forte influência das etnias alemã, italiana, indígena e portuguesa⁶.



Figura 78: Mapa de localização do município de São Vicente do Sul.

6 IBGE-2012

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística-2012.

Quadro 01 – Dados do município de São Vicente do Sul

População total:x	8.440 habitantes
Área (2010):	1.174,9 km ²
Densidade demográfica (2010):	7,2 hab/Km ²
Taxa de analfabetismo (2010):	7,51%
Expectativa de vida ao nascer (2000):	76,54 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010):	12,50 por mil nascidos vivos
Data de criação:	29/04/1876 – (Lei nº1032)
Município de origem:	Alterada pela Lei nº. 5930 de 31/12/1969 – Itaqui e São Gabriel

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística – 2012

A economia da cidade de São Vicente do Sul baseia-se essencialmente na agricultura e pecuária. A principal cultura é o arroz, em nível de expansão. Outro setor fortemente importante para o município é o Instituto Federal Farroupilha. As tradições e costumes estão vinculados à Revolução Farroupilha, em homenagem ao general farrapo João Antônio da Silveira, e ao trabalho do homem com o gado, originado das grandes estâncias, como marcação, carreiradas, jogo do osso, de bocha e fandangos, fazendo parte do Movimento Tradicionalista Gaúcho, com a criação do CTG Cancela da Fronteira, em 1975.

As festas mais tradicionais do município são a FECOBAT, a Festa em homenagem ao padroeiro São Vicente Ferrer, a Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas, a Caminhada ecológica e os bailes de Kerb's.

A agricultura familiar é a principal fonte de subsistência e renda para as famílias rurais, sendo o milho a mandioca e a batata doce as principais culturas. Alguns agricultores familiares produzem arroz, além da pecuária familiar (bovinos de corte, aves, suínos), que se constitui mais numa fonte de economia para eventuais necessidades.

O abastecimento de água para as moradias das localidades rurais se dá através de poços artesianos comunitários com cloradores em suas instalações. Estão abastecidas pelos poços artesianos aproximadamente 298 famílias, 260 alunos e 06 associações comunitárias. As comunidades têm o apoio técnico da Emater/RS-Ascar, juntamente com a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul.

2. descrição da experiência

Ao mesmo tempo em que a comunidade está sendo mobilizada e como todos os seus membros participam nas escolhas sobre que ação a tomar, torna-se imprescindível combinar esforços para as escolhas certas na decisão de ações que melhorem a quali-

dade de vida de uma comunidade.

Diante disso, a busca pelo desenvolvimento faz com que os diferentes atores locais busquem parcerias e comprometimento no processo. É necessário que a existência de líderes que compreendam seu papel em motivar a promoção para ações estratégicas para o desenvolvimento local seja preparada para a efetividade das ações.

A preocupação constante do Poder Público e da comunidade em geral em buscar meios adequados para acontecer o desenvolvimento local são notórias. Nesse sentido, é importante a representação da Emater/RS-Ascar, dos agentes e do Poder Público, para que, juntos, articulem meios pelos quais o ambiente rural contemple o seu desenvolvimento.

De acordo com o COREDE (2010), os municípios regionais estão enfrentando índices de baixo desenvolvimento, e, por isso, é importante que as associações auxiliem nas decisões presentes para se garantir um futuro promissor. Diante disso, o papel dos líderes das comunidades é de crucial importância para contribuir na tomada de decisão da comunidade.

No ano de 2011, a Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul, em parceria com o Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, através do programa Sistematização de Experiências, desenvolveram atividades junto com o líderes comunitários do meio rural da cidade de São Vicente do Sul. Nessas atividades, foram realizadas reuniões com os atores da pesquisa para identificar o seu histórico sobre o tempo de atuação nas comunidades em pesquisa.

As reuniões foram mediadas pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar e pelo professor Antônio Carlos Minussi Righes. Contribuíram nas atividades os alunos bolsistas do Projeto de Sistematização de Experiências. Nessa proposta, foram feitas entrevistas com os líderes, tendo como objetivo conhecer a experiência dos mesmos em relação à sua atuação na comunidade e como eles podem contribuir para o desenvolvimento local.

O município de São Vicente do Sul possui onze comunidades rurais organizadas formal e informalmente e estão representadas por 22 líderes rurais eleitos de dois em dois anos. As comunidades por eles representadas são: Loreto, São Miguel, Picada dos Farrapos, Restinga, Rincão dos Weis, *Ibirocay*, Timbaúva, Rincão dos Flores, São Rafael, Timbaúva dos Mellos e Rincão dos Rumpel.

A função principal dos líderes é promover a organização de atividades nas suas comunidades e representá-la em eventos municipais, para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos moradores. Durante a reunião de sistematização de experiências, os líderes descreveram a sua atuação na comunidade em que participam como gestores de formação da sociedade e ainda desenharam o mapa das localidades e relataram a sua participação enquanto líderes comunitários (Figuras 79 e 80).



Figura 79: Reunião com os líderes das comunidades de São Vicente do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.



Figura 80: Desenvolvimento de atividades de metodologias participativas com os líderes comunitários de São Vicente do Sul.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.1 Comunidade de Loreto

A comunidade está situada às margens do rio Jaguari, a 20 km da sede do município. As 150 famílias que residem na comunidade têm como integrantes 70 crianças, 50 jovens e 215 adultos. Destes, 85 são aposentados. Essas pessoas caracterizam-se por pertencer a várias etnias.

Como alternativa para o desenvolvimento local está o turismo rural nas visitas dos Cerros do Loreto e Seio de Moça, a Festa de Nossa Senhora do Loreto, a Festa Junina, a Semana Farroupilha, os Jogos Rurais e, nos finais de semana, a comunidade se reúne nas igrejas católicas e evangélicas para várias atividades. Além disso, a comunidade tem o grupo de mulheres, que promove atividades em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

2.1.1.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade do Loreto tem como líderes comunitários os moradores Marcine Pillar dos Santos, Arisolina de F de Vargas e Ana Clé Severo. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 35 anos. Segundo os líderes comunitários, eles se envolvem em todas as atividades propostas, consideram que o que há de melhor na comunidade é a organização, as festas e os eventos que são proporcionados.

Além das festas das igrejas, recentemente foi implantada a Feira do Produtor “Sabores da Terra”, tendo o apoio da Emater/RS-Ascar e da Prefeitura Municipal. De acordo com os líderes, o comprometimento dos produtores rurais é motivado pela facilidade de comercialização dos produtos que estão expostos na feira. Segundo relato dos líderes, o nome da localidade faz homenagem a Nossa Senhora do Loreto que foi encontrada no cerro do Loreto.

Conforme o relato dos líderes comunitários, a partir do momento em que assumiram os trabalhos na comunidade, a localidade estava em processo de êxodo rural e a desmotivação dos moradores era notória, com poucas esperanças para a manutenção da qualidade de vida para os moradores do meio rural.

Após a posse, foram feitas algumas reuniões de planejamento e mobilização, com a parceria de todos. Assim, a liderança de forma participativa sugeriu as ações para a melhoria da qualidade de vida dos que vivem na comunidade. Nesse sentido, foram propostas as seguintes ações: a) fundação da associação do grupo de mulheres da comunidade do Loreto; b) melhoramento da estrutura do Núcleo de Tradições Gaúchas; c) orientações para que a comunidade planeje a missão de prioridades; d) planejamento de alternativas de base econômica; e) implantação da feira do produtor; f) viabilização das instalações de um posto de saúde; g) implantação da coleta de lixo seco, uma vez por mês; e h) criação de minhocários nas propriedades rurais, para aproveitamento do lixo orgânico.

Ademais, os líderes consideram que a responsabilidade em representar a comunidade é muito grande. A intermediação para que aconteçam as ações para melhorar as atividades econômicas, ambientais e sociais, priorizando a sustentabilidade da localidade, é necessária, para que os resultados sejam efetivos. O planejamento das ações é considerado uma estratégia para a busca da efetividade das ações da liderança e do poder público.

Os representantes relataram que apesar das dificuldades que encontrar na sua gestão, ainda há muito para ser feito. O que mais eles consideram como primordial para os resultados é a participação de todos que moram no local.

No depoimento, eles relataram que as representações principais na comunidade para auxiliar no desenvolvimento do município são: líderes sindicais, conselheira de assistência social, líderes da comunidade, membro da secretaria STR, catequistas da comunidade, presidente do Clube de Pais e Mestres da Escola, presidente do grupo da Terceira Idade, diretoria do piquete, presidente da comunidade, organizadores da Casa do Produtor Rural e diretoria da capela.

Na figura 81, encontra-se o mapa desenhado pelos líderes da comunidade de Loreto.



Figura 81: Mapa da Comunidade de Loreto, elaborado pelos líderes comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.2 Comunidade Cavajuretã – São Miguel

A localidade Cavajuretã – São Miguel está localizada a 12 km da sede do município. As 68 famílias que residem na comunidade são compostas por 09 crianças, 12 jovens e 43 adultos, sendo destes 25 são aposentados.

2.1.2.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade São Miguel está representada pelos moradores Ildo Francisco Souto de Almeida e Eliane Brum. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 45 anos. Os problemas principais são a captação de recursos para a aplicação em políticas públicas. Diante disso, os moradores estão indo embora para outros centros, procurando novas alternativas de vida. Na comunidade, os líderes não tem muito a fazer pelos moradores, pois as propriedades são muito pequenas e os que ainda estão lá, vivem das aposentadorias e do que plantam e criam no local.

Ainda de acordo com o relato dos líderes as atividades de lazer são a Festa Junina da escola e os bailes de final de semana.

A maior responsabilidade em assumir o cargo é de buscar soluções para os problemas que enfrentam na comunidade. Muitas coisas básicas faltam na localidade como: coleta de lixo, saneamento básico, atendimento de saúde, entre outras prioridades. Além da liderança comunitária, as outras representações importantes são a Igreja e a escola.

2.1.3 Comunidade Picada dos Farrapos

A comunidade está localizada há 17km da sede do município. As 77 famílias que residem na comunidade estão divididas em 41 crianças, 28 jovens e 114 adultos, sendo que, destes, 38 são aposentados.

2.1.3.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade Picada dos Farrapos tem a representatividade de Enio Lucio Arend e Almedorino Brum. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 100 anos. As lideranças participam na comunidade e se envolvem em todas as atividades propostas. Os entrevistados consideram como fator favorável para o bom andamento da comunidade o comprometimento de todos. Pela narrativa, os líderes não conhecem o histórico da comunidade, pois há pouco nela residem e, por isso, não buscaram maiores informações sobre o local.

Quanto à responsabilidade dos líderes da comunidade, consideram que a maior é unir os moradores e fazer alguma coisa por eles. Na comunidade, a maior representatividade junto às lideranças é a igreja.

2.1.4 Comunidade Restinga

Restinga está localizada a 6 km da sede do município. As 30 famílias que residem na comunidade são compostas por 18 crianças, 12 jovens e 25 adultos, sendo, destes, 15 aposentados.

2.1.4.1 Relato das lideranças comunitárias

A comunidade da Restinga está representada pelos moradores Brasil de Lima Flores e Celmar de Lima Flores. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 21 anos. As lideranças participam ativamente na comunidade e se envolvem em todas as atividades propostas. O que existe de melhor na comunidade, segundo eles, são os rodeios, com participação do Piquete de Laçadores da Restinga. Além do Rodeio há as festas da padroeira, a semana farroupilha e as reuniões do grupo da comunidade. As principais representações são: diretoria do Piquete; líderes da comunidade; catequistas da comunidade; presidente do Clube de Pais e Mestres; diretoria do piquete; e presidente da comunidade;

2.1.5 Comunidade Rincão dos Weiss

A localidade está situada a 24 km da sede do município. As 54 famílias que residem na comunidade são compostas por 16 crianças, 07 jovens e 42 adultos. Destes, 56 são aposentados.

2.1.5.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade está representada pelos moradores Hermes Hemann Cezar e Maria Lídia Benevides Cezar. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 40 anos. As lideranças participam ativamente na comunidade e se envolvem em todas as atividades propostas. Os entrevistados consideram que o que há de

melhor na comunidade é a união e a amizade dos moradores, as festas religiosas, o grupo de saúde e o piquete de laçadores. A responsabilidade das lideranças com a comunidade é de ajudar a todos.

As principais representações da comunidade são: líderes da comunidade; catequistas da comunidade; presidente do Clube de Pais e Mestres; diretoria do piquete; presidente da comunidade e diretoria da capela.

Na figura 82, pode-se visualizar o mapa desenhado pelos líderes da comunidade Rincão dos Weiss.



Figura 82: Mapa da Comunidade de Rincão dos Weiss, elaborado pelos líderes comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.6 Comunidade Timbaúva dos Mellos

A localidade está situada a 14 km da sede do município. As 42 famílias que residem na comunidade (Figura 83) são compostas por 13 crianças, 18 jovens e 42 adultos, sendo que, destes, 30 são aposentados.



Figura 83: Mapa da Comunidade de Timbaúva dos Mellos, elaborado pelos líderes Comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.6.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade da Timbaúva dos Mellos está representada pelos moradores Monica Lichteneker e Nilva Deprá. A comunidade está formada há mais de 80 anos. As entrevistadas consideram que o que existe de melhor na comunidade é a festa na Igreja Católica de nossa Senhora Auxiliadora e o grupo de novenas.

As líderes relataram que, quando assumiram a comunidade, estavam procurando unir os moradores. Assim, surgiu o grupo das mulheres para auxiliar na parte social da comunidade.

Hoje, a comunidade conta com a participação de todos os atores locais. São considerados como os principais representantes da comunidade os catequistas, o Presidente do Clube de Pais e Mestres e a diretoria do piquete.

2.1.7 Comunidade Rincão dos Flores

Rincão dos Flores está localizada a 10 km da sede do município. As 46 famílias que residem na comunidade tem como membros 30 crianças, 13 jovens e 98 adultos, sendo, destes, 20 aposentados.

2.1.7.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade de Rincão das Flores (Figura 84) tem como representantes os moradores Mari Cecília Lara Pinto e Alciones Flores Sturza. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 25 anos. Segundo os líderes comunitários, eles se envolvem em todas as atividades propostas. Os entrevistados consideram que o que existe de melhor na comunidade são as festas juninas, os aniversários comunitários e o chá de vestido.

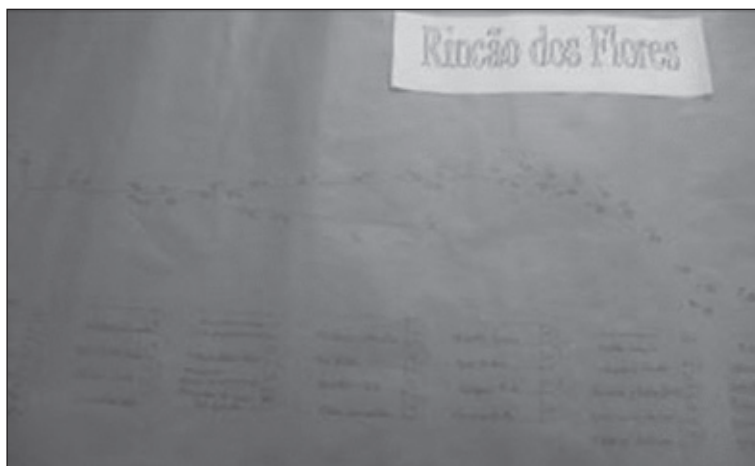


Figura 84: Mapa da Comunidade de Rincão dos Flores, elaborado pelos líderes Comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.8 Comunidade Timbaúva

A localidade está situada a 5 km da sede do município. As 37 famílias que residem na comunidade são compostas por 9 crianças, 14 jovens e 61 adultos, sendo que, destes, 22 são aposentados.

2.1.8.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade está representada pelos moradores Genoveva Flores Rumpel e Humberto Feksa Lutz. De acordo com os relatos das lideranças, a comunidade está formada há mais de 40 anos, mas registra suas atividades desde 08 de Janeiro de 1999. Após essa data, as lideranças participam na comunidade e se envolvem em todas as atividades propostas. Os entrevistados consideram que o que há de melhor na comunidade é a amizade e o companheirismo.

Os Eventos mais importantes da comunidade são: A festa da Igreja Católica São Vicente Ferrer e da Igreja Luterana, além da Semana Farroupilha, pois a proximidade da sede facilita a participação nos eventos. Uma particularidade da Comunidade de Timbaúva é a troca de serviço entre os Agricultores da comunidade, como trabalho nas lavouras e pesca comunitária, além da participação na Feira do Produtor, pela proximidade da sede.

2.1.9 Comunidade Rincão dos Rumpel

A localidade está distante 6 km da sede do município, com uma população de 69 famílias.

2.1.9.1 Relato das lideranças comunitárias

A localidade de Rincão dos Rumpel está representada pelos moradores Maria Inês Toniazzi e Luiz Constâncio Minetti de Souza. Nos relatos, as lideranças afirmaram que não conhecem o tempo de fundação da comunidade. Os entrevistados consideram que o que há de melhor na comunidade é a Festa Junina e os encontros cristãos.

2.1.10 Comunidade Ibirocay

A comunidade de Ibirocay está distante 10 Km da sede. Moram na localidade em torno de 16 famílias (Figura 85). Há, na comunidade, uma antiga escola que serve de local para reuniões eventuais e missas periódicas.

A principal diversão dos moradores é a participação em rodeios, com alguns laçadores. As crianças e os jovens frequentam as escolas na sede do município (Escolas Estaduais Borges do Canto e São Vicente).

A localidade Ibirocay está representada pelos moradores Paulo Minetti Flores e Arlene Sturza Giriboni.



Figura 85: Mapa da Comunidade de Ibirocay, elaborado pelos líderes comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

2.1.11 Comunidade São Rafael

Localizada a 12 km da sede do município (Figura 86), São Rafael é composta por 63 famílias que residem na comunidade, sendo 27 crianças, 21 jovens, 90 adultos e 37 aposentados. Recentemente, a comunidade construiu em sua sede um Salão Comuni-

tário com doações, participação em mutirão dos moradores da comunidade e apoio da Prefeitura Municipal.

A comunidade sediou, no final de 2011, os Jogos de Integração das Famílias Rurais JoGInFaR, que está na 6ª edição, promovido pela Emater/RS-Ascar e pela Prefeitura Municipal, com o apoio das Lideranças Rurais. O evento serviu para a inauguração e contribuiu para angariar recursos para nova sede, além de favorecer a visita e a integração com as demais comunidades.

A localidade de São Rafael está representada pelos moradores Pedro Flores Minetti e Jaci Fontoura Pillar. De acordo com os relatos das lideranças, o nome da comunidade se justifica como uma homenagem ao Santo São Rafael, doado pela Igreja Católica à Comunidade.

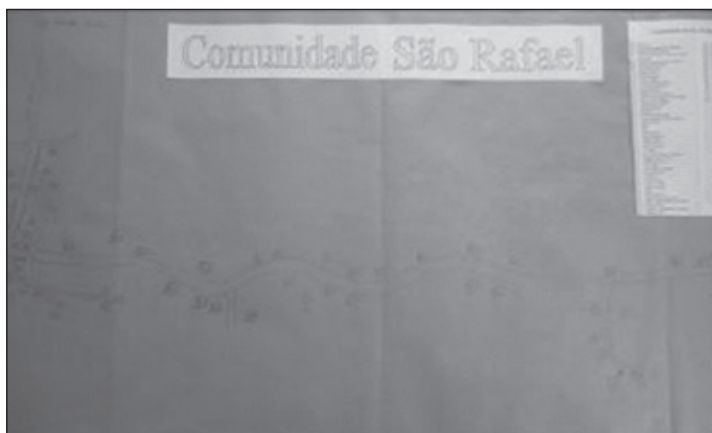


Figura 86: Mapa da Comunidade de São Rafael, elaborado pelos líderes comunitários.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Vicente do Sul.

3. RESULTADOS

De acordo com as respostas das entrevistas, a maioria dos Líderes Comunitários não conhece a história da comunidade. Eles detêm poucas informações sobre o contexto histórico das localidades. Nesse sentido, é importante que seja desenvolvido pela Emater/RS-Ascar um momento de debate com as comunidades para socializar e promover esse conhecimento.

Quanto ao papel do líder e sua responsabilidade enquanto agente, a maioria dos representantes comunitários conhece o seu papel na comunidade, como representar os moradores em eventos importantes para a promoção do desenvolvimento local, articular ações que motivem e integrem os moradores e estar sempre que possível à disposição da comunidade.

Verificou-se, também, que somente poucas localidades possuem uma representação considerável para atuar junto ao poder público. As representações coletivas das

lideranças são mais efetivas do que as individuais, tornando-se estas muitas vezes ineficazes. As responsabilidades se concentram com poucos envolvidos: líder sindical, líder rural, conselheira do conselho de assistência social, líder da comunidade, membro da secretaria STR, catequistas, presidente da comunidade, presidente do grupo da Terceira Idade, tesoureiro do piquete, presidente da associação, organizador da casa do produtor, patrão do piquete, membro da diretoria da capela.

4. POTENCIALIDADES

- Uma das grandes potencialidades é a vontade de melhorar enquanto líderes.
- Já existe interesse por parte de alguns líderes em conhecer a história de São Vicente do Sul para que com as informações possam resgatar ações do município.

5. SUGESTÕES

Consideram-se importantes para o desenvolvimento das localidades as seguintes ações:

- Resgate da autoestima dos líderes comunitários em conhecer a importância de sua participação para o desenvolvimento do município;
- Motivação da liderança comunitária em propor um plano municipal de ações estratégicas para o desenvolvimento local;
- Interesse da liderança em conhecer a síntese histórica da localidade como forma de capacitação e estratégia de propostas das ações promotoras de desenvolvimento.
- Capacitação dos líderes da comunidade para que entendam e assumam o seu papel de líder no processo de desenvolvimento, tendo a Emater/RS-Ascar, o Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul e a Prefeitura Municipal como parceiros;
- Informação sobre a importância do comprometimento dos atores e agentes para a promoção dos jogos rurais nas comunidades;
- Promoção da integração das comunidades como troca de experiências para as propostas de ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores.

6. REFERÊNCIAS

Sistematização de experiências, uma nova prática na Emater/RS-Ascar: Apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências de 2004 / coordenada por Córdula Eckert. - Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2007.

BROSE, Markus. **Metodologia Participativa:** uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari/RS, Análise Situacional Corede Vale do Jaguari. URL: 2010.

7. COLABORADORES

Líderes comunitários rurais do município de São Vicente do Sul:

- Alciones Flores Sturza
- Almedorino Brum,
- Ana Clé Severo
- Arisolina de F de Vargas
- Arlene Sturza Flores
- Brasil de Lima Flores
- Celmar de Lima Flores
- Eliane Brum
- Enio Lucio Arend
- Genoveva Flores Rumpel
- Hermes Hemann Ceza
- Humberto Feksa Lutz
- Ildo Francisco Souto de Almeida
- Jaci Fontoura Pillar
- Luiz Constâncio Minetti de Souza.
- Marcine Pillar dos Santos
- Mari Cecília Lara Pinto
- Maria Inês Toniazzo
- Maria Lídia Benevides Cezar
- Mônica Lichetneker
- Nilva Deprá,
- Paulo Minetti Flores
- Pedro Flores Minetti

8.4. A CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ.

Vilson Flores dos Santos¹

Paulo Roberto Cardoso da Silveira²

Beatriz Deprá Rosso³

Paulo Fernando Righes dos Santos⁴

Cícero Malmamm Genro⁵

PALAVRAS-CHAVE: Agroindústria. Organização. Extensão rural. Capão do Cipó.

1. CONTEXTO

O município de Capão do Cipó encontra-se localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, distante 250Km da cidade de Santa Maria. Está situado na Zona de Transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro, caracterizado por ondulações topográficas bastante acidentadas. É considerado um município tipicamente rural, com aproximadamente 70% da população, de um total de 3.104 habitantes, vivendo no campo. Esse município, onde hoje predomina a monocultura da soja, possui quatro assentamentos da reforma agrária. Para tanto, foi desmembrada uma antiga área de latifúndio e adquirida pelo INCRA. As famílias assentadas, em sua maioria, são provenientes da região do alto Uruguai, passando pelo acampamento da fazenda Anoni.

O relato que segue é fruto da experiência de um grupo de extensionistas da UFSM, pertencentes ao grupo de trabalho NEPALS, vinculado, por sua vez, ao departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, pesquisador dos Grupos NEMAD e NEPALS da UFSM.

2 Doutor em Ciências Humanas pela UFSC, professor do Centro de Ciências Rurais da UFSM, Coordenador do Grupo NEPALS da UFSM.

3 Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia da UFSM, pesquisadora do grupo NEPALS.

4 Engenheiro Agrícola, Professor do Ensino Técnico Estadual, Pesquisador e Agente de Campo do Grupo NEPALS da UFSM.

5 Mestrando em Engenharia Florestal, Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa e pesquisador do grupo NEPALS da UFSM.

Assim, a experiência de constituição de um grupo de assentados, envolvidos com o cultivo da mandioca e seu processamento e comercialização, desenvolve-se junto aos assentamentos rurais localizados no município de Capão de Cipó, na região missioneira no Rio Grande do Sul, tendo uma trajetória de mais de três anos. Tal experiência inicia-se com reuniões de agricultores assentados que apresentaram interesse em produzir algo que implicasse menor custo produção e resultasse em maior custo benefício.

Estimulados pela participação do extensionista Vilson Flores dos Santos, então professor da Escola Estadual Chico Mendes, passou-se a considerar a produção da mandioca como capaz de atender aos objetivos supracitados. A mandioca foi escolhida porque seria um produto com custo baixo de produção e pouca exigência em solo (fator restritivo à produção agrícola nos assentamentos-alvo). Considerou-se, também, que a mandioca poderia ser comercializada a um preço compensador e, posteriormente, com a implantação de uma planta agroindustrial, seria viabilizado um conjunto variado de alternativas de processamento e comercialização de mandioca, complementando-se as formas *in natura* com casca, *in natura* embalada e *in natura* embalada a vácuo. Desse modo, seria trazido um retorno imediato aos agricultores, agregando ao produto agrícola um maior valor. Nesse sentido, desenvolve-se a ideia de um aproveitamento por inteiro do produto, utilizando-se a parte aérea da rama de mandioca para confecção de ração, objetivando aumentar a oferta de alimentos ao rebanho leiteiro e, assim, a produção de leite, atividade principal das famílias assentadas⁶.

Os assentamentos rurais que se constituem em novos espaços agrários e que têm proporcionado uma nova fase na agricultura gaúcha na região das missões, promovem mudanças no panorama econômico e social local, diante dos novos desafios de construção de uma agricultura de base camponesa, mas que, ao mesmo tempo, consiga relacionar-se de forma vantajosa com os mercados mundializados. Esse duplo desafio é apontado como necessário às novas práticas extensionistas coerentes, com novas formas de fazer agricultura, sustentada em processos ecológicos de produção e na valorização da segurança alimentar.

O quadro que tange os agricultores familiares assentados em Capão do Cipó retrata um contexto histórico constituído de períodos diferenciados. O primeiro grupo de assentados chegou à localidade com a instalação do Assentamento Federal Nova Santiago, onde foram assentadas 43 famílias em 18/02/1987, em uma área de 1000,57 hectares. O segundo grupo veio com a instalação do Assentamento Federal Sepé Tiaraçu, onde foram assentadas 25 famílias em 18/05/1992, em uma área de 480 hectares. Já o terceiro grupo veio para o Assentamento Federal 14 de Julho, onde foram assentadas 32 famílias em 18/05/1992, numa área de 530 hectares. E o quarto e último grupo foi

6 Posteriormente, quando for abordada a participação da equipe SOMAR da UFSM, responsável por assessoria ao INCRA-RS, na discussão sobre a elaboração do projeto da unidade de processamento de mandioca, será comentado o caráter integrado da proposta, envolvendo o aproveitamento dos resíduos e dejetos resultantes como fonte de produção de adubo orgânico voltado à melhoria de solo.

formado com a instalação do Assentamento Estadual Nova Esperança, onde foram assentadas 100 famílias, em 11/12/2001, numa área de 1830,77 hectares.

Em todos os grupos que vieram para essa área, estava presente a ilusão da produção monocultora, especialmente da soja, razão principal que levou uma grande maioria de assentados ao endividamento, motivado pela quebra de safras e mau gerenciamento da lavoura. Desse forma, houve, como consequência principal, o fichamento do CPF e a ausência de acesso aos créditos de custeio nos mais diversos setores.

A partir daí, o autor principal do assentamento Sepé Tiarajú buscou junto aos assentados construir um processo que pudesse auxiliar esses produtores a sair da situação incômoda. Então, levantou-se o seguinte questionamento: Que alternativas de produção trabalho e renda podem ser viáveis para auxiliar os produtores endividados?

Apresentou-se, então, como desígnios do trabalho de implementação da cadeia produtiva da mandioca: a) produzir uma cultura de pouco investimento de custeio e boa fonte de renda; b) agregar valores a esta produtividade, através do processo de agroindustrialização; c) oportunizar a participação de todos os agricultores assentados por menor que seja sua produção. Dessa forma, unindo a ciência ao conhecimento dos agricultores, chegou-se a um consenso de que deveria ser produzida a cultura da mandioca como alternativa de produção, trabalho e renda para esses agricultores assentados. Esse trabalho acabou despertando o interesse dos agricultores familiares tradicionais pertencentes ao município de Capão do Cipó, que mais tarde iriam se juntar ao processo.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta experiência teve seu início a partir da relação que havia entre os assentados e o Prof. Vilson Flores dos Santos, da Escola Estadual Chico Mendes, gerando a oportunidade para discutir possibilidades e alternativas de produção, trabalho e renda que contemplassem agricultores familiares assentados com problemas financeiros provocados pelos resultados insatisfatórios obtidos com a cultura da soja. Dessa forma, sob a liderança do agricultor Claudio, do Assentamento Nova Esperança, aconteceu a primeira reunião na sede desse assentamento, na qual estiveram presentes um grupo de agricultores familiares assentados, conforme pode ser conferido na Figura 87.



Figura 87: Reunião dos Assentados no Assentamento Sepé Tiraju com o facilitador do projeto.

Fonte: Arquivo pessoal de Vilson Flores.

Nesse encontro era esperada por todos a apresentação de algumas soluções a partir do agente externo (Prof. Vilson). No entanto, este propôs o desafio da busca conjunta de alternativas, fazendo com que os agricultores assentados percebessem a importância de assumir o protagonismo no processo.

Assim, após inúmeras discussões e ponderações sobre essa busca de alternativas de renda, surgiram, na discussão, duas atividades consideradas mais próximas da realidade até ali vivenciada: o cultivo de mandioca e o cultivo da cana-de-açúcar.

A partir daí, a discussão fluiu para o cultivo da mandioca, sendo, aos poucos, interagida a experiência dos agricultores no processo produtivo com os conhecimentos trazidos pelos agentes externos que se somam a discussão. Sendo assim, passou-se a abordar a transformação e a comercialização da mandioca como aspectos cruciais para o sucesso da experiência. E sobre estes três eixos de abordagem, a produção, a transformação e a comercialização, teve início o plano de implantação da unidade agroindustrial, precedida de trabalhos sobre a potencialização da produção. Nesse contexto, envolveram-se em ações conjuntas o Programa SOMAR⁷, a Prefeitura Municipal de Capão do Cipó e a COPETEC⁸.

3. RESULTADOS

Para melhor compreensão do desenvolvimento da experiência aqui sistematizada, divide-se o processo percorrido em duas fases distintas. A primeira delas data do período

⁷ Convênio entre a UFSM e o INCRA, objetivando prestar assessoria aos empreendimentos agroindustriais fomentados pelo programa Terra Sol-INCRA nos assentamentos de reforma agrária. Constituiu-se uma equipe técnica que foi convidada a debater, com o grupo de famílias assentadas que se forma em torno do cultivo da mandioca, um projeto de unidade de processamento da mandioca e derivados.

⁸ Cooperativa Prestadora de Serviços Técnicos LTDA, prestadora de serviço de ATES contratada pelo INCRA-RS para atuar junto às famílias assentadas no município de Capão do Cipó.

de 2008/2009 e caracteriza-se pela busca por alternativas para melhorar as condições de renda das famílias assentadas, quando foram propostas atividades, entre as quais, a produção de mandioca.

Nesse período, foram canalizadas, através de integrantes da COPETEC, variedades de mandioca trazidas do Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul, com o objetivo de serem testadas no ambiente local, no sentido de ver quais as que melhor se adaptavam. Esse experimento foi realizado no lote do agricultor assentado Claudio (hoje presidente do grupo gestor da mandioca), onde foram plantadas 21 variedades de mandioca (Figura 88) em testes até o presente. Também foi negociada, através dos autores deste trabalho, com os representantes regionais do SEBRAE de Santiago, a realização de um curso de capacitação sobre produção de mandioca. O curso foi realizado também na propriedade do senhor Claudio, no assentamento Nova esperança, com duração de 40h, no mês de Janeiro de 2009.



Figura 88: Avaliação de variedades de mandioca, sendo testadas no Assentamento Sepé Tiaraju.

Fonte: Arquivo pessoal de Vilson Flores.

Esses esforços iniciais propiciaram um aumento no cultivo da mandioca nesse ambiente geográfico. Entretanto, devido à distância dos centros consumidores (Santiago – 50km; Santa Maria, sede de redes de supermercados com atuação na região, – 200Km; e Santo Angelo – 200Km), o projeto teve seu início prejudicado no que tange as dificuldades de comercialização do produto. Nesse momento, a diversidade de variedades plantadas até então também foi fator a se considerar neste início (pois implica variação da qualidade do produto ofertado), além da exigência de entregas sistemáticas de produtos exigidas pelos compradores (o que implicava a logística que os agricultores não possuíam, além de limitado volume de produção). Todos esses fatores terminaram por fazer com que o processo sofresse um revés já em seu começo, resumindo-se ao comércio de algumas centenas de quilos do produto na forma *in natura*.

A segunda fase que data de 2010/2012, acontece com a retomada deste processo a partir de ações da extensão do Programa SOMAR/UFSM junto ao moinho colonial, localizado no Assentamento Santa Rita, e com o reencontro com o agricultor Claudio, retomando-se, novamente, a discussão sobre a implantação de uma unidade de processamento da mandioca.

Dessa forma, marcaram-se os primeiros encontros, que foram muito promissores no sentido de uma nova estruturação do trabalho, resgatando-se a experiência anterior, conhecendo seus pontos críticos (a comercialização aparece como o principal), desta vez contando com apoio do poder público municipal e empresa de extensão rural, e, principalmente, contando com a experiência dos integrantes do grupo SOMAR/INCRA/UFSM. Assim, tomou corpo a nova proposta que resultaria na implantação de uma unidade de processamento de mandioca, mas pensando-se em toda a cadeia produtiva da mandioca, começando pela produção (Figura 89).



Figura 89: Agricultor avaliando rendimento da cultura da Mandioca.

Fonte: Arquivo pessoal de Vilson Flores.

Essa nova proposta seria, então, dividida em três partes distintas e interligadas entre si. A primeira parte seria a constituição de uma associação de agricultores assentados e, através dela, com apoio da COPETEC e extensionistas da UFSM, a estruturação da produção (assistência técnica, área a ser plantada, variedades, gestão e encaminhamento da produção) e a aquisição de maquinário para o preparo do solo e a coleta da matéria prima, recursos esses advindos de emendas parlamentares destinadas ao município. Como embrião da associação, a qual tem estatuto e encaminhamento junto aos órgãos competentes para sua legalização, foi organizado um grupo gestor do projeto, o qual conduziu as ações de planejamento da unidade de beneficiamento.

A segunda parte é constituída da construção da obra física da unidade de beneficiamento da mandioca, envolvendo a construção do prédio, onde se processa a produção, e a aquisição dos equipamentos necessários para atender à legislação sanitária e ambiental. O projeto foi elaborado com local já definido, em área de 5.000m junto ao lote de um agricultor assentado, Denisar Machado Robalo, próximo à faixa de acesso a Capão do Cipó e à rede de captação de água, no assentamento Nova Esperança. Para tanto, foram feitos todos os encaminhamentos de cessão de terreno, quando o agricultor, com apoio da prefeitura de

Capão do Cipó, foi a Porto Alegre providenciar toda a documentação necessária.

A próxima etapa se refere a obtenção de recursos financeiros, o que está sendo feito através dos programadas do Governo Federal.

E, por fim, vamos tratar da terceira e última parte, que é constituída pela capacitação do grupo gestor para administrar a contabilidade do negócio, envolvendo recebimentos de clientes e pagamento de produtores, gerenciar a comercialização (entrega de produtos), o funcionamento da unidade agroindustrial e o planejamento da matéria-prima. Para esta fase, é prevista a aquisição de um caminhão frigorífico que fará o escoamento da produção até os centros consumidores, sendo que esses recursos viriam através de projetos específicos para o desenvolvimento dos assentamentos.

4. POTENCIALIDADES

4.1 Motivação

A principal potencialidade do negócio é a motivação da família em relação à Agroindústria da mandioca. O entusiasmo e a certeza de que se encontram no rumo certo garante a aposta na associação e a busca por novas possibilidades para viabilizar a diversificação nas unidades de produção, superando a dependência do monocultivo da soja.

Cabe ressaltar que parte da análise do processo de implementação de qualquer atividade agrícola em uma determinada área geográfica habitada passa por processos de construção desde a fase inicial de planejamento da produção agrícola até a fase final de destinação da produção. Nesses assentamentos, a fase inicial se consolida a partir da iniciativa de determinados agricultores, os quais viram a necessidade de não ficarem somente subordinados à monocultura da soja que é tão presente na área de estudo. Nesse sentido, cabe ressaltar que, na atual fase em que se concretiza o projeto, já foram testadas as ramas, levando à aprovação do projeto e das ementas para a destinação de recursos. É notável o grande entusiasmo por parte destes agricultores diante da perspectiva de início das obras e fortalecimento da produção de mandioca.

Observou-se, ao se entrevistarem estes agricultores, seu entusiasmo, mas também, aos olhos de muitos, a desconfiança, a expectativa de "ver para crer". Nesse contexto, espera-se que, quando a obra se concretize, mais agricultores se insiram no processo de diversificação da produção voltada para a mandioca, alguns legumes e frutas⁹.

Um agricultor, em sua fala, demonstra bem essa questão quando enfatiza:

⁹ É interessante ressaltar que este projeto da agroindústria não foi pensando apenas na transformação da mandioca. A agroindústria tem o aporte para a transformação de abóboras, morangas e alguns tipos de frutas. Nesse sentido, pode-se dizer que dá mais oportunidades de produção aos agricultores.

“Eu tenho uma grande expectativa, primeiro que vamos reduzir o impacto ambiental nas lavouras dos assentamentos, a segunda é a geração de renda, onde foi até nos apresentado até o cálculo do que é possível nos termos como renda dentro de 1 há, o que isso trará de renda pra uma família, e isso é excelente, pra nós da agricultura familiar que não queremos ficar rico, mas sim queremos ter uma vida de qualidade, eu vejo isso tudo com enorme alegria e faço de tudo para que não haja nenhuma frustração. Aqui muitas famílias estão aderindo, mas ainda temos muito o processo cultural do ver para crer, então temos a ponta da lança se desafiando, e o grupo gestor é que tá abrindo o caminho, e a perspectiva das famílias se envolve no processo .”

Já um dos agricultores envolvidos desde o começo do processo da mandioca evidencia a sua expectativa:

“Nós não vamos desistir, vamos fazer os órgãos governamentais assumirem um compromisso com nós... o pessoal daqui a maioria sai trabalha fora, porque o arrendamento não dá dinheiro, e plantar o assentado não tem condições, pois da uma seca o cara perde tudo e se individa todo e aí se obriga também a trabalhar fora... e mandioca planta 1 ou 2 há tira o sustento para a família, e ainda pode diversificar podendo planta batata doce, abóbora.”

O anseio de que os assentados permaneçam trabalhando nos próprios assentamentos não fica restrito apenas à produção, que muitas vezes está relacionada apenas ao plantar ou produzir. Devemos levar em conta a geração de empregos para muitos assentados e assentadas que poderão trabalhar nessa agroindústria. Nos assentamentos visitados, percebemos muito entusiasmo, principalmente nas mulheres, que poderão adquirir uma renda extra para a família. Uma assentada assim se expressa:

“Eu tava acompanhando as reuniões e tudo mais, e as reuniões mesmo foram proveitosas, foi um processo bem discutido, no começo o valor foi achado meio alto, mas mais nas questões de conseguir nas ementas... Mas será muito bom para o assentamento, vai ter uma renda pros assentados muito importante. Pois aqui a maioria do pessoal nosso vai pra fora trabalha como em vacaria na colheita da maçã, eu sou uma que tenho que sair pra longe da família pra tentar ganhar um dinheiro, as mulheres com criança pequena tem que sair pras granjas trabalhar, assim essas mulheres poderiam ficar dentro do assentamento trabalhando...”

Percebe-se que esta agroindústria, ao passar por todo o processo, desde o seu planejar até a sua efetivação, vem ao encontro da expectativa dos assentados em buscar novas formas de geração de renda, envolvendo a comunidade. Dessa forma, esta experiência só vem a enriquecer as potencialidades nos assentamentos, para que outras experiências possam ser pensadas em conjunto entre agricultores e universidade.

Esta experiência se constitui em um trabalho ímpar nessa realidade e muito tem motivado os produtores assentados e agricultores familiares tradicionais, que não têm

medido esforços no sentido da efetivação do projeto.

4.2 A Características do Projeto

Até aqui não se abordou um aspecto relevante em relação ao caráter da proposta da unidade de beneficiamento e de suas possibilidades de articulação com outras dimensões significativas no contexto local. A concepção debatida entre a equipe do programa SOMAR com o grupo gestor envolve alguns pontos que são considerados estratégicos:

- a. O aproveitamento de todas as partes da planta, utilizando-se a rama e as folhas como matéria-prima para confecção de ração, aproveitando-se a estrutura do moinho colonial existente nos assentamentos e alguns equipamentos a serem adquiridos;
- b. A compensação da perda de nutrientes com a retirada da lavoura dessas partes da planta com a produção de adubo orgânico a partir dos resíduos gerados no beneficiamento, principalmente as cascas, o qual seria destinado para os agricultores melhorarem seu solo;
- c. A implementação de uma unidade de tratamento de dejetos que possa eliminar impactos ambientais graves com a produção industrial;
- d. A possibilidade da embalagem a vácuo da mandioca e a produção de subprodutos, aumentando a flexibilidade em relação ao mercado.

4.3 O efeito em relação à perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos

O projeto ganhou importância e passou a figurar como uma importante ferramenta no desenvolvimento rural deste espaço geográfico e uma ótima alternativa de renda para os agricultores envolvidos, aumentando a autoestima e a participação dos produtores em processos coletivos de cooperação.

Constituem-se, assim, a partir desta experiência, novos grupos de trabalho que estão buscando outras alternativas, que possam, de forma coletiva, gerar trabalho e renda. Assim, a agroindústria poderá movimentar todo um setor de geração de empregos para muitos assentados e assentadas que irão trabalhar diretamente na unidade de processamento.

Este projeto se configura como uma experiência positiva, tendo, no seu alicerce, a vontade própria de agricultores que tentam fugir do sistema exploratório e monocultor da soja, que, como muito bem lembrado por alguns entrevistados, **“antes de tudo, está destruindo nosso ambiente e contaminando nossa água”**.

Nesse sentido, este relato de experiência vem como uma ferramenta positiva para demonstrar que há possibilidades efetivas de novas formas de produção em assenta-

mentos rurais, superando a lógica da monocultura e do uso intensivo de agroquímicos.

Essas experiências em níveis locais nos mostram também a abrangência e o dinamismo que se pode tomar quando a universidade e projetos, como os supracitados, contribuem para a melhoria de vida de agricultores que, no seu dia a dia, buscam novas formas de reprodução social.

5. LIMITES

A experiência aqui sistematizada, ainda apresenta alguns fatores pendentes que podem prejudicar o bom andamento do empreendimento, a saber:

- Conflitos políticos entre grupos de famílias assentadas, inclusive envolvendo a cooperativa já constituída, a COOPERCIPÓ, a prestadora de serviços de ATES, a prefeitura municipal e o grupo gestor (futura associação), o que implica problemas no encaminhamento de recursos através de emendas parlamentares e outras iniciativas junto aos poderes públicos estadual e federal;
- Falta de vontade política e disputas políticas com a aproximação do pleito eleitoral local;
- Dificuldades de encaminhamentos de recursos específicos para avanço na efetivação das ações planejadas;
- Ausência de uma política pública efetiva que potencialize o processo em curso.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. S, MOREIRA M.A.B; CHAGAS, M.C.M; HOLANDA , J, S, SILVA J . Recomendações técnicas para o cultivo da mandioca, 2009.

CRESWELL. J. W. **Projeto de pesquisa** – Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Ed. Artemed. Porto Alegre. 2007. 248 pg.

DAMASCENO, J S. VI **CIRCUITO DE TECNOLOGIAS ADAPTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**. Natal, RN 2009.

GOMES J.C; LEAL E.C. **Cultivo da mandioca para a região de tabuleiros costeira**. EMBRAPA. Mandioca, fruticultura revista eletrônica ISSN 16788796. Jan 2003

TOMICH, R. G.T; CURADO T.R; PELLEGRIM A.O; MORAIS G; BARBOSA, E. F. **Sistemas de produção e utilização da mandioca em assentamentos rurais de Corumbá**. MS. EMBRAPA Pantanal, Corumbá boletim de pesquisa 2006.

8.5. HORTA COMUNITÁRIA DE NAZARÉ – UNISTALDA.

Rogério Reolon Anese¹

Eliane Guimarães Lopes²

Luís dos Santos Frigo³

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão. Desenvolvimento rural. Olericultura.

1. CONTEXTO

O Município de Unistalda, como a maior parte do Brasil, foi ocupado, inicialmente, por índios. Mais tarde, com o processo de colonização instaurado pelo império, vieram os padres jesuítas, espanhóis e portugueses. Nesse período de colonização jesuítica, foi erguida na localidade uma pequena redução conhecida como “Carneirinho” e que foi reduto de muitas lutas. O local inclusive acabou recebendo a denominação de “Dego-las”, pois aí muitas cabeças foram decepadas durante a guerra do Paraguai.

Entre 1935 e 1936, começou a construção do batalhão Ferroviário e da estrada de ferro que liga Santiago a São Borja, comandada pelo General Horta Barbosa, surgindo, assim, timidamente, a vila de Unistalda. O nome da vila foi uma homenagem à mãe de Horta Barbosa, que se chamava ONISTALDA BARBOSA.

Em 1937, deu-se início à organização e à demarcação de ruas e lotes da vila. Em 30 de maio de 1938, pelo Ato 241, a vila passou a ser chamada de Unistalda. Em 1940, o Sr. Emiliano Trindade e sua esposa Ascelina Loureiro Trindade fizeram a doação, ao Município de Santiago, de uma área destinada à construção da vila que estava surgindo. Porém, foi em 29 de agosto de 1940, pelo Ato 365, que a mesma passou a integrar-se oficialmente como 4º Distrito do Município de Santiago.

Com o tempo, a vila foi sendo povoada por pessoas de diferentes origens, que trouxeram valiosas contribuições para a localidade. Entre elas, estão portugueses, italianos, poloneses e alemães. Em 1940, chegava à vila de Unistalda o Sr. Batista Pessota, junta-

¹ Economista, Doutor em Economia, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Unistalda.

³ Aluno do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

mente com sua família. Ele fixou residência e introduziu atividades comerciais no ramo de ferraria e de ferragens. Por sua capacidade empreendedora e por suas iniciativas, conseguiu trazer para o distrito a primeira Escola Estadual. Foi o fundador e o primeiro presidente do clube “Sociedade Recreativa Unistaldense”, bem como ajudou a construir a igreja Sagrado Coração de Jesus.

Por todo o seu empenho e sua contribuição em prol do desenvolvimento da comunidade, foi homenageado com a construção de uma praça que leva o seu nome, conforme determinou a Lei n.º 18, de 2 de abril de 1997. Unistalda, como distrito, em 1973, recebeu a energia elétrica. Em 1974 foi construída a estrada com asfalto ligando Santiago, Unistalda e São Borja, ficando conhecida como a “estrada trigo-soja” devido à sua localização geográfica e por ligar os países do Mercosul, facilitando o escoamento dos produtos.

Após 1974, chegaram à localidade a telefonia e o posto de saúde. Recentemente, foi construída a barragem de Unistalda, com capacidade para atender a população local. Em 1995, um grupo de líderes comunitários organizou-se e formou uma Comissão de Emancipação para o distrito de Unistalda. Depois de várias tentativas, em 28 de Dezembro de 1995, conforme o Ato 01/95 Lei n.º 10.648, o distrito de Unistalda foi elevado à categoria de cidade. Oficialmente, o Município foi reconhecido em 1º de Janeiro de 1997.

A economia de Unistalda é baseada na produção primária, em especial à criação de ovinos. A pequena cidade, às margens da BR-287, no sentido Santiago/São Borja, é conhecida como a “Capital do Pau Ferro”, árvore nativa que ocupa grande parte das matas existentes em seu território.

Com relação à população do município de Unistalda, no último censo realizado pelo IBGE, em 2010, havia 2448 habitantes. Anteriormente, no censo de 2000, foram contabilizados 2644 habitantes. Houve, portanto, uma queda na população, resultando como uma das explicações para o fato os êxodos rural e urbano, este ocasionado porque muitos adolescentes vão para as cidades maiores para continuarem seus estudos.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência da Horta Comunitária localizada no Distrito de Nazaré, numa localidade chamada Rincão Serra do Dico se deu em virtude de a experiência possuir um histórico e atender ao objetivo de suprir as necessidades das famílias ali residentes. Cabe destacar que, pelas características econômicas e sociais das famílias, fazia-se necessária uma intervenção dos órgãos públicos e de assistência técnica.

O início do projeto para construção da horta ocorreu em 2001, com uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Unistalda, através da Secretaria Municipal da Agricultura (Figura 90). Primeiramente, foram realizadas reuniões com as famílias para levantamento das necessidades e definições quanto à localização, funcionamento e pessoas envolvidas. A partir das reuniões, o Sr. Alarino Rodrigues, morador da localidade, doou um terreno

para a construção da horta. Todas as famílias que participam do projeto possuem vínculos de parentesco, o que facilitou a construção da horta e a organização das atividades.



Figura 90: Agricultor junto ao cultivo de hortifrutigranjeiros na Horta Comunitária de Unistalda.

Fonte: Arquivo de Imagens da Emater/RS-Ascar Escritório Municipal de Unistalda.

Inicialmente quem começou a desenvolver as atividades foi o Sr. Alarino Rodrigues, a partir de telas e mudas doadas para o início do cultivo. Atualmente, algumas mudas são doadas e outras são semeadas pelos próprios moradores.

A horta está dividida entre 9 (nove) famílias participantes, sendo que cada uma possui um área delimitada e a mesma é cultivada de maneira individualizada e o que é produzido vai para a própria família.

Os agricultores produzem diferentes tipos de hortigranjeiros, como, por exemplo, tomate, moranga, abóbora, alface, repolho, cebola, alho, ervilha, dentre outras (Figura 91). O cultivo ocorre principalmente no verão.



Figura 91: Alguns dos cultivares dos agricultores, presentes na Horta Comunitária.

Fonte: Arquivo de imagens da Emater/RS-Ascar, Escritório Municipal de Unistalda.

Durante as visitas, foi questionada aos agricultores a possibilidade de expansão da produção de hortigranjeiros, caso houvesse disponibilidade de comercialização do excedente da produção para o restante da comunidade e da cidade. A resposta foi positiva, caso fosse construída uma estufa para o uso da horta o ano todo. O projeto para essa construção já foi realizado pela Emater/RS-Ascar, e já está sendo providenciado junto à Prefeitura o seu financiamento. Entretanto, a distância e a falta de transporte podem inviabilizar essa alternativa, pois a localidade fica a cerca de 3 km da BR-287 e os produtores não possuem veículos.

Regularmente, são feitas análises do solo da horta. Cada agricultor fornece uma quantia de solo para análise, por meio da qual é possível verificar as necessidades desse solo. Quando existe necessidade de adubação ou correção, os próprios agricultores adicionam adubação orgânica, aplicação de calcário e adubação química com ureia e salitre, sempre com orientação técnica da Emater/RS-Ascar. Os produtos utilizados na adubação são comprados pelos próprios agricultores e, algumas vezes, em pequenas quantidades, são fornecidos pelas Emater/RS-Ascar.

Como alternativa para o uso da horta o ano todo, foi realizado um projeto para construção de uma estufa, com assistência técnica da Emater/RS-Ascar, cujo financiamento já está sendo pleiteado, junto à Prefeitura.

A localidade sofre com a escassez de água e está sendo providenciada a colocação de um reservatório. Nesse sentido, a Emater/RS-Ascar entrou em contato com a Prefeitura Municipal expondo a necessidade de suprir a falta de água na horta. A prefeita comprometeu-se em adquirir o reservatório a ser colocado na área. Mas, primeiramente, será feito um orçamento, pois a prefeitura pretende implantar outra horta comunitária em outra localidade, adquirindo conjuntamente os reservatórios de água.

Cabe ressaltar que, na localidade de Nazaré (Rincão Serra do Dico), existe fornecimento de água apenas no turno da manhã, mas, com a colocação do reservatório, haverá disponibilidade de água nos dois turnos para os hortigranjeiros.

As famílias participantes da horta comunitária são proprietárias de pequenas propriedades e desenvolvem atividades agrícolas e de pecuária para seu próprio sustento, devido às dificuldades existentes com relação à falta de água.

3. RESULTADOS

- Melhora na dieta alimentar, como o consumo de hortaliças por parte das famílias. Pelo que se tem notícia, antes da horta comunitária, não havia a prática do cultivo e do consumo regular de verduras;
- Diminuição da compra de produtos na cidade, ajudando no orçamento doméstico e na sustentabilidade das famílias;
- União das famílias. A horta ajudou a manter unidos os irmãos, e descendentes

do Sr. Alarino Rodrigues e a manutenção das pessoas na localidade. São poucos os jovens que se ausentam para trabalhar fora das propriedades e, quando isso ocorre, eles ainda ficam com domicílio fixo na localidade.

- A horta, apesar da simplicidade, tornou-se autogestionada, ou seja, os pequenos problemas que aparecem são resolvidos pelos próprios produtores, sendo necessária apenas a intervenção da Prefeitura e da Emater/RS-Ascar em situações como a falta d'água ou nas análises de solo, dentre outras.

4. LIMITES

Com relação aos limites enfrentados pelos produtores que cultivam hortifrutigranjeiros na Horta Comunitária do município de Unistalda, o principal deles é a questão da água, pois a água está disponível apenas no turno da manhã, sendo inviável a irrigação da horta no turno da tarde.

Outros fatores que limitam o desenvolvimento da horta são a falta de planejamento da horta, sendo que cada produtor planta por si, o que acaba ocasionando sobras de determinadas hortaliças nas épocas de maior produção.

Ademais, a BR-287, por onde passam as linhas de ônibus para a cidade, fica distante cerca de 3 km e, como os moradores não possuem veículo próprio, a comercialização de excedentes (caso fossem gerados) ficaria prejudicada ou até inviabilizada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Prefeitura Municipal de Unistalda, <http://www.pmunistalda.com.br/?pag=historia>, acessado em 22 de janeiro de 2012;

Radio Santiago, <http://radiosantiago.com.br/site.php?pagina=noticia¬icialD=1346>, acessado em 23 de janeiro de 2012;

Google Maps, <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl> acessado em 25 de janeiro de 2012

IBGE, http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43 acessado em 25 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO 09

ÁREA TEMÁTICA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As experiências de educação do campo selecionadas para a sistematização foram identificadas tendo em vista a concretização de projetos que atendam às necessidades do local. Dessa forma, priorizaram-se projetos voltados à realidade do meio rural, que contemplem o envolvimento com a comunidade local e que possam servir como exemplos para replicar em outras realidades. Diante disso, as experiências retratam a educação das escolas que não apenas estão localizadas no meio rural mas que desenvolvem atividades educativas que respeitam os saberes e fazeres dos estudantes, aproximando os conhecimentos aprendidos nas aulas das práticas cotidianas do modo de vida do local. Retratam, com isso, a educação do campo e no campo.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen, localizada na comunidade de Linha Bonita, no município de Toropi, desenvolve um projeto de educação que tem como preocupação atribuir significado aos conhecimentos aprendidos, buscando a transformação do meio pelos estudantes. Com 9 professores, 3 funcionárias e 71 alunos de primeira a oitava série, a escola destaca-se por estimular nos estudantes, o espírito de pertencimento ao local de origem como refere-se o lema da instituição, "Um outro olhar sobre o meio rural". O Projeto de Educação Rural (PER) constitui a organização dos conhecimentos articulados com as disciplinas do currículo básico, além das práticas realizadas no turno inverso. Dessa forma, a escola constrói ações de educação voltadas para as necessidades locais, valorizando os saberes e as práticas do campo e contribuindo para o desenvolvimento local.

Com aspectos diferenciados, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Luis Xavier, localizada na comunidade rural de Vila Clara, no município de Mata, também contribuiu para a valorização e a transformação do meio. O projeto objetivou a implantação de uma horta comunitária na escola, envolvendo a comunidade escolar, os pais e as instituições parceiras. A horta dinamizou a relação da comunidade com a escola, aproximando as instituições e proporcionando a troca de conhecimentos. Os resultados alcançados revelam a relação dos pais com a escola, a melhoria na qualidade da merenda escolar, o processo de aprendizagem dos estudantes, bem como o reflexo nas

propriedades das famílias envolvidas, as quais realizaram melhorias nos espaços de produção para o autoconsumo. A sistematização incitou a contribuição de um projeto escolar para o processo educativo de todos os envolvidos, contribuindo para a segurança e a soberania alimentar e nutricional.

Destacam-se, portanto, neste capítulo, projetos que atribuem significados aos conhecimentos dos currículos básicos das escolas fundamentais, dinamizando o processo educativo. Com especificidades distintas, as escolas encontraram formas de aproximar a comunidade, construindo um espaço de participação e aprendizado mútuo, além de valorizar a própria escola e os conhecimentos dos estudantes e de suas famílias. As experiências respondem a necessidades de tornar as escolas localizadas no meio rural significativas para a transformação da comunidade, aprimorando-se como escolas efetivamente do campo. São ações pensadas com as comunidades e que podem ser replicadas em escolas de outras comunidades rurais.

9.1 PROJETO DE EDUCAÇÃO RURAL DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL AUGUSTO STEINHAUZEN – TOROPI

Rafaela Vendrusculo¹

Simone Bochi Dorneles²

Maysa Eichner da Silva³

Laiane Frescura Flores⁴

Eva Berani Lopes Marafija⁵

Alexandre Costa⁶

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Agricultura familiar. Desenvolvimento local.

1. CONTEXTO

O município de Toropi encontra-se localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, distante 65 km da cidade de Santa Maria. Foi instalado no ano de 1997, com uma área total de 203,5 km², limitando-se, ao Norte, com o município de Jari, ao Sul, com São Pedro do Sul, a Leste, com Quevedos e, a Oeste, com Mata. Está situado na Zona de Transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional Brasileiro, caracterizado por ondulações topográficas bastante acidentadas. É considerado um município tipicamente rural, com aproximadamente 80% da população, de um total de 2.952 habitantes, vivendo no campo.

A característica marcante do município é a presença da Agricultura Familiar. Segundo Silveira e Neumann (2012, p. 01), "em relação à tipologia dos estabelecimentos no município de Toropi, observa-se uma menor diversidade, com amplo predomínio da

1 Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Extensão Rural, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Administradora, Mestre em Administração, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

4 Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

5 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

6 Técnico Agrícola, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Toropi.

classe dos agricultores familiares". Os autores identificaram outra particularidade marcante do município, que é o amplo predomínio dos estabelecimentos que têm como base para o desenvolvimento das atividades agrícolas a tração animal (89%).

Entre as atividades econômicas que se destacam no município encontram-se principalmente aquelas típicas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: produção de leite, fumo, milho e feijão (IBGE, 2010). O comércio local restringe-se a lojas de vestuário, materiais de construção, mercados e lanchonetes. Em relação à prestação de serviços, há apenas duas agências bancárias, um posto de combustível, uma farmácia, uma agência postal e uma pensão colonial. Destaca-se a presença da Cooperativa Mista dos Agricultores de Toropi Ltda. (COOMAT), que atua no recebimento e processamento de produtos agrícolas e na comercialização de insumos e equipamentos para seus associados, bem como, produtos alimentícios. Caracteriza-se, assim, como um município essencialmente rural, com base na dinâmica das numerosas unidades de produção familiar e diversificação produtiva.

A educação no município é essencialmente pública, possuindo 01 Escola Municipal de Educação Infantil, 02 Escolas Municipais de Ensino Fundamental de 1ª a 5ª série, 01 Escola Estadual de Ensino Fundamental e 01 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Poucas são as escolas que permanecem na Zona Rural. Dentre elas, destaca-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen, situada na localidade de Linha Bonita, a 18Km do centro da cidade. Possui um total de 71 alunos e o corpo docente é formado por 08 professores. A administração é realizada pelo diretor e por uma secretária, além de a escola possuir uma auxiliar de serviços gerais e uma merendeira. Os alunos advêm do segundo distrito do município de Toropi, que compreende as seguintes localidades: Vinte Tiros, Linha Holando, Rincão dos Flores, Linha Curtume, Linha Canoa, Passo do Galvão, Sete de Setembro, Sampaio, Lagoão e Linha Bonita. Essas localidades são essencialmente agrícolas com base na agricultura familiar e na produção, principalmente, do tabaco, além de outros produtos destinados ao autoconsumo e à comercialização em menor quantidade.

A escola foi inaugurada no ano de 1969 e, por ser uma escola no meio rural, já tinha um olhar diferenciado para educação do campo. Isso veio a se concretizar em 1975, quando o governo do Rio Grande do Sul propôs um programa para a educação rural. O programa governamental consistia no aprimoramento de técnicas agrícolas, comerciais e domésticas. O Programa da Unidade Móvel de Iniciação para o Trabalho (Programa UMIT) disponibilizava um caminhão equipado – com diversos equipamentos para práticas de Técnicas Agrícolas, Comerciais, Industriais e Domésticas – e professores das mesmas áreas.

Uma equipe itinerante, formada por técnicos das diversas áreas, conduziam as atividades com vistas à qualificação dos alunos para os trabalhos agrícolas, comerciais e domésticos. Com o fim desse programa, em 1983, os profissionais foram redistribuídos para as escolas e passaram a integrar o corpo docente responsável

pelas disciplinas de qualificação. Além disso, a proposta de educação do campo com foco nas disciplinas de Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Técnicas Domésticas teve fim com a aposentadoria dos professores (técnicos).

Entretanto, observando a importância e a necessidade de aliar os conhecimentos científicos escolares aos saberes e práticas do campo, a escola deu continuidade ao trabalho, construindo uma proposta de educação voltada para a realidade local com os professores do currículo formal. De uma construção conjunta de professores de diversas áreas nasceu o Projeto de Educação Rural (PER) em 2000.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência de educação do campo da Escola Estadual Augusto Steinhauzen teve início a partir da vontade da comunidade escolar em dar continuidade a uma proposta de educação interligada com os saberes do campo. A maioria dos estudantes da escola não dá continuidade aos estudos após a 8ª série e permanecem trabalhando com sua família ou como temporários nas demais propriedades do município. Diante disso, a escola criou o Projeto de Educação Rural (PER), com o objetivo de instrumentalizar os alunos que permanecem no meio rural, para adquirirem os conhecimentos necessários a uma interação mais efetiva com o meio onde vivem. Dentre os conhecimentos, propõe a apresentação de novas técnicas de cultivo, manejo, industrialização e agregação de valor aos produtos, bem como o uso racional dos recursos naturais, atuando como um parceiro da natureza e não apenas como explorador dela (PER – Escolas Estadual Augusto Steinhauzen).

O projeto atende alunos de 5ª a 8ª série, todos residentes no meio rural, que frequentam a escola no turno da manhã. O projeto perpassa o currículo formal com uma hora por semana destinada à disciplina PER, que está diluída na disciplina de ciências, além de ser relacionado ao currículo formal e, ainda, com atividades em forma de oficinas, uma vez por semana, no turno inverso. Assim, uma hora por semana, no turno da manhã, os alunos possuem um espaço para a construção de conhecimentos relacionados ao rural, sendo ministrado por um dos professores que atuam no projeto.

A integração dos saberes com as necessidades do campo também acontece nas disciplinas do currículo formal quando o professor preocupa-se em articular os conhecimentos científicos às experiências e práticas na vida cotidiana. Como exemplo, na disciplina de matemática, o professor trabalha o cálculo de área juntamente com a aplicação na horta, quando utiliza-o para a construção de canteiros e para o plantio das hortaliças e legumes. Na matemática, também são trabalhadas as questões comerciais, com cálculos de juros, custos e lucratividade. Outra forma de integração é encontrada na disciplina de Ciências, com o reconhecimento das espécies animais e vegetais da comunidade, bem como na disciplina de Artes, que resgata os saberes e fazeres dos

antigos, além das histórias e cantigas que aos poucos se perdem. Vale ressaltar que os professores que participam do projeto muitas vezes não são formados nas áreas técnicas, mas emprestam seus saberes, adquiridos ao longo de suas vidas, para as oficinas.

Além da estrutura curricular realizada na parte da manhã, acontecem oficinas no turno oposto, uma vez por semana. As oficinas são ministradas por professores da escola, de acordo com os seus conhecimentos e a área de interesse. A programação das oficinas está organizada por série de acordo com o cronograma descrito no Projeto de Educação Rural da Escola, conforme segue abaixo.

Oficinas e seus objetivos para alunos da 5^ª Série:

- Agricultura: reconhecer a importância da agricultura como fonte de subsistência e de geração de renda, valorizando a agricultura familiar.
- Preparar canteiros para o plantio de hortaliças, utilizando a adubação orgânica, biofertilizantes e a produção em estufa.
- Plantas medicinais: realizar o plantio de algumas plantas medicinais e estudar o seu uso adequado, bem como formas de conservação do produto.
- Educação ambiental: desenvolver o hábito da coleta seletiva na escola e na casa do aluno.
- Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do solo, das matas e da água, em áreas próximas do aluno, bem como no município, estado, país e planeta.
- Reflorestamento: produzir mudas nativas e de eucalipto para distribuição e/ou venda na comunidade como forma de incentivar o reflorestamento.
- Cultura local: participação em teatro, dança ou esporte.
- Cuidados de higiene pessoal.
- Oficinas e seus objetivos para alunos da 6^ª série:
- Jardinagem: realizar plantio, poda e manutenção do jardim da escola, incentivando a formação de um jardim na casa do aluno.
- Manejo com gado: reconhecer a necessidade de manter padrões mínimos de higiene no manejo com animais de trabalho e produção de carne e leite; Cuidados pessoais como: uso de luvas, botas, avental, máscara; Dosagens de medicamentos e os riscos à saúde humana;
- Produção de alimento para os animais: pastagem, ração.
- Melhoria no rebanho: inseminação artificial, reprodutores de raça.
- Valorização do gado leiteiro como fonte alternativa de recursos para o pequeno produtor.
- Conscientização dos alunos da necessidade de produzir com qualidade, para a boa aceitação do consumidor final.
- Cultura local: participação em teatro, dança ou esporte.
- Cuidados de higiene pessoal.

Oficinas e seus objetivos para alunos da 7ª série:

- Indústria caseira: reconhecer a necessidade de produzir alimentos caseiros, com boa qualidade, aproveitando os produtos disponíveis nas propriedades rurais. Produzir: pães,ucas, doce de leite, queijos, etc. Usar as frutas da época para fazer compotas, geleias, picles, sucos. Aproveitar adequadamente as sobras de alimentos, criando novos pratos.
- Indústria rural: produção de sabão caseiro e produtos de higiene doméstica/pessoal.
- Cuidados de higiene pessoal e do local onde residem.
- Primeiros socorros: assepsia das mãos, ferimentos, hematomas, desmaios, queimaduras, mordidas de cães, cobras e insetos.
- Cultura local: participação em teatro, dança ou esporte

Oficinas e seus objetivos para alunos da 8ª série:

- Adquirir noções do cálculo de área das propriedades rurais. Reconhecer a importância do respeito às divisas de propriedades.
- Adquirir noções de cálculo de volume de madeira. Cubação de madeira no chão, madeira produzida por uma árvore, quantidade de madeira necessária para uma casa.
- Adquirir noções mínimas de construção civil: esquadro, terreno, sustentação, pintura, instalação elétrica/hidráulica.
- Dominar o cálculo de porcentagem, juros simples, compostos com o uso de calculadora.
- Noções de associativismo, cooperativismo, vida comunitária, solidariedade;
- Refletir sobre reforma agrária, banco da terra, linhas de crédito, PRONAF e outros.
- Responsabilidade civil – maior idade / crédito bancário / documentos necessários ao cidadão.

O ordenamento das oficinas depende da disponibilidade dos professores, bem como do interesse dos alunos. Em geral, segundo os professores, os alunos sentem-se sempre motivados em participar, em quaisquer dessas atividades propostas. Além disso, com frequência, pais ou demais pessoas da comunidade prestam um trabalho solidário ao ministrar uma oficina, de acordo com o conhecimento ou o saber disponibilizado.

Desse cronograma, algumas experiências foram destacadas pelos participantes como as relacionadas ao Resgate dos Saberes e Fazeres dos antigos, que vão perdendo-se ao longo das gerações em razão da desvalorização da cultura local frente aos padrões urbano-industriais. Por meio do projeto, a comunidade troca seus saberes resgatando técnicas de pintura em tecido, confecções de balaios a partir de cipó e "taquara", macramê, crochê, dentre outras técnicas. Também salientam oficinas que aproveitam a matéria-prima da natureza, como na confecção de enfeites a partir de porongos e a partir de materiais reaproveitados como: enfeites de natal com garrafas

“Pet” e cestas de jornal.

A oficina de pintura em porongo, como nos relata a professora Marta, foi uma grande revolução entre os alunos. A proposta foi bem aceita, contudo, encontraram dificuldades em encontrar a matéria-prima em um primeiro momento. Mas, para o ano seguinte, os alunos, já sabendo da realização da oficina, haviam plantado o porongo em suas residências para a confecção dos enfeites. Outro efeito positivo é a geração de renda para alguns dos jovens, como a proporcionada pelas oficinas de pintura em tecido (Figura 92) ministradas pela professora Rosane. Hoje, uma aluna, residente no meio rural, confecciona seus panos de prato e vende na cidade ou na vizinhança, ampliando a sua renda e a da família.



Figura 92: Oficina de Pintura em Tecido do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.

Fonte: Arquivo Pessoal de Maysa Eichner da Silva.

Outra oficina que se destaca é a de Culinária, na qual diversos pratos e produtos são confeccionados a partir do aproveitamento de produtos agrícolas existentes na comunidade, disponíveis em determinadas épocas do ano. Nessa oficina, é priorizado ao máximo o aproveitamento dos produtos com a utilização de cascas, folhas, sementes entre outros (Figura 93).



Figura 93: Oficina de Culinária do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.

Fonte: Arquivo de imagens da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen.

Como exemplo de solidariedade no processo de ensino-aprendizado dos fazeres, destaca-se a oficina de balaio (Figura 94), a qual é coordenada pelo Professor Giovane. O saber-fazer é resgatado da família de um dos estudantes, que aprendeu a arte da fabricação do balaio e hoje, ensina os colegas. Nesse aspecto, observa-se a importância da troca de conhecimento, além de proporcionar aos estudantes e a suas famílias a possibilidade de fabricar, em suas casas, sem a necessidade de comprá-los, já que constitui um utensílio muito utilizado nas atividades desenvolvidas no rural.



Figura 94: Oficina de Fabricação de Balaio do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen.

Fonte: Arquivo Pessoal de Maysa Eichner da Silva.

A integração dos saberes entre a escola e a comunidade também é exemplificada na Oficina de Macramê, a qual foi ministrada pela senhora Claudia Maria Rodrigues Perônio, mãe de uma das estudantes, que disponibilizou seu tempo e conhecimento em prol da comunidade.

Para a realização dessas oficinas, a escola dispõe de espaço com quatro salas de aula, cozinha, ampla área ao ar livre, quadra de esportes e um espaço com horta e pomar. O pomar (Figura 95) e a horta (Figura 96) foram criados pelos professores desde a existência da disciplina de Técnicas Agrícolas. Contudo, posteriormente, o manejo e a manutenção passaram a ser coordenadas pelo professor Giovani, professor de Educação Física, que aprendeu com as pessoas da comunidade as formas de plantio, manejo e colheita das frutas, hortaliças, verduras, temperos, ervas medicinais e flores. Tendo em vista a perseverança, a vontade de aprender e as trocas de conhecimento com as pessoas da comunidade e com os próprios estudantes, a horta e o pomar constituem uma estrutura que aproxima a escola da realidade agrícola do local, além de proporcionar alimento aos estudantes.



Figura 95: Atividades no pomar do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhausen.

Fonte: Arquivo Pessoal de Maysa Eichner da Silva.



Figura 96: Atividades na horta do Projeto de Educação Rural da Escola Estadual Augusto Steinhauzen..

Fonte: Arquivo de imagens da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen.

Todos os alimentos produzidos na escola são utilizados na elaboração da alimentação dos alunos e funcionários. Os alimentos são produzidos a partir de uma concepção agroecológica, com adubação orgânica e sem a utilização de agrotóxicos. A horta possui uma composteira, onde os restos de alimentos da cozinha são depositados, transformando-se em adubo orgânico para a horta e para o pomar. Além da paisagem produtiva e dos alimentos que vão para a cozinha, as oficinas valorizam a produção diversificada e, principalmente, o autoconsumo, característica da agricultura familiar que, aos poucos, perdeu-se com a facilidade de acesso aos produtos industrializados. Com isso, os professores têm observado que as oficinas incentivam as famílias a retomar suas hortas e pomares, pois os jovens sentem-se entusiasmados a aplicarem na propriedade os conhecimentos da escola e, assim, trocar experiências.

A produção para o autoconsumo, ou produção "pro gasto", como afirma Grisa (2007), vem diminuindo com o processo de mercantilização da agricultura, que instiga o agricultor a especializar a sua produção, tornando-se um monocultor. Contudo, a produção de alimentos para o autoconsumo é fundamental para a sobrevivência das unidades de produção familiar como diversos autores das ciências sociais vêm apontando desde Chayanov (1974).

A valorização do alimento saudável e as mudanças de hábitos urbano-industriais, bem como o envolvimento dos estudantes com o alimento que consomem no dia a dia são alguns dos fatores positivos que motivam a escola a dar continuidade ao projeto. Resultados também alcançados nas oficinas de jardinagem que, além de embelezar e alegrar o ambiente escolar, vêm incentivando os jovens a modificar as paisagens de suas casas, ao plantarem flores, grama, ornamentarem com pedras e outros recursos da natureza.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, a escola contou com alguns colaboradores para ministrar cursos e com recursos para as oficinas. Dentre esses apoiadores destaca-se: a Emater/RS-Ascar de São Pedro do Sul e de Toropi, que já ministrou alguns

curso na escola; a Brigada Militar, que já realizou palestras sobre drogas; a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis; a Cooperativa COOMAT de Toropi; a Associação de produtores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Sicredi, através do programa “A União Faz a Vida”, do qual a Escola participou em 2006, 2007 e 2008; o Grupo de Mães; o com; e a comunidade em geral.

Dessa forma, a escola vem mantendo seu objetivo de trabalhar a educação voltada para a realidade e para as necessidades do campo. O Projeto de Educação Rural foi a forma encontrada pelo grupo de professores, motivados em manter a estrutura criada em tempos anteriores, a proporcionar aos estudantes a integração dos conhecimentos específicos do currículo formal com a realidade local, identificando a aplicabilidade na vida do futuro trabalhador.

3. RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA

Os resultados do Projeto de Educação Rural, criado e desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen, refletem aspectos práticos e subjetivos. Entre os diversos resultados destacam-se:

- Um maior aprendizado para os jovens que não possuem condições ou o desejo de continuar os estudos e almejam permanecer em suas unidades de produção familiar;
- A geração de renda e a agregação de valor às famílias com a produção e a comercialização a partir do que foi aprendido na escola;
- A melhoria das condições de higiene, produção, alimentação e gestão nas unidades de produção familiar;
- Maior integração entre a escola e a comunidade, valorizando o espaço escolar e a participação das famílias;
- Maior interesse dos estudantes no processo de aprendizagem, tendo em vista a aplicabilidade dos conhecimentos à realidade local;
- Melhoria do ambiente escolar e da alimentação dos estudantes e funcionários, bem como da valorização dos estudantes com o espaço da escola;
- Valorização da cultura local em contraposição ao processo de valorização da cultura urbano-industrial.

4. LIMITES

O projeto atua na comunidade há 12 anos. Contudo, teve maior intensidade em alguns anos e algumas dificuldades em outros. Dentre os limites identificados, salienta-se a

falta de recursos humanos para dar continuidade ao projeto, principalmente em virtude de aposentadorias de professores, redução de carga horária de uns e afastamento de outros. Essas questões também são agravadas pela falta de conhecimento específico de algumas áreas o que prejudica o aprimoramento das técnicas.

Segundo o diretor da escola, no início do projeto, a equipe era mais completa para a execução das oficinas. Atualmente, as oficinas foram reduzidas pela falta de profissionais e acontecem apenas as desenvolvidas na horta e no pomar, pelo professor Giovane, as oficinas de artesanato e culinária, pela professora Rosane, as de Informática, pelo professor Carlos e as de reforço, pela professora Silvana.

Destaca-se, ainda, a falta de infraestrutura e de recursos para as oficinas e a manutenção da horta, do pomar e do jardim (insumos, estufas, utensílios agrícolas, sementes, mudas, etc.).

5. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Observando alguns limites que podem prejudicar a continuidade do Projeto de Educação Rural, sugere-se o reconhecimento do poder público ao projeto voltado para a educação do campo, ampliando as possibilidades de professores e de formação continuada para o trabalho de educação voltado para a realidade e para as necessidade do local. Ademais, é necessária a aproximação e o auxílio de parceiros que podem contribuir com cursos, palestras, recursos financeiros, doações de utensílios e outros materiais para as oficinas, dentre outras possibilidades.

6. REFERÊNCIAS

SILVEIRA, P. R. C. & NEUMANN, P. S. Tipologia das Unidades de Produção Agrícola na Região do Corede Centro (RS). Disponível em <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/12.pdf>. Acesso em 04/02/2012.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974. 342 p.

GRISA, C. *Para além da alimentação*: papéis e significados da produção para o autoconsumo na agricultura familiar. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez de 2007.

Projeto de Educação Rural, Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen

7. COLABORADORES

- **Rosani de Fátima Vargas Dalla Lana**, Professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen;
- **Geovani Antonio Strauss**, Professor da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen;
- **Marta Rose Streb**, Professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen;
- **Carlos Dionei Steinhauzen**, Diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen;
- **Silvana Eich Köhler**, Assistente Educacional da Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen.

9.2 HORTA COMUNITÁRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIS XAVIER, VILA CLARA – MATA

Luis dos Santos Frigo ¹

Márcia Reolon Morozo

Rafaela Vendruscolo²

Renata Kapper Ludwig³

Simone Bochi Dorneles ⁴

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Projetos educacionais. Comunidades rurais.

1. CONTEXTO

Em 1836, a mando do governo imperial, chegava ao município de Mata, procedente do Estado de Pernambuco, seu primeiro casal de habitantes, estabelecendo-se na localidade hoje denominada São Rafael. Rodolfo José Pereira da Silva e sua esposa receberam uma légua de sesmaria de terras e trinta cabeças de gado, por quadro de sesmaria, e tinham como incumbência principal, o desenvolvimento do povoamento na região.

Em 1919, com a inauguração da ferrovia que ligava Santa Maria a Jaguarí, começava a crescer, em torno da Estação Ferroviária, uma nova vila que foi chamada de Mata, hoje Sede do Município. Em 1920 chegaram, a esse povoado, os imigrantes italianos, integrando-se aos alemães e nativos que ali moravam, começando, assim, realmente, o desenvolvimento de Mata,

O município é conhecido como Cidade da Madeira que virou Pedra, Mata é dona de um dos maiores sítios arqueológicos com madeira petrificada do mundo. É a única cidade do mundo a ter calçadas feitas com árvores fossilizadas, datadas de 200 milhões de anos.

¹ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Extensão Rural, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

⁴ Administradora, Mestre em Administração, Professora do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

O município de Mata limita-se com os municípios de Jaguari, São Vicente do Sul, Jarí e Toropi, com uma área de 299,70 km², abrangendo, principalmente, uma faixa de transição entre a Depressão Central do Rio Grande do Sul e o Rebordo do Planalto Central Brasileiro.

Sua economia é baseada no setor primário, destacando-se a pecuária e a agricultura. A maior área ocupada na agricultura é com os cultivos de milho e soja, mas o maior rendimento é conseguido através do cultivo do arroz.

Em 1976, chega a Mata, como pároco, o Padre Daniel Cargnin. Apreciador de estudos de Paleontologia, passou a conscientizar a população sobre a riqueza fossilífera existente na cidade, que até o momento era desconhecida. A riqueza fossilífera diz respeito aos fósseis vegetais com a idade aproximada de 200 milhões de anos. Em 1977, por iniciativa do Padre Daniel Cargnin, da comunidade e da administração municipal iniciou-se a construção de vários pontos turísticos na cidade, bem como a divulgação dos mesmos, pois os fósseis vegetais, por serem tão raros no mundo inteiro, deveriam ser conhecidos.

Com relação à população do município de Mata, no último Censo realizado pelo IBGE em 2010, havia, na cidade, 5.111 habitantes, revelando diminuição na população em relação ao Censo realizado no ano de 2000, quando havia 5.575 habitantes. Uma das explicações para essa constatação é o êxodo rural e urbano. Muitos adolescentes deixam o município em busca de cidades maiores para continuarem seus estudos.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

2.1 A Escola Estadual de Ensino Fundamental Luis Xavier

A escola E.E.E.F. Luis Xavier está situada na localidade de Vila Clara, no município de Mata. Possui doze servidores, dos quais nove são docentes e três são funcionários da escola que desempenham as funções de merendeira, secretaria e limpeza. A escola atende aproximadamente 48 alunos, oriundos do meio rural, do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Esses alunos e suas famílias são os principais atores envolvidos no projeto.

2.2 O Projeto Semeando a sustentabilidade

O projeto consiste em uma estufa (Figura 97) onde são produzidos hortigranjeiros para fornecimento da merenda escolar. Antes da estufa, a escola já possuía uma horta (Figura 98) desde 1986, e essa horta também envolvia pessoas da comunidade. Como a produtividade da horta era muito irregular, surgiu a ideia de construir uma estufa, também como uma alternativa para melhorar a renda das famílias da comunidade, pois as sobras da merenda escolar eram repartidas entre o grupo. Essa alternativa foi pro-

posta em uma reunião entre a diretora da escola e a Secretária de Assistência Social do município de Mata. Nessa reunião, foram pensados cursos em parceria com o SENAR/RS, para qualificar a comunidade local para a produção de hortigranjeiros em estufas. O curso iniciou-se em julho de 2010. Nele os participantes aprenderam a construir estufas. Os cursos foram desenvolvidos na escola, sendo uma parte no turno da manhã (1 a 4 de julho) e outra no turno da tarde (5 a 8 de julho). Foram realizados três cursos com um intervalo de 60 dias cada.



Figura 97: Vista frontal da estufa de produção de hortaliças do Projeto Semeando a sustentabilidade.

Fonte: Arquivo Pessoal de Luis Frigo.



Figura 98: Fotografia da horta do Projeto Semeando a sustentabilidade.

Fonte: Arquivo Pessoal de Luis Frigo.

Em uma dinâmica realizada entre as participantes do curso, elas contaram como foram os encontros nesse período. Relataram que, no primeiro encontro, no dia 04 de Julho, houve a apresentação do instrutor às alunas, a apresentação do curso e a explicação de como seriam as aulas. Já no segundo dia, elas foram a campo para conhecer o local onde ficava a horta e o novo local onde seria implantada a estufa.

Com o passar dos dias de curso elas começaram a trabalhar manualmente na implantação da estufa, colocando os pilares de sustentação para o plástico, virando, adubando e preparando a terra para cultivo. A partir daí, selecionaram quais os tipos de hortaliças que seriam cultivadas para a alimentação dos alunos da escola. As tarefas de cuidados como regagem, limpeza de canteiros, entre outros afazeres, são divididos entre os pais dos alunos.

Todo o material utilizado na construção da estufa (Figura 97) foi doado por pessoas da comunidade, sendo que cada um doava o que podia, tornando possível a construção da mesma.

No dia 10 de julho, houve a entrega dos certificados aos participantes. As mães, assim como os alunos, participaram como voluntárias nos três cursos oferecidos pelo SENAR/RS.

Após o curso, o projeto “Semeando a sustentabilidade” iniciou-se por iniciativa de uma professora da área de ciências, a professora Simone. Atualmente, o projeto envolve diretamente três alunos que atuam como voluntários, assim como outros alunos que participam apenas quando são propostas atividades práticas pela professora.

No primeiro encontro com os atores, foram aplicadas diferentes metodologias participativas que visavam a uma maior aproximação com os atores, criando um clima de envolvimento e acolhimento entre estes e o grupo de moderadores.

Participaram do encontro as seguintes pessoas: Glecir, que trabalha há trinta anos na escola e que, atualmente, é a diretora; Dalva, que trabalha há dois anos na escola como merendeira; Cláudia, que trabalha há três anos na secretaria de assistência social; Maria de Fátima, mãe de aluno da quinta série; Sônia, mãe de aluno da segunda série; Rosa Maria, mãe de aluno da oitava série; Margarete, mãe de aluno da oitava série; Juliana, que não tem filho na escola; Tatiana, que também não tem filho na escola; Nediara, mãe de alunos da sexta e sétima séries; Elisabete, mãe de aluno da sétima série; Tailane, que não tem filho na escola; Simone, mãe de alunos da segunda e terceira séries; Simone, professora da escola há vinte e seis anos; e Maristela, aluna da oitava série.

O Gráfico de Venn (Figura 99) foi utilizado para evidenciar as relações que se estabelecem entre os membros da comunidade (dinâmica de forças dos grupos sociais). No centro do gráfico foi desenhada a comunidade (Escola Luis Xavier). Em seguida, os atores identificaram os grupos e as organizações que têm relação com a escola/projeto (Figura 04). As instituições com relações não tão estreitas com a comunidade escolar, como SENAR/RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Assistência Social, foram posicionadas mais distantes do círculo central, ou seja, da escola. Já as instituições com relações mais próximas com a comunidade, como a Subprefeitura e as famílias, foram posicionadas mais próximas à escola Luis Xavier.

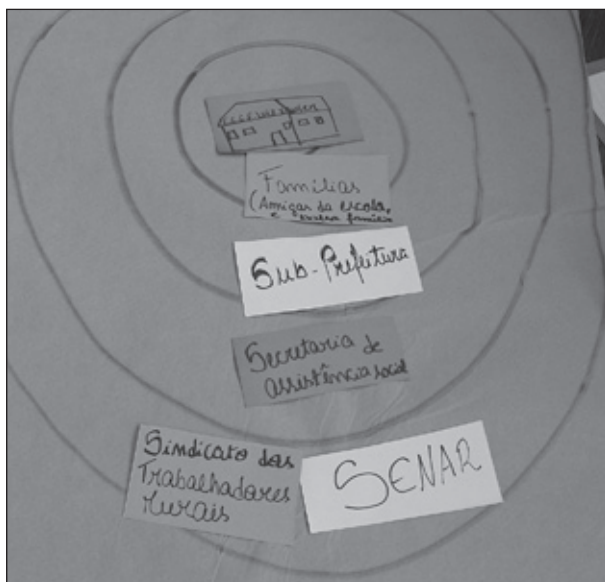


Figura 99: Construção do Diagrama de Venn pelos participantes do Projeto Semeando a Sustentabilidade.

Fonte: Arquivo Pessoal de Luis Frigo.

No momento da apresentação pelos participantes que elaboraram o gráfico as demais lembraram de outras pessoas que contribuíram com o projeto, como o agricultor que cedeu as taquaras e o agricultor que forneceu as cascas de arroz.

A ferramenta FOFA (Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças) geralmente é utilizada como uma ferramenta de auxílio ao planejamento e foi empregada de forma adaptada. As participantes foram convidadas a analisar apenas aspectos internos, pontos fortes e pontos a melhorar no projeto.

2.3 Pontos positivos do projeto elencados pelos participantes

- **Merenda escolar:** As participantes relataram que os hortigranjeiros produzidos na horta contribuíram para melhorar a qualidade da merenda escolar. Foram inseridos legumes e verduras mais variados e de melhor qualidade, já que eram produzidos de forma natural.
- **Cooperação dos pais e alunos:** Por meio do projeto, houve um grande engajamento das famílias nas atividades da escola, os pais e principalmente as mães passaram a frequentar periodicamente a escola por causa das atividades da estufa e consequentemente participando das demais atividades também.
- **Aprendizagem:** A professora de Ciências, assim como os demais professores, pôde utilizar-se do espaço da estufa para desenvolver atividades pedagógicas.
- **Melhora nas hortas das famílias:** Com o aprendizado do curso, as famílias pu-

deram aplicar os conhecimentos construídos nas suas hortas familiares e alguns que não possuíam horta passaram a cultivá-la.

- **O professor:** Por várias vezes as participantes salientaram a importância do papel do professor que ministrou o curso. Foi destacável seu nível de conhecimento e a forma didática como trabalhou os conteúdos, fazendo com que o grupo se interessasse pelas atividades.

2.4 Pontos a serem melhorados

- **Participação:** As participantes abordaram a necessidade de ampliar a participação das pessoas que já estão envolvidas, como as mães e os alunos.
- **Instrumentos de trabalhos (enxada, regador, rastelo, pá, garfo de afofar terra):** Uma necessidade manifestada durante o trabalho foi a de mais equipamentos para a realização das atividades. Há falta de materiais que poderiam facilitar a realização das atividades, gerando melhores resultados.
- **Participação dos pais alunos, professores e entidades:** Embora a participação das mães seja significativa, as participantes salientaram que seria importante ampliar a participação de outros professores e de mais alunos, envolvendo outras séries. Também foi ressaltada a importância de haver maior envolvimento dos pais e de outras entidades que pudessem atuar no apoio, quanto à aquisição de equipamentos e promoção de mais cursos. Entre as participantes, surgiu o nome da Emater/RS-Ascar como um parceiro que poderia agregar-se ao projeto.
- **Fazer do trabalho uma hora de lazer:** As participantes discutiram sobre a possibilidade de tornar os momentos de trabalho mais prazerosos, agregando momentos de confraternização, como lanche compartilhado, oportunizando também melhor convívio no grupo.
- **Criar uma associação:** Partindo de uma provocação da moderadora, que questionou o grupo sobre as possibilidades futuras, sobre os desdobramentos que o projeto poderia ter, o grupo lembrou a possibilidade de discutir questões da comunidade, talvez pensar em produtos que pudessem produzir de forma coletiva, para gerar renda para as famílias.

Na apresentação da FOFA (Figura 100), as mães reproduziram falas surgidas no grupo durante a realização da atividade. Uma dessas falas foi o questionamento por parte da moderadora sobre se elas desenvolviam outras atividades de forma coletiva, se se reuniam para debater os problemas da comunidade local e se buscavam alternativas para melhorar as condições de vida. Muitas se lembraram da horta comunitária que havia em terreno cedido pela prefeitura, onde produziam hortaliças para comercializar

em feiras locais. Essa iniciativa é lembrada com saudade pelas mães, que, durante a atividade, manifestaram interesse de retomar o projeto comunitário.



Figura 100: Participantes contribuindo nas apresentações.

Fonte: Arquivo Pessoal de Luis Frigo.

3. RESULTADOS

Vários foram os resultados obtidos com essa experiência. Um deles é a melhoria na qualidade nutricional da merenda escolar, sendo que esses resultados foram alcançados pela ajuda e cooperação de pais e alunos no cultivo dos hortigranjeiros por eles consumidos, proporcionando uma aprendizagem entre todos os envolvidos, principalmente para aqueles envolvidos nos cursos de construção e manejo da horta. Outro resultado foi a melhora nas hortas das famílias, pois, com a participação nos cursos, foi possível realizar um aperfeiçoamento das hortas nas propriedades das famílias.

Contudo, o resultado que se destaca é a participação da comunidade local nas atividades da escola. As pessoas que participaram do projeto passaram a fazer parte da escola, ou melhor, passaram a se sentir como atores no processo. É perceptível o sentimento de pertencimento nas pessoas que atuam nas atividades do projeto. Elas apropriaram-se da escola e manifestam o sentimento de ser parte integrante da escola. Além disso, muitos ex-alunos veem no projeto uma forma de retornar à escola, retribuindo pelos ensinamentos recebidos.

O senso de comunidade é fortalecido por meio das atividades do projeto e isso é confirmado pela participação de todos nas atividades de sistematização, pois responderam prontamente ao convite feito pela direção para participarem das atividades desenvolvidas para a sistematização da experiência.

4. LIMITES

Alguns limites enfrentados por parte dos envolvidos é a falta de participação de alguns pais. Outros fatores são a falta de instrumentos de trabalhos (enxada, regador, rastelo, pá, garfo de afogar terra). Ademais, muitos fazem do trabalho apenas uma hora de lazer, ou seja, não têm como compromisso a manutenção da horta.

Além pontos elencados a melhorar, como a falta de equipamentos e materiais, pode-se salientar a falta de envolvimento dos demais professores no projeto. Há um potencial para construção de conhecimentos de várias áreas do saber, como Matemática, História, Geografia, Produção Textual, entre outras, que ainda podem ser mais explorados.

Percebe-se como uma limitação também a falta de participação de outras instituições. Várias vezes os participantes mencionaram o desejo de ter presente a Emater/RS-Ascar, assim como a do Instituto Federal Farroupilha, por meios de seus alunos, nessa atividade de extensão.

5. SUGESTÕES

Quando se depara com uma experiência de educação, as possibilidades são inúmeras. Dessa forma, qualquer sugestão aqui apresentada é pequena diante da infinidade de oportunidades.

A primeira sugestão que apontamos é no sentido de ampliar os resultados do projeto no âmbito escolar. Por meio de um planejamento integrado, é possível pensar atividades e formas de trabalhar os conteúdos de aprendizagem tendo como tema gerador a estufa ou um projeto ambiental mais amplo.

Potencializar as parcerias existentes é outra sugestão. Ampliar a participação da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Agricultura para que mais ações sejam desenvolvidas na comunidade. Estabelecer novas parcerias com a Emater/RS-Ascar e a Prefeitura Municipal, para realização de cursos de aperfeiçoamento, melhorias da horta e na qualidade dos produtos consumidos.

Estimular o grupo de mães a criar uma associação comunitária para que, de forma coletiva, possam contribuir com a escola ou até mesmo para reativação do projeto antigo da horta comunitária. Para que isso ocorra, poderiam ser inseridas, nos dias de trabalho na estufa, palestras e atividades que visem a sensibilizar o grupo para a atuação coletiva e para o associativismo.

Sugere-se, ainda, uma parceria com o Curso Superior de Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, pois se identificou a necessidade de um projeto de irrigação por gotejamento, o qual poderia ser desenvolvido em parceria.

O fortalecimento da educação do campo é a melhor forma de reduzir o êxodo rural. Dessa forma, se projetos como esse forem incentivados nos espaços rurais, novas pos-

sibilidades para o desenvolvimento surgirão e não será necessário pensar em parcerias com indústrias de outros municípios para que haja geração de empregos. É preciso que se pense em possibilidades de trabalho e de renda com as pessoas que vivem no meio rural.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, R.; NOTARI, J.; VILUTIS, L. O significado da sistematização na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, R. *Educação popular na perspectiva Freiriana*. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

ASSUNPÇÃO, R. (Org). *Educação popular na perspectiva Freiriana*. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Brasília. 2006

Prefeitura municipal de Mata. Disponível em <http://www.mata.rs.gov.br/portal1/municipio/localizacao.asp?ildMun=100143233> acessado em 10 de dezembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43 acessado em 28 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO 10

ÁREA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os reflexos ambientais das práticas adotadas ao longo das décadas no meio rural, principalmente da modernização da agricultura, induzem a necessidade de práticas recuperadoras e transformadoras com o intuito de minimizar os efeitos negativos causados. Para tanto, diversas ações vêm sendo realizadas. Dentre elas, destacam-se, na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, experiências que atuam diretamente com o problema do lixo e do desmatamento no meio rural. Além disso, as ações salientam-se por trabalhar com a sensibilização e a reeducação dos indivíduos para a conservação da biodiversidade natural. As experiências sistematizadas envolvem amplamente as comunidades rurais, sendo efetivadas pela constante reprodução ao longo dos anos e a formação de multiplicadores.

Em São Francisco de Assis, a Emater/RS-Ascar, juntamente com as comunidades rurais construíram um Programa de Coleta Seletiva do Lixo no meio rural, para atender às preocupações evidenciadas nos últimos 30 anos no meio rural brasileiro. Observa-se o acúmulo de materiais inutilizados nas propriedades rurais nas últimas décadas, que vem sendo acentuado pelas mudanças nos hábitos de consumo das famílias, as quais desconhecem o destino certo para o lixo, já que não há infraestrutura para a coleta nas comunidades rurais. Diante desse cenário, o projeto concretizou-se com a sensibilização de treze comunidade rurais de São Francisco de Assis, que passaram a destinar corretamente os materiais inutilizados das propriedades, além de proporcionar a geração de renda para as associações comunitárias que vendem o material coletado, podendo investir na melhoria da comunidade.

Com maior ênfase no reflorestamento, a Cavalgada Ecológica do município de Cacequi constitui uma experiência que representa a cultura local aliada à educação ambiental. A Cavalgada Ecológica acontece anualmente no município. Ela surgiu da necessidade de sensibilizar a população local sobre os efeitos do destino inadequado do lixo e, principalmente, sobre o reflorestamento com espécies nativas para controle da erosão do solo, efeito marcante em uma das localidades onde existe uma grande vossoroca, conhecida como Macaco Branco. Durante o trajeto da cavalgada há o recolhimento

do lixo das propriedades rurais e o plantio de árvores nativas. Associar a questão preservacionista com a cultura gaúcha teve efeito positivo junto à comunidade, a qual participa ativamente da cavalgada ecológica, fazendo desse evento uma oportunidade de lazer, integração e educação ambiental.

Tendo em vista a criatividade, a inovação e a efetiva sensibilização, as experiências integram ações fundamentais para o desenvolvimento rural. As questões ambientais são relegadas ao apêndice das preocupações do poder público, sendo necessárias ações locais que construam alternativas às consequências da cultura desenvolvimentista das últimas décadas. As experiências sistematizadas neste capítulo demonstram, assim, processos de mobilização e de educação para práticas sustentáveis no meio rural.

10.1 PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DO LIXO NO MEIO RURAL EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Antônio Carlos Minussi Righes¹

Katchenko Maia Rosa²

Rafael da Silva de Vargas³

Vera de Fátima Tolfo de Lima⁴

Dário Afonso Salbego⁵

PALAVRAS-CHAVE: Coleta Seletiva. Preservação ambiental. Limpeza.

1. CONTEXTO

O município de São Francisco de Assis está situado na região das Missões, fronteira oeste, zona de transição entre o planalto e a campanha do Rio Grande do Sul. Faz parte da microrregião de Santa Maria, na Depressão Central, com uma área de 2.501,3 km² e uma população de 19.258 habitantes.

A cidade de São Francisco de Assis é conhecida por ter um dos mais belos e frequentados balneários da região (Passo do Catarino), banhado pelo rio Ibicuí. O município está situado na zona Missioneira, distante 485 km da capital gaúcha e 142 km de Santa Maria. A cidade foi colonizada basicamente por imigrantes italianos, é conhecida como a querência do bugio e é considerada a capital gaúcha do zebu. Além disso, vem se destacando como forte produtora de melancia na região. São Francisco de Assis é um município conhecido essencialmente por desenvolver atividades ligadas ao setor agropecuário, sendo este alavancador do crescimento da economia do município.

¹ Administrador, Mestre em Engenharia da Produção, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

² Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

³ Engenheiro Agrícola, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Francisco de Assis.

⁴ Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Francisco de Assis.

⁵ Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de São Francisco de Assis.

Grande parte da população rural faz parte da agricultura familiar, estabelecidos em pequenas propriedades rurais. Com uma economia baseada fortemente no setor agropecuário, o município depende basicamente dos recursos do meio rural. Com os padrões de crescimento urbano que o Brasil vem tendo nos últimos quinze anos, as oportunidades de desenvolvimento do meio rural aumentam cada vez mais. Por isso, torna-se evidente que o trabalho da Coleta Seletiva desenvolvido nas comunidades rurais é de grande importância para que esse processo de reestruturação ocorra com sucesso.

O projeto da Coleta Seletiva teve início em 2001 com a iniciativa do escritório da Emater/RS-Ascar, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Secretaria Municipal de Obras do município de São Francisco de Assis. Esse trabalho já está tendo resultados, pois, além de trazer benefícios para o meio rural, faz orientações para a separação correta dos lixo domésticos.

A grande preocupação que existe nos dias de hoje com o meio ambiente coloca esse programa de coleta seletiva do lixo em evidência na região, pois, além do benefício de conservação da limpeza das comunidades, mostra o pioneirismo e a preocupação das pessoas envolvidas com o processo. De maneira especial, a experiência que sistematizaremos aqui chama a atenção por acontecer em uma região onde vemos ainda muito poucas iniciativas em prol do meio ambiente.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O trabalho desenvolvido pela Emater/RS-Ascar do município motivou as diversas comunidades a participar do programa da coleta seletiva de lixo doméstico. A princípio, faziam parte do programa dezesseis comunidades e, hoje, participam do programa as seguintes comunidades: Beluno, Cerro do Telles, Encruzilhada, Mato Grande, Passo do Goulart, Picada do Padre, Piquiri, Porteira do Toroqua, Rincão dos Benachios, Rincão dos Lamberti, Rincão dos Pedros, Rincão dos Salbegos e Rincão dos Savaris.

Apesar de algumas desistências ao longo do processo, o programa vem se consolidando com o passar dos anos. No início do processo, a Emater/RS-Ascar encontrou certa dificuldade para a implantação do programa, pois se tratava de algo novo e os agricultores tinham dúvida de quais seriam os reais benefícios do programa para as comunidades envolvidas.

Com o avanço do projeto, os agricultores começaram a notar o avanço na limpeza e na conservação das comunidades envolvidas e começaram a solicitar o serviço em suas comunidades, revertendo o ciclo. A partir daí, as iniciativas começaram a surgir dos próprios agricultores.

O lixo doméstico é armazenado em galpões nas propriedades dos participantes do projeto, para, então, ser feita a coleta a cada dois ou três meses. A coleta é feita por caminhões cedidos pela Prefeitura Municipal, através de uma parceria com a

Emater/RS-Ascar. Os materiais coletados são: ferro, alumínio, plástico colorido, pilhas, baterias, embalagens de remédio, garrafas pet, entre outros.

As separações dos materiais são feitas pelos próprios moradores com a participação e a orientação dos extensionistas rurais (Figura 101). Todo o processo é verificado por meio de pesagem e anotado em planilhas (Figura 102). Depois, todos os materiais são vendidos, e os valores arrecadados voltam para as comunidades, revertendo-se em materiais domésticos ou, de acordo com o que a comunidade estiver necessitando, em luvas e máscaras para que os produtores possam manipular o lixo sem o risco de contaminação.



Figura 101: Agricultores e extensionistas fazendo a separação do lixo na coleta seletiva.

Fonte: Arquivo Pessoal de Katchenko Maia Rosa.



Figura 102: Momento da pesagem dos materiais separados e classificados após a coleta Seletiva.

Fonte: Arquivo Pessoal de Katchenko Maia Rosa.

Essas experiências servem de estímulo às pessoas que fazem parte do programa, pois, a cada mutirão, as associações recebem o valor correspondente pelos materiais vendidos. De maneira geral, todas as famílias se envolvem no trabalho da coleta seletiva, dependendo de suas disponibilidades. As visitas são agendadas preferencialmente em épocas em que as famílias não estejam tão atarefadas, fora dos períodos de plantação e colheita, os quais são de maior trabalho no meio rural. Atualmente, estão envolvidas no projeto 220 famílias, que participam ativamente dos mutirões da coleta seletiva do lixo. Essa participação voluntária e efetiva das famílias contribui de maneira significativa para o bom andamento dos trabalhos (Figura 103).

Analisando de forma geral, o fator motivador das comunidades participantes do projeto é justamente a preocupação com a questão ambiental. Os valores arrecadados com a venda dos materiais coletados não se torna o fator principal para continuidade do projeto.



Figura 103: Algumas famílias reunidas ao final do trabalho do Projeto de Coleta Seletiva.

Fonte: Arquivo Pessoal de Katchenko Maia Rosa.

3. RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA

Os resultados positivos são notórios nas localidades, sendo que o trabalho está fortemente desenvolvido. Fica evidente a diferença cultural quanto ao processo e aos benefícios que a experiência traz para a comunidade, com a limpeza e a conservação dos locais antes e depois do trabalho. Ainda a conscientização de todos trouxe para os locais de coleta a sustentabilidade ambiental.

O lucro conseguido com a venda dos materiais coletados, apesar de não ser uma grande quantia, serve como forma de motivação para que o trabalho seja continuado e ampliado. A experiência merece atenção e pode ser seguida em outras comunidades rurais.

Entre muitos aspectos positivos e benefícios que a aplicação do programa gerou às comunidades participantes, podemos citar os seguintes (relatados pelas comunidades entrevistadas):

- Destino correto do lixo que antes era queimado, enterrado ou simplesmente depositado em algum local das propriedades rurais;
- Manutenção das propriedades limpas e, muitas vezes, livres de infestações causadas por acúmulo de lixo em locais indevidos;
- Oportunidade de uma maior participação das famílias no mutirão, propiciada pela proximidade e pelo interesse das famílias.

4. LIMITES

Alguns limites precisam ser superados para que o Programa de Coleta Seletiva tenha condições de gerar resultados mais eficientes e expressivos. Os atores sociais envolvidos deram suas opiniões que foram as seguintes:

- A falta de um transporte adequado e específico para os materiais coletados serve como um limitante para a atividade desenvolvida;
- A falta de disponibilidade dos funcionários da prefeitura para fazerem a coleta dos materiais, que, muitas vezes, ficam sem ser recolhidos mais do que dois ou três meses, que é o prazo estipulado.
- Necessidade de uma política pública de investimentos no programa, pois não possuem lugar adequado para fazer a separação do lixo nas comunidades.
- Por questão de disponibilidade, dificilmente todas as famílias podem participar dos mutirões, que acabam levando mais tempo que se houvesse um maior número de pessoas envolvidas.
- Um dos limitantes para a adesão de novas comunidades é a questão de a atividade não gerar uma renda significativa para as famílias.

10.2 CAVALGADA ECOLÓGICA – MACACO BRANCO/TAQUARA – CACEQUI

Gabriel Adolfo Garcia¹

Celso Silva Gonçalves²

João Francisco Comiz³

Fabírcia Tadia⁴

Luis dos Santos Frigo⁵

PALAVRAS-CHAVE: Erosão do solo. Educação ambiental. Confraternização.

1. CONTEXTO

A Cavalgada Ecológica acontece na Localidade do Macaco Branco/Taquara, distante 10km da sede do município de Cacequi, situado no Bioma Pampa. O município de Cacequi possui 13.676 habitantes, em uma área de 2369,96 km² (IBGE, 2011).

Dá nome à localidade de realização da Cavalgada Ecológica o processo erosivo mais significativo da região (Figura 104). Esse processo está fortemente associado às características pedológicas e geológicas, à pouca cobertura vegetal e às fortes precipitações (NETO et al., 2001). A localidade, que tem uma população aproximada de 120 habitantes (predominantemente agropecuaristas), conta com uma Associação de Moradores, com diretoria eleita pelo período de 02 anos, sendo essa diretoria a responsável pela coordenação de todas as atividades realizadas no Centro Comunitário de Macaco Branco/Taquara.

1 Engenheiro Agrônomo, Técnico Administrativo do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

2 Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciência do Solo, Professor do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

3 Técnico em Agropecuária, Extensionista Rural do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.

4 Extensionista de Bem Estar Social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.

5 Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.



Figura 104: Localização da Vossoroca de Macaco Branco (região de realização da Cavalgada Ecológica).

Fonte: NETO et al., 2001.

A base econômica da localidade é bastante ampla e abrange a pecuária familiar, a produção de leite, a produção de melancia, a produção de hortifrutigranjeiros, com destaque para a uva, e ainda a produção de soja. Mais recentemente, foram implantadas por empresas do ramo de silvicultura mais de 1000 hectares de florestas de eucalipto, modificando um pouco a paisagem da localidade.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A Cavalgada Ecológica surgiu como uma necessidade da comunidade local, buscando relacionar o tradicionalismo gaúcho com a preservação ambiental, fundamentalmente no que diz respeito à diminuição dos efeitos erosivos da Vossoroca do Macaco Branco, que ameaçavam o bloqueio da estrada de acesso à localidade, e à conscientização para diminuição da deposição de lixo dentro da Vossoroca.

A primeira edição da Cavalgada Ecológica aconteceu no ano de 2000, juntamente com a inauguração do Centro Comunitário de Macaco Branco/Taquara e, desde lá, é organizada pelo Escritório Municipal Emater/RS-Ascar de Cacequi, pela Associação de Moradores do Macaco Branco/Taquara e pela Prefeitura Municipal de Cacequi, através das Secretarias de Turismo e Agricultura. A organização conta ainda com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacequi, da Associação Cacequiense de Proteção Ambiental (ACAPAM), do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, da Coordenadoria Municipal Tradicionalista, da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, da Brigada Militar e da imprensa local.

Atualmente, a cavalgada se estrutura em quatro eixos, que são:

- a. Eixo Ambiental: Em todo o trajeto da cavalgada (10 km), acontece o recolhimento de lixo das propriedades rurais, previamente acondicionado pelos produtores (embalagens de agrotóxicos, sacarias de adubo, ferramentas em desuso, etc.), evitando que esse lixo seja descartado incorretamente em córregos, nascentes, matas, etc. Acontece, ainda, em vários pontos, o plantio de mudas de árvores que, nas três últimas edições, foram doadas pelo Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul. Cada participante da cavalgada adota uma árvore, acompanhando seu desenvolvimento durante os anos. A prática do plantio de árvores (Figura 105) tem contribuído significativamente para a redução do efeito da erosão, reduzindo o avanço da vossoroca em direção à estrada de acesso à localidade de Macaco Branco/Taquara (Figura 106).



Figura 105: Plantio de muda realizado pelo Secretário Municipal de Agricultura de Cacequi, durante a Cavalgada Ecológica, no Ano de 2009.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.



Figura 106: Croqui da Vossoroca de Macaco Branco/Taquara, com detalhe da proximidade da estrada.

Fonte: NETO et al., 2001.

- b. Eixo Espiritual: Durante o trajeto da Cavalgada Ecológica, os cavalarianos fazem uma parada no Monumento a Nossa Senhora de Fátima, padroeira da localidade de Macaco Branco/Taquara. Faz parte também da programação da Cavalgada Ecológica uma missa crioula, que é uma missa católica, porém adaptada em linguagem, ritmo, estilo e símbolos às tradições gaúchas (Figura 107). A missa crioula carrega o mesmo sentido espiritual e religioso de uma missa tradicional e é coordenada pela Paróquia Nossa Senhora das Vitórias.



Figura 107: Missa Crioula realizada durante a Cavalgada Ecológica do Ano 2007.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.

- c. Eixo Econômico: Após a realização da missa, acontece um almoço festivo. Toda a renda adquirida com o almoço é revertida para a manutenção da sede social da Associação de Moradores do Macaco Branco/Taquara. Boa parte dos alimentos são doados pela comunidade e apoiadores/patrocinadores do evento. Tradicio-

nalmente, a família do patrono do Centro Comunitário, Sr. Sylvio Scalzilli, contribui com um novilho para o churrasco, que é vendido aos participantes do evento.

- d. Eixo Social (lazer): Durante a tarde, acontecem atividades recreativas, com o intuito de proporcionar confraternização entre os participantes da Cavalgada Ecológica. Dentre elas, podemos citar o Gre-Nal de Bombachas, o jogo de bocha (Figura 108), a corrida do carrinho de mão, as provas de encilha e estafeta, entre outras.



Figura 108: Jogo de bocha entre as comunidades de Macaco Branco/Taquara e São Lourenço.

Fonte: Arquivo de imagens do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.

3. RESULTADOS

- Integração da Comunidade Urbana e Rural;
- Fortalecimento da Associação de Moradores do Macaco Branco/Taquara;
- Diminuição do impacto ambiental;
- Conscientização ecológica;
- Renovação da fé.

4. LIMITES

- Espaço físico do Centro Comunitário do Macaco Branco/Taquara, o que limita o número de localidades a serem convidadas;
- Escassez de recursos para a realização do evento;
- Número reduzido de moradores com interesse em coordenar as atividades da Associação de Moradores do Macaco Branco/Taquara.

5. SUGESTÕES

Sugere-se um estudo aprofundado da aptidão edafo-climática de espécies vegetais para contenção de erosão, com o objetivo principal de barrar o avanço da vossoroca em direção à estrada de acesso à localidade de Macaco Branco/Taquara. Além disso, sugere-se uma descrição completa das características do solo da localidade (descrição de perfis, análises físicas e estruturais de solo), a fim de possibilitar a criação de um plano de manejo sustentável dessa área vulnerável às ações antrópicas e ambientais. Esses estudos podem ser realizados por alunos, técnicos e professores do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, em parceria com os técnicos do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Cacequi.

Sugere-se, ainda, a ampliação da Cavalgada (que necessariamente passa pela ampliação das estruturas do Centro Comunitário do Macaco Branco/Taquara), com o convite para que todas as demais localidades do município se façam representar no evento, promovendo a integração entre todas as comunidades de Cacequi.

6. REFERÊNCIAS

NETO, S. F. et al. Processo de vossorocamento em Cacequi/RS – "Vossoroca do Macaco Branco". In: VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão. Anais... Goiânia/GO: Associação Brasileira de Geologia e de Engenharia Ambiental, 2001.

Fundação de Economia e Estatística. Resumo Estatístico. Acesso em 27/12/2011. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Cacequi

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cacequi/RS. Síntese de Informações. Acesso em 27/12/2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430290>

RESUMO DO CURRÍCULO DO ORGANIZADOR:

Gustavo Pinto da Silva

Formado em Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul (1996), possui Graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (2001) e Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2003). Atualmente é professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, atuando principalmente nas áreas de Sociologia e Extensão Rural.

Rafaela Vendruscolo

Possui Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado e em Sociologia – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, atuando na área de Sociologia e Extensão Rural, com ênfase em desenvolvimento territorial.

Livro digitalizado, composto com as fontes Meta e ZapfHumsnt por Marcelo Kunde em Setembro de 2012. *marcelokunde@gmail.com*

Esperamos que este livro possa estimular a realização de ações sinérgicas entre instituições, entidades, docentes, agentes de ATER e agricultores familiares que fazem o desenvolvimento de nossa região. É necessário e urgente que diminuamos o isolamento que há entre as iniciativas existentes, para que, num longo prazo, permitam-nos aumentar o conhecimento entre os grupos e a sociedade, de modo que a região possa pensar o coletivo e o territorial.

Ao completarmos esta obra, que tira do anonimato o esforço de pessoas e organizações, esperamos ter contribuído para criar subsídios para futuras intervenções que se proponham a pensar o territorial, pois se refere a experiências práticas concretas, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos, valores e crenças que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis.

A região a que esse projeto abrangeu possui características que apontam para uma rede de valores historicamente fragilizada, seja por aspectos culturais ou até mesmo pelas distâncias entre os municípios, que acabam se tornando barreiras ao fortalecimento de sua identidade territorial. Por outro lado, isso não significa que não seja possível reverter esses sinais, o que depende muito de nossa capacidade de organizar os recursos humanos e materiais existentes.

A capacidade de mudança está dentro de cada um de nós em buscar fazer da melhor forma tudo o que pode ser feito no nosso tempo histórico.

Gustavo Pinto da Silva
Coordenador do Projeto



Sistematização de Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar

